

RELATÓRIO DE GESTÃO 2024

Contas e Sustentabilidade

ÍNDICE

	<i>Pág.</i>
A – RELATÓRIO DE GESTÃO.....	8
MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	8
A1 – EDA S.A.	13
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SETORIAL.....	14
1.1. Enquadramento Macroeconómico.....	14
1.2. Enquadramento Setorial.....	16
1.3. Regulação Económica	20
2. DESEMPENHO	25
2.1. Comercial.....	25
2.2. Transporte e Distribuição.....	27
2.3. Produção.....	30
2.4. Investimento.....	34
3. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	40
4. INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE.....	50
4.1. Informação sobre a Sociedade e Órgãos Sociais.....	50
4.2. Ações próprias.....	59
4.3. Negócios entre a sociedade e os seus administradores.....	59
4.4. Sucursais da sociedade	59
4.5. Factos relevantes ocorridos após o termo do período	59
5. VALORES CARACTERÍSTICOS – EDA.....	60
6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	63
A2 – GRUPOEDA.....	73
1. UNIVERSO DA CONSOLIDAÇÃO.....	73
2. ORGANIZAÇÃO DOS NEGÓCIOS.....	75
3. DESEMPENHO	76
3.1. EDA, S.A.	76
3.2. EDA Renováveis.....	78
3.3. GLOBALEDA.....	83
3.4. SEGMA.....	85
4. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	88
5. VALORES CARACTERÍSTICOS – GRUPO EDA.....	97
B. SUSTENTABILIDADE NO GRUPO EDA.....	98
SOBRE O RELATÓRIO.....	98
ÂMBITO, PERÍODO E ESTRUTURA DE REPORTE	98
1. A EDA EM 2024.....	99
1.1 Destaques do Ano.....	99
2. SOBRE A EDA.....	100
2.1 História.....	100
2.2 Uma missão com propósito	102
2.3 Garantia da Segurança no Abastecimento.....	103
2.4 Satisfação do Cliente.....	107
3. DIVULGAÇÃO GERAL.....	112

3.1	Abordagem Estratégica	112
3.1.1	Materialidade	115
3.1.2	Eixos Estratégicos e linhas de atuação	117
3.2	Envolvimento com <i>stakeholders</i>	120
3.3	Associações, Certificações e Reconhecimentos	122
4.	PILAR AMBIENTAL	128
4.1	Alterações Climáticas e Transição Energética.....	128
4.1.1	Plano de Descarbonização	128
4.1.2	Mitigação e adaptação às alterações climáticas	134
4.1.3	Emissões de gases com efeito de estufa	139
4.2	Eficiência Energética e de Recursos	143
4.2.1	Gestão da água.....	148
4.3	Gestão de Resíduos	150
4.4	Emissões Atmosféricas.....	151
4.5	Biodiversidade.....	152
5.	PILAR SOCIAL	158
5.1	Trabalhadores	158
5.1.1	Caracterização e Gestão do Capital Humano.....	159
5.1.2	Saúde e Segurança Ocupacional.....	164
5.2	Apoio à Comunidade	171
6.	PILAR GOVERNANCE	176
6.1	Conduta Empresarial.....	176
6.1.1	Ética, Transparência e Integridade	177
6.2	<i>Compliance</i> e Gestão de Risco	178
6.3	Cibersegurança.....	181
6.4	Cadeia de Fornecedores	185
6.5	Desempenho Económico e Sustentável	186
7.	TABELA ESRS	192
C.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	217
D.	APRECIACÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS.....	219

ÍNDICE DE TABELAS

	<i>Pág.</i>
Tabela 1 – Emissão e aquisição de energia, por tecnologia, de 2020 a 2024	19
Tabela 2 – Número de clientes e consumo de 2020 a 2024	25
Tabela 3 – Faturação, energia faturada e preço médio de venda (preços correntes) de 2020 a 2024	26
Tabela 4 – Ações de manutenção em subestações e redes MT/AT de 2020 a 2024	29
Tabela 5 – Ações de manutenção em Postos de Seccionamento e Transformação de 2020 a 2024	29
Tabela 6 – Ações de manutenção em redes Baixa Tensão de 2020 a 2024	30
Tabela 7 – Emissão de energia elétrica, por ilha, de 2020 a 2024	31
Tabela 8 – Ponta máxima anual (kW), por ilha, de 2020 a 2024	32
Tabela 9 – Manutenções em centros produtores, 2024	34
Tabela 10 – Investimento realizado em 2024	34
Tabela 11 – Demonstração dos resultados da EDA, em 2023 e 2024	40
Tabela 12 – Balanço da EDA, em 2023 e 2024	44
Tabela 13 – Resultados do período da EDA, em 2023 e 2024	46
Tabela 14 – Evolução da dívida financeira da EDA, em 2023 e 2024	48
Tabela 15 – Custos e proveitos financeiros da EDA, em 2023 e 2024	48
Tabela 16 – Custo médio de financiamento EDA de 2008 a 2024	49
Tabela 17 – Indicadores de atividade, de 2020 a 2024	61
Tabela 18 – Número de trabalhadores da EDA, por género, de 2020 a 2024	62
Tabela 19 – Indicadores Económicos da EDA (matérias sociais)	62
Tabela 20 – Empresas incluídas na consolidação	74
Tabela 21 – Indicadores económico financeiros da EDA de 2020 a 2024	77
Tabela 22 – Produção de energia elétrica de base renovável, por recurso e por ilha em 2024	78
Tabela 23 – Indicadores económico financeiros da EDA Renováveis, de 2020 a 2024	80
Tabela 24 – Investimento realizado em 2024	81
Tabela 25 – Indicadores económico financeiros da GLOBALEDA, de 2020 a 2024	84
Tabela 26 – Indicadores económico financeiros da SEGMA, de 2020 a 2024	86
Tabela 27 – Demonstração dos resultados consolidada do Grupo EDA, em 2023 e 2024	88
Tabela 28 – Balanço consolidado do Grupo EDA, em 2023 e 2024	91
Tabela 29 – Resultados do período do Grupo EDA, em 2023 e 2024	93
Tabela 30 – Evolução da dívida financeira do Grupo EDA, em 2023 e 2024	95
Tabela 31 – Custos e proveitos financeiros do Grupo EDA, em 2024	95
Tabela 32 – Custo médio de financiamento Grupo EDA e EDA de 2008 a 2024	96
Tabela 33 – Indicadores económico-financeiros do Grupo EDA, de 2020 a 2024	97
Tabela 34 – Garantia da segurança no abastecimento - riscos e oportunidades	105
Tabela 35 – Inspeções e manutenções à rede	106
Tabela 36 – Satisfação do cliente – impactos, riscos e oportunidades	109
Tabela 37 – Eixos estratégicos, temas materiais e linhas de atuação	118

Tabela 38 – <i>Stakeholders</i> – expectativas e canais de comunicação	121
Tabela 39 – Certificações das atividades do Sistema de Gestão do Grupo EDA	124
Tabela 40 – Alterações climáticas e transição energética – impactos, riscos e oportunidades	135
Tabela 41 – Eficiência energética e de recursos – impactos, riscos e oportunidades	144
Tabela 42 – Emissões atmosféricas poluentes das centrais termoelétricas	152
Tabela 43 – Medidas implementadas na rede de distribuição para reduzir o impacto na avifauna	154
Tabela 44 – Gestão do capital humano – impactos, riscos e oportunidades	159
Tabela 45 – Saúde e segurança ocupacional – impactos, riscos e oportunidades	168
Tabela 46 – Cibersegurança – impactos, riscos e oportunidades	183
Tabela 47 – Desempenho económico e sustentável – impactos, riscos e oportunidades	187

ÍNDICE DE GRÁFICOS

	<i>Pág.</i>
Gráfico 1 – Comparação do consumo per capita, RAA, RAM, Portugal e UE27	16
Gráfico 2 - Consumo per capita de 2020 a 2024*	17
Gráfico 3 - Consumo (GWh) e número de instalações em 2024.....	17
Gráfico 4 – Aquisição de energias renováveis e RSU (GWh) por ilha e por tecnologia, em 2024.....	19
Gráfico 5 – Estrutura da emissão própria e aquisição de energia por ilha e por tecnologia, em 2024.....	19
Gráfico 6 - Evolução do preço médio de venda (preços correntes) de 2020 a 2024.....	26
Gráfico 7 - Indisponibilidades totais por ilha de 2022 a 2024.....	27
Gráfico 8 - Potência térmica instalada por ilha	30
Gráfico 9 – Peso do consumo de serviços auxiliares na produção por ilha	31
Gráfico 10 - Evolução da ponta máxima (kW), por ilha, de 2020 a 2024.....	32
Gráfico 11 - Investimento total a preços correntes 2020 a 2024	35
Gráfico 12 – Investimento a custos técnicos de 2020 a 2024.....	35
Gráfico 13 - EBIT e EBITDA, da EDA em 2023 e 2024.....	46
Gráfico 14 – Resultados da EDA em 2023 e 2024.....	47
Gráfico 15 – Resultados por ação da EDA em 2023 e 2024 (em euros)	47
Gráfico 16 – Estrutura Acionista	50
Gráfico 17 – Indicadores financeiros EDA, de 2020 a 2024	60
Gráfico 18 – Evolução da base de ativos regulada, por atividade e taxa média de remuneração de 2020 a 2024.....	60
Gráfico 19 – Remuneração do Ativo, por atividade, de 2020 a 2024	61
Gráfico 20 – Universo da consolidação das empresas do Grupo EDA, em 2024	73
Gráfico 21 – Produção de energia elétrica de base renovável, por recurso, de 2020 a 2024.....	79
Gráfico 22 – Investimento total a preços correntes 2020 a 2024.....	82
Gráfico 23 – Investimento a custos técnicos de 2020 a 2024.....	82
Gráfico 24 – EBIT e EBITDA, do Grupo EDA em 2023 e 2024.....	93
Gráfico 25 – Resultados do Grupo EDA em 2023 e 2024.....	94
Gráfico 26 – Valor Económico Gerado e Distribuído, entre 2020 e 2024.....	97
Gráfico 27 – Modelo de <i>Governance</i>	113
Gráfico 28 – Cadeia de valor do Grupo EDA.....	114
Gráfico 29 – Matriz de materialidade	116
Gráfico 30 – Eixos estratégicos.....	118
Gráfico 31 – Principais categorias de stakeholders do Grupo EDA.....	120
Gráfico 32 – Cenário de Descarbonização do Grupo EDA	129
Gráfico 33 – Plano de Descarbonização do Grupo EDA.....	130
Gráfico 34 – Emissões brutas de GEE do Grupo EDA (tCO ₂ e)	140
Gráfico 35 – Emissões brutas de GEE de âmbito 1 (tCO ₂ e)	141
Gráfico 36 – Emissões brutas de GEE de âmbito 2 (tCO ₂ e)	142

Gráfico 37 – Emissões brutas de GEE de âmbito 3 (tCO ₂ e)	143
Gráfico 38 – Emissões de GEE evitadas (tCO ₂ e)	143
Gráfico 39 – Consumo total de energia em 2024 (MWh)	148
Gráfico 40 – Consumo de energia renovável em 2024 (MWh)	148
Gráfico 41 – Consumo de água nas centrais termoelétricas do Grupo EDA	149
Gráfico 42 – Relação entre o uso da água pelo Grupo EDA e a quantidade de água disponível nas ilhas da RAA	150
Gráfico 43 – Produção de resíduos do Grupo EDA	151
Gráfico 44 – Tipologia dos resíduos do Grupo EDA	151
Gráfico 45 – Destino dos resíduos do Grupo EDA	151
Gráfico 46 – Emissões específicas de poluentes atmosféricos nas centrais termoelétricas do Grupo EDA (g/kWh)	152
Gráfico 47 – Estado de Conservação das espécies protegidas na RAA, segundo classificação da IUCN	153
Gráfico 48 – Impacte das atividades do Grupo EDA na biodiversidade	154
Gráfico 49 – Horas de formação do Grupo EDA	162
Gráfico 50 – Participações nas formações	162
Gráfico 51 – Análises de desempenho (%)	163
Gráfico 52 – Número de acidentes com baixa	166
Gráfico 53 – Número de acidentes sem baixa	167
Gráfico 54 – Índice de Frequência	167
Gráfico 55 – Índice de Gravidade	168
Gráfico 56 – Patrocínios atribuídos em 2024	173

A – RELATÓRIO DE GESTÃO

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

O Relatório de Gestão é o documento abrangente que detalha o desempenho financeiro e operacional ao longo de cada ano. Destaca também o nosso compromisso com a sustentabilidade, a eficiência operacional e a responsabilidade social, refletindo um ano intenso com muitos desafios e algumas conquistas.

Face aos acontecimentos dos últimos anos e à conjuntura geopolítica e económica internacional, que mostrou resiliência apesar dos conflitos e tensões internacionais que continuaram, o ano de 2024 manteve no sector da energia algumas das incertezas e dificuldades, uma vez que continuamos a assistir à subida dos preços dos fornecimentos de bens, serviços e empreitadas, sobretudo pela elevada procura que se verifica a nível regional, nacional e internacional nos mercados de construção e de energia, e às dificuldades ainda sentidas nas cadeias de abastecimento.

A organização continua focada num rigoroso e permanente controlo dos custos em todas as empresas do Grupo, em especial no caso da EDA, face ao quadro regulatório a que está sujeita.

Ao nível interno, o ano de 2024 ficou marcado especialmente por quatro situações com implicações diretas na nossa atividade e que, no nosso entender, deverão ser aqui realçadas.

Em primeiro lugar, a crise energética sentida na ilha de São Miguel entre finais de setembro e meados de outubro de 2024 originada por uma grave avaria num dos grupos geradores diesel de maior potência da Central do Caldeirão, e que ainda levará meses a solucionar. Naquela altura estava a decorrer uma grande revisão planeada a outro grupo gerador de maior potência daquela Central. Com dois grupos geradores de maior dimensão fora de serviço, a garantia do abastecimento de energia elétrica ficou em risco, por termos ficado sem reserva para fazer face a eventuais outras avarias que pudessem ocorrer nos diversos equipamentos produtores, onde se incluem também as Centrais Geotérmicas.

Foi nomeado um gabinete de crise, ainda em funções, para coordenar todas as ações a tomar, que passaram pela antecipação do término da revisão em curso, bem como pelo aluguer temporário de alguns grupos geradores diesel móveis e de uma central contentorizada de produção de emergência de 5,2 MW, entre outras medidas, assim como acionado um plano de contingências para assegurar a continuidade e garantia do fornecimento de energia na ilha de São Miguel.

Desde finais de julho de 2024 que fomos confrontados com um aumento substancial no consumo, certamente relacionado com as elevadas temperaturas que se fizeram sentir nos Açores nessa altura, as mais altas alguma vez registadas. Na altura da avaria as condições climáticas nem sempre foram as mais favoráveis para a produção renovável de origem eólica e fotovoltaica, dificultando a nossa capacidade de produção de energia.

Foi possível ultrapassarmos estas dificuldades em meados de outubro. Tal só foi possível pela mobilização, envolvimento e esforço de todos, tanto das equipas da EDA, como das da EDA Renováveis e da SEGMA, bem como de todos os nossos parceiros, clientes e fornecedores de serviço. Foram todos fundamentais para a rápida regularização da situação.

O sucesso no cumprimento da nossa missão nasce do contributo de todas as nossas pessoas. É com muito orgulho e satisfação que vimos esta mobilização, demonstrando o espírito de união, capacidade de trabalho, de entrega e de resiliência das nossas pessoas. Estas dificuldades e desafios sempre fizeram e continuarão a fazer parte da nossa atividade.

Em segundo lugar, outro dos acontecimentos negativamente marcantes foi a rescisão do contrato de financiamento de 22,5 milhões de euros do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para implementar os sistemas de reserva rápida tipo BESS (baterias) para as ilhas de Santa Maria, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo. Tanto os concursos públicos realizados, que ficaram desertos, como as consultas preliminares ao mercado conduziam a preços muito acima do expectável e justificável pela inflação, fazendo com que o PRR só suportasse cerca de 25% do investimento destes projetos, colocando assim em causa a sua viabilidade económica. Fomos também confrontados com prazos muito longos para a concretização destes projetos, antevendo-se uma provável possibilidade de alguns se prolongarem para além da data de conclusão do PRR, colocando assim em risco todo o financiamento. Tentámos renegociar estes projetos, propondo a redução do âmbito com o objetivo de maximizar a utilização dos fundos na comparticipação dos projetos e, também, mitigar o risco de excedermos a data-limite, proposta não aceite pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal. Continuamos atentos a novos programas de financiamento comunitário que possam possibilitar a implementação destes projetos, que continuam a ser essenciais para a descarbonização dos nossos sistemas elétricos.

Em terceiro lugar, no final de abril de 2024, ocorreu a contratualização do projeto de investimento de conceção, fornecimento, instalação, ensaios e colocação em serviço da estrutura de *smart metering*, dando-se assim início à primeira fase de implementação do projeto para a instalação das redes inteligentes nos Açores, que se prevê que venha a ser concluído até ao final de 2028. Esta fase do projeto, que se prolongará até março de 2026, considera a instalação de 10.000 contadores inteligentes, em todas as ilhas, a implementação das infraestruturas de comunicação, bem como a plataforma de *smart metering*. Este projeto estruturante irá transformar a forma como a empresa interage com os seus clientes, permitindo a introdução de medidas de flexibilização na operação e controlo das nossas redes elétricas.

Por fim, em novembro de 2024, foi anunciada a decisão do Governo Regional dos Açores de alienar a sua participação em duas empresas do Grupo EDA, a SEGMA e a GLOBALEDA. Já iniciamos a análise das alternativas, e apresentaremos aos acionistas as possíveis soluções encontradas, maximizando o valor para a EDA e salvaguardando o futuro destas empresas e dos seus trabalhadores.

Ao nível da gestão interna, mantivemos o foco na racionalização da estrutura organizacional, promovendo a eficiência, a agilidade e simplificação dos processos, sem descuidar as preocupações

com a segurança, a qualidade e o ambiente, de modo a garantir um local de trabalho seguro e saudável.

Mantivemos também o foco na ética e na transparência, através da operacionalização do Plano de Prevenção da Corrupção e do Código de Conduta para promover a integridade e transparência no seio do Grupo EDA.

O Grupo EDA continuará profundamente empenhado no desafio da transição energética dos Açores, contribuindo para a sustentabilidade ambiental, mas acima de tudo para reforço da autonomia energética da Região, preocupação estratégica face às crescentes ameaças e riscos de abastecimento do exterior. Contudo, o foco principal continuará a ser a sustentabilidade financeira da empresa.

No que concerne ao desempenho do ano, a emissão de energia elétrica nos Açores cresceu 3,1%, impulsionado sobretudo pelo aumento da atividade turística.

Mesmo com um aumento das vendas, o volume de negócios da EDA apresenta uma redução de 2,6% relativamente a 2023, tendo ascendido aos 264,6 milhões de euros. Ainda assim, atingiu o segundo valor mais elevado da história.

A energia renovável representou 32,7% da emissão de energia na região, com destaque para a energia geotérmica. Este resultado é inferior ao registado nos anos anteriores. Uma das razões para esta redução prende-se com a diminuição da produção eólica, justificada pela alteração significativa do padrão atmosférico normal e da desativação dos antigos parques eólicos de Santa Maria, São Jorge e Flores para darem lugar à instalação de novos aerogeradores de maior potência. Outra razão prende-se com a redução em cerca de 50% da produção da Central Geotérmica do Pico Alto, na ilha Terceira, que resultou de um abaixamento da pressão à cabeça dos poços em exploração desde finais de 2023. O aumento da produção nas centrais Geotérmicas da ilha de São Miguel não foi suficiente para compensar esta redução. Esta situação originou o registo do reforço de uma imparidade nas contas da EDA Renováveis de cerca de 1,5 milhões de euros, com impacto direto nos resultados da EDA. Contudo, a EDA Renováveis continua a encetar esforços para reverter esta situação, com o apoio de consultores externos especializados.

A compensação tarifária contabilizada pela EDA em 2024 atingiu cerca de 111,2 milhões de euros, com um acréscimo de 10,7 milhões de euros em relação ao ano anterior. A variação deve-se principalmente a dois fatores: os proveitos recuperados pela faturação aos clientes e ao aumento dos gastos com combustíveis.

Foi mantida a estratégia de um rigoroso controlo rigoroso dos custos. Os gastos com o pessoal na EDA aumentaram 1,8 milhões de euros face a 2023, fruto do aumento salarial de 5,14% efetuado no ano em apreço e dos automatismos previstos no Acordo da Empresa para progressão nas carreiras. Esta evolução dos gastos com pessoal foi contida pela redução e diferimento de novas contratações. Contudo, uma vez mais alertamos que subsiste a necessidade de assegurar o rejuvenescimento e ajustamento do quadro de pessoal, uma vez que existe um leque muito grande de trabalhadores próximos da idade de reforma, sendo necessário assegurar uma adequada perpetuação do conhecimento.

O resultado líquido da EDA foi de 10,4 milhões de euros em 2024, com um decréscimo de 6,7 milhões de euros face ao ano anterior. Contudo, se desconsiderarmos os resultados extraordinários e irrepetíveis obtidos em 2023, o resultado de 2024 está em linha com o obtido em 2023, conforme previsto no Plano Plurianual e Estratégico aprovado. O resultado positivo obtido foi exclusivamente garantido pelas subsidiárias do Grupo EDA, uma vez que pela primeira vez na sua história a atividade da EDA regulada originou resultados negativos. O resultado operacional totalizou cerca de 26,8 milhões de euros, o que representa uma redução de 16,5% face a 2023. O EBITDA, resultado antes de impostos, amortizações e juros, foi de 56,9 milhões de euros, menos 6,1% em termos homólogos.

Em 2024 o volume de investimentos ascendeu aos 46 milhões de euros, menos 33 milhões de euros do que em 2023, contrariamente à tendência ascendente dos anos de 2022 e 2023. Esta redução no investimento deveu-se em parte à não realização das obras dos sistemas BESS previstas no PRR, e pelo atraso de algumas empreitadas. A implementação do nosso plano de investimentos enfrenta desafios significativos, como a complexidade técnica de alguns projetos, a necessária gestão criteriosa dos recursos financeiros disponíveis, os requisitos exigidos na contratação pública, as dificuldades sentidas nas cadeias de fornecimento e de logística, bem como as exigências legais e regulatórias cada vez mais complexas. O aumento exponencial dos custos e a dificuldade de obtenção de propostas dos concursos submetidos ao mercado, mesmo com preços base revistos em alta, devido à elevada procura atual no mercado e à falta de mão de obra especializada, aumenta a incerteza sobre a capacidade de se concretizar alguns dos investimentos no calendário definido.

O financiamento total obtido foi de 379,2 milhões de euros, incluindo tanto o financiamento corrente quanto o não corrente, tendo-se conseguido em 2024 uma redução do endividamento bancário de 8,1 milhões de euros, essencialmente por via da redução da realização do investimento. As condições de financiamento continuam desfavoráveis, e em 2024 os encargos financeiros da EDA totalizaram os 15,8 milhões de euros, mais 2,1 milhões de euros do que em 2023. Este aumento foi influenciado principalmente pelo incremento que se verificou nas taxas de juro das diretoras do Banco Central Europeu entre 2022 e 2023, cujo efeito ainda se faz sentir no custo médio de financiamento da empresa, o que exige prudência e criticidade na gestão do nosso plano de investimentos. É prioritário realizarmos uma boa gestão da nossa dívida, acautelando a sustentabilidade futura das nossas empresas. O passivo total da EDA foi de 454,4 milhões de euros.

O ativo líquido total da EDA foi de 744,8 milhões de euros e registou-se um aumento nos capitais próprios de 12 milhões de euros face a 2023, totalizando assim 290,3 milhões de euros. A agência de rating *Moody's* divulgou, no passado dia 7 de outubro, a atualização da *Credit Opinion* sobre a EDA, confirmando a notação Ba1, com perspetiva estável. Os ratings da EDA, incluindo o rating de longo prazo da família empresarial, mantêm-se inalterados.

A EDA, utilizando a sua *"Framework for Green Financing"*, já tem um pacote de financiamentos Verdes de 110 milhões de euros, continuando a dar passos em matéria de sustentabilidade no financiamento bancário.

Relativamente às subsidiárias do Grupo EDA, apesar da conjuntura e outras circunstâncias que afetaram a respetiva atividade, o desempenho financeiro foi globalmente favorável. A EDA Renováveis

obteve um resultado líquido de cerca de 10,8 milhões de euros, a SEGMA obteve um resultado líquido de cerca 1,04 milhões de euros, registrando o maior volume de negócios da sua história. Em contraciclo, a GLOBALEDA apresentou um resultado negativo de quase 1 milhão de euros, pois foi afetada pela estagnação do mercado onde atua e por dificuldades estruturais da empresa.

Por fim, o Conselho de Administração gostaria de manifestar o seu agradecimento a todos os 964 trabalhadores do Grupo EDA contabilizados no final de 2024, aos trabalhadores que se aposentaram até essa data, às diversas estruturas recreativas e representativas dos trabalhadores, aos gerentes e administradores das nossas subsidiárias, aos órgãos de gestão que cessaram funções em 2024, bem como aos nossos clientes, aos fornecedores e aos acionistas pela confiança mantida na EDA, ressaltando que o futuro sustentável das nossas empresas constrói-se com todos e para todos.

A1 – EDA S.A.

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SETORIAL

1.1. Enquadramento Macroeconómico

A economia global mundial demonstrou resiliência em 2024, apesar da permanência dos conflitos entre a Rússia e a Ucrânia e das tensões no médio oriente. A nível financeiro, verificou-se a diminuição gradual das restrições financeiras ao longo do ano com as frequentes revisões às taxas de referência de juro pelo Banco Central Europeu (BCE) e com o corte promovido pela Reserva Federal Norte-Americana (FED) no último trimestre de 2024.

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento da economia mundial deverá situar-se nos 3,2%. O comércio global manteve-se robusto, espelhando, de alguma forma, a antecipação de importações de bens, dado o contexto de incerteza na política comercial da nova administração americana. A expansão da indústria transformadora da China e o crescimento das suas exportações contrabalançou o efeito da diminuição do consumo interno e da baixa confiança do consumidor chinês. Nos Estados Unidos, o bom desempenho da economia em 2024, deveu-se principalmente à *performance* do seu consumo interno. A inflação, na publicação de janeiro de 2025 do FMI, estima-se que para 2024 será 5,7%, diminuindo para 4,2% em 2025 e 3,5% em 2026. Contudo, tendo em conta as alterações de política comercial americana no início de 2025 e a sua manutenção, é esperado o crescimento da inflação. No início do corrente ano, os EUA impuseram aumentos de tarifas aduaneiras a alguns países como México, Canadá, China e à União Europeia, obrigando a uma resposta na mesma medida, por parte destas regiões. A incerteza do impacto global deste choque na economia mundial, criou um sentido de cautela comercial e reajuste das exportações. O relatório mais recente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), de março de 2025, indica que a economia mundial deverá crescer 3,1% em 2025 e 3% em 2026.

A economia europeia estagnou no último quadrimestre de 2024, resultado de uma contração da indústria transformadora, atenuada pelo crescimento na área dos serviços. Apesar do abrandamento no final do ano passado, o sentimento de recuperação da economia europeia mantém-se com indicadores fortes no mercado de trabalho, com mínimos de desemprego e aumentos de rendimentos das famílias, fomentando a confiança dos consumidores. As condições mais favoráveis de crédito, permitirão impulsionar o consumo privado e o investimento. O Banco Central Europeu (BCE), na publicação de março 2025, estima que o PIB real em 2024 será de 0,8%, aumentando para 0,9% em 2025 e 1,2% em 2026. A inflação deverá situar-se nos 2,4% em 2024, caminhando para 2% nos anos seguintes (2,3% em 2025 e 1,9% em 2026). Apesar da atual contração da economia alemã e francesa, projeta-se um fortalecimento do investimento da economia europeia, notando-se o efeito da mobilização dos fundos do programa “*Next Generation EU*”, melhorando a procura interna e externa. Apesar do caminho positivo da economia europeia, a incerteza quanto à política comercial a par dos problemas de competitividade da área do euro, resulta em perdas de quota de mercado nas exportações.

O desempenho da economia portuguesa, assenta em grande parte nas mesmas condicionantes da economia europeia. A robustez do mercado de trabalho, traduz-se num baixo nível de desemprego e de maior rendimento disponível. A melhoria das condições financeiras, bem como o crescimento da procura externa e o efeito dos fundos europeus, dinamizaram a atividade portuguesa, prevendo-se que estas condições permaneçam até 2026. Espera-se um abrandamento em 2027 da economia portuguesa com o término do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). O Banco de Portugal no seu relatório de dezembro de 2024, refere que o PIB nacional em 2024 deverá atingir os 1,7%, crescendo para 2,2% em 2025 e 2026, diminuindo 0,5 p.p. em 2027. Quanto à inflação, e de acordo com a mesma fonte, esta deverá manter uma tendência descendente, com a variação do Índice Harmonizado dos Preços ao Consumidor a situar-se nos 2,6% para 2024. O Banco de Portugal prevê que este indicador diminua para 2,1% em 2025 e 2,0% em 2026. Não estando alheio ao contexto internacional, o mercado americano está no 4º lugar dos principais destinos dos bens portugueses, representando 6,7% das exportações, podendo ser afetadas por eventuais aumentos de tarifas aduaneiras impostas pelos EUA.

O Produto Interno Bruto no final de 2024 registou um crescimento de 1,7%.

O indicador de atividade económica para a região açoriana (IAE), demonstrou crescimentos positivos ao longo de 2024, com variações entre os 1,3% e os 2% face aos mesmos períodos de 2023, terminando o ano com 1,8%. A confiança dos açorianos na economia tem sido positiva, denotando-se um crescimento do consumo privado ao longo de 2024. Neste indicador, verificou-se o aumento face ao ano anterior de 0,9% em janeiro, 3,6% em junho e 5,6% em dezembro.

A balança comercial açoriana tem-se mostrado dinâmica com o crescimento de 5,4% das exportações e 14,7% das importações em 2024. A procura turística na Região Autónoma dos Açores apresentou um aumento face ao período homólogo que se reflete num crescimento de 12,4% nas dormidas. Quanto ao número total de hóspedes que deram entradas nas diversas tipologias de alojamento em 2024, verificou-se um aumento de 9%, pelo que se infere que o número de noites *per capita* aumentou face ao ano anterior. O desembarque de passageiros nos aeroportos da região aumentou 8,3% face a 2023, ou seja, teve um acréscimo de 177 mil passageiros. No sector secundário, Indústria e energia, realça-se a diminuição de 4,5% na quantidade de leite para consumo entregue em fábrica, relativamente a 2023. No que concerne ao setor da construção, registou-se um aumento de 2,8% no número de licenciamentos efetuados, relativamente a 2023, sendo que, do total de licenciamentos requeridos, 69,6% referiram-se a novas construções.

A população ativa no 4º trimestre de 2024 ascendia aos 126,5 milhares de pessoas, das quais 119,7 milhares empregadas. A taxa de desemprego na Região Autónoma dos Açores fixou-se em 6,9% no 4.º trimestre de 2024.

1.2. Enquadramento Setorial

EVOLUÇÃO DA PROCURA DE ELETRICIDADE

O mercado da eletricidade da Região caracteriza-se pela sua reduzida dimensão e dispersão pelas nove ilhas do arquipélago, bem como por uma estrutura de consumo de eletricidade predominantemente de comércio e serviços (incluindo serviços públicos) que representam 44,5% do total. Os consumos decorrentes de utilizações domésticas e industriais representam 37,3% e 16,1%, respetivamente.

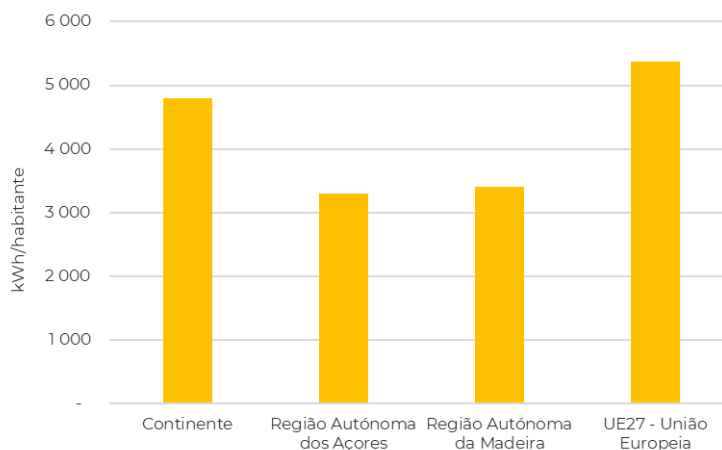
A maior concentração geográfica de clientes encontra-se nas ilhas de São Miguel e Terceira, que comportam 78,8% do consumo de energia elétrica e 73,2% do número de instalações.

Após um ciclo de crescimentos na emissão de energia elétrica (2015-2018), verificou-se, em 2019 e 2020, anos marcados pelo estado de pandemia, decréscimos de 0,2% e 3,1%, respetivamente. Recuperando a tendência anterior à pandemia, em 2021, 2022 e 2023 observaram-se crescimentos de 5,1%, 1,8% e 1,5% na emissão de energia elétrica. Em 2024, e acompanhando a tendência dos últimos anos, observou-se uma evolução positiva de 3,1% da emissão de energia elétrica, principalmente impulsionado pelo aumento da atividade turística.

Em 2024 observou-se um crescimento de 3,1% na emissão de energia elétrica

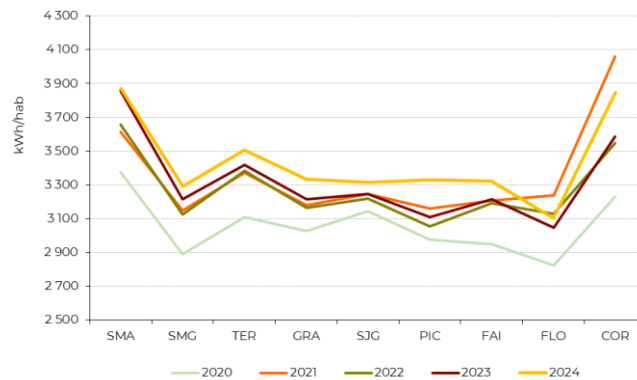
Em 2024, a taxa de crescimento do consumo *per capita*¹ na Região foi de 2,7%, traduzindo um rácio de 3.355 kWh/habitante. O maior consumo, medido em kWh por habitante, foi registado na ilha de Santa Maria, com um valor de 3.869 kWh/habitante, e o mais baixo na ilha das Flores, de 3.104 kWh/habitante. Em termos relativos, o consumo *per capita* na RAA corresponde a cerca de menos 31% e 39%, comparativamente ao mesmo indicador em Portugal Continental e média da UE27, respetivamente.

Gráfico 1 – Comparação do consumo per capita, RAA, RAM, Portugal e UE27²

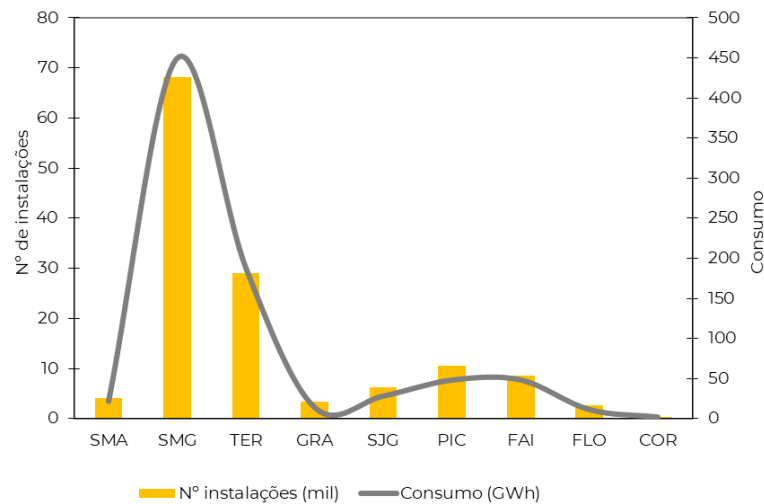


¹ No cálculo do consumo anual *per capita*, foram utilizados os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística para o ano de 2023. Foi considerado o consumo de 2024 e a estimativa de população residente 2023.

² Fontes: Portugal, RAA e RAM – Estimativa de população residente do INE 2023 e dados de consumo de energia DGEG 2023; UE27: EUROSTAT (dados provisórios relativos a 2023)

Gráfico 2 - Consumo per capita de 2020 a 2024*

* - Consumo de 2024 e estimativa de população residente do INE de 2023

Gráfico 3 - Consumo (GWh) e número de instalações em 2024 nas diversas ilhas açorianas

Inclui instalações de Média Tensão, Baixa Tensão, Iluminação Pública e Consumos próprios

Na RAA registou-se, em 2024, um crescimento do consumo de eletricidade na ordem dos 2,7%, com destaque para a evolução positiva de 2,8% no segmento do comércio e serviços, incluindo serviços públicos, justificado pelo aumento da atividade turística. Em sentido contrário, ocorreu a redução do consumo na iluminação pública de -5,5%, consequência da campanha de substituição de luminárias VSAP (vapor de sódio de alta pressão) por LED, que já atingiu os 70% de realização.

EMIÇÃO PRÓPRIA E AQUISIÇÃO DE ENERGIA

A emissão própria e a aquisição anual de eletricidade atingiram os 861,2 GWh, correspondendo a um acréscimo de 3,1% relativamente ao ano anterior. A emissão própria, de origem térmica (fuelóleo e gasóleo) contribuiu com 65,7%, registando um aumento 6,8% face a 2023, destacando-se a emissão a fuelóleo, com 58,4% do *mix* de emissão. A aquisição de energia elétrica, de origem renovável, não incluindo RSU, totalizou 281,5 GWh, representando cerca de 32,7% da energia injetada na rede, registando um decréscimo de 3,6% face a 2023. A preponderância foi da energia de origem geotérmica que representou cerca de 20,6% do valor total do *mix* de emissão. De assinalar que, em 2024, a produção com origem geotérmica, apesar do acréscimo de 2,2% em São Miguel, reduziu 3,4% em termos globais, consequência do declínio do recurso geotérmico na central do Pico Alto, que resultou numa redução de 50% da sua produção face aos valores de 2022. Em 2024, também a produção com origem eólica, que representou 7,7% do valor total da emissão, teve um decréscimo de 9,6%, fruto de condições climatéricas desfavoráveis registadas ao longo do ano e da renovação dos parques eólicos nas ilhas de Santa Maria, São Jorge e Flores que envolveu a desativação prévia dos aerogeradores antigos para permitir instalar novos de maior potência. A produção com origem hídrica, que em 2024 representou 3,8% da emissão total da região, teve uma evolução positiva de 5,5%, uma vez que a indisponibilidade da central dos Túneis no ano anterior causada pela depressão Óscar desapareceu.

Em 2024, a energia renovável representou 32,7% da emissão de energia na RAA

Atualmente, encontram-se em curso e em preparação investimentos no âmbito das energias renováveis que irão permitir aumentar o seu contributo nos sistemas elétricos dos Açores, aonde se destaca o início dos trabalhos de ampliação da Central Geotérmica do Pico Vermelho, que permitirá um aumento significativo na produção geotérmica nos Açores. A introdução de mecanismos que concorram para uma maior capacidade de penetração de energias renováveis, nomeadamente sistemas de reserva rápida do tipo BESS (*Battery Energy Storage System*), reveste-se da maior importância, não apenas pela diminuição da dependência dos combustíveis fósseis, por parte da RAA, mas também por potenciar o aumento da sustentabilidade da nossa atividade.

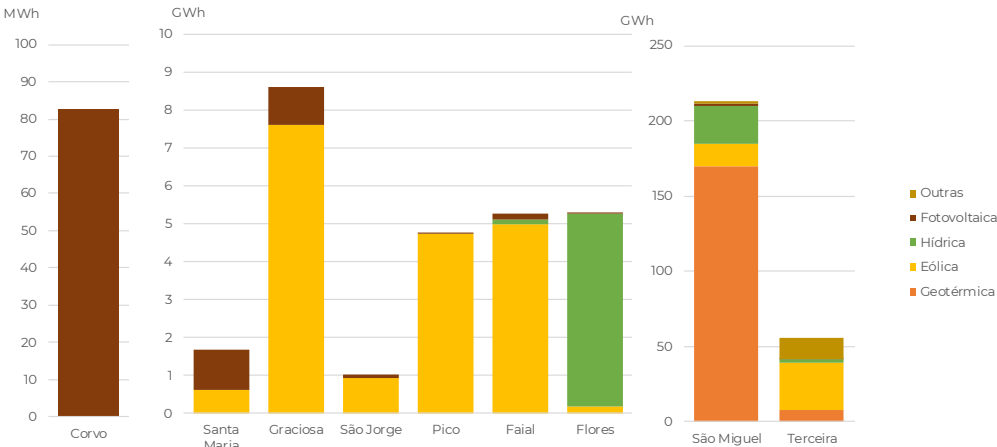
Alinhado com a estratégia europeia onde vários países aprovaram moções que proíbem a venda e circulação, em cidades, de automóveis de combustão interna nas próximas décadas, através de mecanismos de incentivo à adoção do veículo elétrico, também na Região têm existido programas de atribuição de incentivos financeiros para a aquisição de veículos elétricos e de pontos de carregamento. A implementação de um programa de mobilidade elétrica tem merecido a atenção das entidades governamentais, potenciando os Açores, no contexto dos espaços insulares europeus, como um verdadeiro *Living Lab* de soluções para a mobilidade elétrica, tendo em consideração o seu importante papel na conquista dos objetivos do desenvolvimento sustentável, bem como na descarbonização da economia, na mitigação dos efeitos das alterações climáticas e na melhoria da eficiência energética. Como tal, a EDA tem desenvolvido e participado em diversos estudos de investigação e desenvolvimento sobre o tema.

Tabela 1 – Emissão e aquisição de energia, por tecnologia, de 2020 a 2024

	2020	2021	2022	2023	2024	Var.% 23/24
Emissão própria	458,5	520,3	534,0	530,4	566,2	6,8
Fuel	403,5	466,3	474,0	471,5	502,7	6,6
Gasóleo	55,0	54,0	60,1	58,8	63,5	8,0
Aquisição	310,7	288,2	289,1	305,4	295,0	-3,4
Hídrica	30,2	34,8	34,6	30,8	32,5	5,5
Geotérmica	193,2	158,8	172,9	183,8	177,6	-3,4
Eólica	71,5	78,9	68,1	73,0	66,0	-9,6
Fotovoltaica	1,4	2,0	2,6	2,9	4,0	37,5
Outras	14,4	13,8	10,8	14,8	14,9	0,4
Total	769,2	808,5	823,1	835,7	861,2	3,1

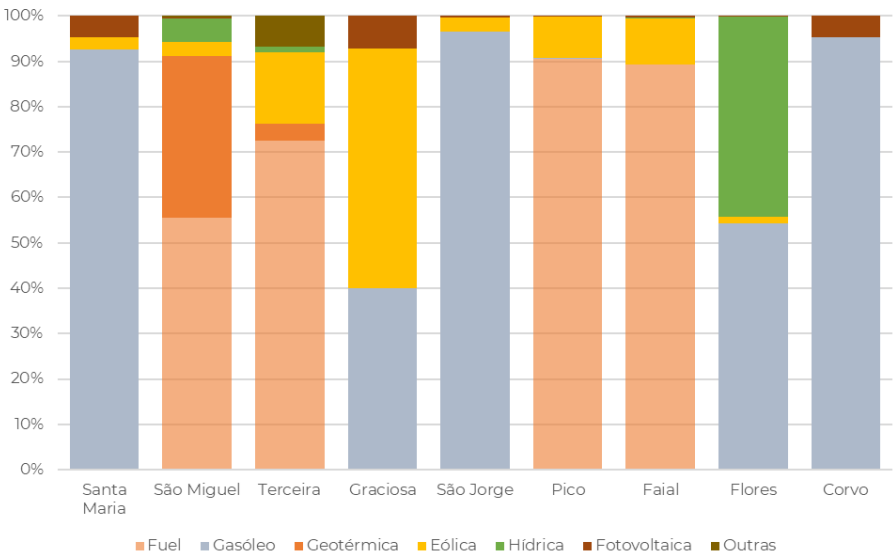
Outras: Biogás e RSU

Gráfico 4 – Aquisição de energias renováveis e RSU (GWh) por ilha e por tecnologia, em 2024



Outras: Biogás e RSU

Gráfico 5 – Estrutura da emissão própria e aquisição de energia por ilha e por tecnologia, em 2024



Outras: Biogás e RSU

1.3. Regulação Económica

As tarifas de eletricidade a cobrar aos consumidores são fixadas anualmente pela ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, de acordo com o Regulamento Tarifário, em que, para além da metodologia de determinação do nível de proveitos a proporcionar por cada tarifa, se caracteriza a metodologia de cálculo tarifário e a forma de determinação da estrutura das tarifas.

Na RAA, desde 2003, as tarifas de eletricidade são fixadas anualmente pela ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Em Portugal Continental, com a extinção das tarifas reguladas decorrente das diretivas do mercado interno de energia, os preços da eletricidade são determinados pelo mercado liberalizado, para todos os segmentos de consumidores. Através da Portaria n.º 83/2020, de 1 de abril, foi fixado o prazo para a extinção das tarifas transitórias para fornecimentos de eletricidade aos clientes finais com consumos em baixa tensão normal que não exerçam o direito de mudança para um comercializador de mercado livre, em 31 de dezembro de 2025, enquanto a extinção das tarifas transitórias para os fornecimentos de eletricidade em Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE) ocorreu em 2021 e 2022, respetivamente.

Estes princípios de liberalização do setor elétrico não se aplicam na RAA, atendendo a que a Diretiva³ que estabelece as regras comuns para o mercado interno da eletricidade foi parcialmente derogada ao abrigo do estatuto de pequena rede isolada, tendo o Regulamento Tarifário, de julho de 2023, inscrito no Artigo 169.º, n.º. 3, o seguinte:

“3 - A estrutura dos preços das tarifas de Venda a Clientes Finais da RAA em MT, BTE e BTN deve resultar da estrutura dos preços de venda a clientes finais de Portugal Continental, aplicáveis a fornecimentos em MT, BTE e BTN, respetivamente, determinados tendo em conta: (i) os resultados da monitorização dos preços de eletricidade praticados no mercado, (ii) as variações das tarifas de Acesso às Redes e (iii) os preços de energia.”

Aquando da divulgação (16 de dezembro de 2024) das tarifas e preços de energia elétrica para 2025, o regulador referiu:

“No caso da Região Autónoma do Açores (RAA) é aplicada a tarifa de Venda a Clientes Finais, não estando perspectivada a liberalização do mercado de eletricidade nessa região. Ao abrigo do estatuto de pequena rede isolada, nas Regiões Autónomas os comercializadores de último recurso continuam a desempenhar o papel de fornecedor em todos os segmentos de consumo.”⁴

Para todos os períodos regulatórios, os proveitos permitidos que integram anualmente as tarifas são determinados de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário, sendo construídos com

³ Diretiva 2019/944, de 5 de junho, transposta para a legislação portuguesa através do DL 15/2022, de 14 de janeiro, e DECISÃO DA COMISSÃO de 20 de dezembro de 2004 que deroga certas disposições da Directiva 2003/54/CE do Parlamento Europeu e do Conselho em relação ao arquipélago dos Açores.

⁴ ESTRUTURA TARIFÁRIA DO SETOR ELÉTRICO EM 2025, (Pág. 74).

base em valores previsionais, que resultam quer dos custos aceites pelo regulador, quer da aplicação dos parâmetros fixados para aquele período de regulação, aos respetivos indutores de custos, para cada atividade regulada. Dado que os proveitos permitidos previstos para as tarifas assentam nos pressupostos anteriormente descritos, existe um mecanismo de ajustamento que permite incluir nas tarifas do ano $n+2$ o diferencial que decorre do confronto daqueles com os valores efetivamente realizados e, desta forma, a empresa pode recuperar ou devolver aos consumidores o montante que resulta da aplicação deste procedimento, referente ao ano n . Refira-se, também, a existência de um mecanismo de correção dos desvios provisórios ocorridos ao nível da tarifa social e do custo com capital das atividades reguladas, efetuado no ano $n+1$.

O diferencial entre o somatório dos proveitos permitidos por atividade e as receitas obtidas, decorrentes da aplicação do tarifário, constitui o sobrecusto do fornecimento de energia elétrica na RAA.

Os sobrecustos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são incluídos na Tarifa de Uso Global do Sistema que é aplicada pelos operadores da rede de distribuição aos fornecimentos a clientes dos comercializadores a atuar no mercado liberalizado e no mercado regulado.

Períodos regulatórios 2003-2021

Desde 2003, primeiro ano da fixação pela ERSE das tarifas praticadas pela empresa concessionária do transporte e distribuição da RAA, a EDA – Electricidade dos Açores, S. A., até 2008, foi aplicada uma metodologia de regulação por custos aceites para todas as atividades reguladas da empresa. A partir de 2009, a ERSE alterou a forma de regulação das atividades de Distribuição e de Comercialização de Energia Elétrica, que passou a ser efetuada por *price cap*, com o objetivo de incentivar a empresa a obter maiores ganhos de eficiência naquelas atividades. Quanto à atividade de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, manteve-se o tipo de regulação baseada em custos aceites e na aplicação de uma taxa de remuneração sobre os ativos líquidos.

No período de regulação 2012-2014, a ERSE, através do Regulamento Tarifário publicado em julho de 2011, reviu as metodologias de regulação das atividades desenvolvidas pela empresa.

A atividade de **Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema** passou a estar sujeita a uma regulação por incentivos, com a definição de metas de eficiência para o OPEX, mediante a aplicação da metodologia de regulação por *revenue cap* ao nível destes custos, com exceção dos custos com operação e manutenção de equipamentos produtivos afetos a esta atividade.

Para as atividades de **Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica**, manteve-se a regulação por *price cap*. Os custos de exploração resultam do *mix* entre os custos fixos e os custos variáveis, que dependem dos respetivos *drivers* de custos e das metas de eficiência aplicadas.

Para todas as atividades reguladas, o CAPEX passou a ter, a partir de 2012, uma regulação por custos aceites.

Em dezembro de 2013, a ERSE procedeu à revisão de algumas disposições do Regulamento Tarifário, designadamente a introdução do mecanismo de correção dos desvios provisórios ocorridos ao nível do

custo com capital das atividades reguladas. Esta alteração foi materializada através da publicação no Diário da República, 2.ª série — N.º 2, da Diretiva N.º. 1/2014, de 3 de janeiro de 2014.

O Artigo 117.º-A da Diretiva N.º. 1/2014 estabelece que a correção dos desvios provisórios do custo com capital, referente ao ano n-1, é determinada de acordo com a estimativa dos ativos fixos para esse ano e aplicada a taxa de remuneração definitiva.

Relativamente à remuneração dos ativos (2015-2017), o regulador manteve a metodologia de equiparação do custo de capital a aplicar a cada uma das atividades da EDA com as atividades equivalentes às do Continente. Face ao anterior período regulatório, destaca-se a alteração verificada no indexante para determinação do custo de capital, passando a utilizar-se as *yields* das OT a 10 anos (em substituição dos CDS⁵), mantendo-se, assim, a indexação do valor do custo de capital base à evolução dos mercados.

Os custos com os combustíveis para a produção de energia elétrica, conforme o Regulamento Tarifário, corresponderam:

- *ao custo unitário praticado no mercado primário de referência, acrescido de margem de comercialização, e,*
- *aos custos eficientes com a descarga, armazenamento, transporte e comercialização de combustível, que foram determinados pela ERSE em resultado de um estudo realizado por um consultor externo.*

O mecanismo de otimização da gestão das licenças de emissão de dióxido de carbono (CO₂) instituído pela Diretiva ERSE n.º 2/2014, de 3 de janeiro, foi revogado no âmbito da Diretiva ERSE n.º 2/2021, de 19 de janeiro, que regula o incentivo para a gestão otimizada de CAE não cessados. Esta Diretiva é, no entanto, omissa em matéria de CO₂, aplicada à EDA. O referido mecanismo foi retomado pela Diretiva ERSE n.º 29/2022, de 22 de dezembro, vigorando a partir de 1 de janeiro de 2023.

A ERSE decidiu, através do Regulamento 6/2020, prolongar o período regulatório de 2018-2020, até 2021, considerando que a crise sanitária decorrente da pandemia do novo coronavírus gerou um elevado índice de imprevisibilidade, que não permitiu a definição consistente de novas metas e metodologias regulatórias para vigorar no horizonte de três anos, i.e. num novo período regulatório.

Para o período regulatório 2018-2021, a ERSE manteve as metodologias de regulação em vigor desde 2012 e anteriormente identificadas.

O CAPEX foi sujeito a uma regulação por custos aceites, mantendo-se o indexante para determinação do custo de capital, designadamente as *yields* das OT a 10 anos.

⁵ CDS – Credit Default Swap

Período Regulatório 2022-2025

O Regulamento Tarifário, de julho de 2023, através do número 1, do Artigo 177.º, define que: “O período de regulação em Portugal continental e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira é de quatro anos.”

Para o período regulatório 2022-2025, a ERSE manteve as metodologias de regulação aplicadas no período regulatório imediatamente anterior, embora com uma base de custos

aceites insuficiente, face aos custos reais suportados pela empresa para garantir o fornecimento de energia elétrica nas micro redes isoladas de cada uma das ilhas da Região.

A remuneração dos ativos (2022-2025) decorrerá em conformidade com o mesmo princípio de equiparação do custo de capital a aplicar a cada uma das atividades da EDA, face às atividades equivalentes do Continente. O indexante para determinação do custo de capital corresponde às *yields* das OT a 10 anos.

Os custos com os combustíveis para a produção de energia elétrica, conforme Regulamento Tarifário⁶, correspondem:

- ao custo unitário praticado no mercado primário de referência, acrescido de margem de comercialização, e,
- aos custos eficientes com a descarga, armazenamento, transporte e comercialização de combustível, determinados pela ERSE em resultado de um estudo realizado por um consultor externo, que foi atualizado em 2021.

A ERSE no âmbito da determinação dos parâmetros, para o período regulatório 2022-2025, contempla os referenciais inerentes à previsível futura utilização de fuelóleo com teor de enxofre de 0,5%, definindo, quer o respetivo mercado de referência, quer os custos eficientes com o transporte, *handling* e margem de comercialização.

Neste domínio, foi lançada pela ERSE a Consulta de Interessados n.º 4/2022 - Proposta de alteração de parâmetros a aplicar no período regulatório 2022-2025, que culminou com a publicação da Instrução n.º 9/2022, de 19 de outubro - Revisão de parâmetros para o período de regulação 2022 a 2025 para o setor elétrico. Nesta, é estabelecido um novo referencial para o fuelóleo (ARGUS em detrimento da PLATTS) e uma nova abordagem de cálculo dos custos de transporte do fuelóleo

O Regulamento Tarifário estabelece que o período de regulação em Portugal continental e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira é de quatro anos.

A ERSE definiu que, a partir de 2022, o referencial de preço para o fuelóleo, corresponde ao produto IFO 380 cst, 1% S, cargo NWE cif, USD/t, publicado pela ARGUS.

⁶ Regulamento Tarifário de julho de 2023 – Artigo 130.º

para a RAA, que passam a variar em função do custo médio do fuelóleo consumido pelos navios, para abastecimento à Região.

Os parâmetros para cálculo do custo eficiente de aquisição do fuelóleo, nomeadamente, a margem de comercialização e a forma de cálculo dos custos de transporte, foram novamente revistos em 2023 através da instrução 3/2023, de 11 de agosto, com aplicação retroativa ao ano de 2022. Segundo o n.º 2 do artigo 7.º, *“A presente Instrução produz efeitos desde 1 de janeiro 2022, inclusive, sendo as correções aos custos de referência publicados em tarifas de 2022, decorrentes da alteração dos parâmetros, tida em consideração nos ajustamentos aos proveitos permitidos de 2022 a refletir nas tarifas de 2024.”* Contudo, entendemos que com o término do atual contrato de fornecimento de fuelóleo em fevereiro de 2025 estes parâmetros deverão ser alvo de revisão.

A EDA desenvolve, assim, as atividades de produção, distribuição e comercialização de energia elétrica num contexto totalmente regulado, pela legislação em vigor e pela regulamentação emitida pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

A Lei n.º 7-A/2016 alargou, às regiões autónomas dos Açores e da Madeira, os princípios do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro, que conferem aos municípios do território continental uma renda paga pelas concessionárias no âmbito das concessões atribuídas para a distribuição de eletricidade em baixa tensão, direito esse mantido no Decreto-Lei n. 15/2022, de 14 de janeiro, que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional.

A Lei n.º 7-A/2016 veio assim corrigir esta desigualdade, atendendo à especificidade das condições de concessão regionais, atribuindo aos municípios das regiões autónomas uma remuneração pela utilização dos mencionados bens de domínio público e privado, calculada de modo equivalente às rendas pagas pelas concessionárias aos municípios do território continental, com efeitos a partir de 2016. Esta remuneração tem a natureza de um custo do tipo *pass-through*, sendo incluída nos proveitos permitidos da Atividade de Distribuição de Energia Elétrica.

Tarifa Social

A tarifa social de fornecimento de energia elétrica, a aplicar a consumidores finais economicamente vulneráveis, que passou a ter um caráter automático desde 1 de julho de 2016, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 138 -A/2010, de 28 de dezembro, e transposta para o Decreto-Lei n. 15/2022, de 14 de janeiro, sendo calculada mediante a aplicação de um desconto na tarifa de acesso às redes em baixa tensão normal.

O valor do desconto é determinado por despacho do membro do Governo responsável pela energia, ouvida a ERSE. O Despacho n.º 10557/2023, de 16 de outubro, fixou, a partir de 1 de janeiro de 2024, um desconto de 33,8% sobre as tarifas transitórias de venda a clientes finais de eletricidade.

2. DESEMPENHO

2.1. Comercial

No ano de 2024, o consumo de eletricidade ascendeu a 808,8 GWh, resultando num crescimento global de 2,7% relativamente ao ano anterior, verificando-se um crescimento da procura na baixa tensão de 4,7%, e um decréscimo da procura na média tensão de -0,7%.

No mesmo ano, a rede de distribuição abasteceu 132.981 clientes, correspondendo a uma variação positiva de 1,1%.

Tabela 2 - Número de clientes e consumo de 2020 a 2024

	2020	2021	2022	2023	2024	Var.% 23/24
Nº de Clientes	127 500	129 157	130 235	131 577	132 981	1,1
Baixa Tensão	126 734	128 389	129 418	130 763	132 044	1,0
Média Tensão	766	768	817	814	937	15,1
Consumo de Energia (GWh):	719,4	761,4	767,9	787,9	808,8	2,7
Doméstico	261,9	276,5	279,1	288,6	301,7	4,5
Comércio e Serviços	231,0	254,5	269,5	279,3	289,2	3,5
Serviços Públicos	69,0	72,6	71,6	72,4	72,4	0,0
Industriais	131,9	134,3	128,1	131,5	130,1	-1,1
Iluminação Pública	25,7	23,4	19,4	16,0	15,1	-5,5
Mobilidade Elétrica		0,1	0,1	0,0	0,3	418,8

Faturação de energia elétrica

A faturação de energia elétrica ascendeu, em 2024, a cerca de 134,5 milhões de euros, dos quais 96,3 milhões de euros correspondem a fornecimentos de energia em Baixa Tensão e 38,2 milhões de euros a fornecimentos em Média Tensão. Do total de energia faturada, 72% correspondem a energia de Baixa Tensão e 28% a Média Tensão. Estes últimos concentrados em apenas 0,7% do número total de contratos de fornecimento de energia elétrica.

O valor de faturação em 2024 apresenta um decréscimo de 8,9%, face a 2023, por via do efeito conjugado de uma descida de 11% no preço médio de venda e de um crescimento da procura de energia elétrica (sem consumos próprios) na ordem dos 3%.

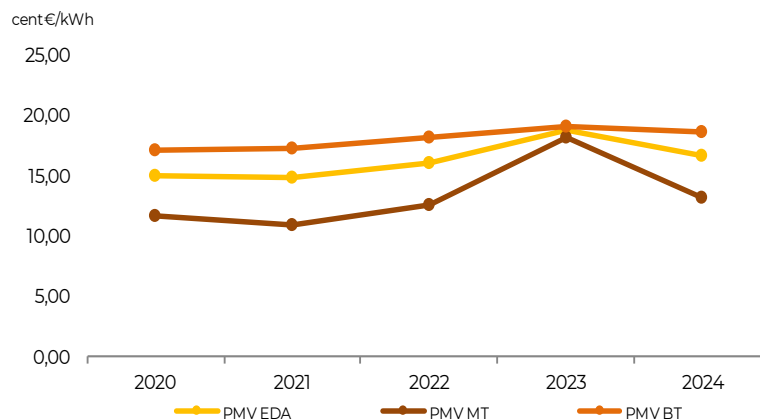
Em 2024, a faturação de energia elétrica ascendeu a cerca de 134,5 milhões euros

Tabela 3 - Faturação, energia faturada e preço médio de venda (preços correntes) de 2020 a 2024

	2020	2021	2022	2023	2024
Faturação (10³ EUR)*	108 285	113 386	123 755	147 638	134 548
Média Tensão	30 938	31 069	35 671	53 434	38 240
Baixa Tensão	77 347	82 316	88 083	94 204	96 309
Energia Faturada (GWh)**	717,6	759,3	766,1	786,2	807,1
Média Tensão	265,6	281,8	283,2	292,1	290,0
Baixa Tensão	452,0	477,5	482,9	494,1	517,1
Preço Médio Venda (cent.€/kWh)	15,09	14,93	16,15	18,78	16,67
Média Tensão	11,65	11,02	12,60	18,29	13,19
Baixa Tensão	17,11	17,24	18,24	19,07	18,62

* Não inclui energia em contadores e compensação tarifária.

** Não inclui consumos próprios.

Gráfico 6 - Evolução do preço médio de venda (preços correntes) de 2020 a 2024

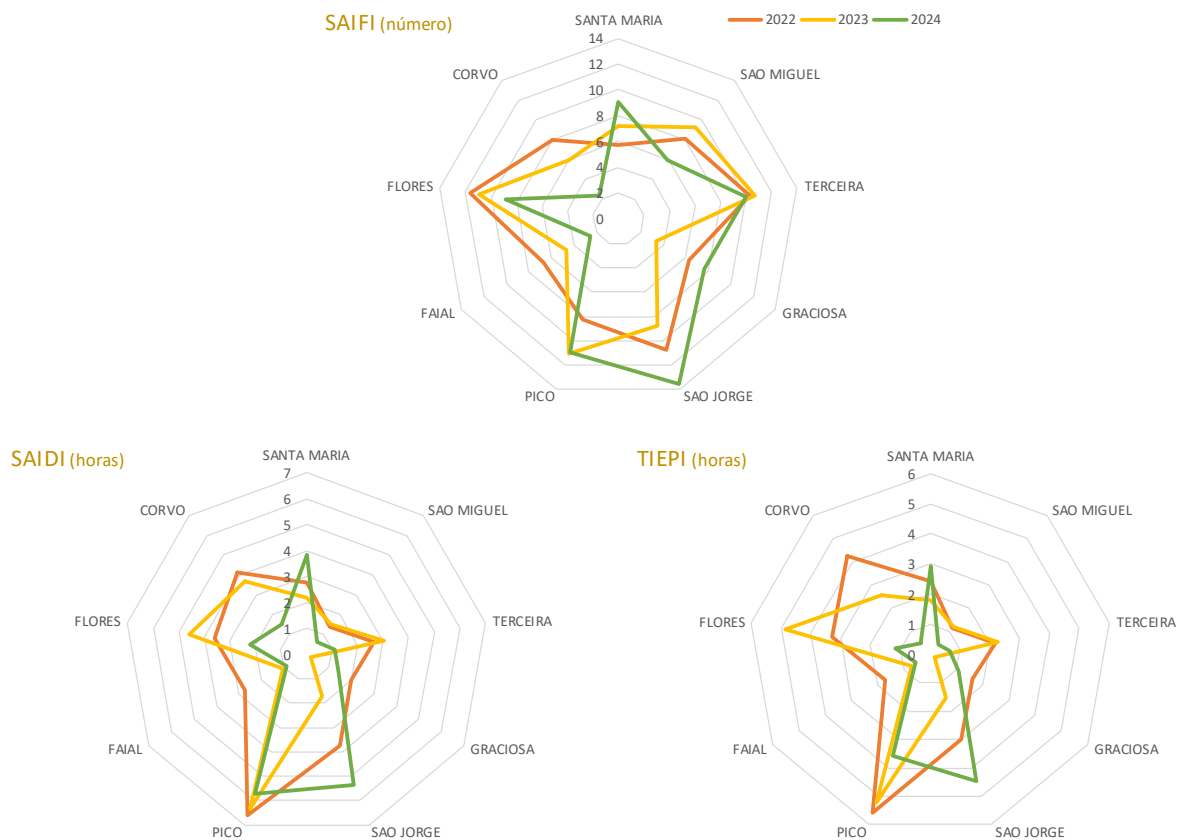
Indicadores de continuidade de serviço

A disponibilidade de fornecimento de energia elétrica, ou continuidade de serviço, é aferida por um conjunto de indicadores gerais e individuais relativos aos fornecimentos de eletricidade em média e baixa tensão. De salientar que o cálculo destes indicadores é estabelecido por normas regulamentares e incluem todas as interrupções verificadas, curtas e longas, intrínsecas aos sistemas da EDA.

Em 2024, verificou-se uma diminuição da frequência média de interrupções (SAIFI - “System Average Interruption Frequency Index”) face ao ano anterior, exceto nas ilhas Santa Maria, Graciosa e São Jorge. Relativamente à duração média de interrupções (SAIDI - “System Average Interruption Duration Index”) em pontos de entrega da rede de média tensão, verificou-se uma redução na generalidade das ilhas, com exceção, de forma análoga ao SAIFI, de Santa Maria, Graciosa e São Jorge. As diminuições mais significativas do indicador SAIDI ocorreram nas ilhas Terceira, Corvo, São Miguel e Flores. O indicador tempo de interrupção equivalente da potência instalada (TIEPI) registou um decréscimo na generalidade das ilhas, e um acréscimo nas ilhas Santa Maria, Graciosa e São Jorge, sendo o acréscimo mais acentuado registado na ilha da Graciosa.

Os indicadores gerais de continuidade de serviço têm padrões associados, definidos no Regulamento de Qualidade de Serviço, que não deverão ser ultrapassados. Para efeitos de comparação com os padrões, apenas são consideradas as interrupções acidentais longas com origem nas redes ou na produção, excluindo-se para este efeito as interrupções que tenham ocorrido durante eventos classificados pela ERSE como eventos excepcionais. A este respeito, para os indicadores sujeitos a padrões, salienta-se o seu cumprimento em todas as ilhas e zonas de qualidade de serviço.

Gráfico 7 - Indisponibilidades totais por ilha de 2022 a 2024



2.2. Transporte e Distribuição

Na mesma linha de atuação dos anos anteriores, a atividade de Transporte e Distribuição, durante 2024, pautou-se pela continuidade na adoção de medidas conducentes à melhoria da qualidade e continuidade de serviço, com menor custo e em respeito pelo ambiente, dando prioridade a ações que concorrem para o aumento da fiabilidade das instalações, bem como a ações de automatização de ativos essenciais para permitir o seu comando e controlo remotamente.

A empresa tem mantido uma postura de permanente procura de soluções técnicas mais adequadas e materiais mais resilientes às exigentes condições climatéricas, bastante adversas, não só pela proximidade do mar e consequente elevado nível de salinidade no ar, mas também pelas recorrentes intempéries com ventos ciclónicos que fustigam as infraestruturas e que se traduzem num sobrecusto para esta atividade. Ainda no âmbito da manutenção e conservação das instalações, destacam-se as ações que implicam a substituição de equipamentos tecnologicamente ultrapassados ou cujo estado de conservação possa deteriorar-se a curto prazo e colocar em causa a segurança de pessoas e bens. Apesar do esforço desenvolvido com recurso à mão-de-obra interna, é incontornável a necessidade de recorrer a prestadores de serviço em todas as ilhas, sendo que este é outro dos nossos maiores desafios. Nem sempre é possível manter estas empresas com as suas estruturas implantadas em todas as ilhas, sobretudo num cenário de contenção de custos que implica a necessária redução de contratação externa. A este facto alia-se a dificuldade de recrutamento interno de mão-de-obra jovem e com competências para atividades especializadas em algumas ilhas. É importante salientar o recurso à formação interna, aproveitando o conhecimento e experiência de alguns trabalhadores, que, associados ao seu perfil, constituem uma boa equipa de formadores internos.

As adversas condições climatéricas da RAA, motiva a procura permanente das mais adequadas soluções técnicas disponíveis no mercado

O Sistema de Gestão de Qualidade da Distribuição, cuja certificação foi obtida em 2014, abrange a manutenção das redes de Alta Tensão (AT), Média Tensão (MT), Baixa Tensão (BT), Subestações (SE), Aparelhos de Manobra da Rede Aérea (AMRA) e Postos de Transformação (PT). A implementação do sistema de gestão nesta área introduziu um conjunto de ações com forte impacto na programação e execução dos trabalhos. Os objetivos definidos foram alcançados com elevada taxa de sucesso. Destacam-se a uniformização de procedimentos em todas as ilhas, a gestão da manutenção através de uma única plataforma informática que reúne as valências técnica e financeira e o controlo das obrigações legais decorrentes dos regulamentos de segurança das instalações elétricas.

O Sistema de Gestão de Qualidade da Distribuição, encontra-se certificado desde 2014 e abrange a manutenção das redes Alta Tensão (AT), Média Tensão (MT), Baixa Tensão (BT), Subestações (SE), Aparelhos de Manobra da Rede Aérea (AMRA) e Postos de Transformação (PT)

Manutenção Preventiva

No ano de 2024, as ações de manutenção, ao nível do transporte e distribuição, seguiram a mesma tendência de anos anteriores.

Subestações e rede de Média e Alta Tensão (MT/AT)

A tabela seguinte apresenta o número de ações de manutenção aos equipamentos das Subestações da EDA e da rede MT/AT ao longo dos últimos anos:

Tabela 4 – Ações de manutenção em subestações e redes MT/AT de 2020 a 2024

	2020		2021		2022		2023		2024	
Nº Equipamentos	926		927		972		976		1198	
	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%
Manutenções	274	30%	300	32%	352	36%	342	35%	544	45%

Ano	2020		2021		2022		2023		2024	
Rede Aérea (km)	1494		1491		1533		1531		1533	
	km	%	km	%	km	%	km	%	km	%
Inspeções	347	23%	244	16%	310	20%	551	36%	479	31%
Manutenções	232	16%	258	17%	306	20%	148	10%	234	15%

Em 2024, foram inspecionadas 31% das linhas AT/MT, tendo sido objeto de ações de manutenção 15% do total da extensão destas linhas. Em número de apoios, num total de 9.693, as percentagens são da mesma ordem de grandeza, tendo sido inspecionados 3.074 apoios (31%) e efetuadas intervenções de manutenção em 1376 apoios (14,2%).

Relativamente à manutenção de aparelhos de manobra da rede aérea de MT foram efetuadas intervenções de manutenção a 264 equipamentos, num universo de 624.

Postos de Seccionamento e Transformação (PST)

A tabela seguinte apresenta o número de intervenções das ações de inspeção e de manutenção dos PST, realizadas desde 2020:

Tabela 5 – Ações de manutenção em Postos de Seccionamento e Transformação de 2020 a 2024

Ano	2020		2021		2022		2023		2024	
Universo de PST	1405		1563		1579		1592		1607	
	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%
Inspeções	741	53%	923	59%	902	57%	633	40%	1267	79%
Manutenções	777	55%	692	44%	782	50%	873	55%	879	55%

Em 2024, foram inspecionadas 1.267 PST, tendo sido objeto de ações de manutenção 879 PST, de um total de 1.607.

Rede de Baixa Tensão (BT)

A tabela seguinte apresenta o número de intervenções das ações de inspeção e de manutenção nas redes BT e Iluminação Pública (IP), realizadas desde 2020:

Tabela 6 – Ações de manutenção em redes Baixa Tensão de 2020 a 2024

Ano	2020		2021		2022		2023		2024	
Uníverson de Redes BT	1287		1296		1303		1317		1337	
	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%
Inspeções	226	18%	225	17%	222	17%	183	14%	234	18%
Manutenções	121	9%	136	10%	124	10%	138	10%	137	10%
Ano	2020		2021		2022		2023		2024	
Uníverson de Redes IP	1129		1131		1195		1160		1174	
	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%
Manutenções	2 218	196%	2 095	185%	1 957	164%	974	84%	1 575	134%

Em 2024, foram inspecionadas 234 redes de baixa tensão, tendo sido objeto de ações de manutenção 137 redes de um total de 1.317.

Relativamente à rede de iluminação pública, foram efetuadas 1 575 ações de manutenção às redes de iluminação pública.

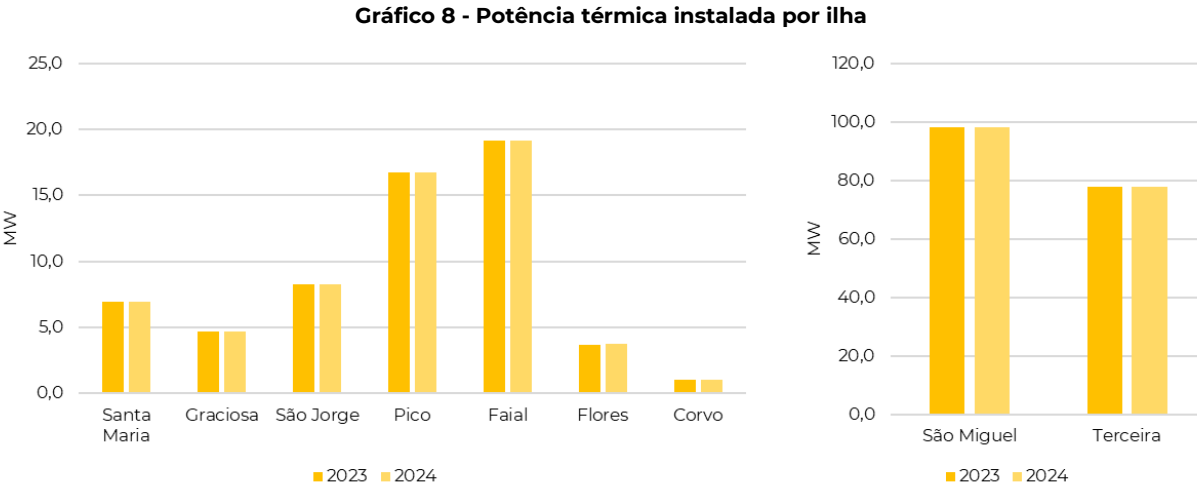
Manutenção Condicionada

A manutenção preventiva condicionada, consistiu na realização de:

- 279 inspeções (20 subestações e 259 postos de seccionamento e transformação);
- análises de óleo, físico-químicas e cromatografia de gases dissolvidos, em 39 transformadores.

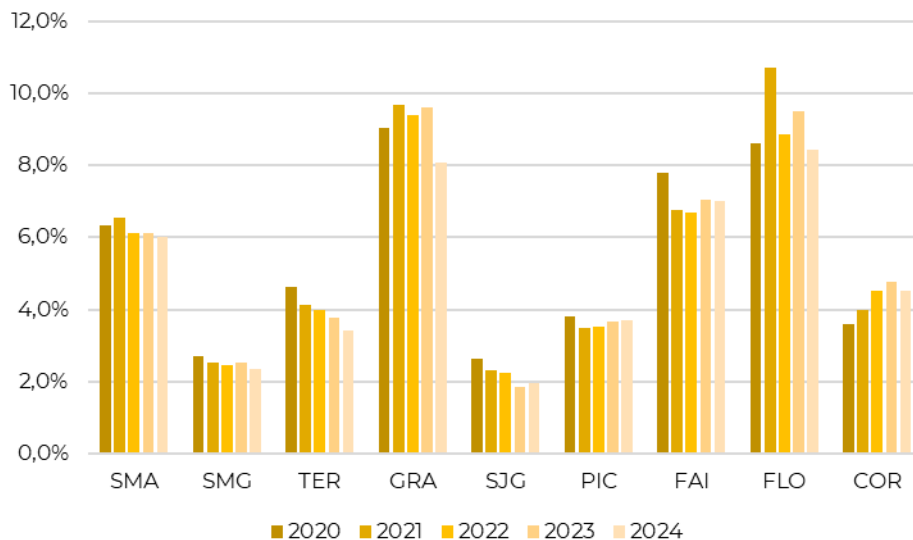
2.3. Produção

Em 2024, os sistemas electroprodutores que garantem o regular abastecimento de energia elétrica na Região, explorados diretamente pela EDA, eram constituídos por nove centrais termoelétricas, uma em cada ilha, com uma potência total instalada de 236,3 MW.



O gráfico seguinte apresenta a evolução do consumo de serviços auxiliares nos centros produtores. Importa referir que o incremento percentual mais acentuado, verificado na ilha do Corvo a partir de 2021, deve-se a uma redução da energia térmica na estrutura de produção, resultante do aumento de aquisição de energia elétrica com origem renovável. Similarmente, a variação percentual dos consumos de serviços auxiliares na ilha das Flores em 2022, deveu-se à diminuição da aquisição de energia elétrica com origem renovável de 17% face a 2021.

Gráfico 9 – Peso do consumo de serviços auxiliares na produção por ilha



A emissão de energia elétrica das ilhas de São Miguel e Terceira representa cerca 55,5% e 23,4%, respetivamente, do total de energia emitida para as redes. Realça-se o facto das centrais termoelétricas do Caldeirão, em São Miguel, e do Belo Jardim, na Terceira, gerarem uma emissão correspondente a cerca de 47,8% do total da energia emitida na Região.

Tabela 7 - Emissão de energia elétrica, por ilha, de 2020 a 2024

	2020	2021	2022	2023	2024	Var.% 23/24
Santa Maria	20,2	20,7	21,8	22,3	22,5	0,9
São Miguel	422,1	442,9	453,4	464,2	478,3	3,0
Terceira	184,6	193,1	195,6	196,6	201,7	2,6
Graciosa	13,3	13,5	13,7	13,8	14,4	4,0
São Jorge	27,7	29,0	29,4	29,1	29,9	2,8
Pico	44,1	48,2	47,9	48,4	51,3	6,0
Faial	44,6	47,9	48,2	48,4	49,9	3,1
Flores	10,9	11,6	11,5	11,3	11,6	2,2
Corvo	1,7	1,7	1,7	1,7	1,8	4,3
	769,2	808,5	823,1	835,7	861,2	3,1

As pontas máximas em cada uma das ilhas nos últimos anos ocorreram, maioritariamente, no segundo semestre de cada ano.

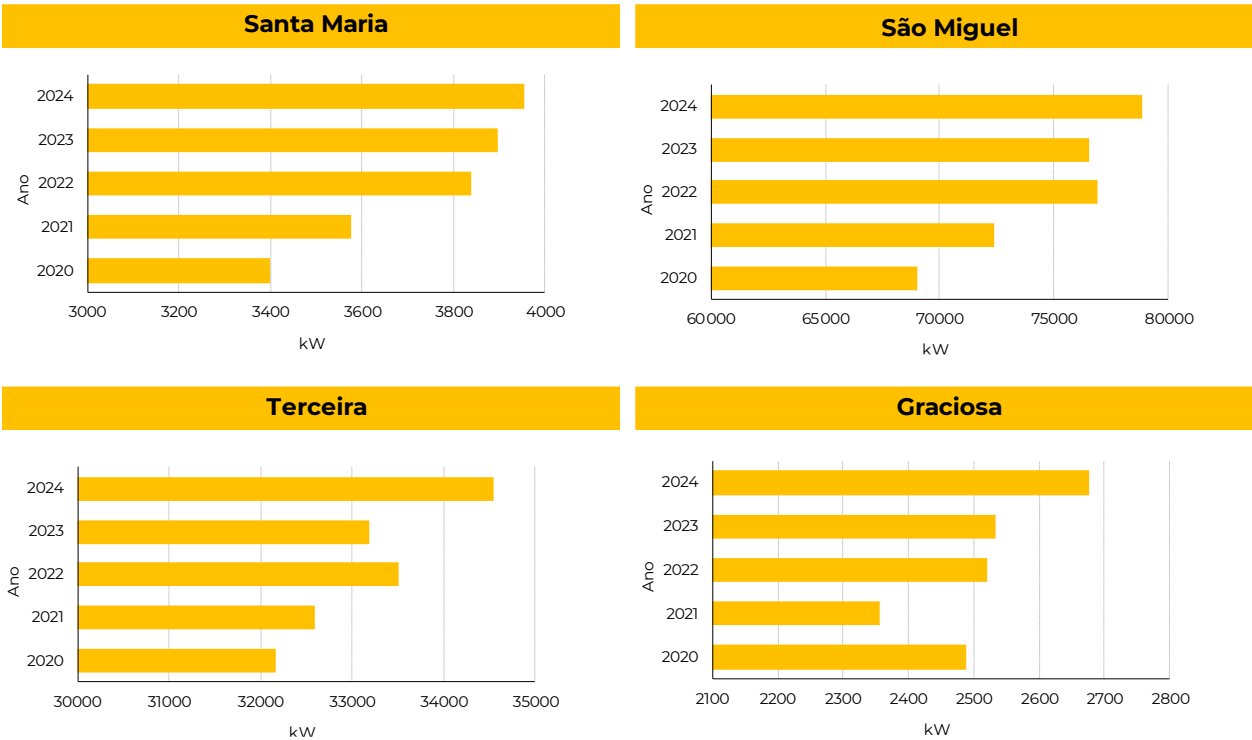
Verificaram-se exceções em 2021 na Terceira, Flores e Corvo, em 2022 e 2024 na ilha do Corvo, onde ocorreram no primeiro semestre. No que respeita à evolução da ponta em 2024, relativamente a 2023, constatou-se um crescimento em sete das nove ilhas dos Açores, Pico, Graciosa, Terceira, São Miguel, São Jorge, Corvo e Santa Maria, com variações percentuais entre 9,6%, na ilha do Pico, e 1,5% na ilha de Santa Maria. Em sentido contrário, as restantes ilhas viram diminuir o valor da ponta máxima anual em relação ao ano anterior, registando-se, nas ilhas das Flores e do Faial, uma diminuição de 3,1% e 1,4%, respetivamente.

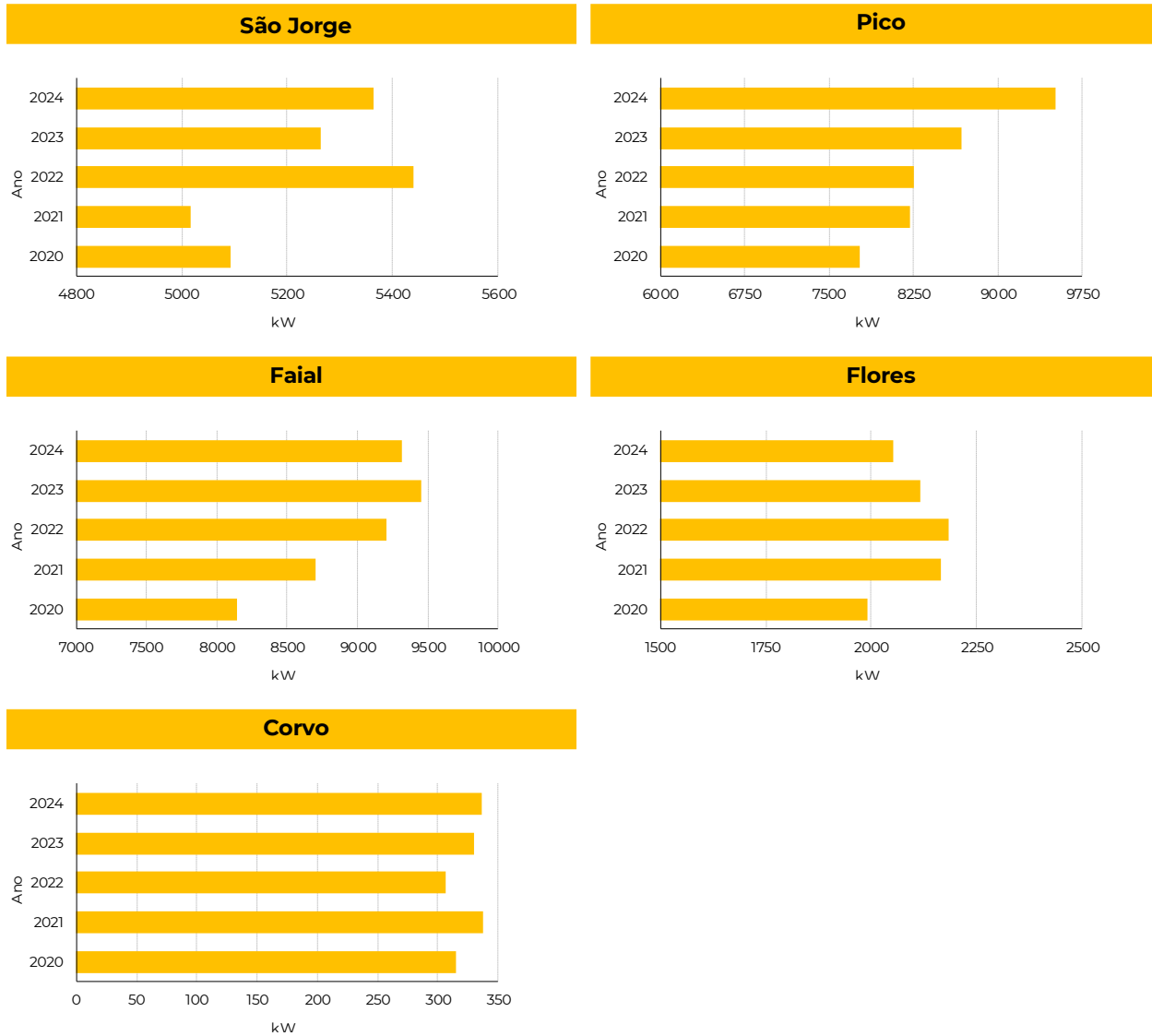
Em 2024, as pontas máximas registadas nas diversas ilhas, ocorreram predominantemente no mês de agosto

Tabela 8 - Ponta máxima anual (kW), por ilha, de 2020 a 2024

	2020	2021	2022	2023	2024	Data da ocorrência em 2024
Santa Maria	3 399	3 576	3 840	3 897	3 956	14 de agosto
São Miguel	69 000	72 407	76 934	76 558	78 849	23 de agosto
Terceira	32 172	32 591	33 505	33 195	34 550	20 de agosto
Graciosa	2 488	2 357	2 521	2 534	2 677	06 de agosto
São Jorge	5 092	5 017	5 439	5 264	5 363	06 de agosto
Pico	7 768	8 217	8 259	8 681	9 513	23 de agosto
Faial	8 140	8 701	9 210	9 449	9 320	05 de agosto
Flores	1 990	2 164	2 183	2 117	2 052	13 de agosto
Corvo	315	338	307	330	336	18 de janeiro

Gráfico 10 - Evolução da ponta máxima (kW), por ilha, de 2020 a 2024





A EDA desenvolve esforços para homogeneizar os ciclos de manutenções dos seus sistemas eletroprodutores. No entanto, existem diversas variáveis que restringem esses ciclos. Não se tratando de sistemas interligados, os fatores de carga e o número de horas de funcionamento dependem estreitamente da procura, do escalonamento dos grupos, bem como do nível da produção renovável. O escalonamento tem como objetivo a procura do ótimo técnico-económico e a satisfação total da procura.

As manutenções, embora programadas com base nos escalonamentos previsíveis das máquinas associadas ao número de horas de funcionamento e ao desgaste dos equipamentos, podem sofrer num ano alterações significativas. A cada período anual podem existir flutuações consideráveis nos ciclos e custos das manutenções, dependendo dos programas normalizados referidos pelo fabricante (horas de funcionamento), especificidade do(s) grupo(s) a intervir e o nível de dimensão da manutenção, assim como de intervenções programadas e imprevistas nos centros de produção renovável, em cada Ilha.

A tabela seguinte resume as intervenções mais significativas realizadas nos centros produtores da EDA, em 2024.

Tabela 9 – Manutenções em centros produtores, 2024

Ilha	Central Termoelétrica	Nº. Intervenções manutenção preventiva	Nº. Intervenções manutenção curativa
Santa Maria	Aeroporto	20	111
São Miguel	Caldeirão	73	319
Terceira	Belo Jardim	60	162
Graciosa	Graciosa	93	48
São Jorge	Caminho Novo	61	6
Pico	Nova	55	55
Faial	Santa Bárbara	45	269
Flores	Flores	43	61
Corvo	Corvo	31	10
Total		481	1041

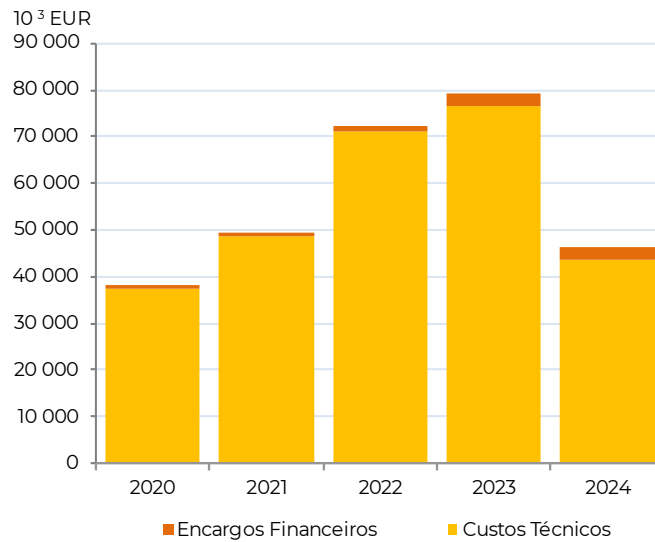
2.4. Investimento

Em 2024, o investimento realizado por parte da EDA, S. A. ascendeu a 46 milhões de euros a custos totais, cerca de 33 milhões de euros abaixo do executado no ano anterior. Desse montante, cerca de 39% e 13% respeitam a investimentos ao nível das redes de transporte e distribuição e ao nível dos centros produtores, respetivamente. Os outros investimentos (não incluídos nas categorias anteriores), representam 16% do total e são relativos a despesas de investimento em estudos e projetos e aquisições diretas. O valor de participações financeiras, 13,9 milhões euros em 2024, reflete a apropriação da quota-parte da EDA no resultado do período das subsidiárias e o ajustamento em ativos financeiros com origem na EDA Renováveis.

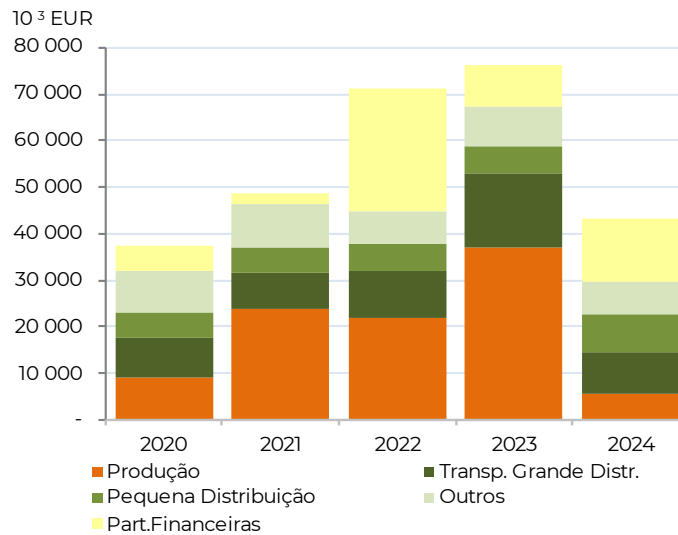
Tabela 10 - Investimento realizado em 2024

Atividade	10 ³ EUR		
	Custos Técnicos	Encargos Financeiros	Total
Centros Produtores	5 773	1 094	6 867
Rede Transporte e Grande Distribuição	8 860	1 016	9 876
Rede Pequena Distribuição	8 195	252	8 446
Participações Financeiras	13 859	0	13 859
Outros	6 752	444	7 196
Total	43 439	2 806	46 245

A evolução dos montantes investidos nos últimos cinco anos é apresentada no gráfico 11, onde se observa uma tendência crescente até 2023, ano em que atingiu o nível mais elevado desse período. Em 2024 quebra-se esta tendência, com um menor investimento que se deve, sobretudo, aos montantes elevados alocados a sistemas de armazenamento de reserva rápida do tipo BESS nos anos anteriores.

Gráfico 11 - Investimento total a preços correntes 2020 a 2024

O Gráfico 12, apresentado de seguida, concentra dados relativos à evolução do investimento a custos técnicos, para o período compreendido entre 2020 e 2024.

Gráfico 12 – Investimento a custos técnicos de 2020 a 2024

Relativamente aos projetos de investimento realizados em 2024 e em curso, destacam-se como mais significativos os seguintes, por áreas de investimento:

PRODUÇÃO

- Central Termoelétrica do Pico: remodelação barramento 30kV, ampliação das instalações sanitárias administrativas e substituição e reparação da cobertura dos edifícios da central;
- Central Termoelétrica de Santa Bárbara: substituição dos grupos 3 e 4;
- Central de Emergência da EDA;
- Central Termoelétrica do Caldeirão: substituição dos radiadores dos grupos 5 e 6.

TRANSPORTE E GRANDE DISTRIBUIÇÃO

SANTA MARIA

- Ampliação redes MT aéreas;
- Interligação MT 10kV entre a subestação do Aeroporto e o ramal do Parque Eólico do Figueiral.

SÃO MIGUEL

- Remodelação e ampliação de várias redes MT;
- Inserção de rede subterrânea MT 30kV a partir do futuro quadro MT 30kV da subestação do Aeroporto;
- Reconfiguração da rede subterrânea MT da variante Furnas e linha da Povoação;
- Ampliação da subestação do Caldeirão (60/30 kV).

TERCEIRA

- Remodelação da linha e ramais da rede distribuição MT 15kV, entre o posto de transformação 30kV e a Reserva Florestal de Recreio da Serreta;
- Construção de linha de transporte 30kV entre a subestação da Vinha Brava e posto de corte e seccionamento do Pico Alto;
- Ampliação de redes MT subterrâneas;
- Estabelecimento de infraestruturas básicas MT entre a rotunda das Figueiras Pretas e o bairro Boa Hora;
- Remodelações de proteções de redes de distribuição.

GRACIOSA

- Montagem de interruptores de telecomando na rede MT 15kV;
- Remodelação de rede subterrânea MT 15kV de Santa Cruz.

SÃO JORGE

- Ampliação redes MT aéreas;
- Beneficiação de troços MT 15kV na linha Relvinha - Topo;
- Remodelação de redes MT existentes através da substituição de apoios;
- Alteração do traçado no troço entre os apoios 34 e 37 da linha Caminho Novo - São Pedro.

PICO

- Construção da subestação de São Roque (30/15 kV);
- Reconfiguração das saídas a 15kV para a nova subestação de São Roque;
- Construção de infraestruturas subterrâneas na Madalena;
- Ampliação redes MT aéreas.

FAIAL

- Remodelação da rede subterrânea MT a 15kV da cidade da Horta – 3ª fase;
- Remodelação dos sistemas de alimentação de corrente contínua.

FLORES

- Remodelação de redes MT existentes através da substituição de apoios.

CORVO

- Ampliação redes MT aéreas.

PEQUENA DISTRIBUIÇÃO

- Remodelação e ampliação das redes aéreas e subterrâneas em BT e instalação de chegadas subterrâneas de São Miguel;
- Ampliação e remodelação das redes aéreas e subterrâneas e instalação de chegadas aéreas em BT da ilha Terceira;
- Ampliação das redes aéreas em BT da ilha do Pico;
- Eletrificação, substituição ou beneficiação de equipamentos elétricos BT;
- Projeto de instalação e gestão de contadores inteligentes BTN;
- Campanhas de substituição de luminárias VSAP (vapor de sódio de alta pressão) por LED.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A atividade dos Sistemas de Informação e Comunicações da EDA em 2024 foi fortemente marcada pela mudança de paradigma relativa à prestação de serviços em regime de *outsourcing* uma vez que, no início deste ano, a empresa passou a adotar um modelo “multi-sourcing”, o qual trouxe diversos desafios à gestão dos contratos e à articulação operacional entre os diversos fornecedores, nomeadamente, os relativos aos serviços de Atendimento e Suporte ao Utilizador (SD - *ServiceDesk*), Apoio Local (AL), Manutenção e Suporte ao Centro de Processamento de Dados (CPD), Manutenção e Suporte às Redes WAN/LAN Corporativas (COM), Manutenção e Suporte Aplicacional SAP (MASAP) e Manutenção e Suporte Aplicacional a Reporting e Analítica (DWBI).

Também em 2024 a EDA deu início a dois importantes processos de UPGrade técnico aos sistemas SAP-ERP e SAP-ISU, os quais visam, sobretudo, garantir a manutenção do suporte da SAP e assegurar por parte da empresa o cumprimento de diversos requisitos legais e regulamentares.

Ainda como destaque à atividade dos Sistemas de Informação e Comunicações em 2024, realçamos a consolidação dos Serviços Especializados de Cibersegurança (SOC), os quais são prestados também em regime de *outsourcing*.

SMART METERING

No final de abril de 2024, ocorreu a contratualização do projeto de investimento de conceção, fornecimento, instalação, ensaios e colocação em serviço da estrutura de *smart metering*, dando-se assim início à primeira fase de implementação do projeto para a instalação das redes inteligentes nos Açores, que se prevê que venha a ser concluído até ao final de 2028. Esta fase do projeto, que se prolongará até março de 2026, considera a instalação de 10.000 contadores inteligentes, em todas as ilhas, a implementação das infraestruturas de comunicação e de *data center*, bem como a plataforma de *smart metering*.

OUTROS INVESTIMENTOS

A rubrica de Outros investimentos inclui:

- 4,1 milhões de euros, referentes a Estudos, Projetos e Outros;
- 2,6 milhões de euros de aquisições diretas, dos quais 0,4 milhões de euros referem-se à cedência de equipamentos.

Neste âmbito, o investimento referente aos sistemas de informação da EDA, centrou-se nas seguintes ações:

- Início do Projeto Revisão de Perfis de Acesso;
- Conclusão do Projeto de Evolução do Site da Internet da EDA;
- Conclusão do Projeto de Evolução do Site da Intranet da EDA;
- Migração da Base de Dados Oracle para Base de Dados HANA e UPGrade técnico ao SAP PI;

- Implementação da Solução de Gestão de Sistemas e de Tecnologias de Informação (ITSM);
- Continuidade do processo de renovação tecnológica de equipamentos informáticos de postos de trabalho e impressoras.

Salientam-se também as beneficiações e remodelações de ativos incluídos em estudos, projetos e outros:

- Novo edifício administrativo da EDA no Caminho da Levada;
- Remodelação de coberturas de edifícios e armazém;
- Pinturas interiores e exteriores e impermeabilização do antigo Edifício sede da EDA;
- Reparação da cobertura do armazém do Caldeirão;
- Medidas de prevenção e risco de queda em altura da Ex-Central Termoelétrica de Ponta Delgada.

De referir ainda os projetos relacionados com:

- Projeto de Proteção da Avifauna EDA / SPEA;
- Simplificação de processos para o cliente;
- Projeto Piloto para novas soluções tecnológicas a aplicar nas redes BT/IP.

3. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A Demonstração do Rendimento reflete o desempenho económico obtido no ano de 2023 e no ano de 2024, além da variação de resultados, em termos absolutos e percentuais.

Tabela T1 – Demonstração dos resultados da EDA, em 2023 e 2024

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO

	10 ³ EUR			
	2024	2023	Var. 2024-23	Var.% 2024-23
Vendas e serviços prestados	264 565,6	271 600,1	(7 034,4)	(2,6%)
Subsídios à exploração	95,1	89,0	6,1	6,8%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias e associadas	11 079,6	13 417,3	(2 337,8)	(17,4%)
Trabalhos para a própria entidade	5 164,1	5 443,3	(279,2)	(5,1%)
Outros rendimentos	7 112,9	5 450,4	1 662,5	30,5%
Rendimentos Operacionais	288 017,3	296 000,1	(7 982,8)	(2,7%)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	135 698,8	129 852,2	5 846,6	4,5%
Fornecimentos e serviços externos	26 259,9	33 454,6	(7 194,6)	(21,5%)
Gastos com o pessoal	37 301,5	35 509,5	1 792,0	5,0%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	61,2	69,3	(8,1)	(11,7%)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	225,8	(421,1)	646,8	(153,6%)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	30 067,6	28 427,2	1 640,4	5,8%
Outros gastos	31 554,0	36 953,1	(5 399,1)	(14,6%)
Gastos Operacionais	261 168,8	263 844,8	(2 676,0)	(1,0%)
Resultado Operacional	26 848,5	32 155,3	(5 306,8)	(16,5%)
EBITDA	56 916,0	60 582,5	(3 666,5)	(6,1%)
Resultados financeiros	(15 816,9)	(13 748,4)	(2 068,5)	(15,0%)
Resultado antes de impostos	11 031,6	18 406,9	(7 375,3)	(40,1%)
Imposto sobre o rendimento do período	600,4	1 319,8	(719,3)	(54,5%)
Resultado líquido do período	10 431,1	17 087,1	(6 656,0)	(39,0%)

ANÁLISE DOS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

Em 2024, o resultado líquido da EDA fixou-se nos 10,4 milhões de euros, registando um decréscimo de 6,7 milhões de euros face aos 17,1 milhões de euros do ano anterior.

Em 2024, o resultado líquido da EDA atingiu os 10,4 milhões de euros.

Esta variação reflete a diminuição nos proveitos gerados de 8 milhões de euros, montante superior ao decréscimo dos gastos operacionais, dando origem a um EBIT 16,5% inferior ao de 2023. O EBITDA decaiu de 60,6 milhões de euros em 2023 para os 56,9 milhões de euros em 2024.

A evolução dos resultados líquidos da EDA de 2023 para 2024 foi influenciada por dois factos extraordinários, que tiveram um impacto muito relevante e positivo nos resultados de 2023 da empresa. O

mais significativo adveio da correção à compensação tarifária do ano de 2022, com efeitos em 2023, e o segundo resulta da indemnização recebida, em 2023, . De notar que sem a ocorrência destes acontecimentos extraordinários com reflexos no ano anterior, a variação dos resultados de 2023 para 2024 não seria expressiva.

O volume de negócios totalizou 264,6 milhões de euros, abaixo dos 271,6 milhões de euros do ano anterior, refletindo um decréscimo homólogo de 2,6%, sobretudo devido à redução dos serviços prestados no valor de 5,5 milhões de euros. Os serviços prestados totalizaram 18,4 milhões de euros (23,9 milhões de euros em 2023), sendo os serviços de construção, no âmbito das atividades concessionadas (IFRIC 12), registados nesta rubrica, no valor de 16 milhões de euros, montante que compara com 21,6 milhões de euros no ano anterior.

Entre 2023 e 2024, a faturação de energia elétrica diminuiu 8,9%, sobretudo por via do decréscimo no preço médio de venda de 11,2%, tendo em conta que a procura de eletricidade registou um crescimento de 2,7%. Do total da faturação, 96,3 milhões de euros correspondem a fornecimentos de energia em baixa tensão, sendo os restantes 38,2 milhões de euros associados a fornecimentos em média tensão. A compensação tarifária, em 2024, atingiu os 111,2 milhões de euros (100,5 milhões de euros em 2023). O aumento da compensação tarifária, deriva, sobretudo, de proveitos recuperados pela faturação aos clientes inferiores e do aumento dos gastos com combustíveis, incluídos na determinação dos proveitos permitidos, de acordo com o Regulamento Tarifário.

Os ganhos resultantes das participações da EDA nas associadas⁷ apresentam uma diminuição na ordem dos 2,3 milhões de euros, para o qual contribuiu a variação nos resultados líquidos de 2024 das associadas EDA Renováveis (-2,7 milhões de euros), GLOBALEDA (-341 mil euros) e SEGMA (+0,7 milhões de euros), face a 2023.

Os trabalhos para a própria empresa atingiram 5,2 milhões de euros em 2024, menos 5,1% que o valor do ano anterior.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos apresenta 7,1 milhões de euros (5,4 milhões de euros em 2023) e comporta rendimentos operacionais como juros por atrasos no pagamento, rendimentos pela cedência de utilização das linhas e redes da EDA, bem como rendas pela cedência de edifícios e o valor da amortização dos subsídios ao investimento. Inclui ainda a indemnização, no montante de 504,2 mil euros, referente ao sinistro ocorrido no Grupo 8 na Central Termoelétrica do Caldeirão.

Em termos operacionais, os gastos, de 2023 para 2024, decaíram cerca de 2,7 milhões de euros (1%), devido, fundamentalmente, à diminuição dos fornecimentos e serviços externos (FSE) e outros gastos e perdas, que no seu conjunto superam o aumento das restantes rubricas de gastos operacionais.

O CMVMC ascendeu a 135,7 milhões de euros, o que revela um acréscimo de 4,5%, em relação a 2023 (129,9 milhões de euros). A oscilação dos preços do *brent*, durante 2024, bem como o aumento do consumo do

⁷ O desempenho de cada uma das empresas do Grupo é analisado no capítulo 4 – Desempenho.

fuelóleo e gasóleo, refletiu-se nos custos com combustíveis utilizados na produção de energia elétrica, que atingiram em 2024 os 84,9 milhões de euros, mais 7,3% que em 2023 (79,1 milhões de euros). Foram consumidos mais 5.927 toneladas de fuelóleo e 1.377 quilolitros de gasóleo em 2024. Os custos médios com o fuelóleo e com o gasóleo evoluíram -0,2% e +3,8%, respetivamente, traduzindo-se em custos médios de 585,56 euros por tonelada para o fuelóleo e de 1.198,10 euros por quilolitro, no que respeita ao gasóleo.

O custo com a energia adquirida a terceiros foi de 35,5 milhões de euros, menos 1,1% que no ano precedente. Do total de energia adquirida, 29,3 milhões de euros (29,1 milhões de euros em 2023) dizem respeito à EDA Renováveis, com destaque para a energia de origem geotérmica que atingiu os 20 milhões de euros em 2024.

Os fornecimentos e serviços externos (FSE) ascenderam a 26,3 milhões de euros, diminuindo 7,2 milhões de euros, comparativamente ao valor registado em 2023, o que representa um decréscimo de 21,5%. De salientar que o valor desta rubrica se encontra fortemente influenciado pela adoção da IFRIC 12 (*International Financial Reporting Interpretations Committee*) – Contratos de concessão. De acordo com esta norma, os gastos com serviços de construção referentes aos investimentos em ativos inseridos nas atividades concessionadas de transporte, distribuição de energia e gestão do sistema elétrico estão incluídos em fornecimentos e serviços externos. Neste âmbito, encontram-se registados cerca de 8 milhões de euros em 2024, menos 6,5 milhões de euros que em 2023. As rubricas de gastos com FSE com maior expressão são relativas a conservação e reparação e trabalhos especializados. A rubrica de conservação e reparação engloba, essencialmente, gastos com a manutenção e reparação dos ativos técnicos que constituem a rede de transporte e distribuição e os centros electroprodutores. Os trabalhos especializados, que comportam serviços relacionados com serviços informáticos e consultorias diversas, representam cerca de 21% do total de gastos com FSE.

Os outros gastos diminuíram cerca de 15%, em termos homólogos, ascendendo a 31,6 milhões de euros. Esta rubrica inclui os gastos com as licenças de emissões de CO₂, no montante de 22,6 milhões de euros, face aos 27,7 milhões de euros de 2023. A redução de 5,1 milhões de euros está relacionada com a descida do custo médio das aquisições de licenças em mercado, tendo as emissões no ano aumentado 6%. Em 2024, o custo médio das licenças utilizadas de CO₂ foi de 65,84 euros/ton, isto é 19,4 euros/ton abaixo do custo de 2023. A cotação máxima em mercado atingiu os 74,84 euros/ton. no dia 3 de janeiro de 2024.

A rubrica de outros gastos inclui ainda o pagamento de cerca de 5,6 milhões de euros de direitos de passagem aos Municípios⁸ a contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE) no valor de 1,9 milhões de euros, e encargos com as taxas de exploração dos ativos afetos às atividades da produção e distribuição.

⁸ Em termos regulatórios, tem a natureza de um custo do tipo *pass-through*, sendo incluída nos proveitos permitidos da Atividade de Distribuição de Energia Elétrica.

Os gastos com o pessoal ascenderam a 37,3 milhões de euros, em 2024, o que traduz um aumento homólogo de 1,8 milhões de euros, reflexo da atualização salarial realizada para corrigir a elevada inflação, com impacto no custo de vida, e da periódica evolução de carreiras previsto no Acordo da Empresa.

No final de 2024, os gastos de depreciações e amortizações atingiram os 30 milhões de euros, mais 1,6 milhões de euros do que 2023. O aumento verificado, resulta do efeito da entrada em exploração em 2023 de 54,9 milhões de ativos em curso e 25,5 milhões de euros em 2024.

Os encargos financeiros suportados (juros, comissões e impostos) referentes aos empréstimos contraídos pela empresa tiveram um acréscimo de 15% de 2023 (13,7 milhões de euros) para 2024 (15,8 milhões de euros), apesar da diminuição da dívida em 2024. O custo médio de financiamento da EDA atingiu 3,65% em 2024 (3,60% em 2023).

EVOLUÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

O Balanço da EDA para 2023 e 2024, que ilustra a posição financeira e a estrutura de capitais da empresa, é apresentado na tabela seguinte.

Tabela 12 – Balanço da EDA, em 2023 e 2024

	10 ³ EUR			
	2024	2023	Var. 2024-23	Var. % 2024-23
Ativos fixos tangíveis, Intangíveis e Propriedades de investimento	467 951,2	468 525,3	(574,0)	(0,1%)
Participações financeiras e outros investimentos	177 042,5	163 183,0	13 859,5	8,5%
Ativos por impostos diferidos	3 510,8	6 514,7	(3 003,9)	(46,1%)
Ativo Não Corrente	648 504,5	638 222,9	10 281,6	1,6%
Inventários	24 590,3	21 456,6	3 133,8	14,6%
Clientes e outras contas a receber	69 942,8	98 803,4	(28 860,6)	(29,2%)
Diferimentos	550,4	449,1	101,3	22,6%
Caixa e depósitos bancários	1 196,1	6 316,3	(5 120,1)	(81,1%)
Ativo Corrente	96 279,7	127 025,3	(30 745,7)	(24,2%)
Ativo Total	744 784,1	765 248,2	(20 464,1)	(2,7%)
Capital Próprio	290 345,0	278 445,3	11 899,7	4,3%
Financiamentos obtidos	291 306,9	296 089,3	(4 782,3)	(1,6%)
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	5 451,0	8 208,0	(2 757,0)	(33,6%)
Passivos por impostos diferidos	811,7	5 875,9	(5 064,2)	(86,2%)
Outras dívidas a pagar	16 407,4	12 972,8	3 434,6	26,5%
Passivo Não Corrente	313 977,0	323 146,0	(9 169,0)	(2,8%)
Fornecedores e Outras dívidas a pagar	46 787,4	52 871,0	(6 083,7)	(11,5%)
Financiamentos obtidos	87 933,2	105 811,9	(17 878,7)	(16,9%)
Estado e outros entes públicos	5 741,6	4 974,0	767,6	15,4%
Passivo Corrente	140 462,2	163 657,0	(23 194,8)	(14,2%)
Total Passivo	454 439,1	486 802,9	(32 363,8)	(6,6%)
Total do capital próprio e passivo	744 784,1	765 248,2	(20 464,1)	(2,7%)

O ativo líquido total da EDA, em 2024, ascendeu a 744,8 milhões de euros, menos 20,5 milhões de euros que no final de 2023 (765,2 milhões de euros). O ativo não corrente (648,5 milhões de euros), que representa 87% do ativo total, superou em 10,3 milhões de euros o valor de 2023. Este aumento é explicado pela evolução das participações financeiras (177 milhões de euros, em 2024), com adição de 13,9 milhões de euros que derivam da variação dos capitais próprios das participadas, nomeadamente, dos resultados líquidos do exercício, dos dividendos distribuídos e ajustamento em ativos financeiros, com origem na subsidiária EDA Renováveis.

O total de ativos fixos tangíveis e intangíveis, líquidos de amortizações e depreciações (cerca de 72% do ativo não corrente), atinge cerca dos 468 milhões de euros, face aos 468,5 milhões de euros no ano anterior.

O ativo corrente com o valor de 96,3 milhões de euros em 2024, regista uma diminuição de 30,7 milhões de euros (24,2%), por via do decréscimo no agregado clientes e outras contas a receber, responsáveis pela redução de 28,8 milhões de euros (29,2%). Esta variação resulta fundamentalmente do recebimento do ajustamento à compensação tarifária de 2022, em 2024, no valor do 30,3 milhões de euros. O saldo de clientes e outras contas a receber atingiu 69,9 milhões de euros, dos quais 61,3 milhões de euros são referentes a saldo a receber de clientes, nomeadamente 15,7 milhões de euros faturados à REN a título de convergência tarifária. Encontram-se ainda incluídos neste saldo cerca de 2,2 milhões de euros de subsídios a receber dos Programas FEDER e LIFE IP CLIMAZ, 3,6 milhões de euros relativos ao acerto de custo de capital da compensação tarifária de 2023 e 2,9 milhões de euros de energia referente a consumos do ano, mas faturados no ano seguinte.

Os inventários, essencialmente matérias-primas como o fuel, gasóleo e peças de manutenção e reparação, aumentaram 3,1 milhões de euros, fruto de manutenções previstas aos equipamentos da EDA e ainda da política dos stocks de segurança, com vista a um aumento da fiabilidade e continuidade de serviço, uma vez que as cadeias de fornecimento ainda apresentam dificuldades.

Os capitais próprios da EDA ascendem aos 290,3 milhões de euros, o que representa um acréscimo de cerca de 11,9 milhões de euros, por via dos ajustamentos financeiros e outras variações de capital, bem como pela aplicação dos resultados líquidos do exercício anterior em resultados transitados. Em 2024 foram distribuídos dividendos no valor global de 7 milhões de euros. O aumento em ajustamento/outras variações no capital próprio, na ordem dos 8,2 milhões de euros, deriva de ajustamentos no capital próprio da subsidiária EDA Renováveis.

Os capitais próprios da EDA totalizaram 290,3 milhões de euros, apresentando um acréscimo de 12 milhões de euros, face a 2023

Relativamente ao passivo, a EDA apresenta em 2024, um financiamento total, corrente e não corrente, no montante de 379,2 milhões de euros, 22,7 milhões de euros (5,6%) abaixo do valor do ano anterior. Salienta-se que 77% dos empréstimos apresentam maturidade superior a um ano (74% em 2023).

As outras dívidas a pagar não correntes aumentaram em cerca de 3,4 milhões de euros relativamente a 2023, resultante do efeito combinado das variações nos desvios tarifários de 2024 e 2023 de 5 milhões de euros e a diminuição de 1,5 milhões de euros de imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento.

As responsabilidades por benefícios pós emprego em 2024, diminuiram cerca de 2,8 milhões de euros (33,6%) para 5,5 milhões de euros. A variação resulta, sobretudo da valorização do fundo em 4,72%.

No passivo corrente, o agregado de fornecedores e outras dívidas a pagar diminuiu 6,1 milhões de euros (11,5%), fundamentalmente por conta do decréscimo da dívida corrente a fornecedores de investimentos em comparação ao ano anterior. Importa sublinhar que todas as dívidas a fornecedores se encontram dentro dos respetivos prazos de pagamento.

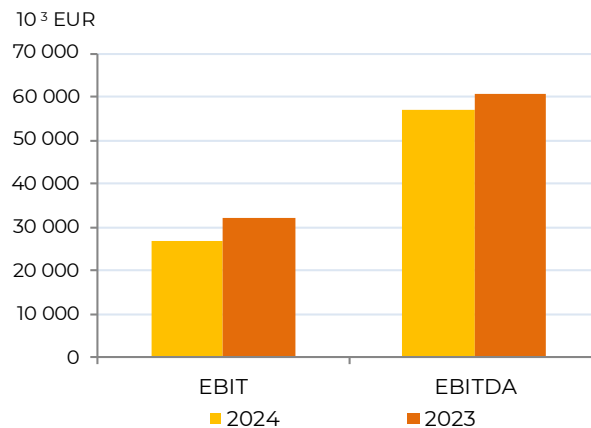
RESULTADOS DO PERÍODO

Tabela 13 – Resultados do período da EDA, em 2023 e 2024

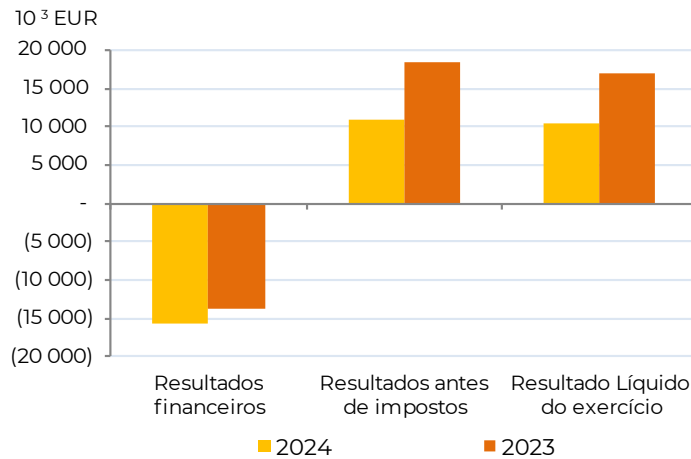
	2024	2023	Var. 2024-23	%
10 ³ EUR				
EBIT	26 848,5	32 155,3	(5 306,8)	(16,5%)
EBITDA	56 916,0	60 582,5	(3 666,5)	(6,1%)
Resultados financeiros	(15 816,9)	(13 748,4)	(2 068,5)	(15,0%)
Resultados antes de impostos	11 031,6	18 406,9	(7 375,3)	(40,1%)
Resultado Líquido do exercício	10 431,1	17 087,1	(6 656,0)	(39,0%)
Resultado por ação (€/ação)	0,745	1,221	(0,475)	(39,0%)

Em 2024, o resultado operacional (EBIT) ascendeu a cerca de 26,8 milhões de euros (32,2 milhões de euros em 2023), o que representa um decréscimo de 16,5%, explicado por uma redução dos rendimentos operacionais (8 milhões de euros), superior ao decréscimo de 2,7 milhões de euros verificado nos gastos operacionais. Os resultados operacionais antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) apresentam uma contração de 6,1% entre 2023 (60,6 milhões de euros) e 2024 (56,9 milhões de euros).

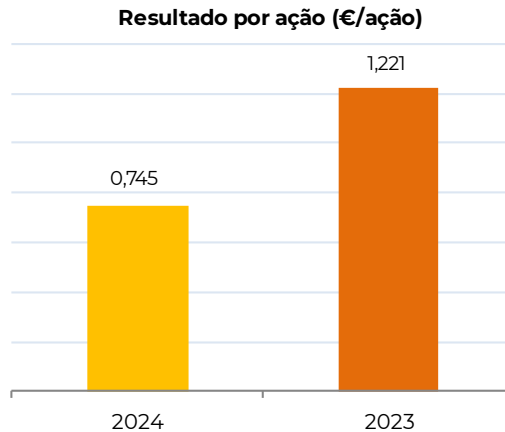
Gráfico 13 - EBIT e EBITDA, da EDA em 2023 e 2024



O resultado líquido do período ascendeu a 10,4 milhões de euros, o que evidencia um decréscimo ao período homólogo de cerca de 6,7 milhões de euros.

Gráfico 14 – Resultados da EDA em 2023 e 2024

Tendo em conta o atual número de ações e rendimentos atingidos em 2024, o resultado por ação desceu para os 0,745 euros por ação, 0,475 euros abaixo do valor obtido em 2023 (1,221 euros por ação).

Gráfico 15 – Resultados por ação da EDA em 2023 e 2024 (em euros)

GESTÃO FINANCEIRA

No final de 2024 a dívida bancária da EDA ascendia a 327,5 milhões de euros, menos 8,1 milhões de euros do que em 2023. A dívida total atingiu 379,2 milhões de euros, menos 22,5 milhões de euros que a dívida registada no final de 2023, correspondendo esta diferença à utilização pela EDA dos fundos excedentários das associadas EDA Renováveis e SEGMA no montante de 51,8 milhões de euros.

Tabela 14 - Evolução da dívida financeira da EDA, em 2023 e 202410³ EUR

	2024			2023		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel Comercial	-	95 000	95 000	-	111 000	111 000
Empréstimos bancários	11 006	42 220	53 226	12 918	53 224	66 141
Obrigações	18 060	155 690	173 750	12 500	133 750	146 250
Contas Correntes Caucionadas	5 480	-	5 480	12 150	-	12 150
Outros empréstimos	51 790	-	51 790	66 240	-	66 240
	86 336	292 910	379 246	103 808	297 974	401 781
Juros a pagar - Empréstimos	1 597	-	1 597	2 004	-	2 004
Juros pagos (antecipação)	-	(1 603)	(1 603)	-	(1 884)	(1 884)
	87 933	291 307	379 240	105 812	296 089	401 901

Do total da dívida, os empréstimos obrigacionistas representam 45,8%, os Programas de Papel Comercial 25%, os empréstimos bancários (mercado interno e externo) 14%, e as contas correntes caucionadas 1,4%. Os outros empréstimos, onde são englobadas a cedência de fundos das participadas, representam 13,7% da dívida.

Tabela 15 – Custos e proveitos financeiros da EDA, em 2023 e 202410³ EUR

	2024	2023
Custos Financeiros ¹		
Juros Empréstimos	(14 117)	(11 788)
Comissões, Taxas aval e Outros	(1 700)	(1 961)
	(15 817)	(13 748)

(1) Inclui encargos financeiros capitalizados no montante de 2 805,91 mil euros

Os encargos financeiros associados ao serviço da dívida totalizaram no período 15,8 milhões de euros (incluindo encargos financeiros capitalizados no montante de 2,8 milhões de euros), mais 2,1 milhões euros que os custos financeiros suportados em 2023.

Tabela 16 – Custo médio de financiamento EDA de 2008 a 2024

Evolução Custo Médio Dívida	
2008	4,99%
2009	2,91%
2010	2,60%
2011	3,53%
2012	4,76%
2013	3,69%
2014	2,95%
2015	2,28%
2016	1,29%
2017	1,25%
2018	1,34%
2019	1,27%
2020	1,27%
2021	1,20%
2022	1,32%
2023	3,60%
2024	3,65%

Em 2024, o custo médio da dívida da EDA foi de 3,65%

O custo médio da dívida da EDA foi de 3,65% em 2024 (3,60% em 2023). A EDA tem 63,2% da dívida a taxa variável indexada à Euribor.

Quanto às políticas de gestão de riscos seguráveis, assim como a contratação das apólices para sua cobertura e mitigação são coordenadas pela EDA e extensíveis a todas as empresas participadas que integram o grupo dos serviços partilhados.

No âmbito da sua ação social, o Grupo EDA tem dois planos de pensões em vigor, um de benefício definido e outro de contribuição definida. Para o financiamento das responsabilidades decorrentes dos complementos estão constituídos igualmente dois fundos de pensões. O fundo de contribuição definida é subscrito individualmente pela EDA, contribuindo também, em termos complementares, os próprios beneficiários. Em 2024, a empresa efetuou contribuições para este fundo no valor de 524,8 mil euros.

O fundo de benefício definido é totalmente financiado pela empresa e gerido por uma sociedade gestora de fundos de pensões de acordo com a política de investimentos definida no respetivo contrato de gestão. As responsabilidades com benefícios de reforma são calculadas anualmente com base em estudo atuarial efetuado por atuário independente. As contribuições para o fundo são determinadas pelo nível de financiamento das responsabilidades. No final de 2024, as responsabilidades a cargo do fundo eram de 38,6 milhões de euros. O valor do fundo ascendia a 39,8 milhões de euros, representando um nível de financiamento das responsabilidades a seu a cargo de 103,22%.

Nos termos das disposições previstas da Diretiva ERSE 29/2022, de 22 de dezembro, que regulamenta os “Incentivos para a gestão otimizada dos CAE não cessados e das licenças de CO₂”, procedeu-se, em 2024, à aquisição no mercado de 343.234 licenças de emissão de CO₂ (EUA's), pelo valor de 22,6 milhões de euros, para cobertura dos direitos de emissão do ano.

4. INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE

4.1. Informação sobre a Sociedade e Órgãos Sociais

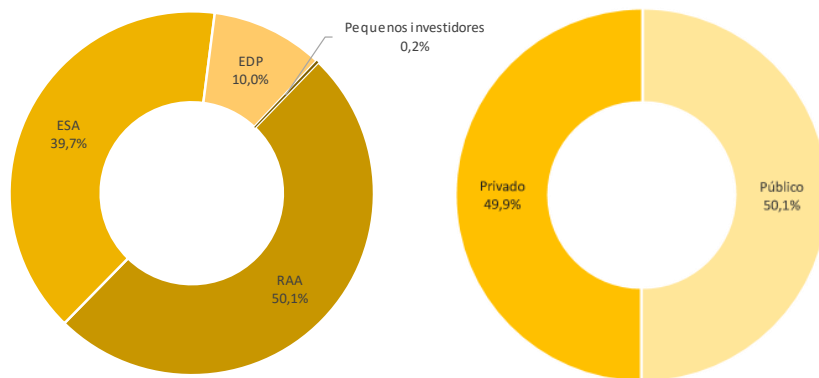
A EDA - Eletricidade dos Açores, S.A., constituída sob a forma de sociedade anónima e com sede em Ponta Delgada, na Rua Francisco Pereira Ataíde, n.º 1, é uma empresa pública que integra o sector público empresarial da Região Autónoma dos Açores. É-lhe aplicável o regime aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março. De acordo com o art.º 16.º daquele diploma, os relatórios anuais das empresas públicas regionais, além dos elementos que caracterizam as respetivas situações económicas e financeiras, deverão conter um conjunto de informações que, de seguida, se explicitam.

ESTRUTURA ACIONISTA

O Capital Social da EDA, no montante de 70 milhões de euros, é representado por 14 000 000 de ações, com o valor nominal de 5 euros cada.

A repartição do capital por investidor e tipo de investidor da estrutura acionista da EDA em 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

Gráfico 16 – Estrutura Acionista



ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

As orientações estratégicas globais de gestão estão fixadas no Anexo I e Anexo II da Resolução do Conselho do Governo n.º 117/2017, de 27 de outubro.

As orientações estratégicas específicas da EDA estão vertidas no Plano Estratégico Plurianual e Orçamento que, anualmente, a Assembleia Geral aprova. No que respeita ao ano de 2024, a Proposta de Plano Estratégico Plurianual e do Orçamento para 2024 foi aprovada em Assembleia Geral, realizada em 22 dezembro de 2023, e encontra-se publicada no site da empresa (www.eda.pt), em Investidores > Assembleias Gerais.

ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

O Governo Societário da empresa, de acordo com o art.º 8.º do pacto social, tem a seguinte configuração: Assembleia Geral, Conselho de Administração e Órgão de Fiscalização. O Órgão de Fiscalização, de acordo

com as modalidades previstas no art.º 21.º do pacto social, é constituído pelo Conselho Fiscal e por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não integra o Conselho Fiscal. O Conselho de Administração delegou numa Comissão Executiva a gestão corrente da sociedade.

De janeiro a dezembro de 2024 a composição dos Órgãos Sociais foi a seguinte:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente (Executivo): Paulo Jorge da Costa André

Administrador (Executivo): Francisco Manuel Sousa Botelho

Administrador (Executivo): Rodrigo Rebelo Costa

Administrador (Executivo): João Carlos Santos Correia,

Administradora (Executiva): Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Administrador (Não Executivo): António Félix Flores Rodrigues

Administradora (Não Executiva): Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt

Administradora (Não Executiva): Joana Oliveira Freitas

Administrador (Não Executivo): Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: João António Câmara Correia

Vice-Presidente: Nuno Frade Correia da Silveira Serejo

Secretário: José Emanuel Lopes Fernandes

CONSELHO FISCAL

Presidente: Catarina Isabel Furtado Pacheco

Vogal Efetivo: Carlos Eduardo Ferreira Oliveira

Vogal Efetivo: João Manuel Beliz Trabuco

Vogal Suplente: Maria Olinda Soares Aguiar

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

R. Cordeiro & Associado, SROC, Lda., inscrita na OROC com o n.º 292 e na CMVM com o n.º 20161585, representada por Rúben Mota Cordeiro (ROC n.º 1670)

PRINCIPAIS ELEMENTOS CURRICULARES DE CADA UM DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO;

Eng.º Paulo Jorge da Costa André: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, ramo de Energia e Sistemas pelo Instituto Superior Técnico, em 1999. Pós-Graduação em Ambiente, Saúde e Segurança pela Universidade dos Açores, em 2005. Iniciou em novembro de 1999 a sua atividade profissional como Técnico Comercial na SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda., empresa do Grupo EDA. Ingressou na EDA - Electricidade dos Açores, S.A. em janeiro de 2001 como Quadro Superior, onde desempenhou diversas funções até à data. Apoio de Engenharia na Direção de Produção entre 2001 e 2003. Gestor de Projeto na Direção de Produção entre 2004 e 2006. Chefe de Departamento de Construção de Equipamentos de Produção entre 2006 e 2015. Diretor de Construção de Infraestruturas e Equipamentos entre 2015 e 2021. Administrador

Executivo da EDA entre março de 2021 e junho de 2023. Presidente da Assembleia Geral da ELECPOR – Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico, desde junho de 2023, em representação da EDA. Acumula a atual função com os cargos de Presidente do Conselho de Administração da GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A., desde março de 2023, e de Presidente do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S.A., desde junho de 2023.

Eng.º Francisco Manuel Sousa Botelho: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica, ramo de Produção, Transporte e Distribuição de Energia, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1985. Participou no Programa Avançado de Gestão para Executivos da Universidade Católica Portuguesa, em 1994/1995. Quadro Superior da EDA – Electricidade dos Açores, S. A., desde 1986, foi requisitado pela Direção Regional de Energia da Secretaria Regional da Economia, entre 1989 e 1990, onde trabalhou, entre outros, no Plano Energético Regional. Foi Chefe do Serviço de Planeamento da EDA, entre 1995 e 1997, ano a partir do qual passou a membro do Conselho de Administração, durante dezassete anos, tendo representado a empresa na negociação dos sistemas de convergência dos preços da energia elétrica entre as regiões autónomas e o continente e na entrada da EDP no capital social da EDA como parceiro estratégico. Foi, ainda, membro do Conselho de Administração da GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A., Gerente da EEG – Empresa de Electricidade e Gás, Lda., Vogal e Presidente da Direção da Fundação Engenheiro José Cordeiro, Presidente da Assembleia Geral da TV Cabo – Açores, Presidente da Assembleia Geral da SOGEO – Sociedade Geotérmica dos Açores, S. A., Membro do Conselho de Administração da ARENA – Agência Regional de Energia da Região Autónoma dos Açores, Presidente da Assembleia Geral da Geoterceira, S. A. e Presidente da Assembleia Geral da GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A.. É Membro do Conselho Consultivo da ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, Membro do Conselho Diretivo da ELECPOR – Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico e Membro da Mesa da Assembleia Geral da APE – Associação Portuguesa de Energia, representante em Portugal do WEC – World Energy Council.

Dr. Rodrigo Rebelo Costa: Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia e Gestão da Universidade dos Açores, em 2019. Em 2020, concluiu a pós-graduação em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade, pela mesma instituição. Entre 2020 e 2021, foi Professor Assistente Convidado na Faculdade de Economia e Gestão da Universidade dos Açores, lecionando a disciplina de Microeconomia I. De 2020 a 2023, exerceu funções como Controller no Departamento de Logística da Fábrica de Tabaco Micaelense, S. A.. Em 2024, concluiu a pós-graduação em Excelência e Sustentabilidade na Gestão de Serviços, pela Escola Superior de Tecnologias e Administração da Universidade dos Açores.

Eng.º João Carlos Santos Correia: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e Computadores pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1989. Exerceu os seguintes cargos: Responsável pelo Serviço Coordenador de Redes e Centrais (Despacho) de São Miguel entre 1990 e 2000. Responsável pela condução e manutenção do Transporte e Subestações 60/30/10 kV de São Miguel entre 1995 e 1998. Responsável pela Direção de Serviços de Produção e Transporte do Centro de Exploração de São Miguel entre 1999 e 2000. Responsável pela Condução de Centrais dos Grupos Oriental e Ocidental da Direção de Produção entre 2001 e 2005. Responsável pela Gestão do Sistema Eléctrico da EDA, entre 2006 e 2008.

Responsável pela Direção de Exploração da Distribuição entre 2009 e 2014. Integra a Gerência da SEGMA desde 5 de novembro de 2014.

Dr.ª Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda: Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores. Funções na EDA: Técnica Superior, com funções no Departamento Central de Coordenação Económica (Planeamento) de 7 setembro de 1987 até 17 de janeiro de 1991 e no Centro de Exploração de São Miguel e na Direção de Estudos e Desenvolvimento (Investimentos) de 1996 a 2000, Coordenadora do Grupo de Atividades de Gestão Financeira e Seguros de janeiro de 2001 até 31 de dezembro de 2009 Coordenadora do Gabinete de Auditoria Interna de 1 de janeiro de 2010 a 11 de julho de 2013; Diretora de Finanças e Seguros de 2013 a 2021. Na Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, foi Diretora Regional da Habitação de 2 de dezembro de 1994 até outubro de 1996 e Diretora do Gabinete de Organização e Gestão Financeira de 18 de janeiro de 1991 até 1 de dezembro de 1994. Acumula a atual função com o cargo de Administradora da GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A., desde março de 2023 e de Administradora da EDA Renováveis, S.A. desde julho de 2024.

Prof. Doutor António Félix Flores Rodrigues: Licenciado em Física, em 1986, pela Universidade de Lisboa, com Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica em Biofísica pela Universidade dos Açores com orientação da Universidade de Coimbra, em 1994. Doutorado em Ciências do Ambiente – Ramo Poluição Atmosférica, em 2001, pela Universidade dos Açores com orientação da Universidade de Aveiro, é Professor Auxiliar da Universidade dos Açores, onde exerceu os cargos de Diretor dos Cursos de Engenharia do Ambiente, de Engenharia e Gestão do Ambiente e de Mestrado em Engenharia do Ambiente entre 2001 e 2018 e de membro do Conselho Geral da Universidade dos Açores em dois mandatos consecutivos entre 2015 e 2021. Lecionou disciplinas nos cursos de: Engenharia Agrícola, Engenharia Zootécnica, Engenharia do Ambiente, Mestrado em Engenharia do Ambiente, Mestrado em Gestão e Conservação da Natureza, Mestrado em Engenharia e Gestão de Sistemas de Água, Mestrado em Ambiente Saúde e Segurança, Mestrado em Ensino de Física e Química, Engenharia e Gestão do Ambiente, Doutoramento em Gestão Interdisciplinar da Paisagem (Universidade dos Açores, Universidade de Évora e Instituto Superior de Agronomia), Preparatórios de Ciências da Nutrição (parceria com a Universidade do Porto), Preparatórios de Medicina Veterinária (parceria com a Universidade Técnica de Lisboa), Preparatórios de Ciências Farmacêuticas (parceria com a Universidade do Porto), Licenciatura em Tecnologia Agro- -Alimentar, Licenciatura em Guias da Natureza, Licenciatura em Natureza e Património, Licenciatura em Enfermagem e Licenciatura em Energias Renováveis, todos da Universidade dos Açores, para além de outros cursos não conferentes de grau. Coordenou e colaborou em mais de uma dezena de projetos de investigação científica com universidades portuguesas e estrangeiras e foi membro da Comissão Organizadora de vários Congressos Nacionais e Internacionais. Participou na Missão Portuguesa de Ensino na Universidade Díli em Timor-Leste em 2001. Possui um vasto conjunto de artigos científicos publicados em diversos domínios científicos e orientou dezenas de teses de mestrado e dois doutoramentos. Foi vogal do Conselho de Administração da Empresa Municipal Culturangra, entre 2009-2010 e Deputado à Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores entre 2014 e 2015.

Dr.ª Joana Oliveira Freitas: É uma profissional do setor da energia, com uma carreira como executiva em operações e área financeira de infraestruturas, tendo trabalhado nos setores aeroportuário, imobiliário e

da energia, após iniciar a sua vida profissional como consultora da McKinsey & Company, onde trabalhou sete anos em Londres, Rio de Janeiro e Lisboa. Licenciada em Economia pela Universidade de Economia do Porto, com um MBA pelo INSEAD, completou em 2019 o Future Grid Managers Programme, pela Florence School of Regulation e Vlerick Business School.

Dr.ª Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt: Licenciada em Administração de Marketing – Especialidade Bens de Grande Consumo, pelo Instituto Português de Administração e Marketing (IPAM). Exerce funções de Coordenadora de Segurança, Património & Logística, na Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, desde 2013 e de Secretária Executiva do Conselho de Administração desde abril de 2011.

Dr.º Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira: Licenciado em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, em 1992. Doutoramento em Economia, pela University College London, University of London, em 1999. Assistente Convidado da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, entre 1992 e 1995. Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro, entre 2000 e 2001. Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, entre 2003 e 2004. Consultor da The Boston Consulting Group, entre 2001 e 2003, com projetos na área da Energia, Banca e Distribuição de bebidas, entre outros. Assessor do Ministro da Economia, entre 2002 e 2004, em particular para as áreas da Energia e Telecomunicações. Assessor do Ministro da Economia, entre 2004 e 2005, para a área da Energia. Diretor na Direção de Regulação e Tarifas, do centro corporativo da EDP, entre 2005 e 2018. Diretor da Direção Competition & Energy Policy, do centro corporativo da EDP, desde 2018. Representante da ELECPOR, primeiro no Working Group Wholesale Market e presentemente no Markets & Investments Committee da EURELECTRIC.

CARGOS OCUPADOS PELOS ADMINISTRADORES NOUTRAS EMPRESAS:

Eng.º Paulo Jorge da Costa André: Presidente do Conselho de Administração da GLOBALEDA, S.A., a partir de 31 de março de 2023, e da EDA Renováveis, S.A., a partir de 30 de junho de 2023.

Eng.º Francisco Manuel Sousa Botelho: Administrador da EDA Renováveis, S.A. a partir de 5 de março de 2021. Gerente da SEGMA a partir de 31 de março de 2023.

Dr.ª Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda: Administradora da GLOBALEDA, S.A. a partir de 31 de março de 2023; Administradora da EDA Renováveis desde 1 julho de 2024, Membro do Conselho Fiscal do INOVA – Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores.

Eng.º João Carlos Santos Correia: Gerente da SEGMA a partir de 5 de novembro de 2014..

Prof. Doutor António Félix Flores Rodrigues: Administrador da EDA Renováveis, S.A..

INFORMAÇÃO SOBRE O MODO E AS CONDIÇÕES DE CUMPRIMENTO DE FUNÇÕES RELACIONADAS COM A GESTÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL

A EDA presta um serviço de interesse geral tendo-lhe sido cometida em exclusivo, através de concessão, o transporte e a distribuição de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores. O contrato de concessão, outorgado no ano 2000, com a duração de 50 anos, regula o exercício desta atividade, a qual se encontra, também, sujeita à supervisão da ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

As atividades de produção, transporte e distribuição e comercialização de energia elétrica são reguladas, estando as competências de regulação destas atividades atribuídas à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). Esta entidade estabelece os critérios e métodos para a formulação, cálculo e publicação das tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços, à definição das tarifas reguladas e estrutura tarifária e à determinação dos proveitos permitidos. As normas e parâmetros de regulação são definidos nos diversos regulamentos publicados pela ERSE, nomeadamente: Regulamento de Qualidade de Serviço, Regulamento de Relações Comerciais, Regulamento de Acesso às Redes e Interligações e Regulamento Tarifário. O serviço prestado aos clientes é objeto de avaliação e de elaboração de um relatório da qualidade de serviço que está disponível no site da empresa no endereço www.eda.pt.

EXERCÍCIO DE PODERES DE AUTORIDADE POR PARTE DE EMPRESAS QUE SEJAM TITULARES DESSE TIPO DE PODERES

A atividade concedida à EDA é considerada de utilidade pública. No corrente exercício não ocorreram processos de expropriação por utilidade pública.

REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos Órgãos Sociais foram fixadas pela Assembleia Geral em 30 de junho de 2023, que determinou para o mandato 2023/25 as seguintes remunerações e benefícios sociais:

Administradores Executivos: A componente fixa da remuneração mensal ilíquida, a processar 14 vezes por ano, é de:

- a) Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva - 6.910,18 € (seis mil, novecentos e dez euros e dezoito cêntimos).;
- b) Administrador Executivo - 6.622,26 € (seis mil, seiscentos e vinte e dois euros e vinte e seis cêntimos)

Administradores Não Executivos - A componente fixa da remuneração mensal ilíquida, a processar 12 vezes por ano, é de 273,75 € (*duzentos e setenta e três euros e setenta e cinco cêntimos*). Três Administradores Não Executivos renunciaram à remuneração.

Membros do Conselho Fiscal - A componente fixa da remuneração mensal ilíquida, a processar 12 vezes por ano, é de:

- a) Presidente do Conselho Fiscal – 600,00 €;
- b) Vogal Efetivo do Conselho Fiscal – 400,00 €.

Membros da Mesa da Assembleia Geral - Estas funções não são remuneradas.

Os valores remuneratórios brutos e outros encargos dos Órgãos Sociais no ano de 2024 corresponderam a:

Órgão de Gestão	Remunerações Brutas	Benefícios Sociais e Encargos	Total
Órgão de Gestão Executivo 1	88 076,10 €	25 234,01 €	113 310,11 €
Órgão de Gestão Executivo 2	88 076,10 €	26 432,74 €	114 508,84 €
Órgão de Gestão Executivo 3	88 076,10 €	25 363,54 €	113 439,64 €
Órgão de Gestão Executivo 4	91 905,38 €	27 038,07 €	118 943,45 €
Órgão de Gestão Executivo 5	82 204,35 €	23 340,34 €	105 544,69 €
Órgão de Gestão Não Executivo 1	3 120,72 €	1 709,76 €	4 830,48 €
Conselho Fiscal 1	4 800,00 €	1 593,36 €	6 393,36 €
Conselho Fiscal 2	7 200,00 €	2 097,00 €	9 297,00 €
Conselho Fiscal 3	4 800,00 €	1 593,36 €	6 393,36 €

Os Administradores Executivos e os Administradores Não Executivos gozam dos benefícios sociais em vigor na Sociedade para os seus trabalhadores, previstos no acordo de empresa e respetivos regulamentos e que não estejam vedados pelo n.º 1 do artigo 31.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A, de 19 de maio.

INDICAÇÃO DO NÚMERO DE REUNIÕES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO COM REFERÊNCIA SUCINTA ÀS MATÉRIAS VERSADAS

Durante o ano de 2024, o Conselho de Administração realizou 16 (dezasseis) reuniões, onde se reuniram, presencialmente, os Administradores Executivos e, através de videoconferência, os Administradores não Executivos. As matérias versadas respeitaram à definição e acompanhamento da execução da estratégia do Grupo EDA, feita pela apreciação das contas mensais da empresa e das suas subsidiárias, à apreciação dos Tableau de Bord mensais, à aprovação da proposta de Relatório e Contas do ano 2023, bem como da Proposta de Plano Estratégico Plurianual e do Orçamento para 2025. Previamente, a cada reunião do Conselho, são disponibilizadas todas as atas das reuniões anteriores da Comissão Executiva para acompanhamento, informações ou esclarecimentos que se entendam necessários. A delegação de competências na Comissão Executiva foi fixada em regulamento aprovado pelo Conselho de Administração, pela Deliberação 35/CA/2023, de 30 de junho.

As decisões de valor superior a 1,5 milhões de euros são da competência do Conselho de Administração. As decisões sobre participações sociais não são delegáveis na Comissão Executiva.

Na primeira reunião, realizada a 29 de janeiro, foram analisadas as tarifas e os preços para o ano de 2024, bem como o cálculo do ajustamento tarifário do ano de 2022, aprovados pela ERSE. Foram analisadas e aprovadas as Contas EDA, de janeiro a novembro de 2023, bem como os Tableau de Bord e o Tableau de Bord da Qualidade de Serviço, referentes ao mesmo período. Foram, ainda, autorizados os documentos de

Reconhecimento de Dívida dos Hospitais da região, Santo Espírito, Horta e Divino Espírito Santo, e respetiva delegação de competências para a sua outorga.

No dia 23 de fevereiro, o Conselho de Administração reuniu-se e deliberou a adjudicação, pelo montante de 4.876.758,98 € (quatro milhões, oitocentos e setenta e seis mil, setecentos e cinquenta e oito euros e noventa e oito cêntimos) à Wartsila Portugal, S.A., através de Concurso Público Internacional, do contrato para Aquisição de Peças de Reserva para as Centrais Termoeléctricas da EDA – Equipamentos Wartsila.

Na terceira reunião, a 21 de março, foi aprovada e adjudicada a proposta apresentada pelo “Açores Smart Metering – Consórcio SCHNEIDER/CME”, no valor de 3.897.359,00 € (três milhões, oitocentos e noventa e sete mil, trezentos e cinquenta e nove euros), referente ao Concurso Limitado por Prévia Qualificação para Conceção, Fornecimento, Instalação, Ensaios e Colocação em Serviço da Estrutura de Smart Metering, autorizada a contratação, através de concurso público internacional, do Fornecimento de Apoios de Betão para as Linhas Aéreas AT, MT, BT e Postos de transformação do tipo aéreos, no montante de 2.410.299,50 € (dois milhões, quatrocentos e dez mil, duzentos e noventa e nove euros e cinquenta cêntimos) e deliberada a abertura de um concurso público internacional para a Aquisição de Peças de Reserva para as Centrais Termoeléctricas da EDA – Equipamentos MAK e CAT, tendo sido fixado como preço base do procedimento o montante de 4.511.004,97 € (quatro milhões, quinhentos e onze mil, quatro euros e noventa e sete cêntimos).

A 12 de abril, na quarta reunião, o Conselho de Administração analisou e aprovou o Relatório de Gestão de 2023 – Contas e Sustentabilidade, deliberando submetê-lo à aprovação da Assembleia Geral, tendo sido apresentada e aprovada a proposta de aplicação dos resultados do exercício do ano de 2023.

Foram apreciados os Tableau de Bord e o Tableau de Bord da Qualidade de Serviço, de janeiro a dezembro de 2023, e o Tableau de Bord da Qualidade de Serviço, de janeiro de 2024. Nesta mesma reunião, foi deliberada a contratação, através de concurso público internacional, do Fornecimento de Luminárias de Iluminação Pública equipadas com tecnologia LED e autorizada a respetiva a despesa, no montante de 4.943.010,00 € (quatro milhões, novecentos e quarenta e três mil e dez euros).

Na reunião de 29 de abril, foi aprovado o Relatório de Avaliação Anual do PPR GEDA, 2023-2025.

A 22 de maio, na sexta reunião, o Conselho de Administração analisou e aprovou o Relatório e Contas intercalar do 1.º trimestre de 2024, período no qual foi apurado um resultado líquido da EDA de 4,5 milhões de euros e deferiu o Pedido de Atualização de Preços, apresentando pelo prestador de serviços, referente ao contrato de Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança nas Instalações da EDA.

Reunidos a 21 de junho, aprovaram a Delegação de Poderes para a Prática de Atos de um Administrador Executivo com Procurador, a Aquisição e Montagem de Transformadores de Potência nas ilhas de São Miguel, Pico e São Jorge, no valor de 4.150.000,00 € (quatro milhões, cento e cinquenta mil euros), a Aquisição de Peças de Reserva – “Cartuchos de Turbo ABB” para a exploração de equipamentos Wartsila dos grupos térmicos 5, 6, 7 e 8 da Central Termoeléctrica do Caldeirão, na ilha de São Miguel, estimada em 3 milhões de euros, e, ainda, as contas de janeiro a abril de 2024, período no qual foi apurado um Resultado Líquido de 6,3 milhões de euros.

A 31 de julho deliberaram aprovar as contas de janeiro a junho de 2024, período no qual foi apurado um Resultado Líquido de 5,7 milhões de euros, os Tableau de Bord e o Tableau de Bord da Qualidade de Serviço, de janeiro a junho de 2024, a Primeira Modificação Objetiva ao contrato da empreitada de Construção da Subestação 30/15 kV de São Roque, na ilha do Pico, e a Segunda Modificação Objetiva ao contrato da empreitada de Remodelação da Subestação 60/30 kV do Caldeirão, na ilha de São Miguel, fundada em razões de interesse público.

Na nona reunião, o Conselho de Administração aprovou a Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses - Portaria n.º 185/2024/1, de 14 de agosto, e respetivo anexo, a vigorar na empresa, e deliberou, ainda, adotar nas suas atas a inclusão da declaração de inexistência de conflitos de interesse, bem como as declarações de escusa de votação, se as houver.

No dia 6 de setembro deliberaram o Ajuste Direto para celebração do contrato para o Fornecimento de Fuelóleo às Centrais Termoelétricas da EDA, estimado em 59.700.000,00 € (cinquenta e nove milhões e setecentos mil euros).

Reunidos a 13 de setembro, aprovaram adjudicar o contrato de Aquisição de Peças de Reserva - Cartuchos de Turbo ABB à Turbo Systems Iberia, SL - Sucursal em Portugal, no montante total estimado de 2.033.852,00 € (dois milhões, trinta e três mil e oitocentos e cinquenta e dois euros).

A 30 de setembro foi apresentada a proposta de Relatório e Contas intercalar até ao 1.º semestre de 2024, período no qual foi apurado um resultado líquido da EDA de 5,7 milhões de euros, adjudicado à empresa Cimontubo – Tubagens e Soldadura, Lda., pelo valor de 8.750.234,55 € (oito milhões, setecentos e cinquenta mil, duzentos e trinta e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos), a empreitada de “Revamping do Parque de Tanques da Central Termoelétrica do Belo Jardim – Fase II”, ilha Terceira, e substituído o gestor do contrato de Conceção, Construção, Fornecimento, Montagem, Ensaios, Entrada em Serviço e Manutenção do Sistema de Armazenamento de Energia para a ilha de São Miguel.

Na reunião de 28 outubro, a Administração aprovou o Relatório de Avaliação Intercalar do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Grupo EDA, de 2024.

Na décima quarta reunião, a 27 de novembro, o Conselho de Administração tomou conhecimento e aprovou os pressupostos e as projeções financeiras a incluir na Proposta de Plano Estratégico Plurianual e do Orçamento 2025, a submeter à Assembleia Geral.

A 4 de dezembro, foi dada a autorização para a Aquisição de Serviços Cloud e Licenciamento de Software por Subscrição com vista a assegurar a continuidade da atividade de suporte ao negócio da EDA, bem como a respetiva despesa no valor de 4.030.810,37 € (quatro milhões, trinta mil, oitocentos e dez euros e trinta e sete cêntimos).

Na última reunião do ano de 2024, a 27 de dezembro, foram observados os Tableau de Bord e o Tableau de Bord da Qualidade de Serviço, de janeiro a novembro, aprovado o Pedido de Revisão de Preços da empreitada de Remodelação da Subestação 60/30 kV do Caldeirão, na ilha de São Miguel, a Modificação Objetiva ao contrato de Fornecimento de Óleos Lubrificantes para as Centrais Termoelétricas da EDA e o terceiro Pedido de Revisão de Preços Provisória, referente à empreitada de Construção do Novo Edifício

Administrativo da EDA, no Caminho da Levada, ilha de São Miguel, bem como examinadas as contas de janeiro a novembro de 2024, período no qual foi registado um Resultado Líquido de 9,65 milhões de euros.

4.2. Ações próprias

Em 31 dezembro de 2024 a empresa não detinha ações próprias.

4.3. Negócios entre a sociedade e os seus administradores

Não existem quaisquer situações previstas no artigo 397.º do CSC.

4.4. Sucursais da sociedade

A empresa não tem quaisquer sucursais.

4.5. Factos relevantes ocorridos após o termo do período

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.

5. VALORES CARACTERÍSTICOS – EDA

Gráfico 17 – Indicadores financeiros EDA, de 2020 a 2024

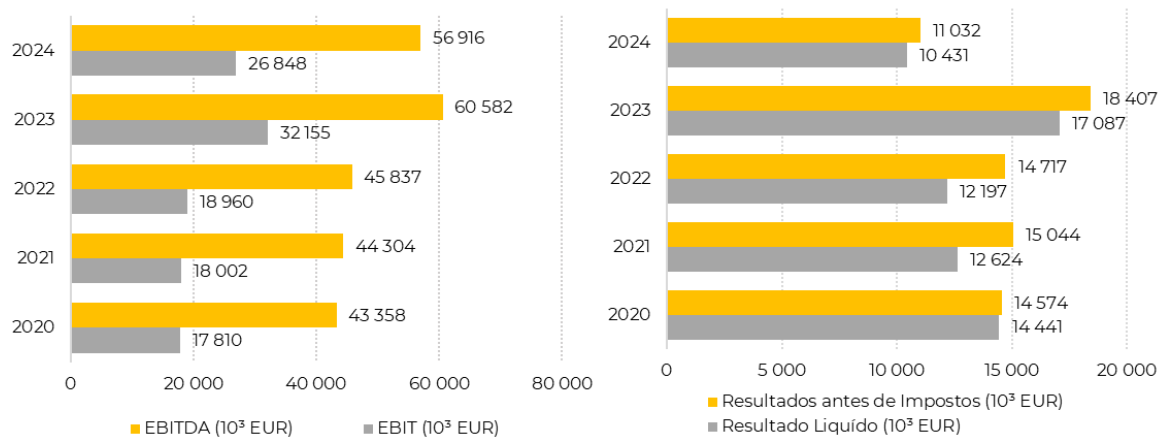
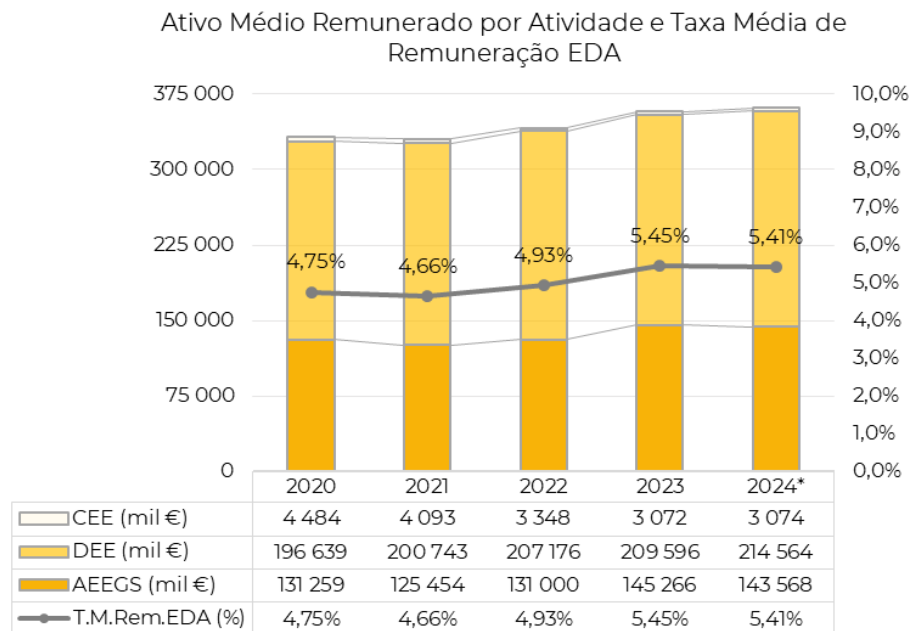
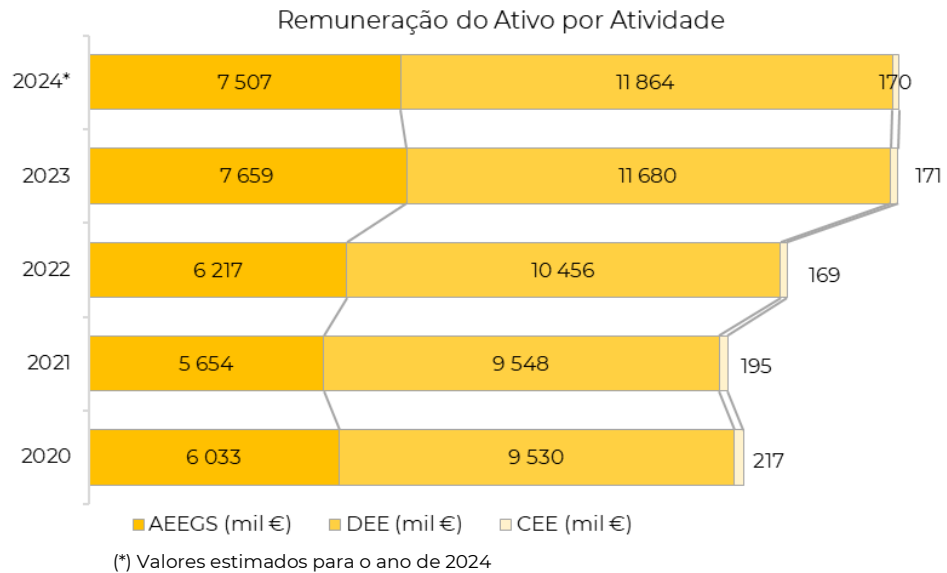


Gráfico 18 – Evolução da base de ativos regulada, por atividade e taxa média de remuneração de 2020 a 2024



(*) Valores estimados para o ano de 2024

Gráfico 19 – Remuneração do Ativo, por atividade, de 2020 a 2024**Tabela 17 – Indicadores de atividade, de 2020 a 2024**

	2020	2021	2022	2023	2024
Emissão total (GWh)	769	809	823	836	861
Variação anual da emissão total (%)		5,1	1,8	1,5	3,1
Emissão térmica (GWh)	458	520	534	530	566
Variação anual da emissão térmica (%)		13,5	2,6	-0,7	6,8
Emissão renovável/recursos endógenos (GWh)	297	275	279	292	282
Variação anual de emissão renovável/recursos endógenos		-7,4	1,4	4,6	-3,6
Consumo de serviços auxiliares (GWh)	19	19	20	20	20
Variação anual do consumo de serviços auxiliares (%)		1,0	1,7	-0,8	1,0
Consumo (GWh) ⁽¹⁾	719	761	768	788	809
Variação anual do consumo de eletricidade		5,8	0,8	2,6	2,7
Comprimento de linhas AT/MT (km)	2 063	2 082	2 088	2 101	2 115
Potência de transformação em PT (MVA)	621	626	628	635	643
Perdas na rede (%)	6,5	5,8	6,7	5,6	5,8
Tempo de interrupção equivalente da potência instalada da RAA (TIEPI) (hh:mm) ⁽²⁾	1:26	1:57	1:57	1:57	1:04
Zona A	0:39	0:39	0:43	1:15	0:12
Zona B	1:29	0:52	1:17	0:51	0:22
Zona C	1:52	3:00	2:48	2:39	1:44
Número consumidores ⁽³⁾	127 500	129 157	130 235	131 577	132 981
MT	766	768	817	814	937
BT	126 734	128 389	129 418	130 763	132 044

⁽¹⁾ Decorrente de procedimentos internos, os dados de consumo do fecho do exercício de 2022 não incluem cerca de 4 GWh de consumo de energia, motivado pelo atraso na disponibilização das leituras da telecontagem de alguns contratos de energia MT/BTE. O registo desta energia transitou para janeiro de 2023.

Não contemplando esta energia em 2023, o consumo acumulado seria de 784 GWh.

⁽²⁾ Inclui interrupções longas e curtas de todas as origens e naturezas

⁽³⁾ Inclui instalações de consumo próprio

Tabela 18 – Número de trabalhadores da EDA, por género, de 2020 a 2024

Número de Trabalhadores EDA						
	Género	2020	2021	2022	2023	2024
EDA		125	124	129	132	132
		676	666	656	652	642
		801	790	785	784	774

Inclui trabalhadores cedidos

Tabela 19 – Indicadores Económicos da EDA (matérias sociais)

Matérias Sociais	2020	2021	2022	2023	2024
Custos com pessoal (mil Eur)	30 563	30 953	31 286	32 985	34 821
Benefícios sociais (mil Eur)	1 901	1 964	2 044	2 524	2 480
Investimento direto com formação (mil Eur)	139	210	247	326	330
Investimento direto com formação por trabalhador (€/trabalhador)	173	265	314	415	427
Human Capital ROI ⁽¹⁾ (€/trabalhador)	2,17	2,64	2,89	3,05	2,75

⁽¹⁾ Human Capital ROI = (Vendas e serviços prestados - CMVMC - FSE) / Gastos com Pessoal
 Este indicador representa o retorno do investimento efetuado com os trabalhadores.

6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Santa Maria

		2020	2024
Superfície	(km ²)	96,9	96,9
População Residente (1) (2)	(habitantes)	5 612	5 502
Nº de Instalações	(nº)	3 932	4 077
Média Tensão		22	25
Baixa Tensão		3 791	3 933
Instalações de consumo próprio		5	5
IP		114	114
Consumo de Energia (3)	(MWh)	18 934	21 285
Domésticos		6 259	7 309
Comércio/ Serviços		7 341	9 033
Serviços Públicos		2 647	2 635
Industriais		1 267	1 462
Iluminação Pública		1 420	841
Mobilidade Elétrica		0	5
Emissão de Energia	(MWh)	20 176	22 469
Térmica a Gasóleo		17 643	20 795
Eólica		2 520	629
Fotovoltaica (4)		13	1 045
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	1 191	1 328
Ponta	(kW)	3 399	3 956
Vendas de Energia (5)	(euros)	2 895 612	3 606 110
Trabalhadores (6)	(nº)	35	36
Potência Instalada em Centrais (7)	(kW)	8 407	9 007
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	89,7	91,1
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	19 970	22 460

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Para o ano de 2024, considerada a estimativa 2023 INE (consultado em 2025)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Inclui a produção independente e microgeração

(5) Não inclui compensação tarifária

(6) Trabalhadores ativos no final de cada ano

(7) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

São Miguel

		2020	2024
Superfície	(km ²)	744,6	744,6
População Residente (1) (2)	(habitantes)	137 133	136 659
Nº de Instalações	(nº)	65 209	68 213
Média Tensão		409	550
Baixa Tensão		64 055	66 906
Instalações de consumo próprio		23	24
IP		722	733
Consumo de Energia (3)	(MWh)	396 302	449 600
Domésticos		139 377	159 845
Comércio/ Serviços		136 660	175 095
Serviços Públicos		25 478	25 923
Industriais		81 009	80 292
Iluminação Pública		13 779	8 232
Mobilidade Elétrica		0	214
Emissão de energia	(MWh)	422 146	478 291
Térmica a Fuel		212 721	265 358
Térmica a Gasóleo		78	89
Hídrica		23 848	25 021
Geotérmica		169 448	170 180
Eólica (4)		15 030	14 875
Biogás		702	1 391
Fotovoltaica (4)		320	1 377
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	5 953	6 377
Ponta	(kW)	69 000	78 849
Vendas de Energia (5)	(euros)	58 733 759	74 265 834
Trabalhadores (6)	(nº)	419	405
Potência Instalada em Centrais (7)	(kW)	135 130	134 230
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	821,3	861,5
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	350 240	363 490

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Para o ano de 2024, considerada a estimativa 2023 INE (consultado em 2025)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Inclui a produção independente e microgeração

(5) Não inclui compensação tarifária

(6) Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (10 em 2020; 5 em 2024)

(7) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

Terceira

		2020	2024
Superfície	(km ²)	400,3	400,3
População Residente (1) (2)	(habitantes)	54 874	53 526
Nº de Instalações	(nº)	27 976	29 096
Média Tensão		177	209
Baixa Tensão		27 410	28 481
Instalações de consumo próprio		12	12
IP		377	394
Consumo de Energia (3)	(MWh)	170 720	187 677
Domésticos		62 137	70 339
Comércio/ Serviços		48 730	59 166
Serviços Públicos		27 823	29 559
Industriais		28 030	26 325
Iluminação Pública		4 000	2 257
Mobilidade Elétrica		0	33
Emissão de energia	(MWh)	184 609	201 749
Térmica a Fuel		114 477	146 296
Térmica a Gasóleo		291	31
Hídrica		1 629	2 265
Geotérmica		23 742	7 378
Eólica (4)		30 748	32 073
RSU		13 651	13 464
Fotovoltaica (4)		71	243
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	5 553	5 172
Ponta	(kW)	32 172	34 550
Vendas de Energia (5)	(euros)	25 322 935	31 002 522
Trabalhadores (6)	(nº)	139	129
Potência Instalada em Centrais (7)	(kW)	75 048	91 648
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	438,5	439,3
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	131 243	134 058

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Para o ano de 2024, considerada a estimativa 2023 INE (consultado em 2025)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Inclui a produção independente e microgeração

(5) Não inclui compensação tarifária

(6) Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (3 em 2020; 1 em 2024)

(7) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

Graciosa

		2020	2024
Superfície	(km ²)	60,7	60,7
População Residente (1) (2)	(habitantes)	4 179	4 100
Nº de Instalações	(nº)	3 300	3 407
Média Tensão		22	20
Baixa Tensão		3 191	3 295
Instalações de consumo próprio		5	4
IP		82	88
Consumo de Energia (3)	(MWh)	12 655	13 670
Domésticos		4 515	5 226
Comércio/ Serviços		3 546	3 923
Serviços Públicos		904	1 012
Industriais		2 974	3 117
Iluminação Pública		716	389
Mobilidade Elétrica		0	3
Emissão de energia	(MWh)	13 330	14 368
Térmica a Gasóleo		5 253	5 752
Eólica (4)		7 111	7 594
Fotovoltaica (4)		966	1 022
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	522	504
Ponta	(kW)	2 488	2 677
Vendas de Energia (5)	(euros)	1 997 255	2 376 603
Trabalhadores (6)	(nº)	29	30
Potência Instalada em Centrais (7)	(kW)	4 670	4 670
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	67,4	66,2
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	12 875	13 085

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Para o ano de 2024, considerada a estimativa 2023 INE (consultado em 2025)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Inclui a produção independente e microgeração

(5) Não inclui compensação tarifária

(6) Trabalhadores ativos no final de cada ano

(7) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

São Jorge

		2020	2024
Superfície	(km2)	243,6	243,6
População Residente (1) (2)	(habitantes)	8 228	8 446
Nº de Instalações	(nº)	5 984	6 203
Média Tensão		23	21
Baixa Tensão		5 832	6 046
Instalações de consumo próprio		5	7
IP		124	129
Consumo de Energia (3)	(MWh)	25 861	27 986
Domésticos		10 015	12 177
Comércio/ Serviços		5 712	6 867
Serviços Públicos		1 569	1 755
Industriais		7 415	6 611
Iluminação Pública		1 150	574
Mobilidade Elétrica		0	0
Emissão de energia	(MWh)	27 730	29 883
Térmica a Gasóleo		24 521	28 854
Eólica		3 150	944
Fotovoltaica (4)		58	85
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	668	579
Ponta	(kW)	5 092	5 363
Vendas de Energia (5)	(euros)	3 995 875	4 833 285
Trabalhadores (6)	(nº)	40	39
Potência Instalada em Centrais (7)	(kW)	10 098	10 098
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	160,9	166,8
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	21 420	22 150

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Para o ano de 2024, considerada a estimativa 2023 INE (consultado em 2025)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Inclui a produção independente e microgeração

(5) Não inclui compensação tarifária

(6) Trabalhadores ativos no final de cada ano

(7) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

Pico

		2020	2024
Superfície	(km2)	444,8	444,8
População Residente (1) (2)	(habitantes)	13 635	14 347
Nº de Instalações	(nº)	10 002	10 549
Média Tensão		41	41
Baixa Tensão		9 734	10 278
Instalações de consumo próprio		10	9
IP		217	221
Consumo de Energia (3)	(MWh)	40 595	47 797
Domésticos		17 453	21 389
Comércio/ Serviços		11 565	14 936
Serviços Públicos		3 326	3 221
Industriais		5 788	6 757
Iluminação Pública		2 462	1 492
Mobilidade Elétrica		0	3,0
Emissão de energia	(MWh)	44 063	51 268
Térmica a Fuel		37 948	46 474
Térmica a Gasóleo		3	23
Eólica		6 107	4 748
Fotovoltaica (4)		5	22
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	1 507	1 781
Ponta	(kW)	7 768	9 513
Vendas de Energia (5)	(euros)	6 494 248	8 404 258
Trabalhadores (6)	(nº)	51	50
Potência Instalada em Centrais (7)	(kW)	19 166	19 166
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	243,8	247,1
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	39 306	40 174

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Para o ano de 2024, considerada a estimativa 2023 INE (consultado em 2025)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Inclui a produção independente e microgeração

(5) Não inclui compensação tarifária

(6) Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (1 em 2020 e 2024)

(7) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

Faial

		2020	2024
Superfície	(km ²)	173,1	173,1
População Residente (1) (2)	(habitantes)	14 443	14 466
Nº de Instalações	(nº)	8 306	8 555
Média Tensão		49	48
Baixa Tensão		8 104	8 353
Instalações de consumo próprio		7	7
IP		146	147
Consumo de Energia (3)	(MWh)	42 585	48 065
Domésticos		17 388	19 886
Comércio/ Serviços		12 848	15 122
Serviços Públicos		5 883	6 860
Industriais		4 902	5 248
Iluminação Pública		1 563	947
Mobilidade Elétrica		0	1,2
Emissão de energia	(MWh)	44 592	49 869
Térmica a Fuel		38 309	44 565
Térmica a Gasóleo		27	22
Hídrica		0	142
Eólica		6 256	4 985
Fotovoltaica (4)		0	156
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	3 235	3 359
Ponta	(kW)	8 140	9 320
Vendas de Energia (5)	(euros)	6 658 911	8 236 024
Trabalhadores (6)	(nº)	52	48
Potência Instalada em Centrais (7)	(kW)	23 685	23 685
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	148,9	152,7
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	34 063	35 280

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Para o ano de 2024, considerada a estimativa 2023 INE (consultado em 2025)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Inclui a produção independente e microgeração

(5) Não inclui compensação tarifária

(6) Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (1 em 2020)

(7) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

Flores

		2020	2024
Superfície	(km2)	141,0	141,0
População Residente (1) (2)	(habitantes)	3 627	3 544
Nº de Instalações	(nº)	2 508	2 588
Média Tensão		19	19
Baixa Tensão		2 429	2 507
Instalações de consumo próprio		9	9
IP		51	53
Consumo de Energia (3)	(MWh)	10 241	11 000
Domésticos		4 109	4 829
Comércio/ Serviços		3 841	4 252
Serviços Públicos		1 261	1 334
Industriais		449	223
Iluminação Pública		581	361
Mobilidade Elétrica		0	0
Emissão de energia	(MWh)	10 876	11 554
Térmica a Gasóleo		5 556	6 271
Hídrica		4 712	5 106
Eólica		600	173
Fotovoltaica (4)		8	4
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	524	578
Ponta	(kW)	1 990	2 052
Vendas de Energia (5)	(euros)	1 608 085	1 958 795
Trabalhadores (6)	(nº)	30	32
Potência Instalada em Centrais (7)	(kW)	5 824	5 824
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	89,5	87,0
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	10 398	11 678

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Para o ano de 2024, considerada a estimativa 2023 INE (consultado em 2025)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Inclui a produção independente e microgeração

(5) Não inclui compensação tarifária

(6) Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (2 em 2020 e 2024)

(7) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

Corvo

		2020	2024
Superfície	(km2)	17,1	17,1
População Residente (1) (2)	(habitantes)	470	435
Nº de Instalações	(nº)	283	293
Média Tensão		1	1
Baixa Tensão		277	286
Instalações de consumo próprio		2	3
IP		3	3
Consumo de Energia (3)	(MWh)	1 518	1 674
Domésticos		667	723
Comércio/ Serviços		711	783
Serviços Públicos		66	116
Industriais		27	39
Iluminação Pública		46	15
Mobilidade Elétrica		0	0
Emissão de energia	(MWh)	1 651	1 777
Térmica a Gasóleo		1 651	1 695
Fotovoltaica		0	82
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	62	80
Ponta	(kW)	315	336
Vendas de Energia (4)	(euros)	244 821	299 085
Trabalhadores (5)	(nº)	6	5
Potência Instalada em Centrais (6)	(kW)	848	1 170
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	2,9	3,8
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	1 060	1 120

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Para o ano de 2024, considerada a estimativa 2023 INE (consultado em 2025)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Não inclui compensação tarifária

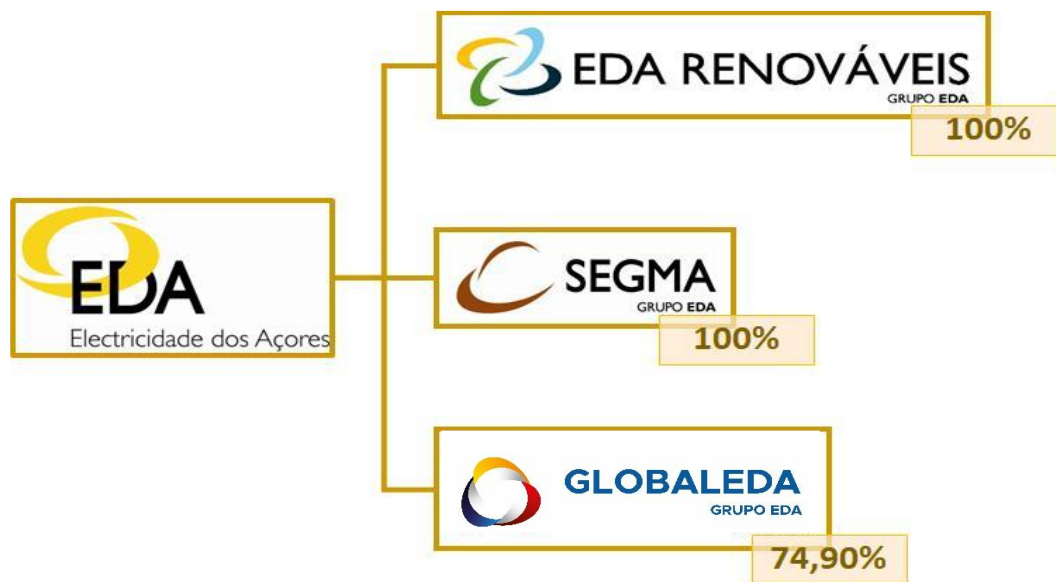
(5) Trabalhadores ativos no final de cada ano

(6) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

A2 – GRUPO EDA

1. UNIVERSO DA CONSOLIDAÇÃO

Gráfico 20 – Universo da consolidação das empresas do Grupo EDA, em 2024



O objeto social da EDA - Electricidade dos Açores, S. A. e das suas subsidiárias, incluídas na consolidação de contas, comporta as atividades de produção, aquisição, transporte, distribuição e venda de energia elétrica, bem como o exercício de outras atividades relacionadas com aquelas, e também a prestação de serviços de telecomunicações e sistemas de informação, conceção e elaboração de projetos de engenharia e manutenção de instalações industriais.

Atualmente, o capital das empresas subsidiárias é maioritariamente detido pela EDA - Electricidade dos Açores, S.A., com participações diretas de 100% na EDA Renováveis, 100% na SEGMA e 74,90% na GLOBALEDA.

Tabela 20 – Empresas incluídas na consolidação

GRUPO EDA	Capital	Participação	Resultado Líquido ⁽¹⁾	
	Próprio ⁽¹⁾	Capital	2024	2023
SEGMENTO ELETRICIDADE				
EDA, S.A.	290 345	-	10 431	17 087
EDA Renováveis, S.A.	164 451	100,00%	10 773	13 582
SEGMENTO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS				
SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	10 525	100,00%	1 037	311
GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	2 252	74,90%	(974)	(635)

(1) Milhares de euros

2. ORGANIZAÇÃO DOS NEGÓCIOS



- Produção Térmica de Energia Elétrica
- Transporte e Distribuição de Eletricidade
- Comercialização de Eletricidade



Produção de Eletricidade de base renovável:

- Geotérmica
- Hídrica
- Eólica
- Fotovoltaica



- Projetos
- Consultoria
- Manutenção



- Telecomunicações
- Sistemas de Informação

3. DESEMPENHO

3.1. EDA, S.A.

A EDA foi criada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 34/81/A, de 18 de julho, sob a denominação Empresa de Electricidade dos Açores, E.P. (EDA), tendo iniciado a sua atividade em 1 de outubro de 1981. O seu património inicial foi constituído pelas infraestruturas da Região Autónoma dos Açores (RAA) afetas ao serviço público de eletricidade e as restantes instalações e serviços de produção e distribuição de energia elétrica exploradas pelas autarquias locais. A constituição da EDA teve como objetivo reestruturar o setor elétrico da RAA e criar uma única empresa para desenvolver as atividades de produção, transporte e distribuição de eletricidade na RAA e, ao mesmo tempo, promover o seu desenvolvimento económico e social.

Em 1997, a empresa foi transformada em sociedade anónima, passando a designar-se EDA - Electricidade dos Açores, S. A., num contexto de reestruturação do setor elétrico regional e nacional. Com a alteração da EDA para sociedade anónima nasce o Grupo EDA, através da aposta na diversificação e desenvolvimento de novos negócios. Posteriormente, em 2000, o Grupo concretizou um processo de reestruturação orgânica, extinguindo os centros de exploração por ilha e criando as 3 atuais áreas de atividade verticalizadas: produção, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Enquanto entidade prestadora de um serviço público, a EDA atua num ambiente regulado, cuja entidade responsável é a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), nos termos do Decreto-Lei n.º 69/2002, de 25 de março.

As atividades de gestão técnica do sistema elétrico, o transporte e distribuição de energia elétrica, bem como a construção das infraestruturas que as integram, são desenvolvidas ao abrigo de um contrato de concessão, em regime de exclusividade, pelo prazo de 50 anos, contados a partir de 12 de outubro de 2000.

A venda de energia elétrica tem por base as tarifas de eletricidade fixadas pela ERSE, de acordo com o Regulamento Tarifário.

O contrato de concessão atribuído à EDA, para a gestão técnica do sistema elétrico, transporte e distribuição de energia elétrica, iniciou-se em outubro de 2000 e pelo prazo de 50 anos

Tabela 21 - Indicadores económico financeiros da EDA de 2020 a 2024

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2020	2021	2022	2023	2024
Volume de Negócios ¹⁾ (mil €)	180 033	212 301	257 349	271 600	264 566
EBITDA ²⁾ (mil €)	43 358	44 304	45 837	60 582	56 916
EBIT ³⁾ (mil €)	17 810	18 002	18 960	32 155	26 848
Resultado Líquido (mil €)	14 441	12 624	12 197	17 087	10 431
VAB ⁴⁾ (mil €)	75 681	92 024	101 563	115 024	108 989
Capital Próprio (mil €)	212 431	223 661	258 463	278 445	290 345
Rendibilidade Operacional ⁵⁾ (%)	9,9	8,5	7,4	11,8	10,1
Rendibilidade Líquida ⁶⁾ (%)	8,0	5,9	4,7	6,3	3,9
Rendibilidade Capitais Próprios ⁷⁾ (%)	6,8	5,6	4,7	6,1	3,6
Endividamento ⁸⁾ (%)	63,9	64,8	64,0	63,6	61,0
Solvabilidade ⁹⁾ (%)	56,4	54,4	56,2	57,2	63,9
Autonomia financeira ¹⁰⁾ (%)	36,1	35,2	36,0	36,4	39,0
Número de Trabalhadores ¹¹⁾	801	790	785	784	774

1) Vendas + Prestações de Serviços

2) EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes

3) Receitas Operacionais - Custos Operacionais

4) Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proveitos Suplementares - CMVMC - FSEs - Impostos Indiretos

5) Resultado Operacional ÷ Volume de Negócios

6) Resultado Líquido ÷ Volume de Negócios x 100

7) Resultado Líquido ÷ Total Capital Próprio x 100

8) Total do Passivo ÷ Total do Ativo x 100

9) Total do Capital Próprio ÷ Total do Passivo x 100

10) Total do Capital Próprio ÷ Total do Ativo x 100

11) Inclui cedidos

O volume de negócios da EDA tem vindo a evoluir a uma taxa de crescimento médio anual próxima dos 10,1%, entre 2020 e 2024. Em 2024 foi registado o segundo maior volume de negócios de sempre da EDA, com aproximadamente 265 milhões de euros, embora se tenha verificado uma redução de 2,6% face a 2023.

A EDA, em 2024, gerou uma rendibilidade operacional na ordem dos 10,1%, o que significa que cada euro de volume de negócios gerou, em média, 10,1 cêntimos de resultados operacionais. A rendibilidade líquida ronda os 3,9% e ilustra o resultado líquido obtido (3,9 cêntimos) por cada euro de volume de negócios realizado.

A rendibilidade dos capitais próprios, que reflete a atratividade do negócio, do ponto de vista dos detentores de capital, ascendeu a 3,6%, em 2024, o que reflete um decréscimo homólogo neste indicador de 2,5 pontos percentuais (p.p.) relativamente a 2023.

Ao nível dos indicadores financeiros, verifica-se uma subida do indicador de autonomia financeira de 2,6 p.p. atingindo os 39% em 2024. O rácio de endividamento aumentou entre 2020 e 2021, verificando-se desde 2022 a inversão desta tendência, com um decréscimo acumulado nos três últimos exercícios económicos de 3,8 p.p..

Finalmente, no que concerne ao número de colaboradores, apesar da sua manutenção entre 2022 e 2023, 2024 veio enfatizar a tendência de decréscimo a que se tem assistido nos últimos anos, tendo-se

verificado uma redução de 4 colaboradores em relação a 2023 e 19 face a 2020. Neste sentido, a EDA encerrou o ano de 2024 com 765 trabalhadores (excluindo os trabalhadores cedidos).

3.2. EDA Renováveis

A EDA Renováveis, S. A. é uma sociedade anónima que tem como atividade principal o aproveitamento de recursos renováveis, designadamente de recursos hídricos, eólicos, geotérmicos, solares e outros, para a produção de eletricidade ou outras finalidades, bem como fornecer bens, prestar serviços e assistência técnica a terceiros em áreas afins.

O Grupo EDA iniciou em 2013 um processo de reorganização da atividade de produção de energia a partir de fontes renováveis. Nesse ano, forma-se a EDA Renováveis, S. A. por fusão das sociedades SOGEO – Sociedade Geotérmica dos Açores, S. A. e EEG – Empresa de Electricidade e Gaz, Lda., mediante a transferência global do património da segunda (EEG) para a primeira (SOGEO). Em 2014, a referida reorganização estendeu-se à Geoterceira – Sociedade Geoelétrica da Terceira, S. A., incorporada por fusão na EDA Renováveis, S.A.. A EDA - Electricidade dos Açores, S. A. é detentora de 99,68% do capital social da EDA Renováveis.

A EDA Renováveis explora três centrais geotérmicas, com uma potência instalada conjunta de 26,5 MW, doze centrais hídricas (potência instalada conjunta de 8,4 MW), sete parques eólicos (potência instalada conjunta de 28,6 MW) e dois parques fotovoltaicos (potência instalada conjunta de 0,75 MW). Integrada na política do Grupo EDA, a EDA Renováveis procura, com a sua atividade de exploração, maximizar o aproveitamento dos recursos endógenos existentes, e executa novos investimentos, sempre que a viabilidade técnica e económica seja demonstrada e a sua integração na estrutura de produção elétrica de cada ilha seja assegurada.

Tabela 22 - Produção de energia elétrica de base renovável, por recurso e por ilha em 2024

					GWh
	Geotérmica	Hídrica	Eólica	Fotovoltaica	TOTAL
Santa Maria	0,0	0,0	0,6	1,0	1,6
São Miguel	170,2	25,0	14,9	0,0	210,1
Terceira	7,4	2,3	23,7	0,0	33,3
São Jorge	0,0	0,0	0,9	0,0	0,9
Pico	0,0	0,0	4,7	0,0	4,7
Faial	0,0	0,1	5,0	0,0	5,1
Flores	0,0	5,1	0,2	0,0	5,3
Corvo	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
TOTAL	177,6	32,5	50,0	1,1	261,2

No ano de 2024, a EDA Renováveis apresentou resultados positivos, com uma produção anual de energia elétrica com origem em recursos energéticos endógenos de 261,2 GWh.

Do total de energia elétrica emitida pela EDA Renováveis, 68,0% foi de origem geotérmica, 19,2% de origem eólica, 12,4% de origem hídrica e 0,4% de origem fotovoltaica. Face ao ano anterior, verificou-se, em 2024, um decréscimo global de 3,9%, influenciado pela diminuição em cerca de 3,4% na produção geotérmica e

de 10,7% na produção eólica. Em sentido contrário, verifica-se uma variação positiva de 5,5% na produção hídrica e de 4,4% na produção fotovoltaica.

A produção das centrais geotérmicas foi de 177,6 GWh em 2024, correspondendo a uma diminuição de 3,4% relativamente à produção de 183,8 GWh em 2023. A redução da produção com recurso geotérmico é justificado pela baixa produtividade e instabilidade do poço PA3, e ainda pelo declínio acentuado na disponibilidade anual do poço PA2, na Central Geotérmica do Pico Alto, após ter sido verificada uma alteração considerável na sua estabilidade produtiva a partir do final de 2023, data em que a pressão de operação do poço desceu abaixo da pressão de serviço do coletor de vapor da Central, condição que se manteve durante todo o ano de 2024, o que representou uma perda considerável de produção. Continuaremos a procurar soluções para esta situação.

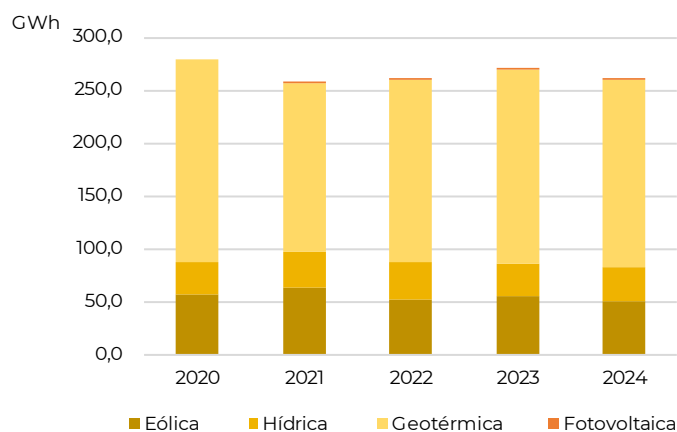
Em 2024, a EDAR contribuiu com 30% do mix energético da Região Autónoma dos Açores e 89% do total da energia de origem renovável

No que diz respeito à produção de energia hidroelétrica, esta ascendeu a 32,5 GWh, em 2024, correspondendo a um aumento de 5,5% relativamente à produção de 30,8 GWh registada no ano anterior. Recorde-se que, em junho de 2023, uma depressão assolou a ilha de São Miguel, induzindo fortes estragos nos circuitos hidráulicos das centrais hidroelétricas dos Túneis e da Foz da Ribeira e obrigando à interrupção da produção durante alguns meses.

Relativamente à produção anual de energia elétrica de origem eólica, esta atingiu os 50,0 GWh, correspondendo a um decréscimo de 10,7% face ao valor registado no ano anterior (56,0 GWh). Essa diminuição da produção resultou de uma alteração dos padrões atmosféricos do ano relativamente à normal climatológica e da desativação dos aerogeradores nas ilhas de Santa Maria, São Jorge e Flores para substituição por novos aerogeradores, com aumento da potência instalada, destes parques.

A produção fotovoltaica foi cerca de 1,1 GWh em 2024, distribuídos em 1.007 MWh no Parque Fotovoltaico de Santa Maria e 82 MWh no Parque Fotovoltaico do Corvo.

Gráfico 21 – Produção de energia elétrica de base renovável, por recurso, de 2020 a 2024



A EDA Renováveis registou, em 2024, um volume de negócios de 29,4 milhões de euros e um resultado líquido positivo de 10,8 milhões de euros, o que, comparativamente ao exercício de 2023, representa um decréscimo de 20,7%. No que respeita aos rendimentos operacionais, estes totalizaram cerca de 33 milhões de euros, em 2024, representando uma diminuição de 1,9% (637,3 milhares de euros) face ao valor registado em 2023. Por seu lado, os gastos operacionais ascenderam a 21,4 milhões de euros, o que, face a 2023, se traduz num aumento de 17,4% (3.181 milhares de euros), explicado, sobretudo, pelo aumento de 37,0% (correspondente a cerca de 1,7 milhões de euros) nos fornecimentos de serviços externos e do registo da imparidade na Central Geotérmica do Pico Alto de bens depreciáveis no valor de 1,5 milhões de euros.

Em 2024, o volume de negócios da EDAR totalizou 29,4 milhões de euros

A evolução dos indicadores económico-financeiros da EDA Renováveis, entre 2020 e 2024, é apresentada de seguida:

Tabela 23 - Indicadores económico financeiros da EDA Renováveis, de 2020 a 2024

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2020	2021	2022	2023	2024
Volume de Negócios ¹⁾ (mil €)	28 370	26 000	26 739	29 216	29 359
EBITDA ²⁾ (mil €)	20 143	18 180	17 606	23 240	20 846
EBIT ³⁾ (mil €)	12 259	10 601	9 953	15 360	11 541
Resultado Líquido (mil €)	9 951	7 923	8 532	13 582	10 773
VAB ⁴⁾ (mil €)	21 863	20 292	19 746	24 891	22 678
Capital Próprio (mil €)	113 000	115 306	140 953	150 742	164 451
Rendibilidade Operacional ⁵⁾ (%)	43,2	40,8	37,2	52,6	39,3
Rendibilidade Líquida ⁶⁾ (%)	35,1	30,5	31,9	46,5	36,7
Rendibilidade Capitais Próprios ⁷⁾ (%)	8,8	6,9	6,1	9,0	6,6
Endividamento ⁸⁾ (%)	13,4	11,0	11,1	11,0	10,8
Solvabilidade ⁹⁾ (%)	644,9	806,2	803,3	810,5	824,6
Autonomia financeira ¹⁰⁾ (%)	86,6	89,0	88,9	89,0	89,2
Número de Trabalhadores ¹¹⁾	70	80	70	63	60

1) Vendas + Prestações de Serviços

2) EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes

3) Receitas Operacionais - Custos Operacionais

4) Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proveitos Suplementares - CMVMC - FSEs - Impostos Indiretos

5) Resultado Operacional ÷ Volume de Negócios

6) Resultado Líquido ÷ Volume de Negócios

7) Resultado Líquido ÷ Total Capital Próprio

8) Total do Passivo ÷ Total do Ativo × 100

9) Total do Capital Próprio ÷ Total do Passivo × 100

10) Total do Capital Próprio ÷ Total do Ativo × 100

11) Inclui cedidos

O volume de negócios da EDA Renováveis, após registar em 2021 o valor mais baixo dos últimos 5 anos, inverte a partir de 2022, mantendo o sentido de crescimento e apresentando em 2024 o melhor resultado de sempre, 29,4 milhões de euros, o que se traduz num aumento de 0,5%, cerca de 143,1 mil euros, face ao ano transato.

Entre 2020 e 2024, o volume de negócios cresce a uma taxa média anual de 0,9%. O ano de 2021, em que se regista um decréscimo acentuado, é marcado pela avaria prolongada na Central Geotérmica do Pico

Vermelho. Com a reposição do funcionamento normal desta central, o volume de vendas da empresa voltou aos seus valores expectáveis.

Em 2024, a EDA Renováveis, S. A. gerou uma rendibilidade operacional na ordem dos 39,3%, o que significa que cada euro de volume de negócios gerou, em média, 39 cêntimos de resultados operacionais. A rendibilidade líquida ronda os 36,7% e ilustra o resultado líquido obtido (cerca de 37 cêntimos) por cada euro de volume de negócios realizado.

A rendibilidade dos capitais próprios, que reflete a atratividade do negócio, do ponto de vista dos detentores de capital, ascendeu a 6,6% em 2024, traduzindo um decréscimo em 2,5 pontos percentuais (p.p.) face a 2023. O aumento significativo do capital próprio em 2024, por intermédio do reconhecimento de subsídios ao investimento, está a influenciar a variação deste indicador em 2024.

No que concerne à estrutura de capitais, é de realçar o indicador de autonomia financeira a situar-se nos 89,2%, em 2024, que é representativo do elevado índice de segurança financeira da empresa. Em 2024, apenas 10,8% do ativo total era financiado por capitais alheios.

Finalmente, no que concerne ao número de colaboradores, e apesar deste indicador ter registado um aumento entre 2020 e 2021, atingindo um total de 80 colaboradores, a partir desse ano tem-se registado uma diminuição, encerrando-se o período económico de 2024 com 60 colaboradores nos quadros da empresa.

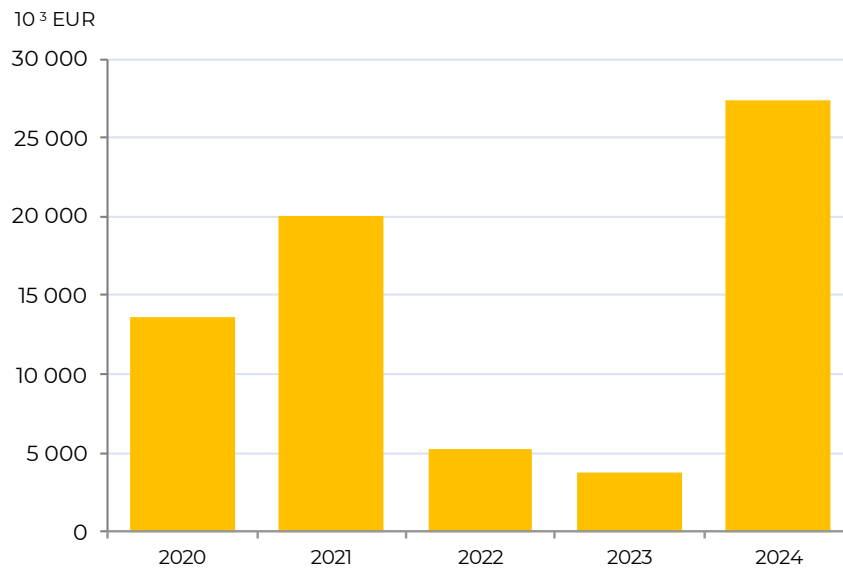
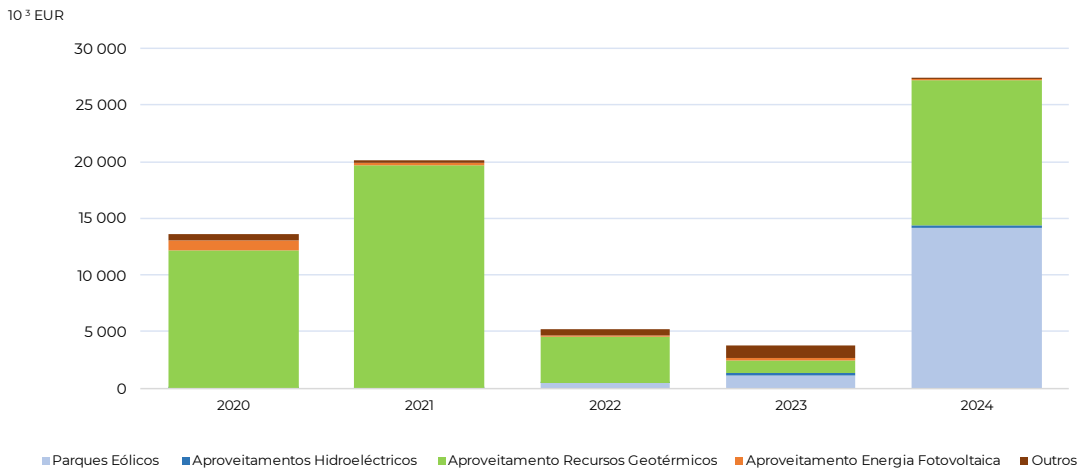
Em 2024, o volume de investimento realizado pela EDA Renováveis totalizou 27,3 milhões euros, sendo 52% do investimento global direcionado para os parques eólicos e 47% para as centrais geotérmicas. Face a 2023, verifica-se uma variação de mais 23,5 milhões de euros, influenciado pela obra de expansão da central geotérmica do Pico Vermelho e pelas substituições dos aerogeradores nos parques eólicos em São Jorge, Santa Maria e Flores, bem como a conclusão do parque do Cerrado das Vacas, na ilha do Corvo.

Tabela 24 - Investimento realizado em 2024⁹

10 ³ EUR	
Atividade	Total
Parques Eólicos	14 126
Aproveitamentos Hidroelétricos	256
Aproveitamento Recursos Geotérmicos	12 836
Produção Fotovoltaica	94
Outros	17
Total	27 329

A evolução dos montantes investidos nas atividades de aproveitamento dos recursos endógenos existentes, a preços correntes, nos últimos períodos, é apresentada nos gráficos seguintes.

⁹ A rubrica de Outros inclui: 16.812€ de Aquisições Diretas de Ativos Fixos Tangíveis

Gráfico 22 – Investimento total a preços correntes 2020 a 2024**Gráfico 23 – Investimento a custos técnicos de 2020 a 2024**

O Gráfico 23 demonstra o forte investimento no aproveitamento do recurso eólico em 2024, não descurando o recurso geotérmico, mantendo, assim, a sua prioridade no horizonte temporal compreendido em entre 2020 e 2024.

3.3. GLOBALEDA

A GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A. é uma empresa do Grupo EDA, detida em 74,9% pela EDA, S.A. e em 25,1% pela Novabase Business Solutions, que tem como objeto a conceção, estudo e acompanhamento de projetos na área das Telecomunicações e dos Sistemas de Informação, bem como a comercialização de produtos VODAFONE. A atividade da empresa centra-se na prestação de serviços de projeto, instalação e de manutenção de infraestruturas de telecomunicações, na prestação de serviços de consultadoria, desenvolvimento e suporte de sistemas de informação e na comercialização de comunicações móveis, enquanto Agente Comercial Vodafone para os setores residencial e empresarial.

A necessidade constante de inovação e a diversificação do portefólio de serviços, com a preocupação permanente de servir as necessidades dos nossos clientes e da Melhoria Contínua, são os pilares estratégicos da GLOBALEDA.

Com uma equipa de técnicos qualificados, a GLOBALEDA pretende consolidar a sua posição como parceiro de referência no mercado regional, maximizando a eficiência e satisfação dos clientes, respeitando o meio ambiente e contribuindo ativamente para o bem-estar das comunidades em que se insere.

Em 2024, a atividade da GLOBALEDA gerou um nível de ganhos e rendimentos no valor de 4,5 milhões de euros, registando uma diminuição de 38%, comparativamente ao ano de 2023. A redução verificada teve maior impacto na área de Sistemas de Informação devido à incerteza e atrasos nos projetos do PRR e do PO 2030, os atrasos nos concursos públicos, as dificuldades na cadeia de fornecimento e os custos operacionais elevados limitaram significativamente a atividade da empresa.

O adiamento de investimentos estratégicos, tanto no setor público como no privado, restringiu as oportunidades de negócio da empresa, enquanto a concorrência agressiva e as dificuldades na adjudicação de projetos comprometeram a geração de receitas. No geral, 2024 revelou-se um ano difícil para a GLOBALEDA, marcado por incerteza, desafios operacionais e pressão sobre as margens financeiras.

Para além dos fatores anteriormente citados, a concorrência no mercado regional, que já possui dimensões naturalmente reduzidas, viu um aumento considerável devido à influência da globalização e à generalização do trabalho remoto.

Ao nível do volume de negócios, o contributo da atividade das tecnologias de informação foi de 39%. As outras áreas de atividade da empresa, projeto, instalação e manutenção de infraestruturas de comunicações e comercialização de comunicações móveis, de equipamentos de telecomunicações e de informática, contribuíram para o volume de negócios em 36% e 25%, respetivamente.

No mesmo período, os gastos operacionais totalizaram 5,5 milhões de euros, correspondendo a uma diminuição de 32% comparativamente a 2023. Destaca-se a diminuição de 47% ao nível dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos que está relacionada com a cessação da cedência ocasional de 6 trabalhadores da EDA e com o efeito da conclusão dos contratos para a Implementação das tecnologias SAP ERP e SAP IS-U/4HANA (IA-SAP) e de prestação de serviços informáticos em regime de outsourcing celebrados com a EDA.

A redução de 6% nos gastos com pessoal resulta da diminuição do número de trabalhadores ao serviço da empresa durante o ano de 2024 por via de 9 rescisões contratuais, que compensou parcialmente o incremento por via da atualização salarial negociada com os sindicatos em 2024.

Os indicadores económico-financeiros da GLOBALEDA apresentaram a seguinte evolução, relativamente ao período de 2020 a 2024:

Tabela 25 - Indicadores económico financeiros da GLOBALEDA, de 2020 a 2024

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2020	2021	2022	2023	2024
Volume de Negócios ¹⁾ (mil €)	9 664	9 740	6 747	7 151	4 353
EBITDA ²⁾ (mil €)	990	210	81	-624	-887
EBIT ³⁾ (mil €)	886	43	-53	-731	-970
Resultado Líquido (mil €)	714	25	-55	-635	-974
VAB ⁴⁾ (mil €)	3 551	2 975	2 920	2 132	1 734
Capital Próprio (mil €)	4 262	3 929	3 861	3 226	2 252
Rendibilidade Operacional ⁵⁾ (%)	9,2	0,4	-0,8	-10,2	-22,3
Rendibilidade Líquida ⁶⁾ (%)	7,4	0,3	-0,8	-8,9	-22,4
Rendibilidade Capitais Próprios ⁷⁾ (%)	16,8	0,6	-1,4	-19,7	-43,3
Endividamento ⁸⁾ (%)	30,3	42,9	46,7	48,2	35,6
Solvabilidade ⁹⁾ (%)	229,8	133,2	114,3	107,5	180,8
Autonomia financeira ¹⁰⁾ (%)	69,7	57,1	53,3	51,8	64,4
Número de Trabalhadores ¹¹⁾	97	99	94	85	77

1) Vendas + Prestações de Serviços

2) EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes

3) Receitas Operacionais - Custos Operacionais

4) Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proveitos Suplementares - CMVMC - FSEs - Impostos Indiretos

5) Resultado Operacional + Volume de Negócios

6) Resultado Líquido + Volume de Negócios

7) Resultado Líquido + Total Capital Próprio

8) Total do Passivo ÷ Total do Ativo × 100

9) Total do Capital Próprio ÷ Total do Passivo × 100

10) Total do Capital Próprio ÷ Total do Ativo × 100

11) Inclui cedidos

O volume de negócios finaliza o ano com uma diminuição após a subida registada no ano transato, apresentado, assim, uma taxa de decrescimento de 39,1% em relação a 2023. Em 2024, os resultados líquidos mantiveram-se negativos, assim como o EBITDA.

Em 2024, os rácios de rendibilidade operacional, total e dos capitais próprios encontram-se influenciados pelos resultados do ano. No que concerne à estrutura de capitais, é de realçar o crescimento verificado na autonomia financeira de 12,6 pontos percentuais (p.p.), face ao ano transato, sendo este em 2024 de 64,4%. Este valor reflete a supremacia dos capitais próprios em relação aos capitais alheios no financiamento do ativo.

3.4. SEGMA

A SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda., é uma empresa do Grupo EDA, constituída em 1998, com o objetivo de prestar serviços na área de engenharia e tem vindo, progressivamente, a alargar a sua atividade a novos e mais exigentes segmentos de mercado.

A organização da SEGMA, com órgãos de apoio flexíveis e leves, tem-se revelado um modelo eficaz e que decidimos aprofundar. Em 2021, a SEGMA reorganizou-se criando uma Direção Geral que se subdivide em três departamentos, Suporte, Energia e Mecânica. Estes departamentos organizam-se por Centros de Atividade que atuam de forma mais especializada em áreas de negócio, como Manutenção, Serviços Técnicos e Consultoria.

O ano de 2024 foi mais um marco histórico para a SEGMA, superando as expectativas ao atingir um recorde de faturação de 13 milhões de euros, ultrapassando o anterior recorde verificado em 2023. Este resultado não é apenas um reflexo do nosso crescimento económico, mas também da confiança que os nossos clientes e parceiros depositam na nossa capacidade de inovação e excelência.

Em 2024, o volume de negócios da SEGMA atingiu um máximo histórico de 13 milhões de euros.

Ao longo dos anos, a SEGMA tem ocupado um espaço cada vez mais relevante na sociedade açoriana, desenvolvendo projetos de grande impacto que colocam a região no mapa da inovação e tecnologia. Desde a colaboração com a Estação de Satélites da ESA até à Rede de Estações Geodésicas do Atlântico, temos explorado e desenvolvido competências que antes não existiam na região, contribuindo para o seu progresso e autonomia tecnológica.

Em 2024, demos continuidade ao nosso compromisso com a formação dos nossos colaboradores, investindo no desenvolvimento de competências técnicas. Este foco na qualificação tem permitido não apenas elevar os padrões de segurança e eficiência, mas também reforçar a nossa capacidade de inovação e adaptação a novos desafios.

O crescimento da nossa rede de postos de carregamento para veículos elétricos, que já havia aumentado 91% em 2023, manteve-se em 2024, reforçando o nosso papel na promoção da mobilidade sustentável.

Em suma, 2024 foi um ano de conquistas e superação, que reforçou a posição da SEGMA como uma empresa inovadora, sustentável e comprometida com o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores. Este sucesso é partilhado com todos os colaboradores, cujo empenho e dedicação são a base do nosso percurso notável. Olhamos para o futuro com otimismo e determinação, prontos para enfrentar novos desafios e continuar a liderar a transição energética e tecnológica na região.

No final de 2024, o resultado líquido do exercício da SEGMA foi de um milhão de euros, mais 725,5 mil euros relativamente a 2023. Não obstante o aumento verificado, o EBITDA diminuiu 6,2% face ao período homólogo anterior. Na base desta diminuição encontra-se, principalmente, o efeito combinado do acréscimo do volume de negócios em 3,4 milhões de euros (+34,1%), acompanhado pelo aumento de 1,2 milhões de euros nos custos com mercadoria vendida e matéria consumida (+109,5%), do aumento nos fornecimentos de serviço externo em 1,9 milhões de euros (+34,6%) e do acréscimo das imparidades de dívidas as receber de 359 mil euros.

O resultado operacional, que reflete o resultado entre os rendimentos e ganhos e gastos e perdas operacionais do período, incluindo as amortizações e depreciações, apresenta um aumento de 893,5 mil euros em 2024, influenciado pelo registo de 933 mil euros em 2023 de imparidades de propriedade de investimento.

Os indicadores económico-financeiros da SEGMA apresentaram a seguinte evolução, relativamente ao período de 2020 a 2024:

Tabela 26 – Indicadores económico financeiros da SEGMA, de 2020 a 2024

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2020	2021	2022	2023	2024
Volume de Negócios ¹⁾ (mil €)	9 528	8 831	9 420	9 920	13 297
EBITDA ²⁾ (mil €)	1 633	1 156	1 147	1 217	1 141
EBIT ³⁾ (mil €)	1 476	1 013	1 021	179	1 073
Resultado Líquido (mil €)	1 208	826	870	311	1 037
VAB ⁴⁾ (mil €)	3 037	2 650	2 709	3 333	3 653
Capital Próprio (mil €)	9 093	9 314	9 770	9 645	10 525
Rendibilidade Operacional ⁵⁾ (%)	15,5	11,5	10,8	1,8	8,1
Rendibilidade Líquida ⁶⁾ (%)	12,7	9,4	9,2	3,1	7,8
Rendibilidade Capitais Próprios ⁷⁾ (%)	13,3	8,9	8,9	3,2	9,8
Endividamento ⁸⁾ (%)	16,8	17,4	20,2	18,4	28,5
Solvabilidade ⁹⁾ (%)	493,7	476,1	393,9	443,9	250,7
Autonomia financeira ¹⁰⁾ (%)	83,2	82,6	79,8	81,6	71,5
Número de Trabalhadores ¹¹⁾	52	52	55	58	53

1) Vendas + Prestações de Serviços

2) EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes

3) Receitas Operacionais - Custos Operacionais

4) Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proveitos Suplementares - CMVMC - FSEs - Impostos Indiretos

5) Resultado Operacional ÷ Volume de Negócios

6) Resultado Líquido ÷ Volume de Negócios

7) Resultado Líquido ÷ Total Capital Próprio

8) Total do Passivo ÷ Total do Ativo × 100

9) Total do Capital Próprio ÷ Total do Passivo × 100

10) Total do Capital Próprio ÷ Total do Ativo × 100

11) Inclui cedidos

Com base na análise da tabela anterior, constata-se que o volume de negócios tem vindo a evoluir a uma taxa de crescimento médio anual próxima dos 8,7%, entre 2020 e 2024. Neste último ano, as prestações de serviços representaram 87% do volume gerado, enquanto as vendas registaram 13%. A prestação de serviços no período foi de 11,5 milhões de euros, o que se veio a traduzir num novo máximo histórico, traduzindo-se assim num incremento de mais 27,2% em relação ao período homólogo.

Em 2024, a SEGMA gerou uma rendibilidade operacional na ordem dos 8,1%, o que significa que cada euro de volume de negócios realizado se traduzia, em média, em cerca de 8,1 cêntimos de resultados operacionais. A rendibilidade líquida é de 7,8% e ilustra o resultado líquido obtido (cerca de 8 cêntimos) por cada euro de volume de negócios concretizado.

A rentabilidade dos capitais próprios, que reflete a atratividade do negócio, do ponto de vista dos detentores de capital, é de 9,8% em 2024.

No que concerne à estrutura de capitais, é de realçar o indicador de autonomia financeira a rondar os 71,5%, em 2024, que reflete a supremacia dos capitais próprios, no financiamento do ativo, o que é representativo do elevado índice de segurança financeira da empresa. Em 2024, apenas 28,5% do ativo total era financiado por capitais alheios.

Finalmente, o número de recursos humanos afetos à empresa, contrariamente à tendência evidenciada ao longo dos últimos cinco anos, em 2024 registou uma diminuição de 5 colaboradores face a 2023, tendo o ano terminado com um total de efetivo de 53 colaboradores.

4. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A Demonstração do Rendimento Integral Consolidado, para os anos de 2023 e 2024, encontra-se evidenciada na tabela seguinte.

Tabela 27 – Demonstração dos resultados consolidada do Grupo EDA, em 2023 e 2024

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

10³ EUR

	2024	2023	Var. 2024-23	Var. % 2024-23
Vendas e prestações de serviços	274 653,0	280 048,5	(5 395,5)	(1,9%)
Outros Rendimentos	5 379,8	6 599,7	(1 219,9)	(18,5%)
Rendimentos Operacionais	280 032,9	286 648,3	(6 615,4)	(2,3%)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	108 931,5	103 111,9	5 819,6	5,6%
Gastos com pessoal	42 959,5	40 841,8	2 117,7	5,2%
Fornecimentos e serviços externos	32 313,0	37 048,8	(4 735,7)	(12,8%)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	34 621,3	34 035,3	585,9	1,7%
Imparidade de ativos depreciables/ amortizáveis	1 496,0	933,3	562,7	60,3%
Imparidades de inventários	61,2	69,3	(8,1)	(11,7%)
Imparidades de contas a receber	825,6	(192,4)	1 017,9	(529,1%)
Imparidade de activos não depreciables/ amortizáveis	-	104,3	(104,3)	(100,0%)
Outros Gastos e Perdas	34 407,7	39 944,0	(5 536,4)	(13,9%)
Gastos Operacionais	255 615,6	255 896,3	(280,7)	(0,1%)
Resultado Operacional	24 417,2	30 752,0	(6 334,7)	(20,6%)
EBITDA	60 534,5	65 720,6	(5 186,1)	(7,9%)
Resultados financeiros	(10 716,1)	(9 505,3)	(1 210,8)	(12,7%)
Resultados antes de impostos	13 701,1	21 246,7	(7 545,6)	(35,5%)
Imposto sobre o rendimento	(3 549,8)	(4 375,4)	825,5	(18,9%)
Resultado líquido do período atribuível a:	10 151,3	16 871,3	(6 720,0)	(39,8%)
Detentores do capital do Grupo EDA	10 395,9	17 030,8	(6 634,9)	(39,0%)
Interesses que não controlam	(244,6)	(159,4)	(85,2)	53,4%
Rendimento integral do período atribuível a:	10 731,4	15 825,1	(5 093,8)	(32,2%)
Detentores do capital do Grupo EDA	10 976,0	15 984,6	(5 008,6)	(31,3%)
Interesses que não controlam	(244,6)	(159,4)	(85,2)	53,4%

Análise dos proveitos e custos operacionais

Em 2024, o volume de negócios do Grupo EDA rondou os 275 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 5,4 milhões de euros (1,9%), relativamente ao registado no ano anterior (280 milhões de euros).

Em 2024, o volume de negócios do Grupo EDA ascendeu a cerca de 275 milhões de euros

As vendas de energia elétrica registaram uma diminuição de 8,9%, sustentada na expansão observada na procura de eletricidade (2,7%) e, sobretudo, na diminuição do preço médio de venda (11,2%). A compensação tarifária, contabilizada em 2024, atinge cerca de 111,2 milhões de

euros. Os serviços prestados ascenderam aos 27,3 milhões de euros, menos 9,5% que em 2023, incluindo 16 milhões de euros de serviços de construção no âmbito das atividades concessionadas (IFRIC 12).

Os outros rendimentos operacionais ascenderam a 5,4 milhões de euros no final de 2024, menos 1,2 milhões de euros que em 2023. Esta variação explica-se fundamentalmente pela indemnização recebida em 2023 de 2 milhões de euros por perdas de exploração relativas a uma avaria.

Os outros rendimentos operacionais ascenderam a 5,4 milhões de euros no final de 2024, menos 1,2 milhões de euros que o ano anterior, fundamentalmente pelos 2 milhões de euros de indemnização recebida em 2023, conforme atrás explicado, conjugada com o reconhecimento de subsídios ao investimento (+0,9 milhões de euros).

No que concerne à estrutura dos gastos operacionais, importa destacar o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), que ascendeu a 108,9 milhões de euros, 43% do total de gastos operacionais. Os fornecimentos e serviços externos (FSE), os gastos com o pessoal e os gastos com depreciações e amortizações representam cerca de 13%, 17% e 14% do total de gastos operacionais, respetivamente. Em termos globais, os gastos operacionais diminuíram ligeiramente (0,1%), comparativamente ao ano anterior.

Entre 2023 e 2024, a rubrica de CMVMC cresceu 5,6%, o correspondente a 5,8 milhões de euros. Esta variação decorre, fundamentalmente, da evolução dos gastos com combustíveis utilizados na produção de eletricidade, que aumentaram na ordem dos 5,8 milhões de euros (7,3%), por via da oscilação do preço nos mercados e de consumos superiores no ano. Durante 2024, o custo médio do gasóleo atingiu os 1.198,10 euros por quilolitro (+3,8%), enquanto no fuelóleo a evolução foi ligeira e em sentido descendente (-0,2%) para os 585,56 euros por tonelada.

Os gastos com o pessoal ascendem a cerca de 43 milhões de euros em 2024, o equivalente a um aumento homólogo de 5,2%, reflexo da atualização salarial e progressão de carreiras.

Os FSE ascenderam a 32,3 milhões de euros, 12,8% abaixo do valor registado em 2023 (37 milhões de euros). De referir que o valor desta rubrica se encontra fortemente influenciado pela adoção da IFRIC 12 – Contratos de concessão. De acordo com esta norma, os gastos com serviços de construção referentes aos investimentos em ativos inseridos nas atividades concessionadas de transporte, distribuição de energia e gestão do sistema elétrico estão incluídos em fornecimentos e serviços externos. Neste âmbito, encontram-se registados cerca de 8 milhões de euros em 2024 (14,5 milhões de euros em 2023). Nos FSE as rubricas com maior expressão são relativas a conservação e reparação, trabalhos especializados e subcontratos. A rubrica de conservação e reparação engloba, essencialmente, gastos com a manutenção e reparação dos ativos técnicos que constituem a rede de transporte e distribuição e os centros electroprodutores, assim como gastos com material a incorporar na conservação do equipamento produtivo da EDA Renováveis. Os trabalhos especializados, que representam cerca de 14% do total de gastos com FSE, comportam gastos com serviços informáticos, estudos de monitorização dos campos geotérmicos e parques eólicos e consultorias diversas. Os subcontratos referem-se maioritariamente a contratação de serviços especializados e materiais incorporados na execução dos projetos em curso.

No ano de 2024, os outros gastos e perdas diminuíram 13,9%, em termos homólogos, ascendendo a 34,4 milhões de euros. Esta rubrica inclui os gastos com as licenças de emissões de CO₂ de 22,6 milhões de euros (27,7 milhões de euros em 2023). A diminuição de 5,1 milhões de euros, apesar do aumento das emissões no ano, deriva da evolução do custo médio das licenças de CO₂ utilizadas em 2024, verificando-se um decréscimo de 19,4 euros/ton. Em 2024, o custo médio da licença utilizada de CO₂ foi de 65,84 euros/ton.

A rubrica inclui ainda o pagamento de 5,6 milhões de euros de direitos de passagem aos Municípios¹⁰, 3 milhões de euros de taxas pagas no âmbito da concessão da atividade de exploração de recursos geotérmicos e outros impostos e taxas diversas, bem como o registo da contribuição extraordinária sobre o setor energético, no valor de 1,9 milhões de euros.

Ao nível dos resultados financeiros, entre 2023 e 2024, verifica-se um acréscimo de 13% nos encargos financeiros suportados (juros, comissões e impostos) referentes aos empréstimos contraídos pelo Grupo, apesar da diminuição da dívida em 2024. O custo médio de financiamento do Grupo elevou-se para 3,66% (3,61% em 2023).

¹⁰ Tem a natureza de um custo do tipo *pass-through* para a EDA, sendo incluída nos proveitos permitidos da Atividade de Distribuição de Energia Elétrica.

EVOLUÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Apresenta-se de seguida, em termos sintéticos, a posição financeira consolidada do Grupo EDA.

Tabela 28 – Balanço consolidado do Grupo EDA, em 2023 e 2024

10³ EUR

	2024	2023	Var. 2024-23	Var. % 2024-23
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	480 477,8	471 513,1	8 964,7	1,9%
Ativos por impostos diferidos	10 261,3	13 271,2	(3 010,0)	(22,7%)
Clientes e outras contas a receber	63,7	64,2	(0,5)	(0,8%)
Outros ativos financeiros	437,2	437,2	-	0,0%
Ativo Não Corrente	491 240,0	485 285,7	5 954,2	1,2%
Inventários	25 338,1	22 258,3	3 079,9	13,8%
Clientes e outras contas a receber	108 424,5	126 604,0	(18 179,5)	(14,4%)
Imposto sobre o rendimento a receber	125,6	0,0	125,6	-
Caixa e equivalentes de caixa	3 009,6	6 996,2	(3 986,5)	(57,0%)
Ativo Corrente	136 897,9	155 858,4	(18 960,5)	(12,2%)
Ativo Total	628 137,9	641 144,1	(13 006,2)	(2,0%)
Capital Próprio atribuível Detentores Capital	221 539,6	217 832,8	3 706,8	1,7%
Interesses não controlados	565,2	809,8	(244,6)	(30,2%)
Total Capital Próprio	222 104,8	218 642,5	3 462,2	1,6%
Provisões	2 854,0	3 236,0	(382,1)	(11,8%)
Empréstimos obtidos	291 306,9	296 089,3	(4 782,3)	(1,6%)
Obrigações de benefícios de reforma e outros	5 451,0	8 208,0	(2 757,0)	(33,6%)
Passivos por impostos diferidos	811,7	5 875,9	(5 064,2)	(86,2%)
Outros Passivos não Correntes	12 301,2	6 468,3	5 832,9	90,2%
Passivo Não Corrente	312 724,7	319 877,5	(7 152,8)	(2,2%)
Fornecedores e outras contas a pagar	55 398,3	58 679,4	(3 281,1)	(5,6%)
Imposto sobre o rendimento a pagar	1 766,8	3 817,9	(2 051,1)	(53,7%)
Empréstimos obtidos	36 143,2	40 126,7	(3 983,5)	(9,9%)
Passivo Corrente	93 308,4	102 624,0	(9 315,7)	(9,1%)
Total Passivo	406 033,1	422 501,6	(16 468,5)	(3,9%)
Total do capital próprio e passivo	628 137,9	641 144,1	(13 006,2)	(2,0%)

O ativo não corrente consolidado do Grupo EDA, que corresponde a 78% do ativo total, totalizou 491,2 milhões de euros, mais 1,2% que no ano anterior.

O total de ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento ascendeu a 480,5 milhões de euros, o que equivale a um aumento de 9 milhões de euros, comparativamente a 2023. Os aumentos registados nos ativos consideram o investimento do ano do Grupo que ronda os 60 milhões de euros, estando ainda os ativos sujeitos ao efeito das amortizações e participações.

Em 2024, o ativo total do Grupo EDA ascendeu a cerca de 628,1 milhões de euros

O ativo corrente totalizou 136,9 milhões de euros, valor inferior em 19 milhões de euros ao do ano anterior, explicado pelas evoluções dos saldos de clientes e outras contas a receber.

Os inventários aumentaram 3 milhões de euros e englobam, essencialmente, matérias-primas como o fuel, gasóleo, peças de manutenção e reparação, e ainda equipamento de rádio, telemóveis e acessórios comercializados pela GLOBALEDA, na sua atividade de telecomunicações. O aumento do stock de peças de reserva provém de manutenções previstas aos equipamentos da EDA e da política de stocks de segurança, com vista a manter a fiabilidade e continuidade de serviço.

A rubrica de clientes e outras contas a receber diminuiu de 126,7 milhões de euros em 2023 para os 108,5 milhões de euros em 2024. Essa variação resulta sobretudo do recebimento, nas Tarifas de 2024, do ajustamento à compensação tarifária de 2022, no valor do 30,3 milhões de euros. Do saldo total de clientes e outras contas a receber em 2024, 64,3 milhões de euros são referentes a saldo de clientes e 44,2 milhões de euros de outros créditos a receber. Deste último, 3,6 milhões de euros são relativos a ajustamento à compensação tarifária de 2023 e 33,9 milhões de euros de subsídios a receber dos Programas FEDER, LIFE IP CLIMAZ e PRR. O Grupo EDA no enquadramento da componente C14 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a “Transição Energética nos Açores”, encontra-se a desenvolver os projetos “Aumento da potência instalada geotérmica para a produção de eletricidade” e “Corvo Renovável - Incremento da potência instalada em renováveis para a produção de eletricidade na ilha do Corvo”.

Os capitais próprios atribuíveis aos detentores de capital do Grupo EDA ascendem aos 221,5 milhões de euros, evidenciando um acréscimo de cerca de 3,7 milhões de euros (1,7%), decorrente do resultado do período e dos dividendos distribuídos relativos ao exercício de 2023.

Relativamente ao passivo não corrente, as obrigações de benefícios de reforma e outros não financiadas registam, em 2024, um valor inferior em 2,8 milhões de euros (33,6%), fixando-se em 5,4 milhões de euros. A variação resulta da valorização do fundo em 4,72% em 2024 e da manutenção da taxa de desconto em 3,5%.

Os financiamentos obtidos ascenderam a cerca de 327,4 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 8,8 milhões de euros, cerca de -2,6%, comparativamente ao ano anterior. De salientar que 89% da totalidade dos empréstimos apresentam maturidade superior a um ano.

No passivo corrente, o saldo de fornecedores e outras contas a pagar de 55,3 milhões de euros apresenta uma variação negativa de 5,6%, menos cerca de 3,3 milhões de euros em relação a 2023. Este decréscimo está fortemente influenciado pelo declínio verificado no saldo de fornecedores de investimento em 10 milhões de euros (53%). Importa sublinhar que todas as dívidas a fornecedores se encontram dentro dos respetivos prazos de pagamento.

RESULTADOS DO PERÍODO

Tabela 29 – Resultados do período do Grupo EDA, em 2023 e 2024

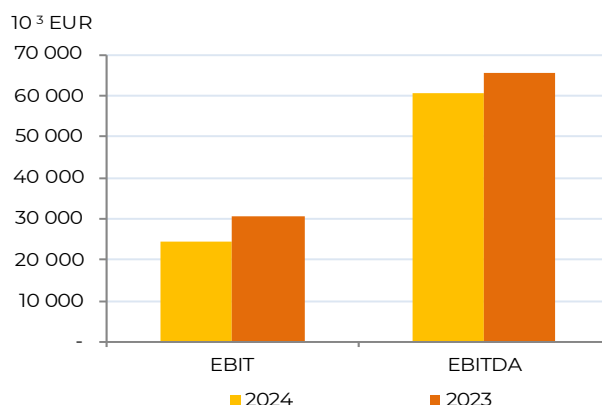
10³ EUR

	2024	2023	Var. 2024-23	%
EBIT	24 417,2	30 752,0	(6 334,7)	(20,6%)
EBITDA	60 534,5	65 720,6	(5 186,1)	(7,9%)
Resultados financeiros	(10 716,1)	(9 505,3)	(1 210,8)	(12,7%)
Resultados antes de impostos	13 701,1	21 246,7	(7 545,6)	(35,5%)
Resultado líquido do período atribuível a:	10 151,3	16 871,3	(6 720,0)	(39,8%)
Detentores do capital do Grupo EDA	10 395,9	17 030,8	(6 634,9)	(39,0%)
Interesses não controlados	(244,6)	(159,4)	(85,2)	53,4%
Rendimento integral do período atribuível a:	10 731,4	15 825,1	(5 093,8)	(32,2%)
Detentores do capital do Grupo EDA	10 976,0	15 984,6	(5 008,6)	(31,3%)
Interesses não controlados	(244,6)	(159,4)	(85,2)	53,4%
Resultado líquido por ação (€/ação)	0,740	1,220	(0,5)	(39,3%)
Resultado integral por ação (€/ação)	0,780	1,140	(0,4)	(31,6%)

O resultado operacional do Grupo EDA (EBIT), em 2024, totalizou cerca de 24,4 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 6,3 milhões de euros face aos 30,7 milhões de euros registados em 2023. De 2023 para 2024, quer os rendimentos, quer os gastos operacionais diminuíram cerca de 6,7 e 0,3 milhões de euros, respetivamente, gerando um EBITDA próximo dos 60,5 milhões de euros.

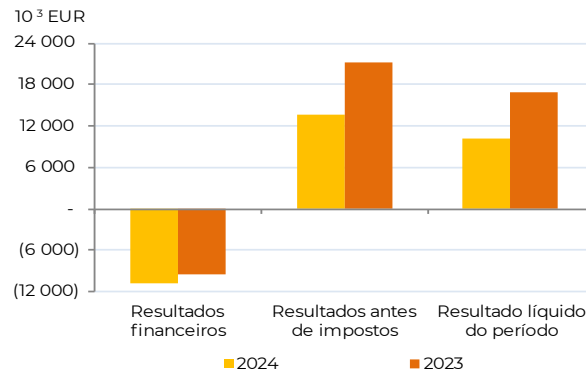
Em 2023, dois factos extraordinários tiveram um impacto muito relevante e positivo nos resultados da EDA e do Grupo. O mais significativo adveio da correção à compensação tarifária do ano de 2022, com efeitos em 2023, e o segundo resulta da indemnização recebida, em 2023, na sequência da avaria ocorrida na Central Geotérmica do Pico Vermelho em 2021. De notar que sem a ocorrência destes acontecimentos extraordinários com reflexos no ano anterior, a variação dos resultados de 2023 para 2024 não seria expressiva.

Gráfico 24 – EBIT e EBITDA, do Grupo EDA em 2023 e 2024



No Gráfico 25 é representada a evolução dos resultados financeiros, os resultados antes de impostos e o resultado líquido do período do grupo EDA.

Gráfico 25 – Resultados do Grupo EDA em 2023 e 2024



GESTÃO FINANCEIRA

Mantendo uma gestão suportada no planeamento dos recursos e dos compromissos associados aos planos de negócio de cada empresa do Grupo, a par de uma política de gestão financeira centralizada, no final de 2024, o Grupo EDA dispunha de um montante 315,5 milhões de euros de linhas de crédito contratadas, das quais 185,5 milhões de euros em linhas de curto prazo e 130 milhões de euros em linhas de médio e longo prazo. No curto prazo o Grupo tem contratado 60,5 milhões de euros em contas concorrentes caucionadas que permite a gestão diária de tesouraria e 125 milhões de euros em Programas de Papel Comercial sem garantia de tomada firme.

Quanto às facilidades de crédito de médio e longo prazo, o Grupo dispunha, no final de 2024, de um conjunto de Programas de Papel Comercial, com compromisso de tomada firme, no montante de 130 milhões de euros, nas modalidades de colocação direta e leilão competitivo de taxas de juro, instrumento que se tem revelado muito importante, uma vez que proporciona o acesso a uma base de investidores alargada, assegurando a flexibilidade necessária a uma eficiente gestão de tesouraria.

Do montante global contratado, no final do período de 2024, encontravam-se disponíveis e por utilizar 215 milhões de euros, cerca de 68% do limite total contratado.

No final do exercício de 2024, a dívida do Grupo EDA ascendia a 327,5 milhões de euros, menos 8,6 milhões de euros que a dívida reportada ao final de 2023.

Tabela 30 - Evolução da dívida financeira do Grupo EDA, em 2023 e 2024

10³ EUR

	2024			2023		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
EDA	34 546	292 910	327 456	37 568	297 974	335 541
EDA Renováveis	-	-	-	545	-	545
GLOBALEDA	-	-	-	-	-	-
SEGMA	-	-	-	-	-	-
Consolidado	34 546	292 910	327 456	38 113	297 974	336 087
Juros a pagar - Empréstimos	1 597	-	1 597	2 014	-	2 014
Juros a pagar (antecipação)	-	(1 603)	(1 603)	-	(1 884)	(1 884)
	36 143	291 307	327 450	40 127	296 089	336 216

A dívida do Grupo está concentrada na EDA, em consequência do esforço de investimento que anualmente realiza.

Por fontes de financiamento, destacam-se os empréstimos obrigacionistas que representam 53,1% e os Programas de Papel Comercial com 29% do total da dívida. Os empréstimos do mercado externo e interno e as contas correntes assumem um peso na dívida de cerca de 16,3% e 1,7%, respetivamente.

Tabela 31 – Custos e proveitos financeiros do Grupo EDA, em 2024

10³ EUR

	EDA	EDAR	SEGMA	GB	Total
Custos Financeiros ¹					
Juros Empréstimos	(14 117)	2 138	207	0	(11 771)
Comissões, Taxa Aval e Outros	(1 700)	(50)	-	(7)	(1 758)
	(15 817)	2 088	207	(7)	(13 529)

(1) Inclui encargos financeiros capitalizados no montante de 2.805,91 mil euros

(1) Não inclui Unwinding de passivos de locação no montante de 5.465 euros, referente à adoção da norma IFRS 16

Os encargos financeiros associados ao serviço da dívida consolidada totalizaram, no período, 13,5 milhões de euros, mais 1,3 milhões de euros que os custos financeiros suportados em 2023. Nestes estão incluídos os encargos financeiros capitalizados no montante de 2,8 milhões de euros.

Tabela 32 – Custo médio de financiamento Grupo EDA e EDA de 2008 a 2024

	Grupo EDA	EDA
2008	5,05%	4,99%
2009	2,91%	2,91%
2010	2,52%	2,60%
2011	3,44%	3,53%
2012	4,73%	4,76%
2013	3,67%	3,69%
2014	2,72%	2,95%
2015	2,29%	2,28%
2016	1,34%	1,29%
2017	1,21%	1,25%
2018	1,31%	1,34%
2019	1,24%	1,27%
2020	1,24%	1,27%
2021	1,20%	1,20%
2022	1,32%	1,32%
2023	3,61%	3,60%
2024	3,66%	3,65%

O custo médio da dívida da Grupo atingiu 3,66% (3,61% em dezembro de 2023). Da dívida do Grupo, 63,2 % estão contratualizados com taxa variável indexada à EURIBOR e 36,8% a taxas fixas.

Em 2024, o custo médio da dívida do Grupo EDA foi de 3,66%

Quanto às políticas de gestão de riscos seguráveis, assim como a contratação das apólices para sua cobertura e mitigação, são coordenadas pela EDA e extensíveis a todas as empresas participadas que integram o grupo dos serviços partilhados.

No âmbito da sua ação social, o Grupo EDA tem dois planos de pensões em vigor, um de benefício definido e outro de contribuição definida. Para o financiamento das responsabilidades decorrentes dos complementos estão constituídos igualmente dois fundos de pensões. O fundo de contribuição definida é subscrito individualmente pela EDA, contribuindo também, em termos complementares, os próprios beneficiários. Em 2024, a empresa efetuou contribuições para este fundo no valor de 524,8 mil euros.

O fundo de benefício definido é totalmente financiado pela empresa e gerido por uma sociedade gestora de fundos de pensões de acordo com a política de investimentos definida no respetivo contrato de gestão. As responsabilidades com benefícios de reforma são calculadas anualmente com base em estudo atuarial efetuado por atuário independente. As contribuições para o fundo são determinadas pelo nível de financiamento das responsabilidades. No final de 2024, as responsabilidades a cargo do fundo eram de 38,6 milhões de euros. O valor do fundo ascendia a 39,8 milhões de euros, representando um nível de financiamento das responsabilidades a seu cargo de 103,22%.

Nos termos das disposições previstas na Diretiva ERSE 29/2022, de 22 de dezembro, que regulamenta os “Incentivos para a gestão otimizada dos CAE não cessados e das licenças de CO₂”, procedeu-se, em 2024, à aquisição no mercado de 343.234 licenças de emissão de CO₂ (EUA's), pelo valor de 22,6 milhões de euros, para cobertura dos direitos de emissão do ano.

5. VALORES CARACTERÍSTICOS – GRUPO EDA

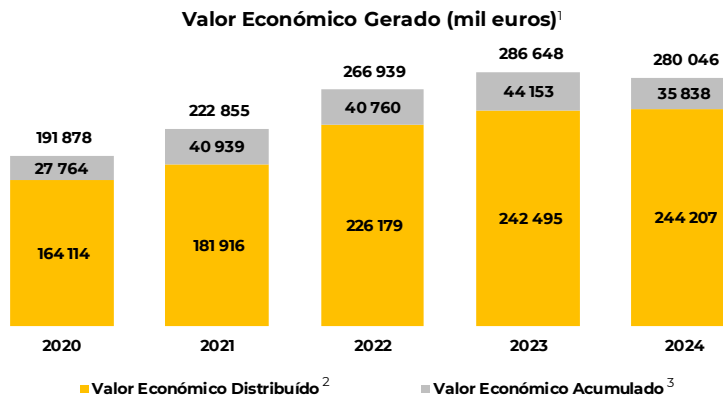
Destacam-se os seguintes indicadores económicos, do Grupo EDA, para o horizonte temporal compreendido entre 2020 e 2024.

Tabela 33 – Indicadores económico-financeiros do Grupo EDA, de 2020 a 2024

	2020	2021	2022	2023	2024	Var. 2024-23	%
Volume Negócios (10 ³ EUR)	188 032	219 493	263 499	280 049	274 653	(5 396)	(1,9%)
EBIT (10 ³ EUR)	19 489	19 882	19 323	30 752	24 417	(6 335)	(20,6%)
EBITDA (10 ³ EUR)	50 952	52 094	52 139	65 721	60 534	(5 186)	(7,9%)
Resultado Líquido ⁽¹⁾ (10 ³ EUR)	14 301	12 545	12 142	17 031	10 396	(6 635)	(39,0%)
Ativo (10 ³ EUR)	532 748	584 401	626 957	641 144	628 138	(13 006)	(2,0%)

(1) Atribuível a detentores do capital do Grupo EDA

Gráfico 26 – Valor Económico Gerado e Distribuído, entre 2020 e 2024



¹ Valor Económico Gerado (VEG): Volume de negócios + Outros Proveitos Operacionais + Proveitos Financeiros + Ganhos/perdas em Associadas

² Valor Económico Distribuído (VED): Custos das Vendas + Custos Operacionais + Imposto Corrente + Custos Financeiros + Pagamento de Dividendos

³ Valor Económico Acumulado: VEG - VED

B. SUSTENTABILIDADE NO GRUPO EDA

Sobre o Relatório

Âmbito, Período e Estrutura de Reporte

O Grupo EDA (adiante designado Grupo EDA ou Grupo) reporta a sua informação não financeira de forma consolidada na presente secção, referente ao período de reporte de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024. O relatório engloba as várias empresas do Grupo EDA, à semelhança das informações financeiras apresentadas nas secções anteriores:

- EDA - Electricidade dos Açores, S.A (adiante designada EDA);
- EDA RENOVÁVEIS, S.A. (adiante designada EDA Renováveis);
- GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A. (adiante designada GLOBALEDA);
- SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda. (adiante designada SEGMA).

O Relatório de Sustentabilidade do Grupo EDA de 2024 foi elaborado com base num alinhamento inicial com a Diretiva de Reporte Corporativo de Sustentabilidade (CSRD) e respetivas Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS). Este exercício pressupôs a recolha de informação de acordo com alguns requisitos das ESRS, tendo em conta a capacidade de reporte das empresas para os vários temas, não garantindo a total resposta aos *datapoints* dos vários requisitos no presente reporte, mas assumindo o compromisso de melhor alinhamento no próximo ano.

A divulgação de sustentabilidade abrange toda a cadeia de valor a montante e jusante do Grupo EDA. A identificação dos temas destacados como mais significativos nas vertentes ambiental, social e de *governance* advém de uma Análise de Dupla Materialidade (nas perspetivas de impacto e financeira), que envolveu uma avaliação interna e externa das várias questões de sustentabilidade. A estrutura desta secção encontra-se, assim, dividida em 6 capítulos principais relativos às temáticas de sustentabilidade – A EDA em 2024; Sobre a EDA; Divulgação Geral; Pilar Ambiental; Pilar Social e Pilar *Governance*.

Qualquer esclarecimento relacionado com as informações de sustentabilidade do Grupo EDA, questão ou sugestão em matéria de sustentabilidade, poderá ser endereçado através do seguinte contacto:

sustentabilidade@eda.pt

1. A EDA em 2024

1.1 Destaques do Ano¹¹

PILAR AMBIENTAL

46 163 MWh

Energia consumida

528 386 tCO₂e

Total de emissões
(market-based)

426 694 tCO₂e

Emissões de âmbito 1

827 429 MWh

Energia própria emitida

41 603 m³

Água consumida

14 tCO₂e

Emissões de âmbito 2
(market-based)

1 725 ton

Resíduos produzidos

155 528 tCO₂e

Emissões evitadas

101 678 tCO₂e

Emissões de âmbito 3

PILAR SOCIAL

964

Colaboradores

28 456

Total de horas de
formação

183 978 €

Em apoios e
investimentos
na comunidade

19%

Mulheres

81%

Homens

PILAR GOVERNANCE

0

Condenações por
infrações de combate à
corrupção e ao suborno

0 €

Multas ou coimas
aplicadas por infrações
das leis de combate à
corrupção e ao suborno

40 M€

Valor obtido através de
financiamento por empréstimo
obrigacionista verde

0

Casos confirmados de
corrupção ou suborno

180 milhares €

Valor dispendido em serviços de
cibersegurança e monitorização

¹¹A energia própria emitida considera a energia produzida pelas centrais do Grupo EDA.

2. Sobre a EDA

2.1 História

No dia 20 de junho de 1980, a Assembleia Regional dos Açores aprovou uma proposta de Decreto Regulamentar Regional que visava a criação de uma empresa regional que fosse capaz de suprir as necessidades do subsetor energético - a eletricidade -, que se encontrava em grandes dificuldades. Para este efeito, a 21 de agosto do mesmo ano, foi publicado o Decreto Regional n.º 16/80/A, que previa a constituição de uma empresa pública regional, com a designação de Empresa de Electricidade dos Açores, E.P.. Constituída a 17 de julho do ano seguinte, a EDA, E.P., como ficou abreviada e popularmente conhecida, tinha como objetivo o estabelecimento e a exploração de serviço público de produção, transporte e distribuição de energia elétrica no arquipélago.

A 1 de outubro de 1981 iniciou a sua atividade, tendo como 1.º Presidente do Conselho de Gerência o Engenheiro Deodato Chaves de Magalhães Sousa, aderindo à mesma todas as entidades responsáveis pela gestão dos diversos sistemas elétricos de energia dos Açores, exceção feita aos Serviços Elétricos da Câmara Municipal da Praia da Vitória, Federação dos Municípios da Ilha das Flores e Câmara Municipal do Corvo.

Em janeiro de 1984, é integrado na Empresa de Electricidade dos Açores, E.P. o património dos Serviços Elétricos da Câmara Municipal da Praia da Vitória, ficando a EDA, E.P. sem jurisdição apenas no Grupo Ocidental do arquipélago.

A EDA, durante o primeiro decénio da sua existência, consolidou uma posição no tecido empresarial açoriano, tendo-lhe sido entregue, a 30 de março de 1992, pelo jornal Açoriano Oriental, os troféus relativos à maior empresa dos Açores, em volume de negócios e valor acrescentado bruto. Tendo em conta as expectativas criadas no tecido empresarial e atendendo ao sucesso da sua estratégia, a EDA, no início dos anos 90, inicia um processo inovador de progresso tecnológico, reorientando-se para uma reestruturação nos seus sistemas de informação, permitindo-lhe assumir uma nova atitude face aos seus clientes e aos seus colaboradores.

A 13 de janeiro de 1994, foram assinados os protocolos de transferência para a EDA, E.P. das instalações, serviço e distribuição de energia elétrica que eram explorados pela Federação dos Municípios da Ilha das Flores e pela Câmara Municipal do Corvo. Assim, a EDA, E.P., pela primeira vez no seu historial, passa a ter intervenção em todo o território da Região Autónoma dos Açores. A década de noventa marcará também uma nova aposta nas energias alternativas e na preservação do ambiente, designadamente através do reforço do investimento em centrais hidroelétricas e parques eólicos.

A 8 de abril de 1997, a EDA é transformada em sociedade anónima, introduzindo-se um novo conceito empresarial, o de Grupo EDA, através da aposta na diversificação e desenvolvimento de novos negócios em áreas onde a EDA detinha elevado know-how. A 30 de dezembro de 1999, concretiza-se um importante passo no sentido da reprivatização da empresa, com a entrada, como parceiro estratégico, da EDP no seu capital social, com 10%.

A GLOBALEDA é fundada em 1997, sendo atualmente detida em 74,90% pela EDA e 25,10% pela Novabase Business Solutions, – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.. Tem como objetivo

a conceção, o estudo e o acompanhamento de projetos na área das telecomunicações e dos sistemas de informação, a par da comercialização de produtos Vodafone para os setores residencial e empresarial.

Em 1998, é constituída a SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda., com o objetivo de prestar serviços na área de engenharia. Atualmente, é detida em 90% pela EDA e 10% pela EDA Renováveis.

Em 2000, foi iniciada uma profunda reestruturação orgânica da EDA, destacando-se a extinção dos centros de exploração por ilha e a criação de três grandes áreas verticalizadas: Produção, Distribuição e Comercial.

Em 2002, com a publicação do Decreto-Lei n.º 69/2002, de 25 de março, verificou-se uma substancial alteração no setor elétrico regional, com a extensão das competências da ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Assim, as respetivas empresas passaram a ser sujeitas ao seu controlo e regulação e o sobrecusto da insularidade a ser suportado no quadro tarifário nacional.

Em 2003, iniciou-se a aplicação do novo processo de fixação de tarifas e cálculo das compensações pela convergência dos preços da energia elétrica pela ERSE, passando a EDA a receber mensalmente o valor assim definido.

Em 2005, através da Resolução do Conselho de Ministros N.º 1/2005, de 3 janeiro, é autorizado o processo de alienação de um lote indivisível de 4.748.100 ações representativas de 33,92 % do capital social da Electricidade dos Açores, S. A.. O concurso foi ganho pela ESA - Energia e Serviços dos Açores, S.A., tendo sido este resultado homologado, sob proposta do Governo Regional dos Açores, pela Resolução do Conselho de Ministros N.º 116/2005, de 23 de junho. Na sequência desta alienação procedeu-se, em Assembleia Geral realizada em julho, à eleição dos novos órgãos de gestão. Posteriormente, em setembro, foi efetuada a segunda fase do processo de reprivatização, através de oferta pública de venda (OPV) de 837.900 ações representativas de 5,98% do capital social, reservada a trabalhadores, pequenos subscritores e emigrantes.

Em 2006, a ESA reforça a sua participação na EDA, ficando detentora de 39,7% do seu total.

Em 2008, na sequência do projeto de cisão simples, a atividade de sistemas de informação foi destacada da GLOBALEDA e integrada na constituição de uma nova entidade designada por Novabase Atlântico, S.A..

Em 2013, a EDA Renováveis iniciou a sua atividade com os recursos humanos e os meios advenientes das sociedades fundidas (SOGEO e EEG), dispostos numa nova estrutura. No final desse ano, a Geoterceira fundiu-se, também, na EDA Renováveis, ficando esta empresa responsável pela exploração dos recursos hídricos, eólicos e geotérmicos do Grupo EDA. Em 2013, em Assembleia Geral realizada em 26 de dezembro de 2013, foi também deliberada a fusão da Novabase Atlântico na GLOBALEDA mediante a transferência global do seu património. Atualmente a EDA Renováveis é detida em 99,68% pela EDA e 0,32% pela SEGMA.

A EDA realizou em 2021 o maior volume de investimento da sua história, até então, no total de 47,2 milhões de euros, e de 69,9 milhões de euros no total do Grupo EDA. A EDA concretizou novamente, em 2022, um volume de investimento muito significativo, no total de 46,1 milhões de euros e de 51,4 milhões de euros no total do Grupo EDA. Em 2023, tanto a EDA como o Grupo EDA voltam a registar máximos históricos de investimento, no total de 70 milhões de euros e 74,6 milhões de euros, respetivamente. No ano de 2024, o volume de investimento da EDA foi de 32,4 milhões de euros, com o Grupo a totalizar cerca de 60 milhões de euros em investimentos.

Em 2024, foi aprovada uma nova estrutura orgânica da empresa e nomeados novos titulares de cargos de chefia.

Ao nível do investimento, é de assinalar a entrada em exploração do sistema de reserva rápida de armazenamento de energia (tipo BESS) em São Miguel, projeto que, tal como o do sistema BESS da ilha Terceira, com início de exploração em 2023, foi financiado pelo Programa Operacional Açores 2020 (PO2020). Foi também assinado o contrato de ampliação da Central Geotérmica do Pico Vermelho (EDA Renováveis), que permitirá o incremento da potência instalada nesta central de 12 MW.

2.2 Uma missão com propósito

Missão

Estamos na eletricidade com eficácia e qualidade para servir os nossos clientes. Assumimos um papel fundamental no processo de desenvolvimento dos Açores, com salvaguarda do património ambiental e cultural.

O Grupo EDA garante o desenvolvimento sustentável das suas empresas através da criação de valor para todas as partes interessadas, reconhecendo que as melhores práticas são indissociáveis do respeito pela segurança e a saúde das pessoas, do uso racional dos recursos e da preservação de um ambiente limpo.

O Grupo EDA promove uma política criadora de valor, essencial a uma posição de liderança socialmente responsável, considerando fundamental um crescimento orientado aos interesses dos Açores com base em riscos controlados e em parceria com as suas partes interessadas.

2.3 Garantia da Segurança no Abastecimento

A garantia de abastecimento de energia elétrica tem um elevado impacto na qualidade de vida das populações e na criação de valor económico nos diversos setores de atividade, pelo que, qualquer interrupção ou perturbação no seu fornecimento, provoca constrangimentos a nível económico e social.

A segurança do abastecimento não se limita a um objetivo operacional, mas representa um eixo fundamental nas decisões estratégicas e no modelo de negócio do Grupo EDA, influenciando diretamente as escolhas de investimento, operação e gestão de riscos e contribuindo, assim, para a sustentabilidade económica e financeira do Grupo.

A avaliação e mitigação de riscos, tais como interrupções no fornecimento de energia, ameaças cibernéticas, dependência de combustíveis fósseis e impactos das alterações climáticas, são elementos centrais na estratégia de gestão do Grupo. Estes fatores determinam a implementação de medidas preventivas e planos de contingência, essenciais para garantir a fiabilidade e resiliência do abastecimento de energia.

Na Região Autónoma dos Açores, assegurar a segurança do abastecimento é da responsabilidade da EDA nos sistemas elétricos de cada uma das nove ilhas, sem viabilidade de interligação entre si ou com a rede europeia. Esta ausência de interligação provoca, contudo, uma forte dependência de produtos petrolíferos para satisfazer as necessidades energéticas locais, representando uma vulnerabilidade significativa para a segurança do abastecimento. Neste sentido, o Grupo EDA tem vindo a investir na diversificação das fontes de energia, através do aproveitamento de diversos recursos renováveis, como o hídrico, geotérmico, eólico e solar, bem como em soluções tecnológicas complementares que permitem a integração e gestão eficiente da energia renovável no sistema elétrico, sem colocar em causa a sua estabilidade. Desta forma, assegura a robustez do sistema electroprodutor, aumenta a sua flexibilidade e reduz a relevância dos combustíveis fósseis. Por outro lado, o Grupo está também focado em dotar as redes de transporte e distribuição de capacidade de escoamento e resiliência.

Entre essas soluções tecnológicas, destaca-se a instalação de sistemas de armazenamento de energia em baterias (*Battery Energy Storage System* - BESS), implementados nas ilhas de São Miguel e Terceira, que, juntamente com a implementação de sistemas inteligentes da gestão de energia, otimizam o controlo da geração e do armazenamento de energia. Além disso, estes sistemas desempenham um papel crucial na estabilidade da rede elétrica e permitem aumentar a introdução de energias renováveis, minimizar o funcionamento dos grupos técnicos e assegurar o controlo de tensão e frequência, substituindo a reserva de energia girante por estática. A BESS possui também uma capacidade de energia significativa, permitindo responder às necessidades energéticas durante períodos de pico de consumo, além de contribuir para a suavização das flutuações na geração de energia renovável.

Anualmente, são monitorizados dados relativos ao consumo de energia elétrica e estimada a sua evolução durante os próximos anos, de forma a aferir a adequação dos sistemas electroprodutores e

das redes elétricas à procura. O Plano de Investimentos do Grupo EDA, que prevê a implementação de projetos no âmbito do desenvolvimento de infraestruturas e das energias renováveis para aumentar o seu contributo na produção de eletricidade nos Açores, é ajustado em função destas estimativas.

Ainda no contexto do Plano de Investimentos, para a elaboração do plano de expansão dos sistemas electroprodutores, é aplicado o critério de segurança N-2 (dois maiores grupos térmicos fora de serviço), para todas as ilhas em cenário de ponta máxima anual, que visa precaver falhas e garantir a capacidade de resposta em situações de contingência. Além disso, a dependência exclusiva de uma única infraestrutura de produção firme em cada ilha e o facto de as pontas máximas ocorrerem tendencialmente no verão quando os recursos renováveis são mais escassos (exceto o solar), representam riscos acrescidos para a segurança do abastecimento, exigindo investimentos em infraestruturas e equipamentos para mitigar potenciais falhas. Com esse objetivo, o Grupo EDA tem previstas a aquisição de sete grupos geradores adicionais, com potências entre 1 000 e 1 450 kVA, para reforçar a capacidade de resposta a eventuais crises energéticas. Alguns desses equipamentos já foram adquiridos e instalados, contribuindo para a resiliência dos sistemas electroprodutores.

Adicionalmente, o Grupo EDA procura implementar, sempre que possível, redundâncias em equipamentos críticos do sistema de transporte e distribuição, como linhas e transformadores, assegurando a fiabilidade e continuidade do fornecimento de energia.

No que concerne à evolução dos sistemas electroprodutores, e no contexto de substituição de produção térmica por renovável, a EDA promove a realização de estudos de garantia de segurança de abastecimento, através dos quais é avaliada a adequação destes sistemas a longo-prazo, tanto ao nível da reserva de cobertura como ao nível da reserva operacional.

Relativamente às redes, a EDA promove investimentos em infraestruturas que têm como objetivo evitar que a indisponibilidade total ou parcial de equipamentos possa provocar, direta ou indiretamente, a rutura do abastecimento de energia elétrica ou a suspensão da injeção de energia por parte de produtores. Investe também em novas infraestruturas que visem criar condições necessárias para a ligação à rede pública de novos centros produtores e de novos clientes. Para este efeito, procura garantir a resiliência dos sistemas aplicando critérios de segurança nas suas principais infraestruturas, nomeadamente nas linhas de transporte, redes de distribuição de média tensão (MT) e subestações. Para a ligação de novos clientes, em MT e baixa tensão (BT), é assegurada a disponibilidade da potência requisitada, sem congestionamentos, e com as características da tensão de alimentação dentro dos limites admissíveis estabelecidos no Regulamento de Qualidade de Serviço e na Norma Portuguesa EN 50160.

Em 2024, entrou em operação a nova Subestação de São Roque e o novo quadro de MT da Central Termoelétrica da ilha do Pico, o qual permitiu evitar fugas de hexafluoreto de enxofre (SF₆). Além disso, foram concluídas remodelações nas redes subterrâneas de MT em São Miguel, aumentando assim a fiabilidade do sistema e a operabilidade das instalações e reforçando a segurança do abastecimento a clientes estratégicos da Região. O estabelecimento de redes elétricas subterrâneas, em cidades como Ponta Delgada, Ribeira Grande e Lagoa, possibilitou não só melhorar a segurança

do abastecimento a clientes críticos, como também aumentar a capacidade de reconfiguração das redes em situações de contingência.

Um outro vetor importante para a segurança de abastecimento é a existência de planos de manutenção preventiva, elaborados anualmente, cuja execução permite reduzir o número de avarias dos equipamentos e as consequências das suas indisponibilidades. Para este efeito, a EDA dispõe, desde 2014, de um sistema de consolidação e melhoria do processo de manutenção dos equipamentos mecânicos e elétricos, organizado num Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança (SGQAS) certificado. Com base neste sistema, que visa garantir a operacionalidade contínua das infraestruturas, são planeadas ações de manutenção ao nível do transporte e distribuição, uniformizados procedimentos em todas as ilhas, reunindo diversas valências técnicas e financeiras numa única aplicação de gestão da manutenção, e controladas as conformidades legais decorrentes dos regulamentos de segurança das instalações elétricas.

A segurança do abastecimento está também sujeita a riscos cibernéticos, que podem comprometer o funcionamento das infraestruturas críticas para o abastecimento público de eletricidade. A adoção de mecanismos robustos para garantir a segurança da informação e a proteção contra ataques cibernéticos é, por isso, uma prioridade estratégica para o Grupo EDA.

Tabela 34 – Garantia da segurança no abastecimento - riscos e oportunidades

Riscos	• Oferta limitada de prestadores de serviços qualificados no âmbito das empreitadas (trabalhos de manutenção preventiva e curativa); • Oferta limitada de fornecedores de bens e equipamentos em algumas ilhas; • Constrangimentos logísticos com o fornecimento de materiais e equipamentos que podem levar a tempos de resposta/reposição elevados; • Custos elevados de investimento associados à implementação de novas tecnologias e consequente baixa maturidade de algumas tecnologias aplicadas que poderão não corresponder às necessidades e especificidades no imediato; • Dispersão geográfica e consequentes dificuldades de concretização de economias de escala; • Infraestruturas expostas a ocorrências de fenómenos naturais adversos (sismos, derrocadas, tempestades, ciclones, entre outros) que podem causar danos às mesmas.
Oportunidades	• Descarbonização da economia; • Digitalização do sistema elétrico (monitorização, otimização, previsibilidade, flexibilidade e interação com os consumidores); • Estabelecimento de redes elétricas subterrâneas e com redundância; • Qualificação técnica dos recursos humanos no âmbito do domínio de tecnologias de ponta; • Aposta em soluções tecnológicas, economicamente sustentáveis e que permitam a maximização do grau de penetração de energia renovável em sistemas telecomandados.

A EDA, enquanto concessionária do Transporte e Distribuição de Energia Elétrica da Região Autónoma dos Açores (RAA), possui diversos sistemas de distribuição de energia nas diferentes ilhas. Nas ilhas com maior área – São Miguel, Terceira e Pico – os sistemas são compostos por uma rede de

transporte e uma rede de distribuição MT com diferentes níveis de tensão, no entanto, nas restantes ilhas, as redes de distribuição estão estabelecidas apenas com um nível de tensão.

No âmbito do plano de manutenção de 2024, foram executadas 1 423 ações de manutenção e 1 267 ações de inspeção em subestações e postos de transformação e seccionamento, uma variação de 17,1% e de 100,2%, respetivamente, face ao ano anterior. Na rede AT e MT foram efetuadas manutenções em 234 km de rede, mais 86 km que no ano anterior. Adicionalmente, foram inspecionados 479 km destas redes, menos 72 km que no ano anterior. Relativamente às redes BT e iluminação pública, foram inspecionadas 234 redes, mais 51 que em 2023, e foram objeto de manutenção 1 712 redes, com um acréscimo de 600 relativamente ao ano anterior.

Adicionalmente, em 2024, foram executadas 279 inspeções relacionadas com a manutenção preventiva condicionada, 20 em subestações e 259 em postos de seccionamento e transformação e, ainda, análises de óleo, físico-químicas e cromatografia de gases dissolvidos em 39 transformadores.

Com o objetivo de garantir uma resposta rápida em caso de falha de fornecimento de energia elétrica, a empresa dispõe de recursos humanos ao nível de serviços de monitorização, prevenção e assistência técnica, através de *Call Center*, despacho de avarias, equipas de piquete de modo a garantir a resposta rápida em caso de necessidade e falha de abastecimento de energia elétrica. Em complemento, existem equipas de intervenção que são mobilizadas em função da dimensão de cada evento. As ocorrências com maior impacto são avaliadas de imediato, com vista à sua resolução e à prevenção da sua reincidência, tanto em equipamentos como em situações de operação similares.

Tabela 35 – Inspeções e manutenções à rede

	Rede Média e Alta tensão	Subestações (painéis)	Postos de Seccionamento e Transformação	Rede de Baixa Tensão e Iluminação Pública
Nº total de equipamento/ Extensão	1 533 km	1 198	1 607	2 511
Nº total de manutenções/ Extensão	234 km	544	879	1 712
Nº total de inspeções/ Extensão	479 km	-	1 267	234

Por forma a monitorizar a qualidade de serviço técnica, na perspetiva da sua continuidade, são utilizados diversos indicadores de análise, destacando-se os indicadores gerais de frequência (SAIFI - “*System Average Interruption Frequency Index*”) e duração (SAIDI - “*System Average Interruption Duration Index*”) das interrupções. Em Portugal, estes indicadores são regulados e fiscalizados pela ERSE, tendo por base um conjunto de padrões base definidos de acordo com o nível de tensão, a área geográfica e o número de clientes abrangidos. Em 2024, a EDA cumpriu com os padrões gerais da continuidade de serviço em todas as ilhas e zonas de qualidade de serviço. Considerando todas as interrupções verificadas em pontos de entrega da rede de MT, intrínsecas aos sistemas da EDA e não

incluindo as interrupções por acordo com os clientes ou factos imputáveis aos mesmos, em 2024, verificou-se um decréscimo da frequência média de interrupções (SAIFI) na Região, tendo o valor do indicador sido inferior em 15,4% face ao ano transato. Em relação ao indicador de duração média de interrupções (SAIDI), verificou-se também uma diminuição do valor deste indicador na Região, cerca de 28,2%, face a 2023.

2.4 Satisfação do Cliente

A missão do Grupo EDA pressupõe a prestação de serviços que assegurem uma elevada qualidade e satisfação dos seus clientes.

A empresa considera a imagem e perceção que os seus clientes e principais *stakeholders* têm relativamente à sua atuação, reconhecendo que uma experiência insatisfatória pode comprometer a reputação corporativa. Para mitigar este risco, o Grupo procura investir no fornecimento de energia fiável, na melhoria da eficiência e na modernização dos seus serviços, assegurando a existência de meios tecnológicos adequados, como ferramentas de mobilidade e operacionalidade remota, que reduzem o desfasamento entre a execução do serviço e a atualização dos sistemas. Ainda assim, o acompanhamento e operacionalização das inovações tecnológicas, juntamente com as exigências associadas à transformação digital, constituem desafios para o Grupo EDA que procura continuamente agilizar e melhorar o serviço para os seus clientes.

Ao mesmo tempo, a apresentação da empresa, tanto a nível da imagem corporativa, das suas instalações e do site institucional, juntamente com o comportamento dos seus colaboradores durante o serviço prestado, são também aspetos que influenciam diretamente a perceção dos clientes.

No âmbito da sua estratégia de sustentabilidade, o Grupo EDA realiza uma análise de materialidade onde são priorizados temas tendo em conta o seu impacto ambiental e social, considerando, inclusive, a recolha de *feedback* dos seus clientes e outros *stakeholders* relevantes. Este processo permite avaliar expectativas, identificar oportunidades de melhoria e antecipar desafios relacionados com a gestão da satisfação do cliente. Este processo de auscultação dos *stakeholders*, bem como os inquéritos aos clientes, também possibilitam a recolha de *feedback* sobre outros aspetos relevantes, como a adequação das suas propostas de sustentabilidade, desafios e oportunidades de melhoria, objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) para os quais deve contribuir, canais de comunicação mais eficazes e conteúdos de sustentabilidade a divulgar. As medidas decorrentes destas análises de *feedback* são integradas nos planos de gestão do Grupo, garantindo que os interesses e direitos dos consumidores são respeitados. Estes planos asseguram também o alinhamento com os regulamentos da ERSE sobre qualidade de serviço e relações comerciais e com a legislação aplicável ao setor elétrico.

O Grupo EDA detém, em exclusividade, a concessão do transporte e distribuição de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores, estando sob a regulação da **ERSE** e sujeita aos regulamentos emanados por esta entidade, tais como:

- **Regulamento de Relações Comerciais** – Estabelece o relacionamento comercial entre os intervenientes no setor elétrico, onde estão incluídos os clientes, e prevê, para determinadas temáticas, a reparação dos impactos negativos decorrentes da atuação da organização;
- **Regulamento da Qualidade de Serviço** – Define as obrigações e níveis de qualidade de serviço a cumprir pela empresa, nomeadamente aquelas relacionadas com a continuidade de serviço, qualidade da eletricidade e qualidade comercial.

O Grupo EDA definiu como missão servir os seus clientes com eficiência e eficácia. Este desígnio está implícito nos princípios que regem a estratégia da organização, conforme pode ser consultado no plano estratégico e na **Política de Qualidade, Ambiente e Segurança**, onde assume e demonstra compromisso com estes temas, e que se materializa através das metodologias e dinâmicas estabelecidas pelo Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança (SGQAS). A organização estabelece também **canais de comunicação** com os consumidores e utilizadores finais, que servem de apoio ao SGQAS e que fornecem informação à Gestão de Topo para a orientação estratégica e tomada de decisão. Os canais privilegiados para comunicação com o cliente são: pontos de atendimento presencial/digital, *Call Center*, Canal de reclamações, Canal de denúncia de irregularidades, Provedor do Cliente, *site* do Grupo EDA e redes sociais.

No âmbito do SGQAS, o Grupo EDA instituiu políticas e metodologias para monitorizar e avaliar a sua eficiência e eficácia no que se refere à Satisfação do Cliente, das quais se destacam:

- Realização de inquéritos de satisfação de clientes, no âmbito do estudo anual de satisfação dos diversos tipos de clientes do Grupo EDA;
- Definição de indicadores de desempenho que, direta ou indiretamente, contribuem para avaliar o nível de satisfação do cliente e monitorizar o desempenho do processo comercial. Para além dos indicadores obrigatórios decorrentes dos regulamentos definidos pela ERSE, são ainda definidos e monitorizados indicadores no âmbito do SGQAS e dos inquéritos de satisfação dos clientes;
- Análise mensal de *tableau de board* relativo à qualidade de serviço;
- Realização de reuniões periódicas, com encontros de quadros, para acompanhamento do desempenho dos processos, incluindo o processo comercial no qual está integrada a avaliação da satisfação do cliente e a identificação de riscos e oportunidades;

- Revisão do SGQAS pela Gestão de Topo, onde são analisados os resultados da monitorização dos processos, bem como na análise do contexto interno e externo, riscos e oportunidades, entre outros;
- Realização de auditorias internas e externas;
- Política de qualidade e melhoria contínua através do SGQAS, análise SWOT e estudos de sustentabilidade;
- Desenvolvimento de uma cultura de gestão de risco e de serviço assente na responsabilidade, no rigor técnico e em condutas alinhadas com as políticas do Grupo;
- Transparência e disponibilidade de informação ao cliente através de folhetos, inclusive no *site* da organização.

Relativamente à identificação e avaliação dos riscos e oportunidades associados às suas principais atividades, é desenvolvida uma **Análise de Riscos e Oportunidades (R&O)**, aliada a uma revisão do contexto (impactos), à avaliação das necessidades e expectativas dos *stakeholders* (clientes), à operacionalização das linhas de orientação estratégica e às dinâmicas de gestão, que também contribuem para identificação dos riscos e oportunidades e que podem resultar na necessidade de adaptação da estratégia e redefinição do seu modelo de negócio.

O Grupo EDA mantém um compromisso contínuo com a avaliação da qualidade dos seus serviços, implementando metodologias diversificadas de auscultação que permitem obter um *feedback* representativo da experiência e necessidades dos consumidores.

Assim, para corrigir os impactos negativos, atenuar os riscos e procurar oportunidades relativas à satisfação do cliente, o Grupo EDA implementa melhorias baseadas na análise de resultados de inquéritos de opinião/estudo de mercado. Além disso, abre ocorrências e oportunidades de melhoria derivadas de reclamações de clientes, auditorias e/ou reuniões internas, desenvolve e altera procedimentos na sequência de não conformidades ou de oportunidades de melhoria, define planos de ação e cria equipas interdepartamentais, sempre que necessário. Como resultado, é expectável constatar uma diminuição dos níveis de risco e das ocorrências identificadas, a melhoria do processo de gestão de ocorrências e do nível de satisfação do cliente, a redefinição da política e estratégia da organização, e a alocação e utilização de recursos de forma mais eficiente e eficaz.

Decorrente do contexto em que o Grupo EDA está inserido, identificam-se os impactos, riscos e oportunidades, relacionados com a satisfação do cliente, nomeadamente:

Tabela 36 – Satisfação do cliente – impactos, riscos e oportunidades

Impactos	• Melhoria da reputação e imagem corporativa; • Redução de reclamações deferidas; • Melhoria do prazo médio de recebimentos; • Melhoria dos tempos de resposta das solicitações dos clientes;
----------	--

	• Melhoria da qualidade e continuidade de serviço do fornecimento de energia elétrica; • Agilização da identificação e resolução de problemas/avarias, da gestão de crises, da adoção de respostas comerciais e de práticas da empresa em termos do seu negócio em geral; • Apresentação, solicitude, disponibilidade, competência e empatia dos colaboradores, em particular dos atendedores e técnicos do terreno com relacionamento direto; • Promoção da transparência e confiança na relação comercial; • Certificação dos processos comerciais e alargamento às áreas técnicas no âmbito do SGQAS; • Aumento do número de reclamações relacionados com a prestação de serviços; • Agravamento dos tempos de resposta das solicitações dos clientes; • Incremento de situações de conflito, disputa, contestação ou litígio; • Incumprimento de requisitos e/ou das expectativas dos clientes; • Complexidade das regras de faturação legais e regulamentares dificultando a interpretação da fatura de energia elétrica; • Não acompanhamento da evolução tecnológica, com implicações por exemplo no desfasamento de informação do serviço executado no terreno pela falta da mobilidade e possibilidade de gestão virtual dos dados comerciais dos clientes.
Riscos	• Risco de não satisfazer as expectativas e necessidades dos clientes em termos de qualidade, acessibilidade, sustentabilidade e inovação.
Oportunidades	• Potenciar a motivação dos colaboradores; • Implementação das novas práticas/tecnologias diretamente relacionadas com o serviço comercial prestado aos clientes, como por exemplo a melhoria da eficiência do serviço ao cliente pela aplicação da mobilidade no terreno, permitindo uma faturação atempada, com redução do erro e incremento da fiabilidade do serviço; • Possibilidade de fomentar a digitalização do processo comercial, evitando deslocações desnecessárias do cliente às instalações do Grupo EDA através da melhoria das ferramentas de comunicação com o cliente, como no caso da aplicação EDA Online; • Disponibilização de informação em inglês para dar resposta ao aumento do número de clientes estrangeiros a residir na RAA; • Inclusão, na revisão do SGQAS, dos resultados dos inquéritos de satisfação de cliente e respetivos planos de melhoria.

Entre 2022 e 2023, destaca-se também a realização de um estudo abrangente sobre o nível de satisfação dos clientes, que avaliou a qualidade do serviço prestado, notoriedade, posicionamento e desempenho ambiental. A recolha de informação envolveu:

- Inquéritos telefónicos a clientes domésticos (famílias) e não domésticos (empresas), permitindo identificar perceções e necessidades específicas de cada segmento;

- Auditorias internas aos Centros de Atendimento, avaliando a conformidade com os padrões estabelecidos e a qualidade do atendimento presencial;
- Inquéritos presenciais aos clientes nos Centros de Atendimento, proporcionando uma análise detalhada da sua experiência;
- Clientes mistério implementados tanto nos Centros de Atendimento como no Call Center, para garantir uma avaliação objetiva e imparcial da qualidade do atendimento em diferentes pontos de contacto.

Destaques do Estudo de Satisfação da EDA (2022-2023)

Satisfação geral: Clientes satisfeitos, reconhecendo a EDA como empresa açoriana de prestígio e confiança.	Qualidade do Serviço: Melhoria significativa, com score médio de 8,6 no que diz respeito ao fornecimento de energia e ao atendimento do cliente.	Eficiência Energética: Maior adesão à tarifa tri-horária e práticas de poupança generalizadas.
Gestão de Reclamações: Baixo número de avarias reportadas e reclamações.	Impacto ambiental: Score médio de 7,8 ao nível da perceção dos inquiridos sobre a preocupação da EDA com questões ambientais.	

Com base nos resultados, a EDA desenvolveu um plano de ação para abordar as áreas de insatisfação e capitalizar as oportunidades de melhoria identificadas. A empresa está empenhada em monitorizar, de forma contínua, a evolução da satisfação dos seus clientes e prevê a avaliação da eficácia das melhorias implementadas no próximo exercício de auscultação. Esta avaliação permitirá à empresa medir o impacto das melhorias executadas e garantir que os seus serviços continuam a atender e a superar as expectativas dos seus clientes.

3. Divulgação Geral

3.1 Abordagem Estratégica

O Grupo EDA está profundamente comprometido com a transição energética dos Açores, garantindo, desta forma, um empenho no desenvolvimento e penetração de energia através de fontes renováveis, reforçando a autonomia energética. Aliado a este foco, destaca-se a necessidade de reduzir a dependência de combustíveis fósseis e a minimização de gases com efeito de estufa. Esta transição tem de ser assegurada, sem que para este efeito seja colocada em causa a garantia de abastecimento das 9 redes isoladas e de pequena dimensão, que constituem o arquipélago dos Açores.

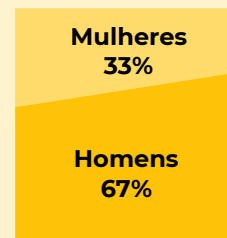
Assim, tem sido um vetor de orientação a realização de estudos e projetos sobre soluções baseadas em tecnologia e que promovam o maior aproveitamento de recursos renováveis na produção e armazenamento de energia.

No contexto da atividade do Grupo EDA, a abordagem estratégica de sustentabilidade desempenha um papel fundamental na garantia da viabilidade a longo prazo do negócio. O Grupo reconhece a interdependência entre as suas operações e o ambiente, bem como o impacto social e económico das suas atividades. Tal implica a integração das considerações ambientais, sociais e de *Governance* (ESG) nas várias áreas de negócio, desde a produção de energia até a prestação de serviços, bem como o investimento em projetos estratégicos que visam a promoção da proteção do ambiente, a mitigação do impacto climático e o apoio a iniciativas de cariz social e cultural para o desenvolvimento da comunidade.

No âmbito da sustentabilidade, a participação ativa dos órgãos de direção, particularmente do Conselho de Administração, é de suma importância para assegurar a eficiente integração das considerações ESG em todas as atividades do Grupo.

O Conselho de Administração (CA) do Grupo EDA, o mais alto órgão de *Governance*, é composto por 9 elementos, onde 5 são membros executivos, constituídos em Comissão Executiva (CE), órgão com competência para assegurar a gestão corrente da sociedade, para operações de valor até 1,5 milhões de euros, de acordo com a delegação efetuada pelo CA. As operações sobre participações sociais não são delegáveis e a designação como Administradores Executivos e Não Executivos decorre de decisão da Assembleia Geral.

Composição do CA

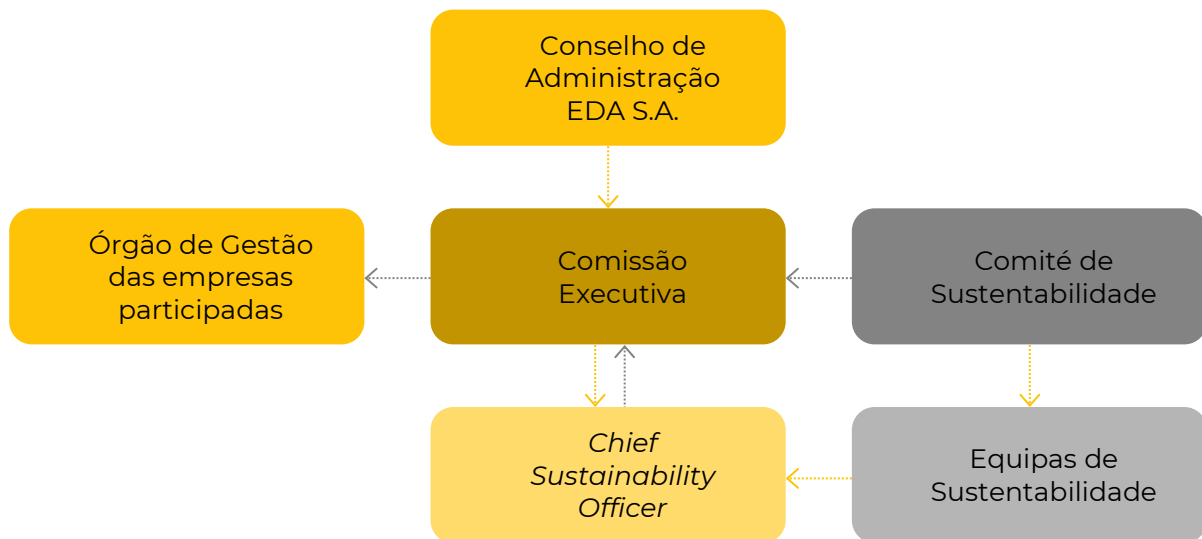


No Grupo EDA, a área da sustentabilidade está sob a responsabilidade do **CSO – Chief Sustainability Officer**, que recebe e gere as informações sobre estas temáticas, de forma regular e integrada no Sistema de Gestão da organização, garantindo o cumprimento regulatório, o envolvimento de todas as Equipas de Sustentabilidade e o reporte de planos e desempenhos à CE.

As **Equipas de Sustentabilidade** são responsáveis, no contexto do Sistema de Gestão do Grupo, pela gestão das várias componentes ESG, dos temas materiais alocados aos Diretores e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e participam também na elaboração do reporte de sustentabilidade.

Foi ainda instituído um **Comité de Sustentabilidade**, composto pelo CE, pelos Órgãos de Gestão das participadas e pelas Equipas de Sustentabilidade, que acompanha a implementação de políticas e objetivos ESG e avalia o seu desempenho, analisa e propõe medidas e meios para a execução do Plano de Gestão ESG, monitoriza a evolução dos principais indicadores de segurança no trabalho e propõe ações de melhoria, e analisa os procedimentos e os documentos a implementar transversalmente nas empresas do Grupo EDA.

Gráfico 27 – Modelo de Governance



O Grupo EDA desenvolve a sua atividade para garantir um abastecimento de energia elétrica seguro, eficiente e contínuo nas nove ilhas dos Açores. O seu modelo de negócio assenta, por isso, na produção, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica, promovendo a sustentabilidade e a inovação tecnológica de forma transversal. Este modelo pressupõe também um estreito envolvimento com os diversos intervenientes da cadeia de valor e a promoção dos valores do Grupo em todas as relações laborais e comerciais.

Gráfico 28 – Cadeia de valor do Grupo EDA

Ao antecipar e responder proativamente aos desafios ambientais e sociais, o Grupo EDA está mais preparado para enfrentar regulamentações mais rigorosas, mitigar riscos relacionados com a sustentabilidade e assumir uma posição de liderança no setor relativamente a estas temáticas. O Grupo pretende, assim, assegurar uma abordagem sistemática para identificar e gerir a riscos ESG para a sua atividade.

Em 2023, foi efetuada uma análise aos pares do setor e referenciais de sustentabilidade, de modo a identificar os riscos ESG mais relevantes. Para esta análise, foram considerados os temas materiais identificados no processo de Dupla Materialidade. Adicionalmente, foram consideradas as recomendações de divulgação da *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD) para a identificação dos riscos climáticos, em alinhamento com o tema material “Alterações Climáticas”, que considerou riscos de transição decorrentes do processo de transição e adaptação e os riscos físicos decorrentes de eventos climáticos e relacionados com o clima.

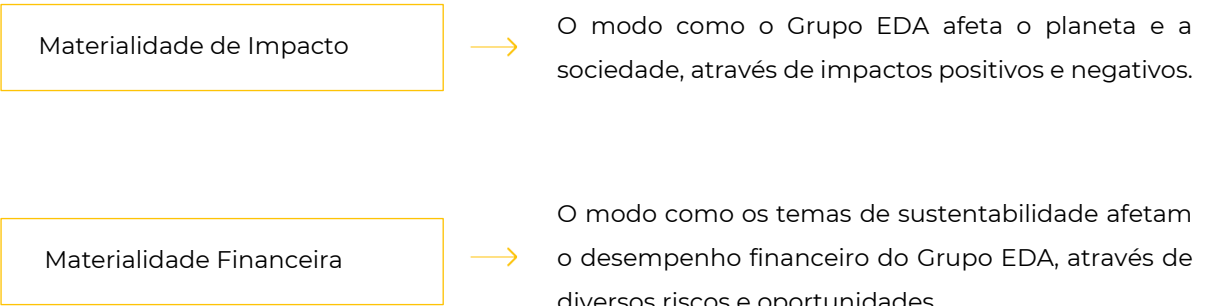
A metodologia de avaliação dos riscos e definição de prioridades considera a sua quantificação utilizando critérios objetivos para cada parâmetro, sendo agrupados numa escala qualitativa em que são priorizados de acordo com o seu potencial impacto. Para os riscos mais significativos são definidas medidas de controlo com o objetivo de mitigar ou eliminar os seus efeitos. Periodicamente, é realizada uma análise ao nível de concretização e à eficácia das medidas de controlo definidas. O resultado desta análise é comunicado à gestão de topo. Ao longo dos capítulos do relatório são identificados os diversos riscos, de acordo com cada tema material.

3.1.1 Materialidade

Atento aos crescentes desafios do enquadramento legal e regulatório em matéria de sustentabilidade, o Grupo EDA realizou uma análise de materialidade, sob a perspetiva da Dupla Materialidade, conforme requisito da Diretiva de Reporte Corporativo de Sustentabilidade (CSRD), com o objetivo de identificar os temas de sustentabilidade que deverá endereçar de forma consistente e prioritária.

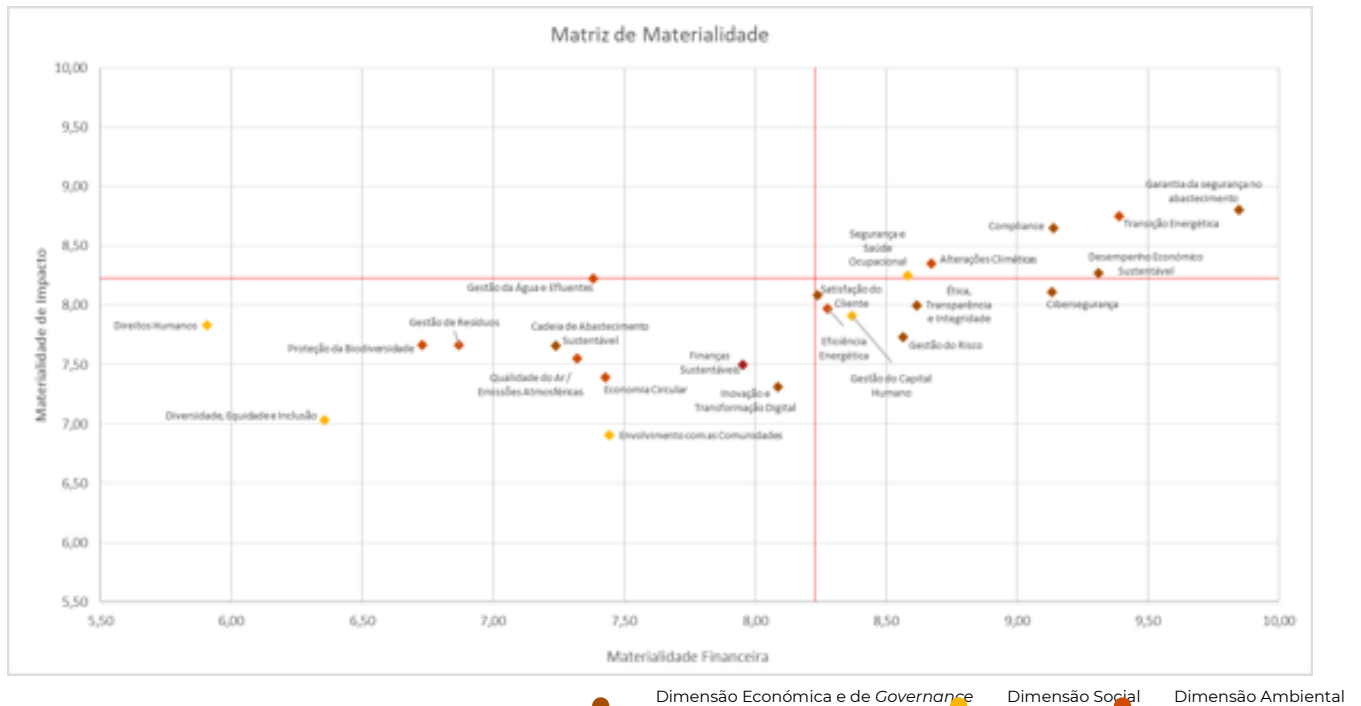
Para o efeito foi identificado um conjunto de temas potencialmente materiais ao nível social, ambiental e de *Governance*/económico, posteriormente submetidos à análise dos *stakeholders*, tanto internos como externos, sob a perspetiva do impacto (materialidade de impacto) e dos riscos e oportunidades (materialidade financeira).

Dupla Materialidade



Do processo de auscultação, realizado através de questionários e entrevistas, resultou a identificação de 12 Temas Materiais, conforme a Matriz de Materialidade apresentada:

Gráfico 29 – Matriz de materialidade



GOVERNANCE

Garantia da Segurança no Abastecimento

Desenvolvimento de processos que garantam um abastecimento de energia às 9 ilhas dos Açores seguro, eficiente e contínuo.

Compliance

Gestão do negócio em conformidade com as leis, normas e regulamentos existentes.

Desempenho Económico Sustentável

Promoção da solidez económica da organização, assegurando a continuidade da sua missão através de práticas sustentáveis, bons resultados e um modelo de negócio resiliente, ambientalmente responsável e assente num crescimento justo e inclusivo.

Cibersegurança

Adoção de mecanismos para garantir a segurança da informação, a proteção contra ataques cibernéticos e a salvaguarda da privacidade de dados de colaboradores, clientes e parceiros.

Ética, Transparência e Integridade

Gestão do negócio com integridade e transparência, promovendo os valores éticos junto de colaboradores, clientes e parceiros.

Gestão do Risco

Implementação de processos robustos de gestão dos riscos ESG, de modo a antecipar cenários, tomar decisões responsáveis e salvaguardar a continuidade das operações.

Satisfação do Cliente

Prestação de serviços que assegurem um índice de satisfação elevado por parte dos clientes.

AMBIENTE

Eficiência Energética

Otimização do consumo energético, designadamente através da implementação de medidas para gerir esse consumo de forma mais eficaz.

Alterações Climáticas

Resiliência face às alterações climáticas e intervenção para mitigação das mesmas, nomeadamente através da monitorização e diminuição das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE).

Transição Energética

Integração de energias renováveis na rede elétrica regional, enquanto agente ativo no combate às alterações climáticas.

SOCIAL

Gestão do Capital Humano

Atração e retenção de colaboradores, através de práticas que promovam um elevado índice de satisfação, motivação e desenvolvimento pessoal e profissional.

Segurança e Saúde Ocupacional

Assegurar a segurança, a saúde e o bem-estar físico e psicológico dos colaboradores, proporcionando-lhes condições de trabalho adequadas.

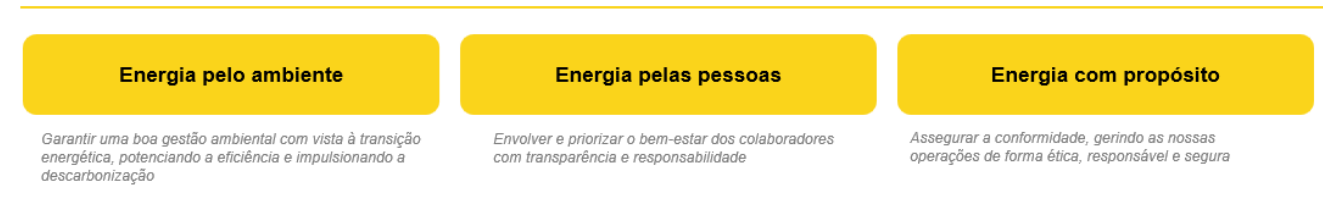
3.1.2 Eixos Estratégicos e linhas de atuação

A incorporação das questões de sustentabilidade na estratégia de negócio assume-se como uma prioridade para o Grupo EDA, de forma a não apenas garantir a mitigação de riscos e impactos negativos, como a tirar o melhor partido das oportunidades e impactos positivos associados a estas temáticas. O alinhamento com uma estratégia de sustentabilidade permite, ainda, assegurar o envolvimento das várias áreas da empresa nestes temas e garantir as necessidades das diversas partes interessadas.

Neste sentido, **em 2023 foi iniciada a definição da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo EDA**, alinhada com os temas materiais identificados e com o Plano Estratégico Plurianual da EDA e das restantes empresas do Grupo e **alicerçada em três grandes eixos: Energia pelo ambiente (eixo ambiental); Energia pelas pessoas (eixo social) e Energia com propósito (eixo de Governance).**

Em 2025, pretende-se elencar um conjunto de ações que contribuam para cada linha de atuação definida, reforçando ainda mais o compromisso com cada um dos temas materiais. Para além disto, irá ser definida a Estratégia de Descarbonização do Grupo EDA, por

Gráfico 30 – Eixos estratégicos



A definição dos eixos estratégicos de sustentabilidade teve por base não só os objetivos estratégicos já definidos para o Grupo, como a identificação dos temas materiais para a EDA e para o próprio setor. A partir destes eixos, foram desenvolvidas as linhas de atuação associadas a cada tema material, de forma a assumir compromissos claros com cada um dos temas identificados.

Tabela 37 – Eixos estratégicos, temas materiais e linhas de atuação

Eixos estratégicos de sustentabilidade	Temas materiais	Linhas de atuação
Energia pelo ambiente	Eficiência Energética	Implementar medidas e tecnologias que visem a otimização do consumo de energia.
	Alterações climáticas	Potenciar a mitigação das alterações climáticas através da redução de emissão de GEE. Potenciar a adaptação às alterações climáticas através de medidas que aumentem a resiliência do negócio.
	Transição energética	Contribuir para a descarbonização através da maximização da incorporação de renováveis e inovação tecnológica.
Energia pelas pessoas	Gestão do capital humano	Assegurar o desenvolvimento e valorização dos colaboradores e promoção da sua motivação e satisfação.

Eixos estratégicos de sustentabilidade	Temas materiais	Linhas de atuação
Energia com propósito	Saúde e Ocupacional Segurança	Promover uma cultura de saúde e segurança, atenta às necessidades, bem-estar e integridade dos trabalhadores e de todos os que possam operar nas instalações do Grupo EDA.
	Compliance	Garantir o cumprimento de todos os requisitos legais e regulatórios nas empresas do Grupo EDA.
	Cibersegurança	Assegurar a privacidade, integridade e segurança da informação e dos ativos do Grupo EDA. Apostar em práticas preventivas que garantam a robustez dos sistemas de informação das empresas do Grupo EDA
	Ética, Transparência e Integridade	Gerir o negócio com integridade e transparência, assegurando os valores éticos junto de colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros.
	Desempenho Económico Sustentável	Garantir a resiliência financeira e o crescimento sustentável do negócio do Grupo, contribuindo para o desenvolvimento dos Açores Potenciar a implementação de medidas que visem uma cadeia de valor mais sustentável.
	Garantia da Segurança no Abastecimento	Desenvolvimento de processos que garantam o regular, contínuo e eficiente abastecimento de energia elétrica
	Gestão do risco	Promover a mitigação e prevenção dos riscos no Grupo EDA
	Satisfação do Cliente	Estabelecer uma relação permanente e contínua de proximidade, confiança e satisfação com os nossos clientes Garantir a qualidade de serviço técnica prestada

Este ano, o Grupo EDA desenvolveu também uma Estratégia de Descarbonização, através do qual foram definidas as metas e medidas de redução de emissões, contribuindo desse modo para o Roteiro Regional de Neutralidade Carbónica (RNCA). (mais informação em 4.1.1 Estratégia de Descarbonização).

O alinhamento entre a estratégia de sustentabilidade, as Medidas de Descarbonização e o Plano Estratégico Plurianual da EDA e das restantes empresas do Grupo irá garantir a implementação futura de iniciativas, metas e métricas de sustentabilidade necessárias à elaboração de uma estratégia robusta para o Grupo, a médio e longo prazo, promovendo um objetivo comum: preservar o nosso

património único através de práticas energéticas sustentáveis, promovendo uma economia de baixo carbono e envolvendo ativamente as partes interessadas para um futuro mais sustentável.

3.2 Envolvimento com *stakeholders*

A EDA considera de extrema relevância o envolvimento contínuo e de longo prazo com as suas partes interessadas, que permite construir e reforçar relações de confiança, partilhar conhecimento e informação relevante, antecipar dilemas e desafios para o negócio e para a sociedade e identificar novas oportunidades.

Gráfico 31 – Principais categorias de stakeholders do Grupo EDA



A gestão da relação com as várias partes interessadas é acautelada através de canais de comunicação distintos, que permitem uma recolha mais direcionada das necessidades e expetativas de cada grupo. Uma parte importante deste envolvimento foi a auscultação de stakeholders no âmbito do processo de Análise de Materialidade de Impacto, desenvolvido em 2023, que permitiu a identificação dos

temas mais relevantes para o Grupo EDA e a devida incorporação destas necessidades e expectativas na estratégia de sustentabilidade do Grupo.

Tabela 38 – Stakeholders – expectativas e canais de comunicação

Stakeholders	Principais necessidades e expectativas	Canais de Comunicação
Clientes		Visitas comerciais
	Garantir a continuidade e qualidade da energia elétrica fornecida;	Livro reclamações
	Salvaguardar a proteção ambiental;	SAP-ISU
	Aposta na estratégia de sustentabilidade	Atendimento Digital
	Preços	Correio eletrónico
	Tratamento adequado de reclamações e outros pedidos	Folheto
	Segurança de bens e pessoas.	Fatura
		Inquérito
Fornecedores	Cumprimento de requisitos de parceria/contrato	Questionários
	Garantia de continuidade do negócio	SAP-ARIBA
	Cumprimento do prazo de pagamento	Relatórios
	Avaliação do desempenho	
	Potenciação da Imagem	
Colaboradores	Condições de trabalho adequadas e seguras.	Plataforma informática
	Segurança de bens e pessoas	Website
	Oportunidades de desenvolvimento.	E-mail
	Participação nas tomadas de decisão.	Reuniões
	Comunicação dos objetivos transversais e individuais.	Relatório Revisão pela Gestão
	Reconhecimento adequado.	SAP Success Factors
	Garantia de ambiente de trabalho saudável e justo	Folhetos
	Pagamento da remuneração do trabalho desenvolvido	Relatórios
	Conciliação do trabalho com a vida pessoal	Formação/ Sensibilização
	Solidez financeira a longo prazo	Placard Informativo
	Preservar/ potenciação da Imagem	Sharepoint
	Acesso à Medicina do Trabalho	Ata da reunião com registo dos assuntos discutidos
	Salvaguarda dos direitos dos trabalhadores (AE)	Comité de Segurança

Stakeholders	Principais necessidades e expectativas	Canais de Comunicação
Comunidade	Preservação do meio ambiente Segurança do Sistema Elétrico Capacidade de resposta em situações de emergência. Solidez financeira da empresa pública Apoios à comunidade local. Cooperação no âmbito de iniciativas locais	Website Lojas e Centros de Energia Call Center Correio eletrónico Impressão
Entidades Oficiais	Cumprimento de legislação, regulamentos aplicáveis e outros requisitos subscritos	Website Correio eletrónico Plataforma digital Carta
Entidades Financeiras	Ausência de Acidentes Reduzido nível de risco Pagamento dos compromissos assumidos Implementação de projetos sustentáveis (<i>green bonds</i>) Transparência	Website Correio eletrónico Plataforma digital Carta
Concorrentes	Aumento da quota de energias renováveis no <i>mix</i> energético na RAA. Disponibilização de infraestruturas para permitir o aumento da quota de energias renováveis. Pagamentos atempados relativos à energia entregue na rede.	Reuniões Meios de comunicação oficiais
Comunicação Social	Comunicação transparente e atempada Comunicação fluída	Notas de imprensa Redes Sociais Página da internet

3.3 Associações, Certificações e Reconhecimentos

A EDA participa em diversas associações e organizações dos setores energético, empresarial e universitário, através das quais partilha e tem acesso a informação e conhecimento relevante para o desenvolvimento da sua atividade. Entre estas, destacam-se:

- **Associação Portuguesa da Energia (APE)**, representante português do Conselho Mundial da Energia (*World Energy Council* - WEC);

- **Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico (ELECPOR)**, representante português do EURELECTRIC – *Union of the Electricity Industry*, onde tem vários representantes no NEIS – *Network of Experts in Islands Management System*;
- **WavEC - Offshore Renewables**;
- **Conselho Externo de Aconselhamento e Aferição (CEAA)** da iniciativa Energia para a Sustentabilidade (Efs), da Universidade de Coimbra.
- **Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ)**, como membro dos seus órgãos sociais para o triénio de 2024-2026, a EDA participa no Conselho Estratégico Nacional da Energia da CIP - Confederação Empresarial de Portugal;
- **Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada (CCIPD)**;
- **Associação Portuguesa de Segurança (APSEI)**, a maior comunidade técnica de Segurança e organismo de normalização setorial responsável pela coordenação de três comissões técnicas de Segurança. Participa nos fóruns técnicos especializados no Núcleo Autónomo de Proteção Ativa (NAPA);
- **ISAC Açores**, uma comunidade colaborativa, de partilha de conhecimento e de assistência mútua, com vista ao reforço da ciber-resiliência na Região Autónoma dos Açores.

A EDA é ainda associada da **GRACE - Empresas Responsáveis**, sendo membro fundador do Cluster Açores. É também beneficiária do projeto **LIFE IP CLIMAZ (2021-2030)**, que pretende desenvolver medidas para a descarbonização do setor da energia. Além disso, é membro efetivo da **CT 224 - Cidades e Comunidades Sustentáveis**.

A EDA é membro ativo da **Cartilha da Sustentabilidade** e participa na **Comissão Técnica de Normalização Eletrotécnica** (CTE 13 - Aparelhagem de Medição de Energia Elétrica e de Controle de Carga), coordenada pelo Organismo de Normalização Sectorial (ONS) do Instituto Eletrotécnico Português (IEP). Faz parte do **MAN Users Group (MUG)**.

A EDA tem também colaborado com a **Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA)**, visando diminuir o impacto da sua atividade na avifauna da Região, nomeadamente através de medidas anti-eletrocussão e anti-colisão, reduzindo assim a sua mortalidade e ao mesmo tempo a melhoria na qualidade de serviço prestado. Colabora ainda em programas de educação ambiental das escolas açorianas e comunidades locais, promovendo a consciencialização ambiental e a importância do uso das energias renováveis e recursos endógenos.

A EDA coopera com o **Instituto Superior Técnico**, na formação em contexto de trabalho de um dos seus formandos, e com a **Johns Hopkins University**, como *advisor* de um dos seus alunos no programa “Energy, Policy and Climate”.

A EDA Renováveis atua em diversas associações e organizações, nomeadamente:

- **Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN)** e do **Conselho Europeu de Energia Geotérmica (EGEC)**, que promove o aproveitamento de recursos geotérmicos na Europa e o

Congresso Europeu de Geotermia (*European Geothermal Congress - EGC*), que realiza a cada três anos;

- **Associação Internacional de Geotermia (IGA)**, que defende e promove a utilização sustentável e o desenvolvimento dos recursos geotérmicos em todo o mundo;
- **Geothermal Rising** (anteriormente designada *Geothermal Resource Council*), uma associação educacional e sem fins lucrativos que promove o uso da energia geotérmica e organiza anualmente um congresso internacional nos EUA;
- **IntAirsect (*Internationalization of the Air Centre Within the Scope of the Azores Sectorial Challenges*)**, que visa contribuir, através de projetos-piloto, para a sustentabilidade das ilhas do Atlântico, focando-se em metodologias e tecnologias inovadoras, numa colaboração com universidades norte-americanas, europeias e sul-americanas e com a Electra de Cabo Verde.

A GLOBALEDA, por sua vez, assume parcerias e atuações com as seguintes entidades:

- Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada (CCIPD);
- Universidade de Aveiro;
- Universidade dos Açores;
- Associação Empresarial de Comunicações de Portugal (ACIST).

Certificações e reconhecimentos

O reconhecimento externo e independente dos serviços prestados pelo Grupo EDA tem sido um dos desígnios da empresa. Desta forma, o Grupo procura garantir que os sistemas de gestão de qualidade, ambiente e segurança implementado se encontra em conformidade com os referenciais internacionais e, em simultâneo, garantam uma gestão mais eficaz, quer da melhoria, quer dos aspetos ambientais das atividades desenvolvidas pela EDA, tendo em consideração a proteção ambiental, a poluição, o cumprimento legal e as necessidades socioeconómicas, promovendo a criação de valor para todas as partes interessadas.

As atividades do Sistema de Gestão do Grupo EDA possuem as seguintes certificações:

Tabela 39 – Certificações das atividades do Sistema de Gestão do Grupo EDA

 Sistema de Gestão da Qualidade NP EN ISO 9001			
	EDA	GLOBALEDA	SEGMA
Âmbito	• Produção de energia nas centrais termoelétricas	• Prestação de Serviços de Manutenção de	• Consultadoria, Projeto, Fornecimento, Montagem, Fiscalização, Manutenção e

	- de São Miguel, Terceira, Graciosa, Pico e Faial • Manutenção da rede de transporte e distribuição de energia elétrica na RAA; • Comercialização de energia elétrica na RAA; • Manutenção de sistemas de produção de energia na RAA; • Gestão dos sistemas de contagem de energia e qualidade da onda de tensão.	- Infraestruturas de Telecomunicações; • Projetos e Instalações de Soluções de Telecomunicações; • Comercialização e Assistência Técnica de dispositivos eletrônicos; • Consultoria, Conceção, Desenvolvimento, Instalação e Manutenção de Soluções de Sistemas de Informação; • Comercialização de produtos de Sistemas de Informação.	- Operação de Instalações Elétricas (BT/MT), Telecomunicações, Eletromecânicas e Mecânicas, Avac, Grupos Geradores, Ups, Equipamentos de Energias Renováveis; • Certificação Energética de Edifícios e Auditorias Energéticas; • Gestão e Manutenção de Unidades Industriais e Edifícios.
Locais	- Central do Caldeirão; Central do Belo Jardim; Central da Graciosa; Central do Pico; Central de Santa Bárbara; Serviços de Manutenção da Produção em todas as ilhas; Edifícios do Aprovisionamento em cada ilha; • Edifício Sede da Administração e Edifício escritórios dos Serviços Técnicos do Caminho da Levada; Lojas da EDA e Centros de Energia em todas as ilhas; Edifícios da Distribuição em cada ilha; Laboratório de Contadores, Telecontagem e <i>Smartmeters</i> (LATES).	- Delegação Lisboa em Alfragide; Centro Técnico, Área Empresarial, NONAGON e Central EDA localizados em São Miguel; Armazém na ilha Terceira; Edifício EDA na ilha do Pico; Central de Santa Bárbara; • Lojas GLOBALEDA nas ilhas São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico e Faial.	Sede e Armazém localizados na ilha de São Miguel e o Núcleo presente na ilha da Terceira.



Sistema de Gestão Ambiental

NP EN ISO 14001

	EDA	GLOBALEDA
Âmbito	Produção de energia e manutenção de sistemas de energia nas centrais termoeletricas de São Miguel, Terceira, Graciosa, Pico e Faial.	- Prestação de Serviços de Manutenção de Infraestruturas de Telecomunicações; • Projetos e Instalações de Soluções de Telecomunicações; • Comercialização e Assistência Técnica de dispositivos eletrônicos; • Consultoria, Conceção, Desenvolvimento, Instalação e Manutenção de Soluções de Sistemas de Informação;

		Comercialização de produtos de Sistemas de Informação.
Locais	Edifício Sede da Administração e Edifício escritórios dos Serviços Técnicos do Caminho da Levada; Central do Caldeirão; Central do Belo Jardim; Central da Graciosa; Central do Pico; Central de Santa Bárbara; Serviços de Manutenção da Produção de São Miguel, Terceira, Graciosa, Pico e Faial.	- Delegação Lisboa em Alfragide; Centro Técnico, Área Empresarial, NONA GON e Central EDA localizados em São Miguel; Armazém na ilha Terceira; Edifício EDA na ilha do Pico; Central de Santa Bárbara; - Lojas GLOBALEDA nas ilhas de São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico e Faial.



Sistema de Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional

NP EN ISO 45001

	EDA	GLOBALEDA
Âmbito	Produção de energia e manutenção de sistemas de produção de energia na Central Termoelétrica de Santa Barbara no Faial.	- Prestação de Serviços de Manutenção de Infraestruturas de Telecomunicações; - Projetos e Instalações de Soluções de Telecomunicações; - Comercialização e Assistência Técnica de dispositivos eletrónicos; - Consultoria, Conceção, Desenvolvimento, Instalação e Manutenção de Soluções de Sistemas de Informação; - Comercialização de produtos de Sistemas de Informação.
Locais	Central de Santa Bárbara.	- Delegação Lisboa em Alfragide; Centro Técnico, Área Empresarial, NONAGON e Central EDA localizados em São Miguel; Armazém na ilha Terceira; Edifício EDA na ilha do Pico; Central de Santa Bárbara; - Lojas GLOALEDA nas ilhas de São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico e Faial.



Boas Práticas na Gestão de Riscos Biológicos

GP Biorisks

	EDA
Âmbito	Produção de energia nas centrais termoelétricas; manutenção de sistemas de produção; distribuição de energia elétrica; manutenção da rede de transporte; comercialização de energia elétrica na RAA.
Locais	- Centrais Termoelétricas em todas as ilhas; Serviços de Manutenção da Produção em todas as ilhas; Edifícios do Aproveitamento em cada ilha; - Edifícios do Caminho da Levada (edifício sede, edifício técnico e edifício, e.g., CTPDL); Lojas da EDA em todas as ilhas; Edifícios da Distribuição em cada ilha.



Requisitos Gerais de Competência para Laboratórios de Ensaio e Calibração

NP EN ISO/IEC 17025

EDA	
Âmbito	Contagem de Energia; Onda de Tensão
Locais	Laboratório LATES (Laboratório de Contadores, Telecontagem e Smartmeters.

4. Pilar Ambiental

46 163 MWh Energia consumida	528 386 tCO₂e Total de emissões (<i>market-based</i>)	426 694 tCO₂e Emissões de âmbito 1
827 429 MWh Energia emitida própria	14 tCO₂e Emissões de âmbito 2 (<i>market-based</i>)	101 678 tCO₂e Emissões de âmbito 3
1 725 ton Resíduos produzidos	41 603 m³ Água consumida	155 528 tCO₂e Emissões evitadas

4.1 Alterações Climáticas e Transição Energética

O agravamento das alterações climáticas e o consequente aumento da frequência e gravidade dos fenómenos climáticos, tornam clara a necessidade de se acelerar a descarbonização e cumprir com o objetivo definido pelo Acordo de Paris em limitar o aumento da temperatura em 1,5°C, acima dos valores pré-industriais.

O Grupo EDA tem, por isso, investido continuamente na modernização e na expansão dos sistemas electroprodutores, impulsionando a descarbonização do setor elétrico da RAA.

4.1.1 Estratégia de Descarbonização

Consciente do seu papel na atenuação das alterações climáticas, o Grupo EDA compromete-se com um modelo energético de baixo carbono, alinhando a sua estratégia de descarbonização com os instrumentos legais aplicáveis nesta matéria, nomeadamente ao nível: (i) do **Plano Regional para as Alterações Climáticas** (PRAC); (ii) da Lei do Clima; (iii) da Estratégia Açoriana para a Energia (EAE), que define o objetivo de atingir 70% de energia elétrica de origem renovável no *mix* energético dos Açores até 2030; (iv) e do **Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores** (RNCA), que tem como meta reduzir 46% das emissões de GEE do setor da energia até 2030, face a valores de 2005.

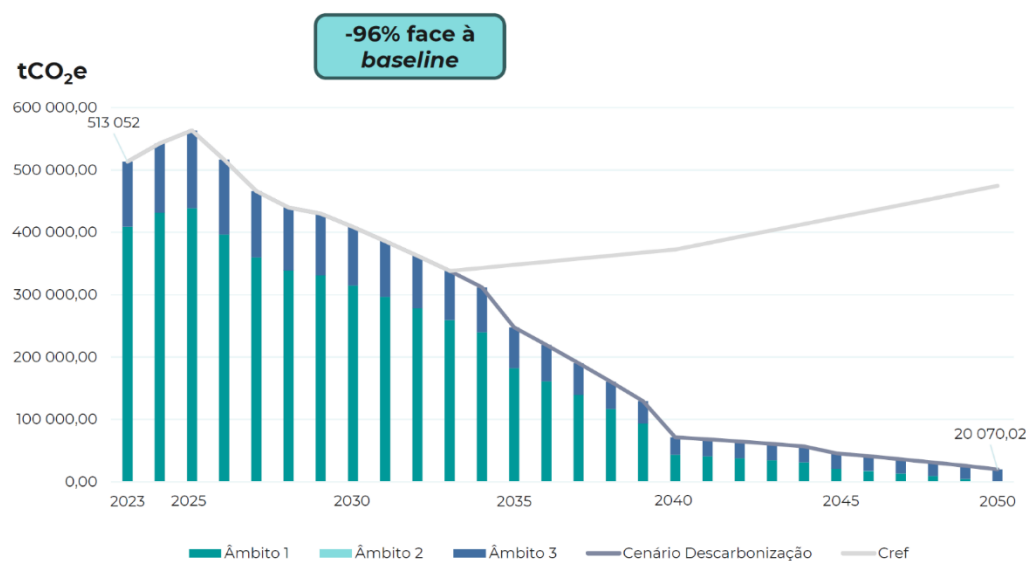
No âmbito da participação da EDA na elaboração do PRAC e no instrumento de operacionalização do RNCA, foi definida a necessidade de estabelecer um plano com uma abordagem integrada, composto por fases distintas, para definir e implementar uma estratégia de descarbonização adaptável às necessidades do Grupo EDA. Neste contexto, o Grupo EDA tem vindo a participar em *workshops* técnicos e ciclos temáticos desenvolvidos no âmbito do Roteiro, a definir projetos e iniciativas para a

redução de GEE e prevê, ainda, a implementação de um plano de compensação de emissões irreduzíveis.

Os seus projetos e iniciativas passam, entre outros, pela: (i) diversificação do *mix* energético em todas as ilhas, em particular pela maximização da produção de energia renovável através da utilização de recursos endógenos renováveis em detrimento da utilização dos recursos fósseis; (ii) modernização das infraestruturas e equipamentos auxiliares de sistemas de processo, substituindo os atuais por alternativas mais modernas, eficientes, sustentáveis e automáticas, que possibilitem o controlo remoto para uma maior flexibilidade e precisão; (iii) adoção de medidas de eficiência energética e de otimização de consumos, que também passam pela formação técnica dos trabalhadores e pela sensibilização dos clientes sobre estas questões; (iv) acompanhamento de desenvolvimentos ao nível da utilização de combustíveis alternativos sustentáveis; (v) implementação de redes inteligentes; (vi) e acompanhamento e implementação de novas tecnologias, mediante estudos de viabilidade técnica e económica, principalmente ao nível do armazenamento e gestão de energia e de sistemas auxiliares que promovam a flexibilidade dos sistemas electroprodutores, permitindo maximizar a integração da produção a partir de fontes renováveis, melhorar a resiliência dos sistemas elétricos e garantir a qualidade de serviço e a segurança de abastecimento.

De acordo com os pressupostos assumidos para o Cenário de Descarbonização, foi traçada a evolução das emissões do Grupo EDA até 2050 para os âmbitos 1, 2 e 3. No geral, estima-se que as emissões totais do Grupo EDA reduzam em 96% até 2050, ou seja de 513 052 tCO₂e (2023) para apenas 20 070 tCO₂e (2050), ou seja um esforço de redução de 474 562 tCO₂e, sendo que, para atingir a neutralidade carbónica, as emissões irreduzíveis deverão ser compensadas. Como metas intermédias, **o Grupo EDA prevê uma redução das suas emissões totais em 104 317 tCO₂e (-20%) até 2030 e em 441 609 tCO₂e (-86%) até 2040, atingindo, desta forma, a neutralidade carbónica até 2050.**

Gráfico 32 – Cenário de Descarbonização do Grupo EDA

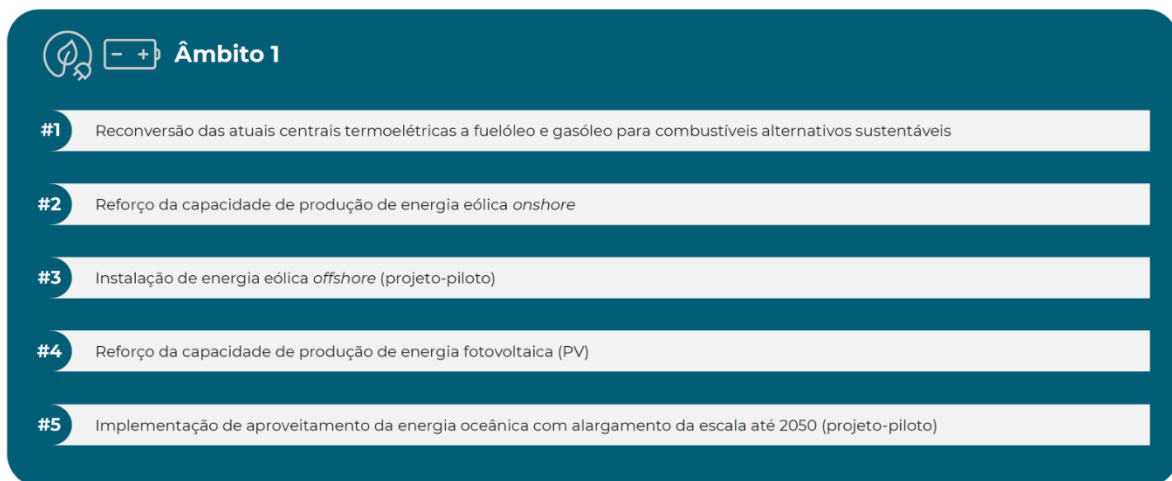


A estratégia de descarbonização do Grupo EDA pretende implementar medidas de mitigação e adaptação dos impactos às alterações climáticas, considerando **18 medidas principais de descarbonização**, sendo que 12 têm um impacto direto na redução das emissões e as restantes, por promoverem a descarbonização regional através da atuação do Grupo EDA, impactam indiretamente a sua atividade, demonstrando, assim, uma preocupação e compromisso com a estratégia da sustentabilidade da RAA.

Importa salientar que o pressuposto de implementação de determinadas tecnologias, está intimamente dependente da evolução das respetivas e do conhecimento associado. O Grupo EDA está continuamente empenhado no acompanhamento destes, garantindo, desta forma, a aliança entre a implementação de tecnologias inovadoras e a sua viabilidade económica.

As 18 medidas estão enquadradas do seguinte modo:

Gráfico 33 – Plano de Descarbonização do Grupo EDA





Âmbito 1

- #6 Aumento da capacidade de produção geotérmica
- #7 Implementação de tecnologias para retenção de CO₂
- #8 Utilização de sistemas de armazenamento do excesso de produção renovável (*curtailment*), tais como: hídrica reversível, produção de hidrogénio, baterias térmicas, termoacumuladores, BESS, V2G, etc.
- #9 Desenvolvimento de sistemas de gestão otimizada do sistema elétrico, garantindo maior flexibilidade, maximização de penetração de renováveis e segurança do abastecimento
- #10 Modernização das redes elétricas, garantindo o aumento de capacidade de incorporação das energias renováveis



Âmbito 3

- #11 Incorporar critérios de sustentabilidade na aquisição de serviços (e.g. tipo de combustível utilizado pelas transportadoras)
- #12 Aplicação de metodologia de aquisição de bens e produtos o mais localmente possível



Outras

- #13 Incentivar o desenvolvimento de programas de mercado voluntário de carbono
- #14 Implementação de programas de sensibilização para a eletrificação do consumo doméstico
- #15 Implementação de programas de sensibilização e apoio da eletrificação do consumo de serviços e industrial
- #16 Desenvolvimento e incentivo à promoção da mobilidade elétrica inteligente (V2X)
- #17 Incentivo à criação de parcerias locais para a produção de biocombustíveis/combustíveis avançados
- #18 Apoiar o investimento em solar descentralizado

Apoiando a implementação do Plano de Descarbonização do Grupo, a EDA Renováveis define também metas específicas às características do seu negócio.

EDA Renováveis

A EDA Renováveis definiu como meta aumentar, até 2029, (face à produção de 2024):

64%	88%	1%	1 031%
da produção de energia geotérmica	de produção de energia eólica	de energia hídrica	de energia fotovoltaica

Para o período 2025/2029, a energia geotérmica apresentará um peso médio de 66% no *mix* de energia emitida pela EDA Renováveis, a eólica 22%, a hídrica 10% e a fotovoltaica 2% do total de energia produzida.

A operacionalização da Estratégia de Descarbonização prevê um grande investimento do Grupo EDA nas energias renováveis e em sistemas de armazenamento de energia, com o intuito de aumentar a penetração das energias renováveis no *mix* energético de cada ilha e diminuir o consumo de combustíveis fósseis.

A evolução do Grupo na maximização do uso e aproveitamento de energias renováveis na RAA tem vindo a ser conseguida com o contributo da implementação de sistemas de armazenamento de energia com baterias do tipo BESS em várias ilhas, que irão permitir, através de sistemas de monitorização e controlo avançados (EMS) combinados com previsões de cargas, de produção e climáticas, reduzir o *curtailment* dos ativos despacháveis (e.g., parque eólicos) e o número de grupos eletrogeradores nas centrais termoelétricas, atendendo que a reserva girante necessária para a estabilidade de cada sistema electroprodutor será assegurada pela BESS.

EDA Renováveis

Durante os próximos 5 anos, a EDA Renováveis vai investir, largamente, na instalação de potência renovável em todas as ilhas da RAA, com exceção da Graciosa. A empresa prevê o investimento na revitalização da Central Geotérmica da Ribeira Grande com um grupo gerador de 5 MW, na expansão da Central Geotérmica do Pico Vermelho em mais de 12 MW e na saturação da Central Geotérmica do Pico Alto até aos 3,5 MW. Além disso, tem um projeto de investigação, relacionado com o processo de captação de emissões da **exploração geotérmica** e a sua reinjeção no subsolo.

No que respeita à produção **eólica**, prevê reforços de potência em sete ilhas: em Santa Maria com uma potência total de 2,7 MW; São Miguel com mais 4,6 MW; Terceira com mais 4,6 MW; São Jorge com um total de 4,5 MW; Pico com um total de 6,9 MW; Flores com um total de 900 kW; e no Corvo, em fase de ligação à rede elétrica, a instalação de 700 kW de potência eólica.

Ao nível da **produção hidroelétrica**, concluiu a adaptação do projeto de aproveitamento hidroelétrico da Povoação que, dependendo das necessidades energéticas da ilha de São Miguel, permitirá instalar 1,1 MW de potência hídrica. Está ainda em fase de conclusão a adaptação do projeto de aproveitamento hidroelétrico da Ribeira do Guilherme, que permitirá, em caso de necessidade, instalar uma potência hídrica de 2,3 MW em São Miguel. Ocorreu também a conclusão do projeto-piloto de instalação de duas turbinas Vortex na ilha de São Miguel, que visam contribuir para a redução dos consumos auxiliares da Central Hidroelétrica dos Túneis e para avaliar a possibilidade de produção hídrica descentralizada em várias ilhas do arquipélago pelo uso de novas técnicas de produção. Encontra-se também em estudo a possibilidade de se realizarem alterações técnicas ao projeto de Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande, na ilha das Flores, que permitirá a instalação de uma potência de cerca de 1 MW.

Os **parques fotovoltaicos** nas ilhas de São Miguel (4 000 kW), Terceira (2 000 kW), São Jorge (1 000 kW), Pico (1 500 kW), Faial (1 500 kW) e Flores (400 kW) estão em fase de projeto, a par do processo de ampliação do parque fotovoltaico da ilha do Corvo com uma potência instalada de 150 kW. As ampliações dessas potências dependem de estudos de capacidade de integração de energias renováveis nos sistemas elétricos isolados de cada ilha, estando também a ser considerados os problemas associados e soluções

de armazenamento/conversão dessa energia num veículo energético, como é o caso do hidrogénio verde, um projeto que se encontra também em fase de estudo.

O Grupo EDA define ainda um **Plano Estratégico Plurianual de Investimentos**, ajustado periodicamente em função da conjuntura, indicadores técnicos e soluções tecnológicas, que coordena os investimentos em articulação com as decisões regulamentares e legais do setor. Aposta também na otimização da monitorização e despacho de energia durante 24h, na contratação de recursos humanos especializados na área e na criação de equipas de trabalho transversais a várias Direções. Além disso, implementou um despacho técnico-económico e está a desenvolver um modelo de monitorização para a implementação de um plano de transição suportado no **software Get2Zero**, que irá permitir a visualização do cenário de referência e de descarbonização, com a possibilidade de avaliar o impacto de diferentes dados de atividade na construção de cenários alternativos.

A EDA também desenvolve e participa em projetos-piloto para testar novas soluções ao nível das redes elétricas, como é o caso do **Projeto IANOS - Integrated Solutions for Decarbonisation and Smartification of Islands**, financiado pela União Europeia ao abrigo do programa H2020 e que conta com 35 parceiros de diversos países europeus, que visa testar soluções de descarbonização em ilhas que permitam compatibilizar o autoconsumo, reduzindo a fatura energética dos cidadãos, com uma gestão de sistemas elétricos de pequena dimensão e com elevada penetração de fontes renováveis de forma eficiente, segura e com qualidade, formando e capacitando, ao mesmo tempo, a população da RAA.

Outro projeto é o **EV4EU - Electric Vehicles Management for carbon neutrality in Europe**, desenvolvido no sentido do desenvolvimento de infraestruturas, sistemas e procedimentos que permitam explorar as oportunidades significativas que o V2X pode proporcionar no aumento da resiliência e flexibilidade da rede elétrica. A tecnologia V2X possibilita o aproveitamento das capacidades dos veículos elétricos como recursos de energia distribuída, fornecendo serviços auxiliares, como regulação de frequência, redução de picos de consumo e backup de emergência durante eventos de stress na rede. Além disso, facilita a integração de energia renovável, permitindo o armazenamento do excedente energético (curtailment) durante períodos de elevada produção renovável e a sua transferência para momentos de maior procura.

Para orientar a sua estratégia, Grupo EDA implementa uma **Política de Qualidade, Ambiente e Segurança**¹² que pressupõe medidas de atuação das alterações climáticas, ao nível da redução das emissões de GEE, relacionadas com a maximização da penetração de energias renováveis na RAA, com o objetivo de contribuir para a descarbonização e independência energética dos Açores.

¹² Política de Qualidade, Ambiente e Segurança individual por empresa, aplicável à EDA, GLOBALEDA e SEGMA.

4.1.2 Mitigação e adaptação às alterações climáticas

O Grupo EDA identifica os **principais riscos climáticos** para a sua atividade, através de uma análise detalhada do contexto externo, considerando as recomendações de divulgação da TCFD. A organização está empenhada em incorporar as recomendações da TCFD no seu modelo de *Governance* e em divulgar informações sobre os impactos financeiros relacionados com o clima, de acordo com as quatro áreas: *Governance*, Estratégia, Gestão de Risco, e Métricas e Metas.

No seu processo de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades, são aplicados os procedimentos internos de Gestão do Risco e de Gestão dos Aspetos Ambientais, através dos quais são identificadas todas as atividades desenvolvidas ou produtos que possam interagir negativamente ou positivamente com o ambiente, sendo que o levantamento das atividades deve considerar a perspetiva de ciclo de vida. Posteriormente, são identificados os aspetos ambientais (AA) ou riscos associados a essas atividades e classificados como ameaças (riscos) ou oportunidades neste âmbito, sendo raras as situações onde são identificados um ou mais impactes que possam provocar potenciais efeitos inesperados. No final, os AA e riscos são avaliados pela sua probabilidade de ocorrência e gravidade, que depende da natureza das consequências resultantes dos riscos, da quantidade ou expressão do risco na origem, do alcance dos efeitos do risco e do tempo correspondente à duração da ocorrência do efeito.

Neste processo, são ainda consideradas as avaliações de custos de produção de energia elétrica na RAA, as avaliações do esforço financeiro necessário para o reforço do sistema electroprodutor e das redes para satisfazer o aumento da procura descentralizada decorrente da eletrificação dos consumos, e as avaliações do esforço financeiro necessário à implementação de tecnologias de comunicação, tratamento de dados e gestão do sistema, em termos de equipamentos, plataformas digitais e recursos humanos.

Face ao tema das alterações climáticas, o Grupo EDA identifica riscos climáticos físicos, associados aos fenómenos extremos e agravamento do clima decorrentes das alterações climáticas, e riscos de transição relacionados com a mudança para uma economia de baixo carbono. Identifica também alguns impactos, bem como oportunidades associadas à gestão deste tema na organização, que estão dependentes de avanços tecnológicos, dos resultados de investigação, da mudança nos padrões de consumo e de alternativas viáveis e sustentáveis para as soluções energéticas atuais. Considerando a temática da transição energética, destaca-se, sobretudo, o risco de dificuldade de investimento e os constrangimentos tecnológicos que garantem a maximização da produção de energia renovável no abastecimento às 9 ilhas dos Açores.

No âmbito da Análise de Dupla Materialidade e do processo de identificação de riscos climáticos, o Grupo EDA define como principais impactos, riscos e oportunidades para o seu negócio:

Tabela 40 – Alterações climáticas e transição energética – impactos, riscos e oportunidades

Riscos climáticos físicos	Riscos crónicos	• Aumento da temperatura; • Alterações graduais nos padrões climáticos; • Pressão sobre recursos hídricos
	Riscos agudos	• Temperaturas extremas; • Tempestades e vento extremo; • Inundações e precipitação extrema; • Incêndios florestais.
Riscos climáticos de transição	Risco regulatório e legal	• Aumento da exposição a litígios ambientais; • Políticas e regulamentação de emissões e preço de carbono; • Alterações à regulamentação e taxas relativas às alterações climáticas.
	Risco de mercado	• Perda de receitas devido a novos concorrentes/competitividade do mercado, para a EDA Renováveis; • Aumento de custos de matérias-primas e alteração da dinâmica de mercado.
	Risco tecnológico	• Não seguimento/atraso na adoção de novas tecnologias; • Custo da inovação e tecnologias de baixo carbono; • Desvalorização/substituição de bens devido a obsolescência tecnológica.
	Risco reputacional	• Estigmatização do setor; • Alteração das preferências do consumidor; • Preocupações dos <i>stakeholders</i> relativamente ao caminho da empresa na transição climática.
Riscos de transição energética	• Dificuldade no investimento e constrangimentos tecnológicos que garantam a maximização de energia renovável no abastecimento às 9 ilhas da RAA;	
Impactos	• Redução das emissões de GEE; • Redução da dependência energética da RAA e aumento da segurança no abastecimento; • Alteração do paradigma da mobilidade na RAA; • Incentivo à definição de metas de descarbonização definidas ao nível governamental; • Dinamização e aumento da competitividade da economia local; • Capacitação da população sobre as alterações climáticas e transição energética; • Redução do poder de escolha de produtos devido à dificuldade na implementação de sistemas de controlo de consumos ajustados à produção de energia renovável, como por exemplo, sobre o tipo de veículos, que em algumas localidades terão de ser elétricos, dada a reduzida possibilidade de serem movidos a hidrogénio ou por outras tecnologias emergentes; • Redução da vulnerabilidade das ilhas a interrupções no fornecimento de energia causados por tempestades ou outros desastres naturais; • Impacte nas paisagens e possível interferência no fluxo migratório das aves, associados à energia eólica;	

	• Efeitos imprevisíveis nas comunidades locais.
Oportunidades	• Descarbonização da economia, nomeadamente ao nível da mobilidade elétrica na RAA; • As ilhas são laboratórios vivos para o desenvolvimento e teste de tecnologias inovadoras em energia renovável, armazenamento de energia e gestão inteligente da rede, fornecendo oportunidades para empresas internacionais e instituições de investigação; • Aumento do nível de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis; • Aumento do nível de faturação resultante do aumento dos consumos elétricos; • Melhor rentabilidade dos investimentos realizados através de uma gestão coordenada da produção e do consumo; • Cofinanciamento em projetos que inicialmente não seriam financeiramente viáveis, minimizando o risco financeiro e maximizando o retorno do investimento.

EDA Renováveis

Os riscos físicos relacionados com o clima requerem estratégias de adaptação para minimizar perdas económicas e aumentar a segurança dos equipamentos electroprodutores. Em 2022 e 2023, os danos provocados por **inundações e precipitação extremas** foram avultados em certos equipamentos e as perdas na produção hidroelétrica global aumentaram cerca de 10%. Neste ano, de 2024, os eventos de precipitação extrema foram reduzidos. Para prevenir estas consequências, a EDA Renováveis iniciou uma estratégia de corte de grandes árvores e substituição da cobertura do solo em determinadas zonas para minimizar o impacto de eventos de precipitação extrema nos equipamentos, na qual se inclui a plantação de espécies endémicas mais reduzidas, que melhor se adaptam às condições edafoclimáticas dos locais e que possuem uma maior capacidade de estabilização do solo.

Ao nível do risco associado a **tempestades e ventos extremos**, a análise das tendências da velocidade do vento, considerando vários cenários de aumento de temperatura, apontam para uma provável mudança no padrão da energia eólica disponível ao longo do ano. Esses resultados sugerem que a diminuição estará relacionada com uma pequena mudança no padrão da circulação geral, devido a um deslocamento para norte da corrente jato e, consequentemente, das trajetórias da frente polar. As projeções climáticas apontam para uma diminuição na densidade de energia eólica na RAA na ordem dos 15% até o final do século e, em meses, poderá chegar aos 75%.

Relativamente à produção geotérmica, associada a máquinas térmicas, o **aumento da temperatura média do ar** traduz-se numa redução da produção geotérmica que se estima ser entre 0,5% e 2% até ao final do século, tendo em conta os vários cenários de aumento de temperatura. No entanto, nesse período de tempo longo, a melhoria na eficiência das máquinas térmicas poderá compensar essas perdas que não são consideráveis. Por outro lado, verificar-se-á a necessidade de se aumentar o arrefecimento dos equipamentos hidroelétricos, o que leva a um aumento dos consumos de energia nesses equipamentos entre 2,5% a 6%.

Embora as projeções climáticas possam ser desfavoráveis para a exploração de energia geotérmica, hidroelétrica e eólica, são, no entanto, favoráveis no caso da energia fotovoltaica, para a qual se prevê, tendo em conta os vários cenários, aumentos de produção até 2% ao ano, podendo chegar a 7% no mês

de agosto em resultado do aumento da irradiância. Não obstante, existem riscos físicos relacionados com ventos fortes que podem provocar danos nos parques fotovoltaicos.

A EDA Renováveis verifica, assim, uma necessidade crescente em apostar na resiliência das infraestruturas a eventos meteorológicos extremos e no desenvolvimento de medidas de adaptação e planos de emergência. A monitorização contínua dos equipamentos e dos diferentes cenários de alterações de padrões climáticos, juntamente com a análise de desastres passados e da vulnerabilidade nos sistemas e infraestruturas, são aspetos relevantes a ter em conta neste processo.

Em 2024 foi aprovado pelo Conselho de Administração o Plano de Gestão de Riscos nos Equipamentos Hidroelétricos dos Açores e Medidas de Adaptação às Alterações Climáticas.

O aumento do nível de exigência dos consumidores e da dependência pela eletricidade, aliado ao agravamento das alterações climáticas, implica um permanente esforço de investimento e de melhoria dos sistemas elétricos, não só em termos de eficiência energética, expansão da rede e aumento da produção renovável, como também da segurança de abastecimento e qualidade do serviço prestado. De forma a tornar o seu modelo de negócio mais robusto e resiliente, o Grupo EDA investe em medidas de mitigação das alterações climáticas, que visam reduzir as emissões de GEE e promover a transição energética, e em medidas de adaptação às alterações climáticas, direcionadas para aumentar a resiliência das infraestruturas às consequências do agravamento das alterações climáticas:

- **Medidas de mitigação**

- Diversificação do *mix* energético nas várias ilhas e aumento da capacidade instalada de produção de energia elétrica a partir de diversas fontes renováveis;
- Integração da produção de energia renovável, com o objetivo de aumentar a produção de energia eólica, geotérmica e hídrica;
- Construção de novos centros produtores e ampliação de instalações existentes;
- Reforço e expansão das redes de transporte e distribuição;
- Sistemas de armazenamento de resposta rápida e conversão de energia para compensar variações na produção intermitente das fontes renováveis, como a eólica e fotovoltaica (e.g., BESS, hídrica reversível e produção de hidrogénio), garantindo uma oferta mais estável e flexível de eletricidade por ilha e o controlo da qualidade de energia, diversificando os produtos energéticos, e fomentando o envolvimento com fornecedores e instituições tecnológicas e a partilha de conhecimento;
- Implementação de sistemas inteligentes de gestão de energia, como “*Energy Management System*” e contadores inteligentes, para um controlo mais eficiente e a otimização dos fluxos energéticos, adaptando a oferta à procura;
- Aumento do uso de combustíveis alternativos nas centrais térmicas.

- **Medidas de adaptação**

- Escolha de materiais e conceção de redes adaptadas aos condicionalismos climáticos e dos ecossistemas;
- Recursos a sistema de previsão e monitorização climática;
- Garantia da redundância no fornecimento energético através da aplicação de cenários de garantia de abastecimento;
- Investimentos ao nível da robustez operacional da rede, através da criação de alternativas de abastecimento, da adoção de novos requisitos técnicos, da aposta em soluções inovadoras e do aumento da resiliência das linhas elétricas e postos de transformação a condições adversas.

O Grupo procura também desenvolver parcerias estratégicas em prol da investigação, da inovação tecnológica e do financiamento de projetos sustentáveis. A nível regional, em conjunto com outras entidades regionais, encontra-se a implementar diversas ações no âmbito do projeto **LIFE IP CLIMAZ**, enquadrado no PRAC, cujo objetivo é assegurar a implementação de diretrizes-chave específicas e transversais de adaptação e mitigação das alterações climáticas nos Açores, permitindo, simultaneamente, promover a investigação e o desenvolvimento de soluções e partilhar conhecimentos técnicos e de gestão entre diferentes projetos e organizações. No que se refere à segurança do abastecimento, a EDA e a EDA Renováveis participam no **RethinkAction - Climate Action in Azores** para o estudo da melhoria da resiliência das infraestruturas energéticas. O projeto pretende colocar os cidadãos e decisores no centro da ação contra as alterações climáticas, desenvolvendo uma plataforma interdisciplinar, adaptada às necessidades dos utilizadores finais, para fornecer informações claras e úteis.

EDA Renováveis

A EDA Renováveis implementa uma política de conformidade regulatória que assegura o cumprimento de todas as leis, regulamentos e normas aplicáveis relacionadas com a exploração e monitorização dos recursos naturais, garantindo uma operação de forma ética e legal.

A empresa está também a implementar uma política de eficiência energética para reduzir o consumo de energia em determinados equipamentos, a rever práticas e a substituir tecnologias antigas por outras mais eficientes. Além disso, aposta na elaboração de projetos-piloto que visam o aproveitamento de novas tecnologias, produtos e serviços que contribuam para a transição energética e para a redução das emissões de dióxido de carbono.

Entre 2025 e 2029, a EDA Renováveis prevê um investimento total de cerca de 151 milhões de euros em medidas de mitigação e adaptação das alterações climáticas.

A organização procura, desta forma, ultrapassar os diversos desafios e oportunidades da transição energética, definindo estratégias diversificadas e equilibradas que consideram os riscos associados

aos investimentos em energia renovável e medidas para os mitigar, alinhando a sua estratégia e modelo de negócio com os objetivos de sustentabilidade e rentabilidade a longo prazo.

Embora o Grupo EDA ainda não identifique formalmente os efeitos financeiros previstos nos riscos materiais físicos e de transição relacionados com o clima, está empenhado em divulgar estas informações futuramente, em linha com as recomendações da TCFD. A organização identifica, no entanto, que existem elevados custos associados ao investimento, devido à emergência da sua execução, à inovação das soluções baseadas em tecnologias de ponta, à elevada procura dos equipamentos e à escassez de matérias-primas.

4.1.3 Emissões de gases com efeito de estufa

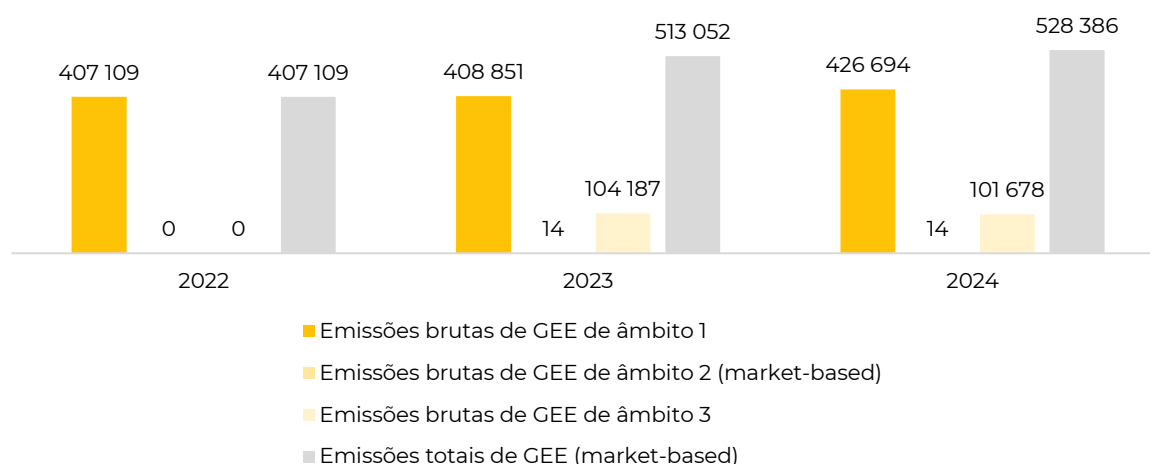
O setor energético tem um impacto elevado na geração de emissões de GEE a nível global. Conscientes da sua responsabilidade neste contexto, o Grupo EDA preocupa-se em monitorizar a sua pegada de carbono e em implementar medidas para a descarbonização da sua atividade. Para além de reportar as suas emissões no Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), um mecanismo de regulação das emissões de GEE que abrange quatro centrais termoelétricas da empresa EDA, procura também aumentar a produção de energias renováveis no seu *mix* energético e melhorar a sua eficiência ambiental. As suas emissões de GEE estão organizadas em cinco áreas de atividade:

Produção Emissões resultantes, na sua grande maioria, da queima de combustíveis fósseis (fuelóleo, gasóleo) nas centrais termoelétricas. Estas emissões são já reportadas anualmente no âmbito do CELE para quatro das nove centrais térmicas.	Frota As emissões associadas à frota correspondem sobretudo ao consumo de gasolina e gasóleo.	Serviços de apoio As emissões dos serviços de apoio são variadas. Incluem emissões referentes ao tratamento de resíduos (industriais perigosos e banais), emissões de outras fontes (consumo de gasóleo e gasolina em empilhadores, motosserras e geradores móveis), consumo de energia elétrica nos edifícios administrativos e técnicos (o consumo de energia elétrica nas centrais é considerado consumo próprio e já está a ser contabilizado nas emissões de produção), emissões fugitivas resultantes do uso de gases refrigerantes usados em edifícios de serviços e instalações técnicas, e emissões resultantes do tratamento de efluentes líquidos.
Transportes Corresponde a emissões a montante e a jusante da atividade principal das centrais. São consideradas emissões resultantes do transporte de combustíveis e lubrificantes (via marítima e terrestre) entre o continente e as centrais, e emissões resultantes do transporte de resíduos para o continente, decorrentes da atividade da empresa. São também consideradas as viagens de negócios por via aérea.	Transporte e distribuição de energia Estão associadas a emissões fugitivas resultantes do uso de refrigerantes usados em equipamentos de alta e média tensão (hexafluoreto de enxofre-SF6) e ainda emissões decorrentes das perdas associadas ao transporte e distribuição da eletricidade consumida da rede.	

Em 2023, o Grupo EDA iniciou um processo de melhoria da metodologia de análise da sua pegada de carbono, com o propósito de robustecer a estratégia de descarbonização do Grupo, processo que continuou em 2024, observando-se, já este ano, evoluções ao nível do cálculo de alguns indicadores, inclusive nas categorias de emissões de âmbito 3.

Fruto desta análise, em 2024, foram contabilizadas **528 386 tCO₂e de emissões totais (market-based)**, um aumento de 3,0% face ao ano passado, sendo que **80,8% se deve a emissões de âmbito 1 e 19,2% ao âmbito 3**, com as emissões de âmbito 2 a totalizarem um valor mais reduzido, fruto das características do negócio do Grupo EDA.¹³

Gráfico 34 – Emissões brutas de GEE do Grupo EDA (tCO₂e)



Considerando a totalidade das emissões em 2024, o Grupo EDA contabiliza 0,002 tCO₂e/€ de intensidade de emissões de GEE (*market-based*), valor praticamente constante desde 2023, considerando cerca de 275 milhões de euros de receitas líquidas consolidadas no ano.

Relativamente às emissões de âmbito 1, a EDA é responsável pela totalidade das emissões derivadas da combustão em equipamentos estacionários, uma vez que as restantes empresas não possuem este tipo de equipamentos. A EDA Renováveis é a única empresa que produz emissões de processo, derivadas da exploração das fontes geotérmicas. Os campos geotérmicos, normalmente localizados em regiões vulcanicamente ativas, possuem naturalmente taxas de elevado fluxo de dióxido de carbono e outros gases vulcânicos, como é o caso do campo geotérmico da Ribeira Grande, situado no complexo vulcânico do Fogo. Neste, considera-se que os poços geotérmicos funcionam como pontos privilegiados de condução de fluido geotérmico e, conseqüentemente, dos gases não condensáveis, acelerando um processo que ocorre naturalmente e de modo contínuo através da desgaseificação difusa ou das fumarolas. Assim, classificar as emissões como antrópicas pode enfermar num erro que resulta de lacunas de conhecimento. Todas as empresas do Grupo EDA

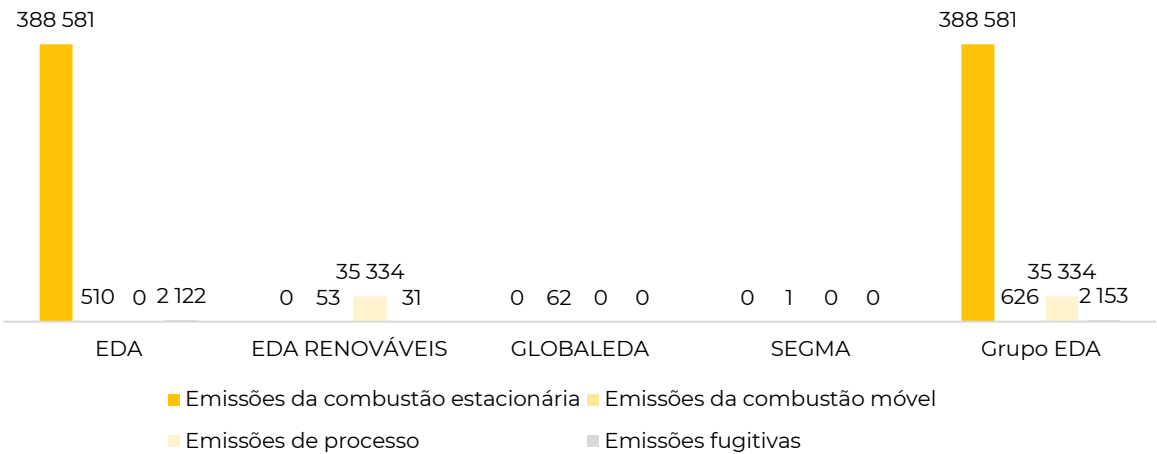
¹³ Não foi possível obter informação sobre as emissões de âmbito 2 e 3 para 2022.

contribuem para as emissões de combustão móvel, sendo a EDA contribui com a maioria. Em relação às emissões fugitivas apenas as empresas EDA e EDA Renováveis são responsáveis pela emissão.¹⁴

Em 2024, o Grupo EDA emitiu 426 694 tCO₂e de âmbito 1, um aumento de 4,4% face a 2023, devido principalmente às emissões da combustão estacionária. Não obstante, observa-se este ano uma redução mais acentuada das emissões fugitivas, devido à substituição de comutadores elétricos da EDA, responsáveis por fugas de SF₆, por novos equipamentos. Ainda assim, este ano a EDA Renováveis registou emissões fugitivas pela primeira vez, devido à deteção de uma fuga de SF₆ e uma fuga de gás refrigerante (AVAC) em 2 equipamentos, situação que não ocorreu em 2023.

Do total de emissões de âmbito 1, os equipamentos estacionários são responsáveis por 91,1% dessas emissões, seguindo-se das emissões de processo (8,3%), fugitivas (0,5%) e da combustão em equipamentos móveis (0,1%). Deste total de emissões de âmbito 1, 80,4% estão associadas às Centrais Termoelétricas abrangidas pelo CELE, correspondendo a 343 234 tCO₂e.

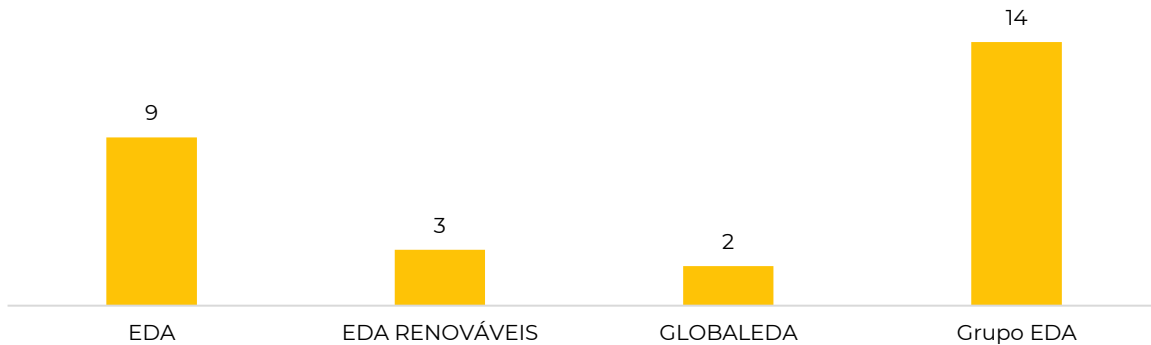
Gráfico 35 – Emissões brutas de GEE de âmbito 1 (tCO₂e)



Para o âmbito 2, o Grupo EDA contabilizou 14 tCO₂e em 2024 (market-based), valor praticamente constante desde o ano passado, sendo 63,8% derivadas da EDA.¹⁵ As emissões de âmbito 2 da EDA integram também as emissões da SEGMA, por estarem sediadas nos mesmos edifícios.

¹⁴ À data de publicação do relatório, não foi possível obter informação sobre emissões fugitivas para a SEGMA. A empresa não possui emissões derivadas da combustão em equipamentos estacionários, nem de processo.

¹⁵ À data de publicação do relatório, estas emissões incluem o consumo de eletricidade a partir dos RSU na ilha Terceira, tendo em conta os consumos de energia da rede por parte da EDA, EDA Renováveis e Globaleda no *mix* energético da ilha e o consumo de eletricidade a partir dos RSU, Cogeração fóssil e Gás Natural da delegação da Globaleda em Lisboa no *mix* energético do respetivo comercializador.

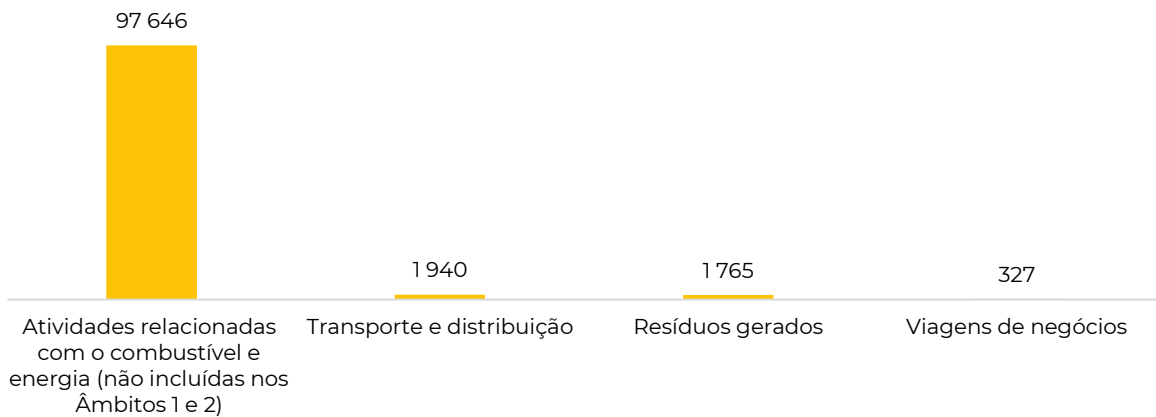
Gráfico 36 – Emissões brutas de GEE de âmbito 2 (tCO₂e)

Relativamente ao **âmbito 3**, em 2023 foi iniciada uma análise das emissões, que se manteve em 2024, associadas a algumas categorias significativas para o Grupo EDA e de outras para as quais a organização detinha informação, nomeadamente¹⁶:

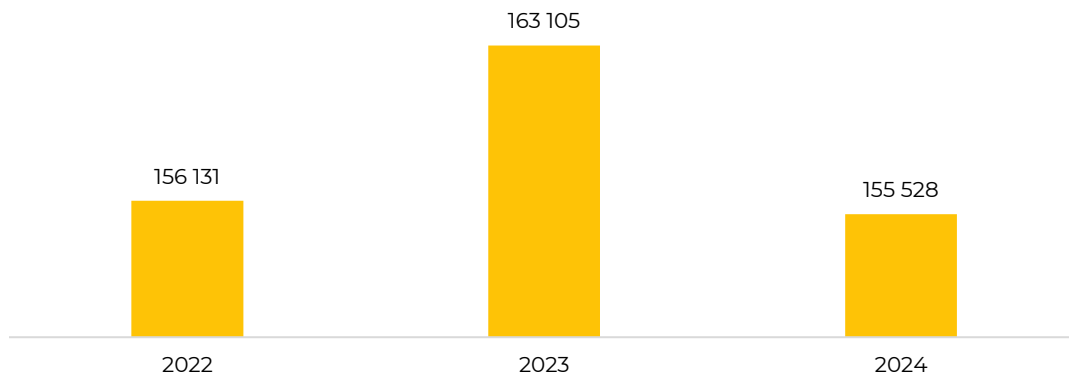
- Categoria 3) Atividades relacionadas com o combustível e energia (não incluídas nos âmbitos 1 e 2);
- Categoria 4) Transporte e distribuição de combustíveis e resíduos;
- Categoria 5) Resíduos gerados;
- Categoria 6) Viagens de negócios.

Com base na análise destas categorias, o Grupo EDA contabilizou **101 678 tCO₂e para âmbito 3 em 2024**, uma redução de 2,4% face a 2023, sendo a categoria 3 a que representa um maior peso (96,0%), seguindo-se das categorias 4 (1,9%), 5 (1,7%) e 6 (0,3%). De destacar a redução acentuada das emissões da categoria 5, derivada da diminuição da produção de resíduos perigosos, um dos objetivos das Centrais no âmbito do Sistema de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança, e ainda o aumento das emissões da categoria 6, devido ao aumento das deslocações em viagens de negócio este ano.

¹⁶ À data de publicação do relatório, para a categoria 4 apenas existe informação disponível para a EDA. A categoria 6 inclui as quatro empresas. As categorias 9 (Transporte e distribuição a jusante), 10 (Transformação de produtos vendidos) e 14 (*Franchises*) não são aplicáveis ao Grupo EDA. As restantes categorias não foram analisadas à data do presente relatório.

Gráfico 37 – Emissões brutas de GEE de âmbito 3 (tCO₂e)

Com a introdução das energias renováveis no *mix* energético da RAA, **foi possível evitar a emissão de 155 528 tCO₂e**, uma ligeira diminuição de 4,6% face a 2023.

Gráfico 38 – Emissões de GEE evitadas (tCO₂e)

4.2 Eficiência Energética e de Recursos

O aumento do preço da energia elétrica verificado nos últimos anos e a implementação do programa de incentivos Solenerge, têm vindo a intensificar a disseminação da produção de energia para autoconsumo. Tal traduz-se num aumento da eficiência energética ao nível do sistema elétrico, pelo facto de parte do consumo passar a ser abastecido por produção local a partir de fontes renováveis, diminuindo as perdas na produção térmica e no trânsito de energia na rede elétrica até ao consumidor final. Existirá também um ganho de eficiência energética pela eletrificação dos consumos domésticos e industriais, substituindo-se, assim, outras fontes de energia. No entanto, o ganho de eficiência energética pela eletrificação dos consumos, leva à necessidade de aumentar a produção de energia elétrica, podendo obrigar a novos investimentos ao nível das redes e da produção térmica para garantir o abastecimento. Como tal, o ganho de eficiência energética pela

eletrificação dos consumos deve ser acompanhado de uma aposta na eficiência energética das infraestruturas e equipamentos elétricos e da produção local, para que o aumento do consumo não coloque em risco a capacidade de abastecimento do sistema elétrico.

A estratégia do Grupo EDA assenta nos três pilares ESG, sendo o pilar ambiental influenciado significativamente pela aposta na eficiência energética, que contribui para a redução do consumo de recursos e das emissões de GEE. A preocupação com a sustentabilidade do negócio a longo prazo reconhece a interdependência entre as operações e o ambiente, tornando a eficiência energética uma prioridade.

A eficiência energética impacta todas as fases do modelo de negócio do Grupo EDA: (i) na produção otimiza o uso de combustíveis e recursos; (ii) no transporte e distribuição reduz perdas na rede; (iii) e na comercialização influencia o consumo dos clientes, podendo gerar novas oportunidades de serviços. A implementação de medidas de eficiência energética, embora possa exigir investimentos iniciais por vezes elevados, a longo prazo contribui para a redução dos custos operacionais e para a melhoria da competitividade do Grupo.

A estratégia de eficiência energética do Grupo EDA está alinhada com o quadro jurídico nesta matéria (Diretiva n.º 2012/27/EU), que pressupõe uma economia de baixo carbono competitiva. Esta estratégia integra medidas dirigidas à certificação energética dos edifícios, planos de ação para a promoção da melhoria do desempenho energético dos edifícios, frotas de transporte e da iluminação pública, utilização racional de energia, práticas de informação por parte dos operadores e comercializadores, desenvolvimento de projetos-piloto para a aplicação de novas tecnologias/produtos/serviços mais eficientes, monitorização contínua de indicadores de desempenho e realização de auditorias energéticas aos consumos das instalações.

A definição da estratégia considera, por isso, uma análise de impactos, riscos e oportunidades relacionados com a eficiência energética, com o intuito de maximizar os benefícios económicos e mitigar os riscos, influenciando a definição de planos de ação.

Tabela 41 – Eficiência energética e de recursos – impactos, riscos e oportunidades

Impactos	• Redução de emissões de GEE; • Melhoria do aproveitamento dos recursos; • Possibilidade de substituição de equipamentos existentes e em bom funcionamento; • Redução de custos diretos na fatura de eletricidade para os clientes.
Riscos	• Dificuldade em implementar medidas e tecnologias que visem a otimização do consumo de energia nas suas instalações e processos produtivos.
Oportunidades	• Renovação do parque de luminárias e melhoria dos índices de eficiência luminotécnica; • Redução dos custos e do consumo energético das operações; • Potenciar o consumo de energia nos períodos de menor consumo, através do aumento da utilização de veículos elétricos com carregamentos “geridos” por uma rede inteligente; • Implementação do programa de incentivos Solenerge;

	• Surgimento e evolução de novas tecnologias que permitirão uma maior monitorização e gestão integrada do consumo e da produção local; • Aumento da resiliência dos “ecossistemas elétricos” insulares; • Melhoria da reputação da empresa; • Contribuição para os objetivos de política energética, ao nível da redução da dependência externa para o abastecimento de energia; • Aumento dos proveitos e resultados do Grupo EDA; • Redução de perdas na rede e consequente redução no consumo de combustíveis; • Redução de intervenções de manutenção em viaturas e de intervenções de manutenção preventiva e curativa na rede IP.
--	---

Grupo EDA

No Grupo EDA, o processo de avaliação dos impactos da eficiência energética ao nível da produção e do autoconsumo dos sistemas auxiliares, passa pela análise sistemática dos consumos de cada equipamento e do potencial de aproveitamento dos recursos naturais, com uma periodicidade mínima mensal. Nessa análise, é possível identificar perdas de recurso que resultam da ineficiência dos centros produtores ou do excesso de consumos, que podem estar associados à deterioração de equipamentos.

A identificação de riscos e oportunidades passa, assim, por uma monitorização contínua das produções e consumos, pela definição e análise de indicadores de desempenho e por uma análise de causa/raiz na identificação de perdas de recurso e excesso de consumos, para que se possam determinar os motivos das perdas. Este processo envolve a investigação de falhas de equipamentos, de práticas operacionais inadequadas ou outras questões relacionadas com os processos de produção e consumo de energia.

A definição de objetivos de promoção da eficiência energética e monitorização dos consumos energéticos das instalações é feita de acordo com os critérios definidos no Decreto-lei nº 68-A, de 30 de abril de 2015. Neste sentido, são desenvolvidas auditorias de forma a se caracterizar energeticamente as várias instalações e respetivos setores e equipamentos, com o objetivo de se quantificarem os consumos energéticos e respetivos custos. Nas auditorias, são também identificadas situações de desperdício de energia, definindo-se soluções para as anomalias detetadas, com a finalidade de se reduzirem as perdas sem afetar a produção, isto é, economizar energia através do seu uso mais eficiente. Esta caracterização permite a determinação de rácios que serão tomados como referência para a redução do consumo energético, nomeadamente ao interligar o consumo energético com a produção (consumo específico) e/ou o nível de funcionamento da instalação.

Em 2024, iniciou-se uma auditoria energética a um conjunto de instalações da EDA, com o objetivo de se caracterizarem os consumos energéticos, de acordo com o Decreto-lei referido acima, e avaliar a eficácia das medidas implementadas nos últimos 4 anos. Desta auditoria irá também resultar um conjunto de novas ações que visam a melhoraria da eficiência energética global.

No plano de investimento do Grupo EDA, e nos planos de gestão das instalações abrangidas pelo SGQAS, são inseridas ações de melhoria da eficiência energética, algumas provenientes das primeiras auditorias energéticas efetuadas (e.g., mudança de iluminação, isolamento dos tanques de receção

de fuelóleo, deteção e correção de fugas de ar comprimido, entre outras). O Grupo realiza um estudo da viabilidade destas ações, que inclui a estimativa dos custos de aquisição e de exploração para análise da relação benefício-investimento, estando algumas destas ações já implementadas.

As medidas ainda em curso ou planeadas consideram a oferta de serviços e produtos sustentáveis a clientes, que contribuem para um maior nível de descarbonização, eficiência e sustentabilidade da comunidade açoriana. Para além das medidas mencionadas no capítulo 4.1 Alterações Climáticas e Transição Energética, destaca-se:

- Disseminação da mobilidade elétrica, incluindo o desenvolvimento, implantação e operação de postos de carregamento e infraestruturas associadas;
- Desenvolvimento de campanhas junto dos clientes e de projetos que promovam as energias renováveis e aumentem a eficiência energética nos edifícios, incluindo a adoção de bombas de calor elétricas, esquentadores elétricos e medidores inteligentes;
- Renovação do parque de luminárias da rede de iluminação pública (IP) com tecnologias mais eficientes, nomeadamente através da substituição de lâmpadas de vapor de sódio por tecnologia LED;
- Instalação de sensores para equipamentos de aquecimento de água (em residências) e sensores para carregamento inteligente de veículos (em áreas públicas);
- Desenvolvimento e implantação de estações de hidrogénio hipocarbónicas e infraestruturas associadas;
- Substituição gradual de viaturas a combustão por veículos elétricos.

EDA Renováveis

Embora a implementação de medidas de eficiência energética possa exigir grandes investimentos iniciais, a redução dos autoconsumos associados aos sistemas auxiliares dos diversos equipamentos electroprodutores, especialmente os relacionados com a produção hidroelétrica e eólica, tem um impacto positivo na atividade da empresa.

A EDA Renováveis avalia a necessidade de integração de sistemas de armazenamento e gestão de energia, a substituição de equipamentos por outros mais eficientes e acompanha a inovação tecnológica atual, em parceria com a EDA. Ao nível dos equipamentos hidroelétricos, a empresa deixou de iluminar as centrais hidroelétricas durante os períodos noturnos, em resultado de uma avaliação dos impactos da ausência desta iluminação na segurança das operações e na vulnerabilidade dos edifícios a práticas ilícitas.

Em 2024, a EDA Renováveis investiu na substituição do SCADA da central hídrica do Varadouro, na ilha do Faial, e na instalação de micro geração hidroelétrica na central hídrica dos Túneis, aproveitando o potencial energético na zona de restituição da água. A instalação do novo SCADA permitiu otimizar a produção hidroelétrica na ilha, melhorando a gestão do recurso hídrico disponível e aumentando a fiabilidade do sistema, tanto a nível de disponibilidade como de otimização, o que se refletiu num aumento da produção hidroelétrica. Concluiu-se este ano o projeto das Turbinas Vortex na Central Hidroelétrica dos Túneis que

permitirá reduzir os gastos energéticos dos serviços auxiliares da central. Esse sistema também se constitui um projeto piloto para avaliar a produção descentralizada de energia hídrica nos Açores.

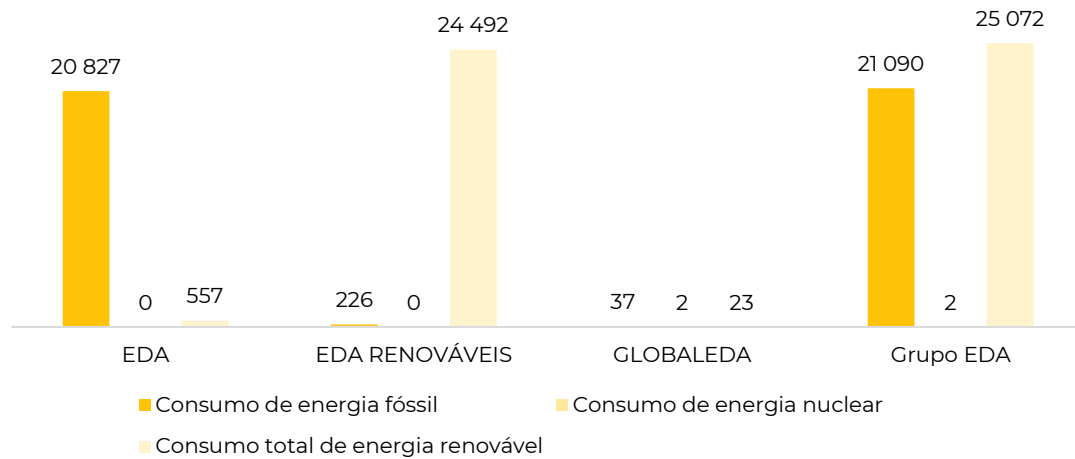
A instalação dos painéis solares nas três centrais hídricas da ilha Terceira permitiu, ainda, um decréscimo do consumo energético destas instalações em cerca de 45%, durante o ano de 2024, em mais de metade face aos anos anteriores. A EDA Renováveis pretende continuar a instalar painéis fotovoltaicos nos telhados das centrais hidroelétricas, especialmente as que estão sujeitas a períodos de maior incidência solar, e continua a apostar na substituição da iluminação atual por tecnologia LED mais eficiente.

Ao nível da digitalização, o Grupo EDA pretende continuar a avançar com diversos projetos, como: (i) a criação de uma entidade de *data Governance* para promover uma gestão mais integrada dos dados da empresa; (ii) a elaboração de processos para aferir a consistência dos dados e atribuir responsabilidades às diversas estruturas na recolha e gestão dos mesmos; (iii) o desenvolvimento dos sistemas de SCADA e de telecontagem, de modo a facilitar a verificação da coerência e consolidação dos dados registados, ao nível da *data Governance*, permitindo a consulta, análise e utilização correta dos mesmos; (iv) e o aumento da digitalização das redes de distribuição, em MT e BT, otimizando a monitorização, operação da rede e interação com os clientes. Estas medidas, para além de melhorarem a gestão das redes e de dados fiáveis e estruturados em tempo real, também irão permitir identificar áreas de desperdício e ineficiência energética, melhorar a qualidade e confiabilidade do fornecimento elétrico e otimizar a utilização dos ativos do Grupo e de outros intervenientes no sistema.

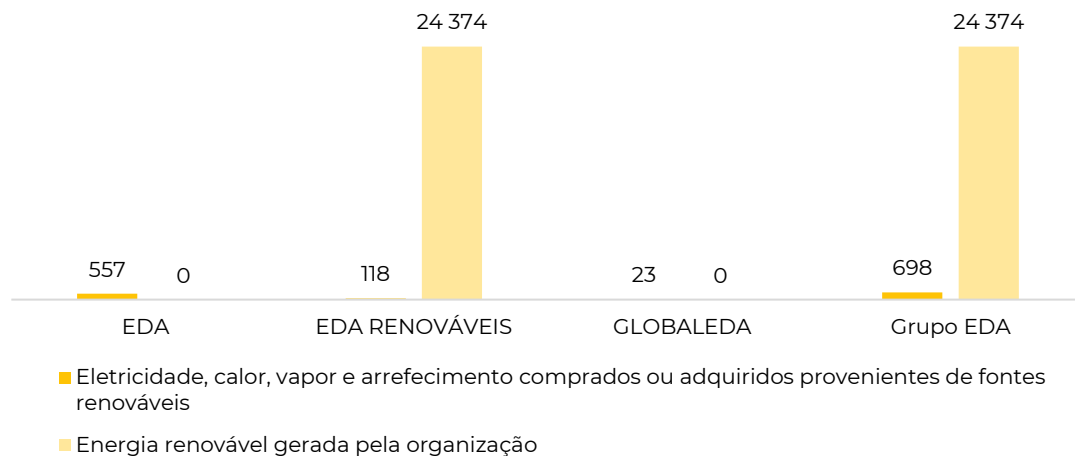
O Grupo EDA explora diretamente os sistemas electroprodutores que garantem o regular abastecimento de energia elétrica na RAA, sendo constituídos por 9 centrais termoelétricas (5 alimentadas a gásóleo e 4 a fuelóleo), 3 centrais geotérmicas, 7 parques eólicos, 12 centrais hidroelétricas e 2 parques fotovoltaicos. Nestas instalações electroprodutoras, é ainda consumida energia elétrica para o seu funcionamento. **Em 2024, a EDA e a EDA Renováveis emitiram para a rede 827 429 MWh de energia**, um aumento de 3,2% relativamente ao ano passado.

Ao nível do Grupo EDA, este ano foram consumidos 46 163 MWh de energia, um aumento de 1,6% face a 2023, devido principalmente aos consumos das atividades da EDA e EDA Renováveis (atividades em setores de elevado impacto). Devido às características da sua atividade, a EDA é a que consome uma maior quantidade de combustíveis fósseis (20 827 MWh), nomeadamente gásóleo e fuelóleo para alimentar as centrais termoelétricas. Já a EDA Renováveis é a que consome uma maior quantidade de energia renovável nas suas atividades (24 492 MWh).¹⁷

¹⁷ À data de publicação do relatório, não foi possível recolher informação sobre o consumo de fontes fósseis e da aquisição de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento para a SEGMA. A empresa não consome energia nuclear, combustíveis de fontes renováveis, nem produz energia renovável. Como tal, não se encontra representada nos gráficos.

Gráfico 39 – Consumo total de energia em 2024 (MWh)

Dentro do consumo total de energia renovável (25 072 MWh), que representa 54,3% de toda a energia consumida, 97,2% corresponde a energia renovável gerada pela EDA Renováveis. Os restantes 2,8% correspondem à aquisição de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento provenientes de fontes renováveis.

Gráfico 40 – Consumo de energia renovável em 2024 (MWh)

Para a totalidade do consumo energético em 2024, o Grupo EDA contabiliza 0,0002 MWh/€ de intensidade energética, valor praticamente constante face a 2023, considerando cerca de 275 milhões de euros de receitas líquidas no ano.

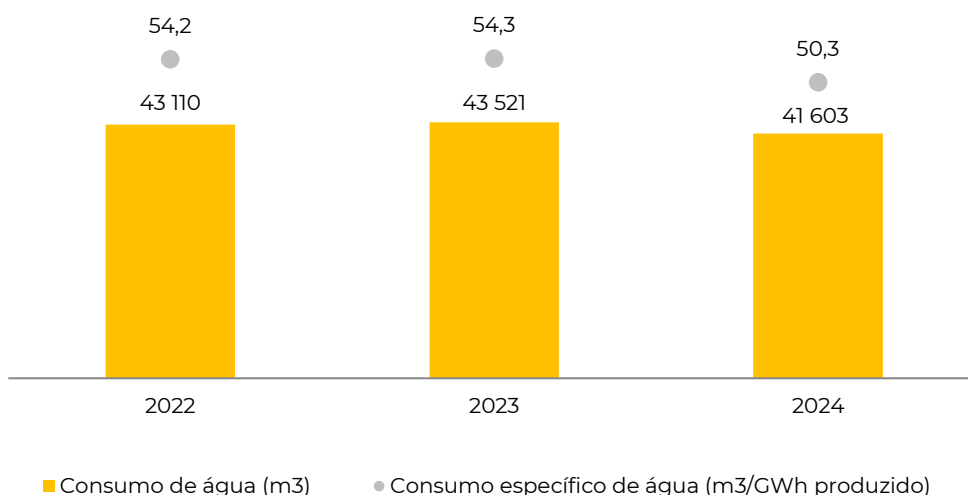
4.2.1 Gestão da água

A água é um recurso essencial para as atividades do Grupo EDA, particularmente para as centrais hidroelétricas, geotérmicas e termoelétricas. Nas instalações de produção geotérmica da EDA

Renováveis, a água de processo é o fluido geotérmico, que é captado nos poços de produção e devolvido na sua totalidade para o interior do reservatório geotérmico, em profundidade, através dos poços de injeção. No consumo de água da EDA Renováveis, a única característica alterada é a temperatura, sendo esta monitorizada de acordo com as orientações da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) decorrentes das entidades oficiais.

Nas instalações de produção hídrica da EDA Renováveis, o volume de água utilizado é substancialmente superior aos das restantes instalações, contudo, uma vez que o uso se resume à sua contenção, não existem alterações nas suas características qualitativas. Nas ilhas de São Miguel e Flores, a taxa de uso da água disponível é superior às restantes ilhas, devido a uma maior presença de produção hidroelétrica. Refira-se que nas centrais hidroelétricas, a água é usada para gerar energia através de turbinas, mas não é consumida no sentido estrito — ela é contida temporariamente, direcionada, e depois devolvida ao curso de água, com características físico-químicas praticamente inalteradas. O único impacto potencial é na velocidade do fluxo, ou no regime hidrológico. A produção hídrica não consome água por se tratar de “non-consumptive use”. Aqui o termo “consumo” tem um sentido mais amplo, contábil ou estatístico que se prende com o volume turbinado. Nas instalações de produção termoelétrica, não houve reutilização e reciclagem de água.

Gráfico 41 – Consumo de água nas centrais termoelétricas do Grupo EDA¹⁸

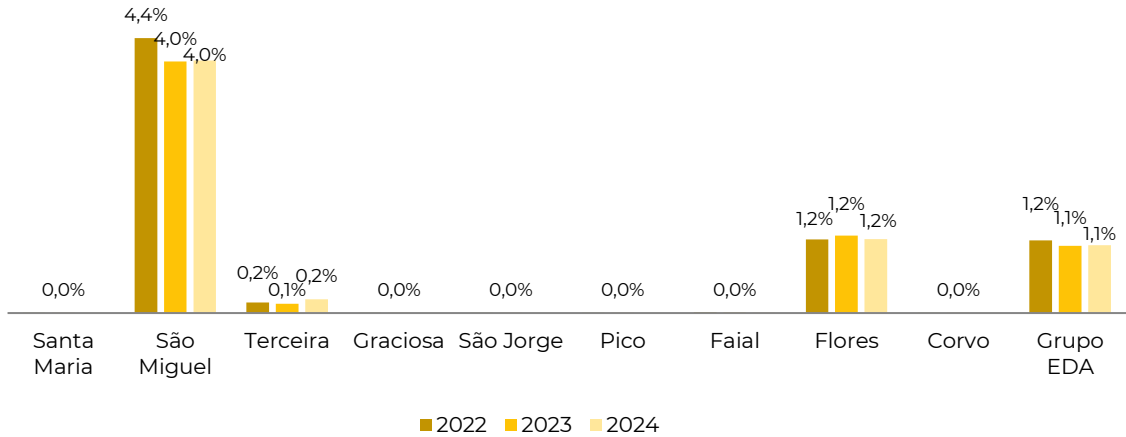


Em 2024, o Grupo EDA consumiu cerca de 41 603 m³ de água, uma redução de 4,4% face ao ano passado, perfazendo um consumo específico de 50,3 m³/GWh, que também reduziu em 7,4% face a 2023. Contudo, apesar do elevado volume de água utilizada nas instalações da organização nas várias ilhas, o seu impacte no ambiente é reduzido, considerando a quantidade de água disponível nos

¹⁸ Valores do Grupo EDA incluem a EDA e EDA Renováveis. A água disponível inclui água superficial e água subterrânea explorável. A água disponível nas ilhas Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial e Corvo é inferior a 0,0001%. Informação sobre disponibilidade hídrica das ilhas disponível no Portal do Estado do Ambiente dos Açores (<http://rea.azores.gov.pt>).

lençóis freáticos, i.e., o Grupo EDA utiliza apenas um volume correspondente a 1,1% da água disponível na RAA.

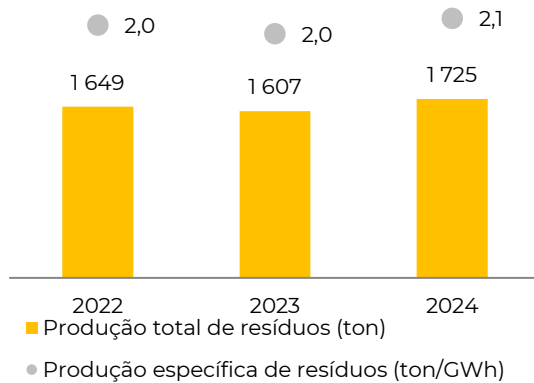
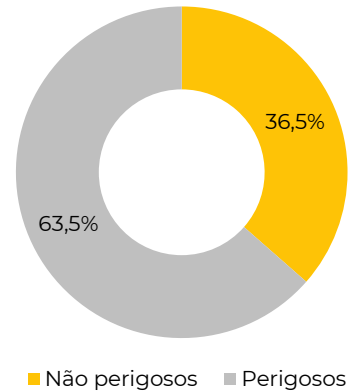
Gráfico 42 – Relação entre o uso da água pelo Grupo EDA e a quantidade de água disponível nas ilhas da RAA¹⁸



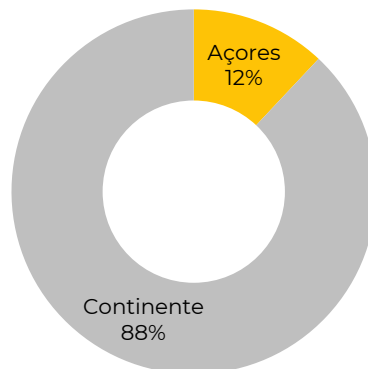
4.3 Gestão de Resíduos

A produção de energia elétrica está associada, inevitavelmente, à exploração de recursos naturais, com a consequente emissão de poluentes atmosféricos e produção de resíduos líquidos ou sólidos.

Em 2024, o Grupo EDA produziu cerca de 1 725 toneladas de resíduos, um aumento de 7,8% face a 2023, sendo 36% não perigosos, o que representa uma redução de 5,8% nos resíduos perigosos produzidos comparativamente ao ano passado. Apesar deste aumento, desde 2016, tem-se verificado uma redução na produção de resíduos, particularmente devido à melhoria na eficiência do uso de equipamentos de tratamento e desidratação dos resíduos de combustível e lubrificantes nas Centrais Termoelétricas que usam fuelóleo. O desempenho atípico em 2024 deveu-se ao envio pontual para resíduos de uma elevada quantidade de materiais metálicos da EDA Renováveis, situação não repetível durante os próximos anos.

Gráfico 43 – Produção de resíduos do Grupo EDA**Gráfico 44 – Tipologia dos resíduos do Grupo EDA**

De acordo com os requisitos legais, todos os resíduos são entregues a Operadores Licenciados ou Entidades Gestoras, sendo que 97,6% foram encaminhados para valorização e reciclagem. Apesar dos resíduos terem sido entregues a entidades sediadas na Região Autónoma dos Açores, cerca de 88,0% da quantidade de resíduo foi posteriormente enviada para Portugal Continental.

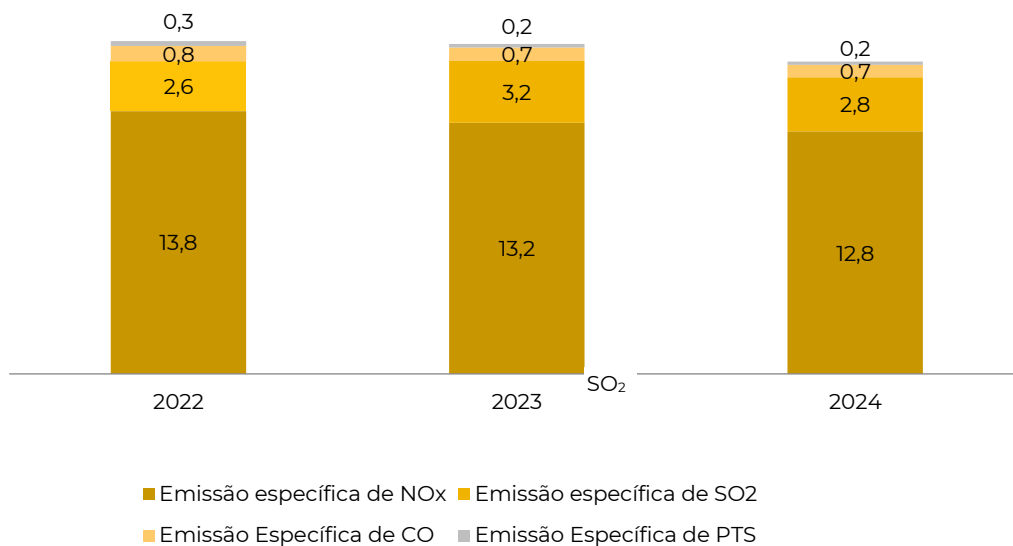
Gráfico 45 – Destino dos resíduos do Grupo EDA

4.4 Emissões Atmosféricas

Em resultado da exploração do Grupo EDA, nas suas centrais termoelétricas são emitidos poluentes primários e secundários, sendo o Dióxido de Enxofre (SO₂), os Óxidos de Azoto (NO_x), o Monóxido de Carbono (CO) e as Partículas (PTS) os mais relevantes. Apesar do aumento do peso das energias renováveis no mix energético de 2024, verifica-se um ligeiro aumento nas emissões totais de poluentes, resultante de uma maior produção de eletricidade de origem térmica.

Tabela 42 – Emissões atmosféricas poluentes das centrais termoeletricas

Emissões atmosféricas poluentes das centrais termoeletricas¹⁹	2022	2023	2024
Total de NOx emitido (ton)	7 391	7 016	7 486
Total de SO ₂ emitido (ton)	1 393	1 720	1 666
Total de CO emitido (ton)	442	376	3 86
Total de PTS emitida (ton)	139	101	1 00

Gráfico 46 – Emissões específicas de poluentes atmosféricos nas centrais termoeletricas do Grupo EDA (g/kWh)²⁰

Anualmente, são realizadas, pelo menos, duas monitorizações pontuais dos grupos eletrogeradores e nas quatro centrais termoeletricas que utilizam fuelóleo como combustível, para a determinação do cumprimento dos limites legais aplicáveis. As emissões da maioria dos grupos eletrogeradores são acompanhadas continuamente.

4.5 Biodiversidade

A biodiversidade pode ser definida como a variedade de organismos vivos de todas as origens, incluindo ecossistemas terrestres, de água doce, marinhos e outros ecossistemas aquáticos, e os sistemas ecológicos dos quais fazem parte. A biodiversidade e os ecossistemas podem ser afetados

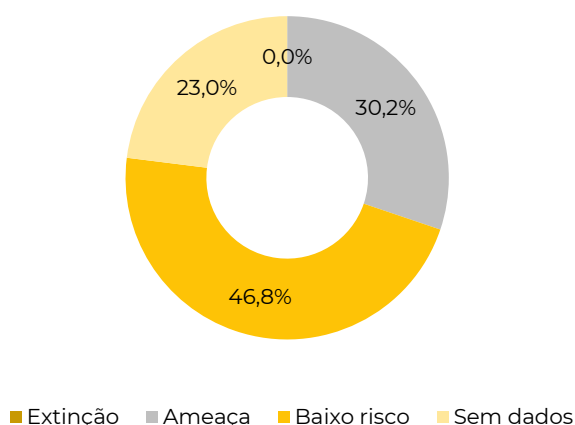
¹⁹ Valores calculados com base nas monitorizações pontuais e contínuas dos efluentes gasosos.

²⁰ Valores calculados com base na produção bruta das centrais termoeletricas.

pelas atividades das empresas, que por sua vez impactam pessoas e comunidades.²¹ Devido à sua posição geográfica e dimensão territorial, a biodiversidade da RAA é bastante exclusiva e vulnerável.

A União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) apresenta um inventário detalhado das espécies ameaçadas (Lista Vermelha da IUCN) e o respetivo estado de conservação mundial de várias espécies de plantas, animais, fungos e protistas, nos quais se incluem algumas espécies da RAA. No gráfico abaixo, onde se apresenta o ponto de situação do estado de conservação, constata-se que a maior parte das espécies da RAA se encontram num nível de baixo risco. Não obstante, cerca de 30,2% estão atualmente em estado de conservação ameaçado.

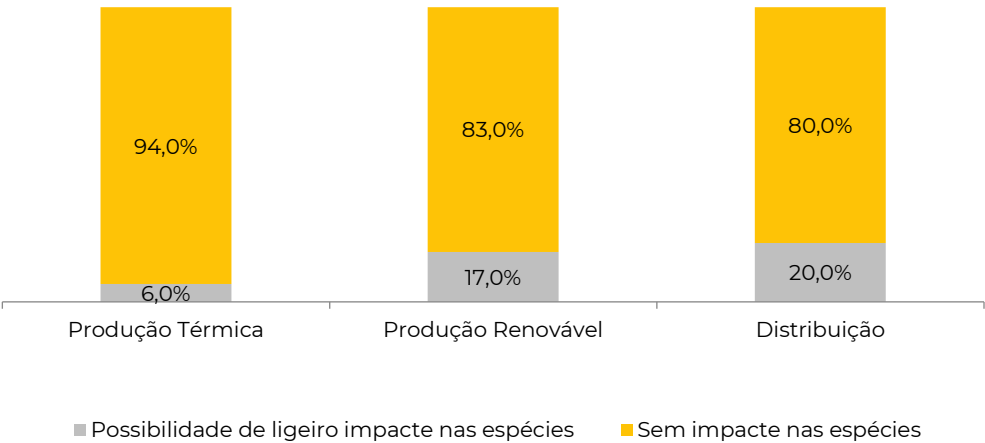
Gráfico 47 – Estado de Conservação das espécies protegidas na RAA, segundo classificação da IUCN



As instalações do Grupo EDA, nomeadamente as centrais termoelétricas, parques eólicos, parques geotérmicos, linhas elétricas, entre outros, têm um impacto não negligenciável na biodiversidade, tanto na fauna como na flora. De entre as suas diversas atividades, a distribuição e a produção de energia renovável são as que têm um maior potencial de impacto, embora ligeiro, na biodiversidade. Como tal, as atividades desenvolvidas, tanto ao nível da exploração, como da manutenção e construção, implicam um empenho por parte da organização no desenvolvimento de medidas ao nível da formação, proteção e compensação dos seus impactos ambientais.

²¹ Regulamento Delegado (UE) 2023/2772 da Comissão de 31 de julho de 2023 que complementa a Diretiva 2013/34/UE.

Gráfico 48 – Impacte das atividades do Grupo EDA na biodiversidade



Para as atividades de construção de maior relevância realizadas pelo Grupo EDA, são elaborados Estudos de Impacte Ambiental (EIA) que identificam as medidas necessárias para minimizar os impactos ambientais associados à instalação e exploração das suas infraestruturas. Entre as medidas mais relevantes implementadas para a proteção da biodiversidade destacam-se:

Tabela 43 – Medidas implementadas na rede de distribuição para reduzir o impacte na avifauna

Medidas implementadas na rede de distribuição para reduzir o impacte na avifauna	Projeto de recuperação da população da enguia europeia na Ribeira Quente
No âmbito da implementação do projeto “Avaliação da Interação entre avifauna e a rede de transporte e distribuição de energia elétrica nos Açores”, foram adotadas decisões de melhoria das redes elétricas para a avifauna, especialmente nas áreas protegidas e locais de importância ornitológica (ZPE – Zona Proteção Especial e IBA – Zonas Importantes para as Aves), com o objetivo de mitigar a mortalidade. As medidas definidas encontram-se em implementação, à medida da realização das manutenções das linhas existentes ou na implementação de novas linhas.	O Projeto de Recuperação da População de Enguia Europeia na Ribeira Quente vem ao encontro da política ambiental seguida pela empresa, com vista a uma exploração dos recursos renováveis existentes de forma cada vez mais sustentável, na qual se pretende dar continuidade ao prolongamento deste projeto. Efetuou-se a captura e relocação de enguias juvenis (<i>Anguilla anguilla</i>), designadas por meixão, que se encontram em processo de migração, evitando a sobrecarga de esforço necessária para ultrapassar as barreiras artificiais e os circuitos hidráulicos das centrais mini-hídricas, cuja proprietária é a EDA Renováveis, bem como proteger e reduzir a perda de biodiversidade existente nos ecossistemas, nos quais estão inseridos os seus sistemas electroprodutores. A relocação das enguias é efetuada alternadamente na ribeira proveniente da Serra do Trigo, na ribeira Amarela e na ribeira da Gloria Patri, garantindo uma repartição temporal igualitária. Estas ribeiras formam a

ribeira Quente. Estas localizações ficam aproximadamente a 1 km a montante da central mini-hídrica mais a montante.

Durante o ano de 2023, foram capturadas e relocizadas 106 enguias juvenis, num total de 7 130 enguias juvenis capturadas e relocizadas desde o início do projeto em 2011.

Durante o ano de 2024, com a construção do Sistema Vortex na Central Hidroelétrica dos Túneis e obras nos sistemas de retenção de água na Central Hidroelétrica da Foz da Ribeira, não foi possível continuar com este projeto que será reativado em 2025.

Novas espécies de líquenes identificadas na ilha do Corvo, Arquipélago dos Açores

A ilha do Corvo, a menor em área e menor população dos Açores, é conhecida pela sua biodiversidade única. Até agora, apenas 16 espécies de líquenes eram conhecidas na ilha. Este estudo visa atualizar a lista de espécies de líquenes conhecidas no Corvo, contribuindo para um melhor entendimento da biodiversidade local.

As amostras foram recolhidas em diferentes locais da ilha especialmente em 2023, utilizando técnicas convencionais de identificação e consulta de especialistas. As espécies foram identificadas com base em características morfológicas e análises fotográficas detalhadas.

Foram registadas 69 novas espécies de líquenes no Corvo, adicionando duas classes, oito ordens, 18 famílias e 43 géneros à diversidade conhecida. Três espécies são novas para os Açores: *Acrocordia conoidea*, *Chrysothrix flavovirens* e *Glaucomaria rupicola*. Além disso, três espécies previamente relatadas, sem localização específica, foram confirmadas no Corvo.

Os novos registos destacam a rica biodiversidade de líquenes na ilha do Corvo e fornecem uma base sólida para futuras investigações ecológicas. Os resultados sublinham a importância de conservar os habitats únicos do Corvo, que são essenciais para a manutenção da biodiversidade.

Este estudo expande significativamente o conhecimento sobre a diversidade de líquenes no Corvo, contribuindo para

Levantamento de espécies de líquenes em 3 ilhas dos Açores: Faial, Terceira e São Miguel

Este estudo teve como objetivo documentar a presença de líquenes nas ilhas de Faial, São Miguel e Terceira, com visitas realizadas entre o final de 2023 e o início de 2024. Historicamente, os registos de líquenes nos Açores foram esporádicos, realizados por especialistas durante visitas breves.

As amostras foram coletadas principalmente em ambientes urbanos, com maior intensidade na Ilha Terceira. As espécies foram identificadas através de fotografias, análise de metabólitos secundários e microscopia.

Foram documentadas 155 espécies de líquenes e fungos liquenícolas, com um total de 406 observações. Entre estas, 33 espécies foram relatadas pela primeira vez no arquipélago, incluindo quatro novas para a Europa: *Lecanora subimmersa*, *Lecanora thysanota*, *Pseudosagedia cestrensis* e *Traponora asterella*. Além disso, 15 espécies e variedades são novas para Portugal, entre elas, *Caloplaca interna*, *Lecanora gisleriana*, *Lecanora handelii*, *Variospora dolomiticola* e *Xanthocarpia diffusa*.

A flora liquénica urbana dos Açores é a mais exótica da Europa, com várias espécies tropicais únicas no continente.

Este estudo destaca a importância da monitorização contínua da diversidade de líquenes nos Açores, revelando uma flora liquénica diversificada em ambientes urbanos.

esforços ecológicos e de conservação mais amplos nos Açores.

MONITORIZAÇÃO DIRETA DO HABITAT DA ROCHA DO JUNCAL	DISTRIBUIÇÃO DAS CONDIÇÕES EXTREMAS (COMUNIDADES EXTREMÓFILAS) PELA DISTRIBUIÇÃO DE VALORES DE FOTOSSÍNTESE (POR NDVI), NAS FURNAS DO ENXOFRE
Semestralmente a EDA Renováveis avalia o estado global da Rocha do Juncal, na ilha Terceira, e respetivas comunidades. A Rocha do Juncal constitui um núcleo reconhecido de elevado valor patrimonial, sendo uma longa pendente rochosa. Trata-se de um habitat protegido sob a designação de VEGETAÇÃO CASMOFÍTICA DAS FALÉSIAS ROCHOSAS SILICIOSAS (cód. 8220), protegido legalmente pela Directiva 92/43/CEE (Anexo II) e pelo Decreto Legislativo Regional n.15/2012/A, de 2 de Abril (Anexo III), reunindo um conjunto elevado de espécies raras, protegidas e em risco. Nesse programa são efetuadas análises globais da área da Rocha do Juncal e de indicadores diretamente associados à salvaguarda de processos biológicos e conservação de espécies e habitats. Entre as várias espécies destaca-se a <i>Angelica lignescens</i>, plantada pela empresa na área monitorizada, que apresenta um estado muito saudável, quando não atacada por herbívoros. Os indivíduos aparentam estar bem estabelecidos, com uma taxa de indivíduos de mortos/senis significativamente mais baixa que a dos indivíduos vivos.	De um modo geral, e de acordo com a Imagem de Satélite Sentinel-2 de 22/08/2024 a maioria das Zonas monitorizadas mostram valores que indicam alterações que se devem a trabalhos de corte nas Furnas do Enxofre, com recurso a roçadora, que eliminou uma grande quantidade de biomassa de herbáceas, o que corresponde a uma diminuição da biomassa verde, que influencia inquestionavelmente a metodologia utilizada neste Programa de Monitorização. Outras variações que podem apresentar picos e/ou quebras de produtividade em função do clima, ou sofrer herbivoria mais ou menos acentuada em curtos períodos, entre outros fatores, tornando esta variação de valores NDVI expectável. Em 2024, os valores desviantes obtidos parecem resultar de outras atividades que não a exploração geotérmica, sendo que as estações mais próximas das fumarolas se mantêm estáveis.
DISTRIBUIÇÃO ECOLÓGICA DE SPHAGNUM SPP. POR ASSINATURA ESPETRAL, EM TODA DO CAMPO GEOTÉRMICO DO PICO ALTO	MONITORIZAÇÃO DIRETA DE PLANTAS VASCULARES PROTEGIDAS E DE ALTO VALOR E RARIDADE ILHA TERCEIRA
A área de Sphagnum spp. encontrada em em 2024 assemelha-se à área verificada para o período homólogo de 2023, e apresenta valores próximos da Situação de Referência Estival (o seu período equivalente). A diferença de valor deverá estar relacionada com a sazonalidade do Sphagnum spp., que altera a sua cor e, consequentemente, a assinatura espectral.	Avaliou-se em 2024 estado e a evolução de várias espécies raras cujos núcleos populacionais se encontram próximos da da Central Geotérmica do Pico Alto, na ilha Terceira, nomeadamente: <i>Ammi trifoliatum</i>, <i>Lactuca watsoniana</i>, <i>Rumex azoricus</i>, <i>Pericallis malvifolia</i>, <i>Platanthera</i> sp., <i>Sanicula azorica</i> e <i>Ranunculus cortusifolius</i>. Em 2024, foi possível encontrar a maioria das plantas raras em crescimento vegetativo

perceptível. Sendo assim, estas foram relativamente fáceis de verificar e contabilizar.

No caso da *Platanthera* sp., a espécie encontrava-se na sua fase subterrânea (e assim sendo, impercetível), pelo que se optou por avaliar o habitat. Este revelou a presença de coelho bravo e gado caprino, por observação de dejetos. Além destas ameaças, não se verificou mais nenhuma ocorrência que colocasse em risco as populações da orquídea endémica.

As restantes espécies de elevado valor identificadas na situação de referência apresentaram, na sua maioria, populações com a dimensão esperada.

5. Pilar Social

5.1 Trabalhadores

Em 2024, o Grupo EDA reforçou o seu compromisso em tornar-se um Grupo mais eficiente, reconhecendo o valor inestimável dos seus trabalhadores, cuja dedicação é essencial para o sucesso da empresa. Com o objetivo de assegurar os valores de sustentabilidade em todas as suas áreas, o Grupo valoriza as contribuições únicas de conhecimento e experiência de cada trabalhador, entendendo que os recursos afetos para maximizar a sua produtividade e bem-estar são cruciais.

No final de 2024, o Grupo EDA era constituído por uma equipa de **964 trabalhadores**, valor que representa um decréscimo na ordem dos 2,6% face ao final de 2023. No ano de 2024, o total de trabalhadores era representado por **783** homens e **181** mulheres, diferença que decorre do tipo de atividade e das suas funções, de predominância operacional.

964 trabalhadores do Grupo EDA	774 EDA	60 EDA Renováveis
	77 GLOBALEDA	53 SEGMA

No âmbito do Pilar Social, a estratégia do Grupo tem como foco a adoção de práticas organizacionais alinhadas com as necessidades e objetivos dos trabalhadores, visando a produtividade e promovendo um ambiente de trabalho positivo e motivador, fomentando um sentimento de compromisso e pertença. O Grupo EDA acredita que a eficácia na gestão do capital humano se reflete no seu sucesso no mercado. De forma a atrair e reter os seus trabalhadores, as políticas e práticas de recursos humanos no Grupo visam a concretização de diversos objetivos:

- Respeitar valores fundamentais como confiança, honestidade e profissionalismo;
- Criar ambientes de trabalho saudáveis e seguros;
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal;
- Encorajar a partilha de conhecimentos e a colaboração de equipa;
- Promover a igualdade de género e combater a discriminação;
- Oferecer oportunidades de desenvolvimento;
- Aumentar a agilidade e eficiência com capacitação digital;
- Integrar, acolher e capacitar os novos colaboradores;
- Implementar uma gestão de competências eficaz, abrangendo formação, remuneração e progressão de carreira.

5.1.1 Caracterização e Gestão do Capital Humano

A dinâmica e constante evolução do negócio do Grupo EDA requerem capacidades de adaptação, flexibilidade e proatividade por parte das pessoas, tornando a gestão de recursos humanos um pilar fundamental para o sucesso do Grupo. Nesse contexto, são implementadas práticas e procedimentos destinados a promover o desenvolvimento das competências pessoais, profissionais e organizacionais dos trabalhadores.

Além de investir no desenvolvimento dos seus trabalhadores, o Grupo EDA também envolve os parceiros e prestadores de serviços em iniciativas de capacitação, visando aprimorar a qualidade dos serviços prestados e promover uma maior harmonia entre todas as partes envolvidas.

A EDA reconhece que, para cumprir com a sua missão, é necessária a atualização constante das competências dos trabalhadores para que possam exercer as suas funções com sucesso.

Considerando a importância da gestão do capital humano, o Grupo EDA adota uma abordagem proativa para prever e mitigar impactos negativos, alavancar os impactos positivos, atenuar riscos e capitalizar oportunidades, com um foco claro na avaliação e melhoria contínuas. Destacam-se abaixo os principais impactos, riscos e oportunidades identificados e que formam parte integrante do desenvolvimento da sua estratégia e planeamento:

Tabela 44 – Gestão do capital humano – impactos, riscos e oportunidades

Impactos	- Desenvolvimento pessoal e profissional adequado dos trabalhadores, em relação às necessidades estratégicas e operacionais das unidades organizacionais; - Otimização das carreiras; - Compatibilização da vida profissional e pessoal.
Riscos	- Risco de não garantir condições de trabalho atrativas, incluindo a formação dos trabalhadores, sistema de incentivos e oferta remuneratória, que promovam a retenção e aquisição de talento qualificado; - Risco de não haver atratividade para a geração mais nova; - Risco de não haver atratividade para as mulheres (devido ao trabalho por turnos); - Risco da perda de conhecimento durante o processo de rejuvenescimento da empresa.
Oportunidades	- Preservar e difundir o conhecimento dentro e fora da EDA, através, por exemplo, de acesso a plataformas de conteúdos formativos; - Captar e reter os melhores recursos para a empresa;

	• Capacitar os trabalhadores com perfil de liderança para assumirem funções de chefia; • Ser um empregador de referência no mercado de trabalho, através da otimização de processos internos e de sinergia dos mesmos (formação, recrutamento, medicina no trabalho); • Criar condições para que as capacidades de cada trabalhador sejam reconhecidas e melhoradas; • Troca de sinergias e interação com outras entidades (áreas do saber).
--	---

De modo a gerir estes impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com o capital humano, o Grupo implementa processos e políticas abrangentes, nomeadamente **um plano de formação anual que reflete as principais necessidades de aprendizagem**, identificadas através de um levantamento anual junto das áreas de atuação, bem como a disponibilização dos recursos financeiros necessários para assegurar este plano, a disseminação do *know-how* interno e a promoção da formação no local de trabalho com recurso a formadores internos, reforçando, assim, as competências essenciais para a continuidade do negócio.

Projeto “Mais Equipa”

Em 2024, foi implementado o projeto “Mais Equipa”, com a participação de todas as chefias da EDA.

Este projeto teve como objetivos:

- Mobilizar as chefias para as suas missões, responsabilidades e contributos específicos, promovendo uma maior proximidade entre equipas e dentro das próprias equipas;
- Fornecer ferramentas para que, no dia a dia, sejam praticados os comportamentos e práticas desejadas, assegurando a sua continuidade para além do projeto e clarificando os novos rituais a adotar no futuro;
- Reforçar o espírito de equipa da comunidade de chefias, estimulando o sentido de urgência e o envolvimento de todos no processo de mudança, para que sejam um exemplo para as suas equipas;
- Aumentar o autoconhecimento de cada líder sobre as suas formas preferenciais de pensamento e funcionamento, ajudando-os a melhorar a sua eficácia na interação com os outros;
- Fortalecer o conhecimento sobre a equipa de líderes.

Como resultado do projeto e do trabalho desenvolvido pelas equipas, foi criado o Referencial de Comportamentos de Liderança. Este guia prático destina-se aos líderes da EDA e funciona como um instrumento de apoio à gestão e ao desenvolvimento das equipas. O referencial está organizado em cinco drivers de liderança, cada um com os comportamentos desejados e aqueles a evitar.

Drivers de Liderança

Viver a missão da EDA

Compreender e saber traduzir a estratégia da EDA, comunicando a forma como cada um aporta valor e quais as suas responsabilidades, promovendo a equidade.

Ser próximo

Acompanhar as equipas e os colaboradores mais de perto, escutando as suas expetativas e sugestões - incluindo aspetos fora do âmbito do trabalho -, dando e pedindo feedback, privilegiando a clareza e a disponibilidade, agilizando os contatos entre áreas e promovendo momentos informais e presenciais.

Ter foco na solução

Mostrar ambição e abertura para aprender, identificar prioridades, ser proativo na busca das soluções a curto, médio e longo prazo, tendo em conta os impactos nas outras áreas, e apostando numa atitude crítica de melhoria contínua.

Equilibrar a vida profissional e pessoal

Ter satisfação em “vestir a camisola”, buscar a realização de todos, pedir ajuda e disponibilizar-se para ajudar, zelando pelo seu bem-estar e pelo bem-estar dos outros.

Ser flexível

Estar disponível para se adaptar a novos desafios e para apoiar os outros nos seus desafios, adotando novas formas de funcionamento, eliminando a burocracia desnecessária e agilizando e simplificando a gestão corrente.

No final do ano, durante a reunião de chefias, foi realizado o miniprojecto “**Fortalecer para Agir**”, um espaço de consciencialização e partilha de boas práticas, com os seguintes objetivos:

- Reforçar as mensagens do Programa “Mais Equipa”, através de um workshop para consolidar os comportamentos desejados de liderança na EDA;
- Recordar os Drivers Comportamentais de Liderança, partilhar boas práticas e conquistas das chefias desde a implementação do Programa “Mais Equipa”;
- Fomentar uma cultura de partilha de boas práticas e aprendizagem entre as chefias da EDA;
- Reforçar a coesão e a proximidade entre o Conselho de Administração e a equipa de chefias da EDA.

A priorização das ações de formação, lecionadas no âmbito da Academia EDA, envolve uma avaliação periódica com as chefias sobre as necessidades de reforço de equipas ou de conhecimentos, bem como a colaboração dos responsáveis de cada área, destacando-se as formações prioritárias, obrigatórias e essenciais. Neste sentido, também podem ser implementadas ações “extraplano”, sempre que se revelem importantes/prioritárias.

A avaliação da eficácia da formação e a adoção de medidas corretivas para ações ineficazes asseguraram uma melhoria contínua e a flexibilidade da empresa na adaptação do percurso formativo, consoante as necessidades correntes, garantindo, desta forma, que os investimentos em capacitação respondem aos objetivos estratégicos do Grupo.

Em 2024, o total de horas de formação no Grupo EDA foi de 28 456h, sendo a EDA responsável por 24 896h de formação, o que se traduz numa redução de 27,6% e 26,6%, respetivamente, face a 2023. Ao nível das participações em ações de formação, o Grupo EDA contabilizou 4 870 participações, sendo 4 073 correspondentes à EDA (uma diminuição de 24,0% e 21,4%, respetivamente).

Gráfico 49 – Horas de formação do Grupo EDA

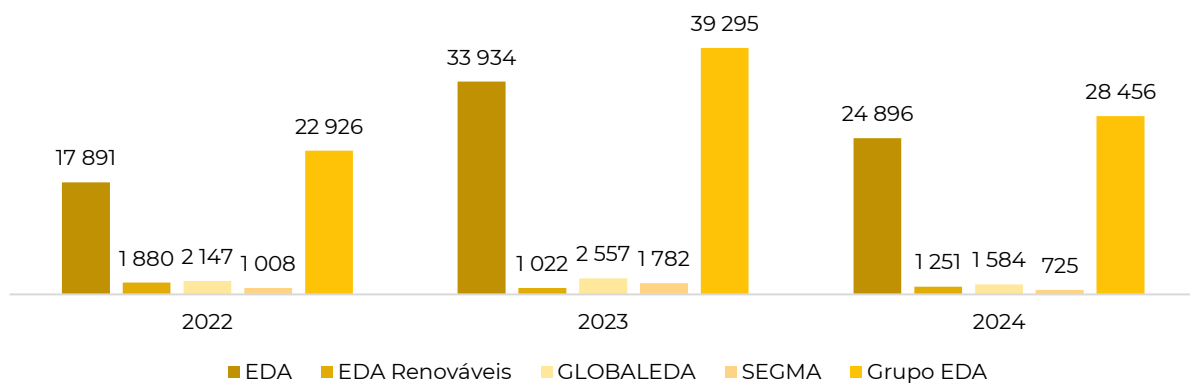
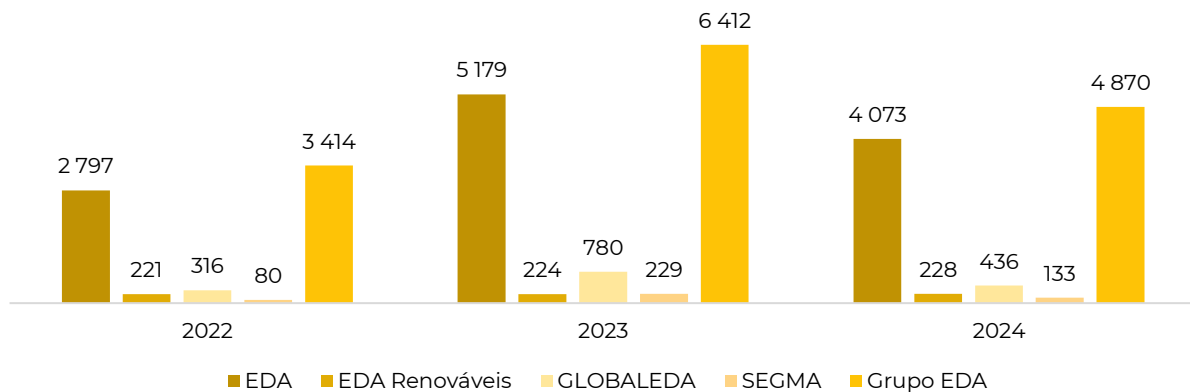


Gráfico 50 – Participações nas formações



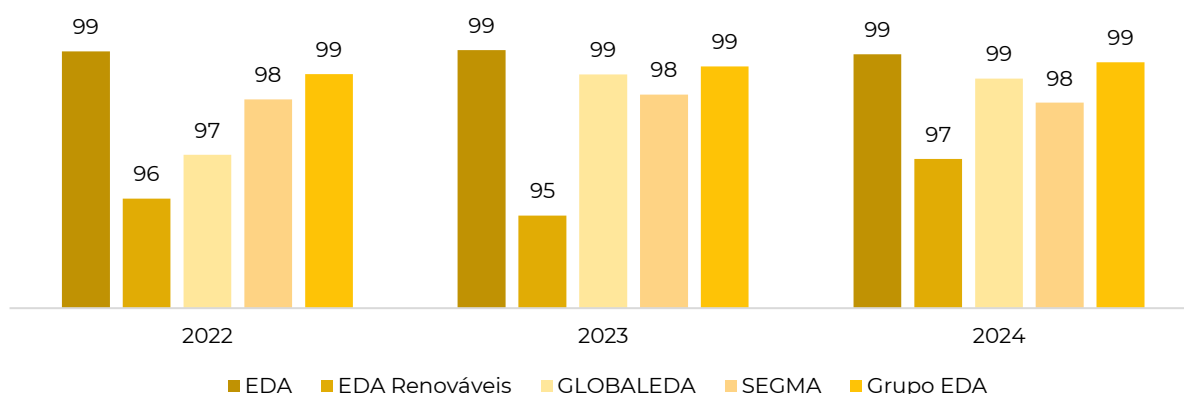
Este ano, as formações mais frequentadas focaram-se principalmente no desenvolvimento de competências essenciais para a conduta profissional, bem-estar e segurança dos colaboradores do Grupo EDA. Entre os temas de maior adesão destacam-se "Ética, Conduta, Riscos de Corrupção e Infrações Conexas", reforçando a importância da integridade no ambiente corporativo, e "Ginástica Laboral", promovendo hábitos saudáveis no local de trabalho. Além disso, a formação em "Manuseamento de Extintores Portáteis" evidenciou a preocupação com a segurança, enquanto "Viver com Vitalidade" contribuiu para o bem-estar e qualidade de vida dos trabalhadores. Houve

também um forte investimento na formação assíncrona, tornando o acesso ao conhecimento mais flexível, e um reforço das formações nas áreas técnicas, promovendo o desenvolvimento de competências específicas e essenciais para a atividade profissional.

A política de gestão do capital humano do Grupo EDA é reforçada por um conjunto de documentos e práticas, como o **processo de recrutamento externo, um modelo de avaliação de desempenho, o manual organizacional e de funções, um código de conduta, um modelo de remunerações para as chefias e um plano de formação anual**. Estes elementos estruturais criam um ambiente de trabalho robusto, transparente e justo, que não só promove a atração, mas também a retenção do talento, inseridos numa cultura de aprendizagem contínua e de excelência operacional.

A percentagem elevada das análises de desempenho reflete uma avaliação e obtenção de *feedback* assíduas, permitindo o controlo de efetividade e melhoria dos processos.

Gráfico 51 – Análises de desempenho (%)



Em 2024, observou-se um ligeiro aumento (2,3 pp) da **taxa de rotatividade ao nível do Grupo**, tendo atingido os 7,6%, comparativamente aos 5,3% do ano precedente.

Conscientes de que a remuneração é também um fator decisivo para o tema da gestão do capital humano do Grupo, os salários base dos trabalhadores estão estabelecidos nos acordos de empresa, aplicando-se a todos os trabalhadores, sem distinção de género ou outras características. Esses salários correspondem ao posicionamento na carreira profissional individual e são determinados conforme a categoria salarial negociada com os sindicatos que assinam tais acordos.

Em 2024, todos os trabalhadores tiveram uma remuneração base superior ao salário mínimo regional. A disparidade salarial entre géneros do Grupo EDA foi de 1,1%, ainda que entre os valores individuais das empresas do Grupo se observe uma variação considerável (mais informação no requisito de divulgação S1-16 em 7 Tabela ESRS).

Além da prática regular de avaliações de desempenho, também são implementadas avaliações intercalares e finais para períodos experimentais de novas admissões e para a adaptação de trabalhadores em processos de mobilidade. As avaliações são complementadas pela **análise da satisfação e do impacto das formações realizadas**, para que seja recolhido *feedback* construtivo por parte dos trabalhadores, permitindo, desta forma, a implementação de ações de melhoria específicas

e garantindo que os investimentos em capacitação estão alinhados com as necessidades reais dos trabalhadores e com os objetivos da organização.

Estas ações, apoiadas por recursos adequados e uma política de *feedback* e melhoria contínua, sublinham a preocupação do Grupo EDA em criar um ambiente de trabalho que não só valoriza o desenvolvimento profissional e pessoal dos seus trabalhadores, mas também promove a excelência operacional e a inovação.

5.1.2 Saúde e Segurança Ocupacional

A Saúde e Segurança no Trabalho (SST) constitui um pilar estratégico essencial para o Grupo EDA, sendo o bem-estar e integridade física e psicológica dos trabalhadores uma prioridade. A preocupação com este tema reflete-se na melhoria contínua das condições de segurança nos locais de trabalho e no estabelecimento de melhores práticas e metodologias que o Grupo tem vindo a implementar ao longo dos anos, garantindo, assim, a diminuição do risco e adotando comportamentos seguros.

Atingir a excelência nos resultados com segurança é um objetivo partilhado nos vários níveis da organização, desde a direção até aos colaboradores e fornecedores de serviços.

No âmbito da SST, as metas e objetivos do Grupo EDA englobam, prioritariamente, a redução do risco nas atividades e instalações, a melhoria das condições de trabalho, a promoção do bem-estar interno e a eliminação dos incidentes de trabalho (acidentes e quase-acidentes), incentivando a comunicação das ocorrências de quase-acidentes e identificando, na sua génese, as situações perigosas.

No percurso para atingir estas metas, o Grupo EDA tem vindo a desenvolver e a implementar vários documentos que planificam, previnem e definem o modo de atuação de todas as empresas do Grupo face aos desafios que se apresentem no âmbito do tema da SST, entre eles:

- Sistema de Gestão de Segurança, baseado na Norma NP EN ISO 45001:2023;
- Política de Prevenção de Acidentes Graves Envolvendo Substâncias Perigosas (PPAG), aplicada à Central Termoelétrica do Caldeirão;
- Manual da Organização de Segurança no Trabalho do Grupo EDA;
- Manual de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança do Grupo EDA;
- Política de Qualidade, Ambiente e Segurança da EDA, GLOBALEDA e SEGMA;
- Política da Segurança e Saúde no Trabalho da EDA Renováveis.

Para além disto, a EDA possui serviços internos de Prevenção e Segurança no Trabalho, dotados de técnicos de segurança com as competências requeridas pela legislação em vigor, que também presta serviços às restantes empresas do Grupo, designadamente a EDA Renováveis, SEGMA e GLOBALEDA.

Em 2024 a EDA Renováveis reforçou o seu Gabinete de Prevenção e Segurança com a missão de coordenar as matérias relativas à segurança física, prevenção de riscos, implementação de medidas de segurança dos trabalhadores que operam nos sistemas electroprodutores da empresa e dar respostas a incidentes que possam comprometer a integridade física dos colaboradores, das operações e das instalações, complementando assim os serviços prestados pela EDA.

Em 2024, a Central Termoelétrica de Santa Bárbara, no Faial, manteve a certificação em Segurança e Saúde no Trabalho no referencial NP EN ISO 45001:2023, a qual tinha sido obtida em 2020. A GLOBALEDA também possui certificação no mesmo referencial ISO (mais informação em 3.3 Associações, Certificações e Reconhecimentos). **O objetivo do Grupo EDA é estender o Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho gradualmente a todas as empresas, instalações e atividades, de forma a:**

- Contribuir para o desenvolvimento sustentável das empresas do Grupo EDA, reduzindo as perdas por incidentes e doenças profissionais, bem como dos fornecedores e prestadores de serviços externos que colaboram com as empresas do Grupo EDA;
- Desenvolver a cultura de prevenção e segurança, contribuindo para a proteção dos trabalhadores contra os perigos e afeções para a saúde;
- Garantir o cumprimento da legislação em vigor por todos os intervenientes nas atividades das empresas;
- Promover a integração da gestão da prevenção e segurança na gestão organizacional;
- Contribuir para uma melhoria contínua efetiva dos processos de segurança;
- Evidenciar, perante todas as partes interessadas, a gestão responsável da SST, sendo uma das vertentes essenciais do desenvolvimento sustentável.

A par das auditorias técnicas de segurança às instalações, este ano foi ainda executada a: (i) elaboração, revisão e implementação de diversos procedimentos de segurança, de acordo com as atividades desenvolvidas; (ii) revisão das avaliações de risco e fichas de prevenção e segurança; (iii) realização da verificação dos equipamentos de trabalho; (iv) verificação dos equipamentos de proteção individual e de proteção coletiva para trabalhos em altura; (v) medição do ruído laboral; (vi) e a avaliação dos pontos de ancoragem.

Para além de toda a documentação produzida e ferramentas informáticas desenvolvidas, o Grupo EDA manteve, em 2024, o acompanhamento de atividades no terreno, garantindo um apoio no cumprimento das várias disposições de SST. Paralelamente, a realização de formação e ações de sensibilização promoveram a capacitação dos trabalhadores nesta área, tendo sido também desenvolvido conteúdo digital formativo para promover sessões de acolhimento *online* imediato aos

novos colaboradores. Posteriormente a esta sessão, cada trabalhador participa numa sessão presencial, a qual visa aumentar o detalhe e sentido crítico na realização das suas funções em segurança.

Ao nível da prevenção e capacidade de resposta a questões de emergência, os estabelecimentos industriais (centros produtores de energia elétrica) e principais edifícios administrativos assumem especial relevância, com a implementação de medidas de autoproteção, a realização de treinos e simulacros. De uma forma transversal, tem sido assegurada formação em primeiros socorros e em meios de primeira intervenção, garantindo, assim, uma melhor preparação das equipas de emergência das respetivas instalações.

Em 2024 a EDA Renováveis elaborou dois Planos de Proteção da Acidentes Graves para a Central Geotérmica do Pico Alto e Central (ilha Terceira) e Geotérmica do Pico Vermelho (ilha de São Miguel) com realização de simulacros nos quais participaram como assistentes membros da Proteção Civil Regional, Proteção Civil Municipal e técnicos da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática, entre outros.

O envolvimento dos Representantes dos Trabalhadores de SST para a EDA (que foram eleitos para o triénio 2022/2024, conforme publicação no jornal oficial, II série nº 69, de 7 de abril de 2022), tem sido preponderante para o sucesso da ligação com os trabalhadores. Os Representantes realizaram visitas às instalações, promoveram a consulta e participação dos trabalhadores e, conjuntamente com o departamento de Segurança Ocupacional e o responsável de segurança da respetiva instalação, promoveram diversas melhorias nas condições de trabalho.

A sinistralidade laboral representa um dos principais indicadores de monitorização do desempenho em SST. **Em 2024, o Grupo EDA registou um total de 17 acidentes, uma redução superior a 41% face a 2023.** De entre este total, 8 foram acidentes com baixa, para os quais também de observou uma redução de quase 53% comparativamente ao ano anterior.

Gráfico 52 – Número de acidentes com baixa

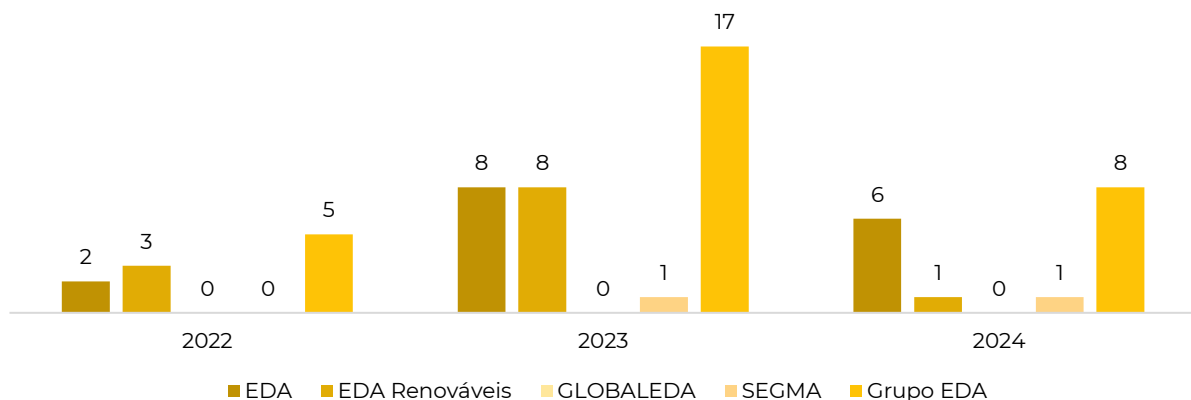
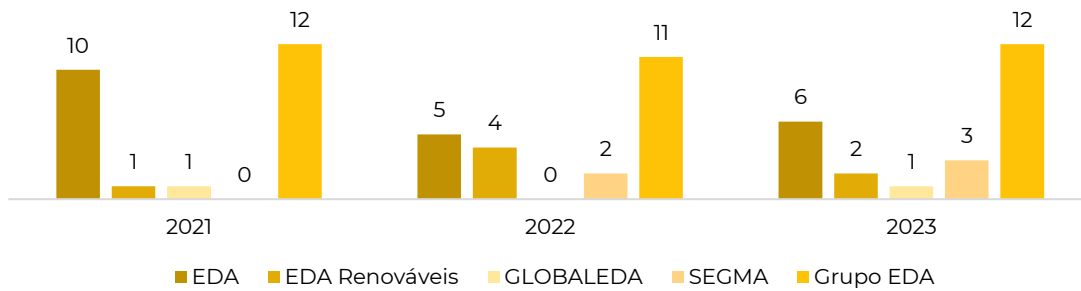


Gráfico 53 – Número de acidentes sem baixa

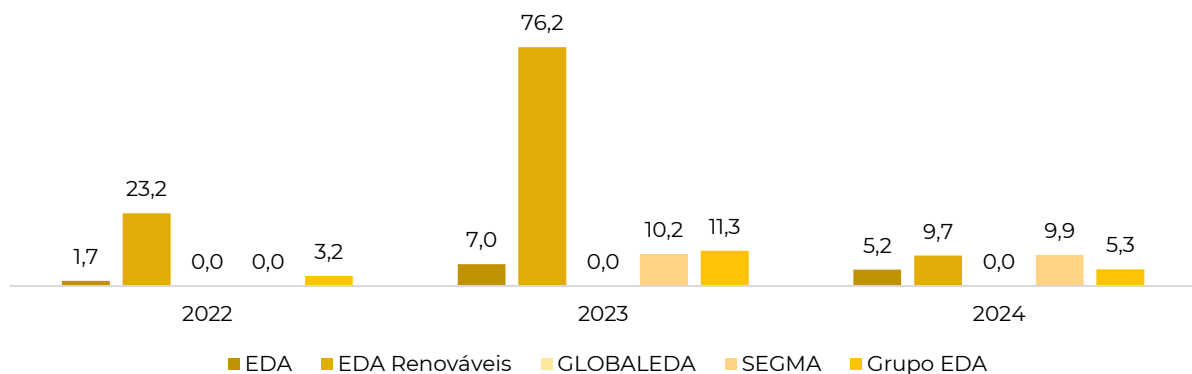


Observa-se, também, uma clara diminuição dos acidentes sem baixa, em 25%, tendo sido registados 9 acidentes desta tipologia em 2024. No seguimento da investigação à causa-raiz dos vários acidentes, promoveram-se várias medidas corretivas, nomeadamente no âmbito da sensibilização dos trabalhadores, para que os acidentes não se repitam.

Em contrapartida, o **número de dias perdidos este ano, em consequência dos acidentes ocorridos, aumentou em 360 dias face ao registado em 2023**, perfazendo um total de 773 dias. Este aumento deveu-se ao facto de existir um acidente ocorrido em 2023 que se prolongou durante o ano de 2024, sem que a situação clínica se tivesse encontrado ainda resolvida.

O **índice de frequência da EDA** passou de 7,0, em 2023, para 5,2, em 2024. Em paralelo, o Grupo EDA apresenta uma diminuição **de 11,3 para 5,3**, no mesmo período.

Gráfico 54 – Índice de Frequência



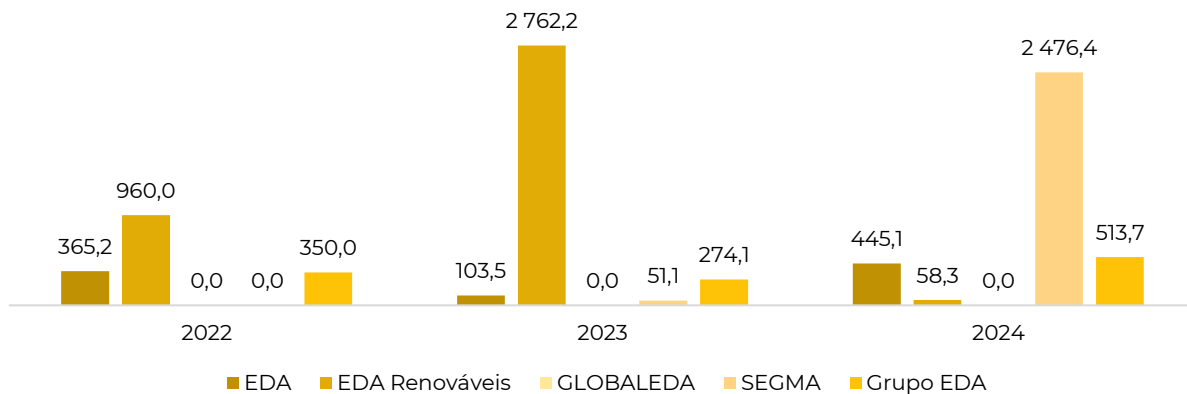
$$T_f = \frac{N \times 10^6}{T}$$

Tf – Índice de Frequência

N – Número de acidentes de trabalho mortais e não mortais

T – Número de horas trabalhadas

Apesar do número de acidentes no Grupo EDA ter diminuído em 2024 em relação ao ano anterior, o índice de gravidade aumentou de 274,1 para 514,7.

Gráfico 55 – Índice de Gravidade

$$G = \frac{T \times 1.000.000}{H}$$

Onde: G = Taxa de Gravidade
T = Tempo computado
H = Horas-Homem de exposição ao risco

O índice de sinistralidade da EDA passou de 24,6, em 2023, para 22,6, em 2024, ou seja, uma melhoria de 8,1%. A implementação eficaz de medidas de segurança reduz os dias perdidos em acidentes no trabalho, minimizando lesões e danos à saúde dos trabalhadores.

A salvaguarda da saúde e do bem-estar dos colaboradores do Grupo EDA é efetivada através do seguimento rigoroso das normativas de vigilância da saúde ocupacional, em linha com a legislação em vigor. No contexto deste tema, a empresa tem identificado possíveis impactos, quer negativos quer positivos, que possam surgir, bem como riscos e oportunidades para o Grupo, de forma a assegurar a sua prevenção, mitigação ou incorporação no negócio.

Tabela 45 – Saúde e segurança ocupacional – impactos, riscos e oportunidades

Impactos	• Lesões ocupacionais; • Baixa moral, falta de confiança e insatisfação dos trabalhadores; • Melhoria do compromisso e produtividade dos trabalhadores; • Bem-estar e satisfação dos trabalhadores; • Custos associados ao absentismo devido a dias perdidos em acidentes de trabalho.
Riscos	• Risco de violação no cumprimento das leis e regulamentos internacionais, nacionais ou locais sobre saúde e segurança; • Baixa moral e satisfação dos trabalhadores; • Risco de falha na gestão da saúde e segurança dos trabalhadores e de todos os que possam operar em instalações do Grupo EDA.
Oportunidades	• Uso de novas tecnologias para segurança e promoção da saúde ocupacional;

	• Inovação em segurança; • Atração e retenção de capital humano mais qualificado; • Melhoria da reputação e imagem da empresa; • Melhoria da produtividade; • Maior compromisso (engagement) dos trabalhadores.
--	---

Para a compreensão destes impactos, riscos e oportunidades a empresa procede, por etapas:

- A um **Levantamento inicial**, onde é feita a identificação de informações relevantes sobre as atividades e ambientes de trabalho na empresa, incluindo relatórios de incidentes, registos de segurança, feedback dos trabalhadores e requisitos legais (como por exemplo, a avaliação de conformidade legal, auditorias e acompanhamento de trabalhos);
- A uma **Análise dos riscos** detalhada, de modo a serem identificados os perigos potenciais e avaliados os impactos relacionados com a segurança ocupacional, incluindo a identificação de atividades de risco elevado, exposição a substâncias perigosas, condições de trabalho inadequadas e potenciais falhas de equipamentos;
- A uma posterior **Avaliação da significância dos impactos, riscos e oportunidades** identificados com base em critérios como gravidade, probabilidade de ocorrência, potencial de impacto nos trabalhadores e conformidade legal;
- Ao **Desenvolvimento de planos de ação**, claros e abrangentes, com base nas informações recolhidas e na análise realizada, com o objetivo de mitigar os riscos identificados, aproveitar as oportunidades de melhoria e promover a segurança ocupacional dentro do Grupo. Estes planos incluem metas específicas, responsabilidades designadas e um cronograma de implementação;
- À **Monitorização e revisão contínua**, promovendo ações de acompanhamento regulares e avaliando o progresso na implementação dos planos de ação, com uma revisão periódica da eficácia das medidas adotadas, permitindo ajustes conforme necessário.

A abordagem da EDA na gestão de riscos e aproveitamento de oportunidades segue uma metodologia específica, estabelecida pelo procedimento de Gestão do Risco. De modo a atenuar os riscos e corrigir os impactos negativos relativos à Segurança Ocupacional, **são concretizadas várias ações específicas**, em concreto:

- **Implementação de medidas de prevenção:** o Grupo adota medidas preventivas para mitigar os riscos identificados e evitar impactos negativos na segurança ocupacional, incluindo, por exemplo:
 - a instalação de barreiras de segurança em locais de trabalho em altura / ou linhas de vida;
 - proteções nos equipamentos rotativos;

- equipamentos de proteção individual (EPI) adequados;
- sistemas de deteção e extinção de incêndios;
- implementação de procedimentos operacionais seguros.
- **Formação e capacitação:** o Grupo investe em programas de formação e capacitação para garantir que os trabalhadores estão devidamente preparados para lidar com os riscos associados ao seu trabalho e para promover uma cultura de segurança, incluindo formações sobre uso correto de equipamentos, procedimentos de emergência, prevenção de lesões, entre outras.
- **Auditorias e acompanhamento de atividades:** são efetuadas auditorias técnicas de segurança às instalações, bem como a avaliação de conformidade legal, e o acompanhamento de atividades para identificar potenciais falhas de segurança ocupacional e garantir a conformidade com o definido na legislação aplicável. Estes procedimentos permitem identificar e corrigir problemas atempadamente identificados, prevenindo impactos negativos. Periodicamente, o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA) efetua inspeções regulares às instalações com medidas de autoproteção (e categoria de risco $\geq 2^{\circ}$).

De modo a **avaliar a eficácia das medidas tomadas**, são considerados diversos indicadores, nomeadamente:

- **Redução de acidentes e lesões:** Uma das metas principais do Grupo EDA é a redução do número total de acidentes de trabalho, sendo este indicador medido pelo índice de frequência, o índice de gravidade e o índice de incidência, tendo a EDA implementado também o “Índice de Sinistralidade”, o qual analisa as ocorrências de acidentes em 3 anos, tendo como ponderação a gravidade do acidente.
- **Índice de Esforço Laboral:** reflete o tempo teórico versus o tempo realizado.
- **Participação de Quase-acidentes:** é incentivada a participação ativa dos trabalhadores na identificação e relato de quase-acidentes, sendo esta uma métrica de extrema importância para avaliar a eficácia na prevenção de acidentes.

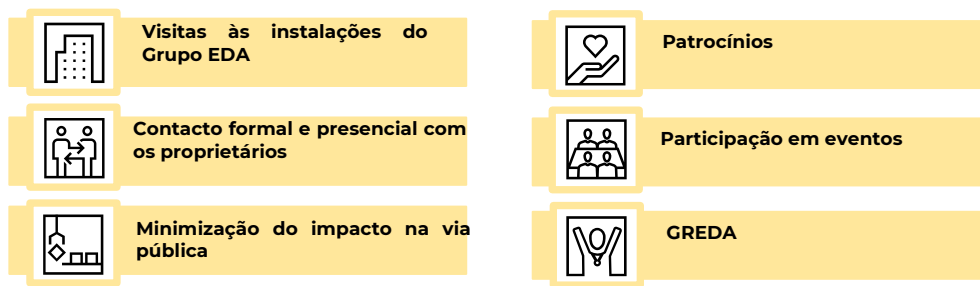
Para além destas métricas, são, ainda, registados e tidos em conta:

- O número de exames médicos efetuados, por tipologia;
- O número de visitas aos locais de trabalho;
- O índice de trabalhadores condicionados para o trabalho;
- A taxa de trabalhadores com degradação auditiva;
- A taxa de trabalhadores com problemas psicossociais;
- A taxa de trabalhadores com problemas obesidade;
- A taxa cumprimento da realização de consulta de medicina do trabalho;
- A taxa de trabalhadores com Lesões Músculo Esqueléticas (LME).

O conjunto das medidas, políticas, códigos e outros documentos materializam a preocupação da empresa com a Saúde e Segurança Ocupacional e visam traçar o caminho para atingir, progressivamente, melhores resultados em todos os indicadores e referenciais por eles definidos.

5.2 Apoio à Comunidade

O papel de uma empresa há muito que deixou de se restringir à sua atividade económica. O Grupo EDA tem vindo a contribuir ativamente na sociedade na qual está inserida, adotando práticas que revelam a sua consciência social.



Visitas às instalações do Grupo EDA

Uma das principais ações promovidas pelo Grupo EDA, como forma de dinamizar o envolvimento com a comunidade, é a receção de visitas de escolas, de diferentes níveis de ensino, aos centros produtores das 9 ilhas. Durante as visitas, os colaboradores dão explicações técnicas sobre a produção de energia, convencional ou renovável, o funcionamento das centrais e outros aspetos relacionados com o fornecimento de energia elétrica. Paralelamente, são diversas as entidades e organismos oficiais, portugueses e estrangeiros, que também demonstram interesse na atividade do Grupo.

Este elevado interesse voltou a verificar-se em 2024. Ao nível das centrais termoelétricas, foram acolhidas visitas na Central Termoelétrica do Caldeirão (São Miguel), na Central Termoelétrica da Graciosa, na Central Termoelétrica do Belo Jardim (Terceira) e na Central Termoelétrica das Flores. No âmbito das energias renováveis, a energia geotérmica é a que suscita mais curiosidade. Só em 2024, na ilha de São Miguel, as centrais geotérmicas da Ribeira Grande e do Pico Vermelho acolheram um total de 61 visitas a 1.627 pessoas. Na Central Geotérmica do Pico Alto, na ilha Terceira, a EDA Renováveis recebeu 12 visitas. Ao nível dos parques eólicos, o da Serra do Cume, na ilha Terceira, recebeu 4 visitas, enquanto o do Salão (Faial) e o de São Jorge receberam 1. No que diz respeito às centrais hídricas, as visitas concentraram-se nas ilhas de São Miguel, Terceira e Flores, tendo a Central Hídrica da Cidade acolhido 4 e as centrais hídricas do Salto do Cabrito, dos Tambores, da Fábrica Nova e de Além Fazenda acolhidas 1 visita.

Contacto com os proprietários

Tendo em conta que a EDA desempenha uma atividade concessionada, existem mecanismos legais definidos para atuar e permitir o estabelecimento de servidões para o estabelecimento de linhas e infraestruturas elétricas de serviço público. Contudo, e de modo a estabelecer e desenvolver a sua atividade, em sintonia com os interesses externos à empresa, a EDA tem procedimentos de contacto formal e presencial com os proprietários para minimizar o impacto das suas atividades de construção, procurando, tanto na fase da elaboração dos projetos, como no decorrer dos trabalhos de construção, adequar, na medida do possível, as instalações à salvaguarda dos interesses dos proprietários. Como exemplo de tal preocupação, destaca-se a implantação dos apoios AT/MT que é em regra projetada para as extremas dos prédios, o que minimiza os constrangimentos à sua exploração, em particular no que respeita à operação de máquinas agrícolas, mitigando-se potenciais perdas de produção, sendo também normalmente esta última componente motivo de articulação com os proprietários, tendo em vista a adequação das datas de entrada nos prédios aos respetivos ciclos de cultivo. Além disso, existem mecanismos previstos para indemnizar perdas de rendimento e outros eventuais prejuízos provocados pela atividade de construção da EDA, nos termos na legislação vigente e de acordo com o previsto nos artigos 37.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 43335, de 19 de novembro de 1960.

No que respeita à implantação de Postos de Transformação, a EDA tem vindo a estabelecer, com os proprietários dos prédios, contratos de promessa de constituição de direito de superfície, com a celebração posterior de escritura pública, sendo estes ressarcidos pela ocupação da respetiva área do terreno ocupado.

Minimização do impacte na via pública

A EDA desenvolve parte da sua atividade de construção em vias públicas, principalmente em centros urbanos. Os procedimentos e regras de trabalho com os empreiteiros e prestadores de serviços procuram minimizar o impacto das intervenções da EDA, junto da população em geral, garantindo todas as condições de segurança requeridas, minimizando os períodos da intervenção e procurando comunicar antecipadamente as intervenções a realizar. A EDA tem vindo a intensificar os contactos com outras entidades que também operam nas vias públicas, com o objetivo de compatibilizar as intervenções em troços comuns, permitindo, assim, a criação de sinergias que se refletem na redução de custos para as partes envolvidas e na minimização dos constrangimentos à normal utilização das vias alvo de intervenção.

No que se refere à **reposição de pavimentos em vias regionais e municipais**, a EDA tem vindo a assumir a reposição de pelo menos meia faixa de rodagem, uma reposição provisória de pavimento inicial, de modo a garantir que as vias sejam afetadas o menos possível pelas intervenções da EDA e condições meteorológicas adversas.

Patrocínios

A EDA tem implementada uma política que visa a atribuição de donativos a instituições de solidariedade social e apoios de incentivo à cultura, educação e desporto na Região Autónoma dos Açores. Estes contributos são o reflexo de que a EDA tem preocupações mais abrangentes, para além da boa execução da sua atividade de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Em 2024, a EDA concedeu cerca **184 mil euros em apoios e patrocínios**

Os apoios concedidos em 2024, corresponderam a:

Gráfico 56 – Patrocínios atribuídos em 2024



A EDA Renováveis apoiou em 2024 diversas atividades de cariz cultural, nomeadamente:

- A cooperativa Ponta Norte Cooperativa de Ensino e Desenvolvimento da Ribeira Grande, no âmbito do Protocolo de Cooperação com a EDA Renováveis;
- A Instituição Particular de Solidariedade Social “Olhar Poente” na realização do Primeiro Congresso Insular Olhar o futuro: Educação, Cérebro e Mente, e;
- Os Colóquios da Lusofonia (AIC, Associação Internacional Colóquios da Lusofonia) que ocorre em diversas ilhas dos Açores.

Participação em eventos

A EDA participa em vários eventos e iniciativas, procurando contribuir ativamente para o desenvolvimento das comunidades em que se insere. Ao longo de 2024, foram várias as participações, sendo de destacar:

- Participação no *workshop* organizado pela **Clean Energy for EU Islands**, subordinado ao tema “Ingredientes necessários para uma elevada integração de Fontes de Energia Renovável (FER) e para a Segurança de abastecimento nas ilhas portuguesas: legislação, planeamento de redes,

esquemas de remuneração e requisitos técnicos para a produção renovável”, com o objetivo de ajudar a acelerar a transição energética nas ilhas portuguesas;

- Realização, na Ponta Delgada durante o mês de maio, da 8ª edição do **International Hybrid Power Plants & Systems Workshop**. A EDA cooperou com a organização para que o mesmo fosse realizado na Região, com o objetivo de dar uma maior visibilidade aos projetos realizados nestas ilhas. Este *workshop* oferece um ambiente propício à discussão do futuro dos sistemas elétricos e das centrais híbridas, em particular das redes isoladas geográfica ou eletricamente, como é o caso das ilhas;
- Organização da **4ª General Assembly Meeting do Projeto EV4EU (Electric Vehicle Management for Carbon Neutrality)**, na ilha de São Miguel. Este projeto é financiado pelo programa de investigação e inovação Horizonte Europa e tem como objetivo o desenvolvimento de estratégias de gestão centradas no utilizador que permitam o crescimento massivo de veículos elétricos;
- Realização das **IX Jornadas Regionais da Qualidade**, realizadas pela EDA, em representação da APQ, que assinalou nos Açores a Semana da Sustentabilidade com o tema “Cidades Sustentáveis”;
- Apresentação dos resultados dos projetos V2G e EV4EU, por parte da EDA, num evento inserido na **Semana Europeia da Mobilidade**, tendo também estado presente no debate sobre os prós e os contras da atividade dos cruzeiros turísticos nos Açores;
- Realização da **Smart Summit Lagoa**, em outubro, um evento com o objetivo de promover a criatividade, a inovação e o empreendedorismo, para o qual a EDA foi convidada a participar num painel sobre a Transição Energética;
- Colaboração entre a EDA, a SPEA e a Câmara Municipal da Graciosa, no âmbito do projeto **LIFE Natura@nigh**, para a construção de uma área-piloto de iluminação pública biodinâmica para monitorizar o impacto que a poluição luminosa causa na biodiversidade noturna. Também, por iniciativa da EDA, e com a colaboração da SIGIFY e SPEA, foram instaladas luminárias com temperaturas 2 200 K em zonas de São Miguel (Mosteiros) e São Jorge (Fajã das Almas) que permitem uma melhor nidificação e posterior iniciação ao voo dos juvenis e cagarros dessas zonas costeiras;
- Participação ativa, por parte da EDA, na **General Assembly and Steering Committee**, do projeto IANOS. Este evento reuniu os parceiros do projeto para discutir o progresso alcançado, definir os próximos passos e realizar uma visita técnica aos trabalhos e tecnologias desenvolvidas na ilha no âmbito do IANOS;
- A EDA Renováveis colaborou com várias escolas Básicas e Secundárias da Região com palestras sobre a transição energética e energias renováveis dos Açores;

- A EDA Renováveis participou na reunião anual Rede Portuguesa dos Geoparques Mundiais da UNESCO realizada na Covilhã onde apresentou uma comunicação intitulada: Ação Climática no Geoparque dos Açores;
- A EDA Renováveis participou no II Festival das Reservas da Biosfera de Portugal nas Fajãs de São Jorge onde apresentou uma palestra sobre descarbonização e transição energética.

GREDA

O GREDA (Grupo Recreativo da EDA) é uma associação de trabalhadores que visa o desenvolvimento de um conjunto de atividades de caráter desportivo, cultural e recreativo que correspondam às expectativas de desenvolvimento físico, intelectual e social dos seus membros, bem como a solidariedade entre os colaboradores e com associações congéneres, e ainda outras atividades que, pela sua natureza, beneficiem os seus associados, nomeadamente protocolos com prestadores de serviços de áreas diversas. Algumas destas ações possuem cumulativamente uma expressão positiva na comunidade em que a empresa se insere.

O GREDA possui associados em todas as empresas do Grupo EDA, de Santa Maria ao Corvo, contando com um elemento representante da sua direção em todas as ilhas dos Açores.

Para cumprir o seu objeto social, o GREDA elabora um plano de atividades, tendo continuado, em 2024, a desenvolver uma série de iniciativas de caráter social e desportivo:

- Recolha de alimentos para diversas instituições de solidariedade social e a oferta de vestuário a crianças institucionalizadas, através dos contributos ao Banco Alimentar de São Miguel, Associação Seniores de São Miguel – Desperdício Zero e a algumas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários da Região;
- Recolha de comida para animais, na ilha do Faial;
- Vários trilhos realizados em São Miguel: Quatro Fábricas da Luz, Rocha da Relva, Janela do Inferno, Salto do Cabrito, Vera Cruz, Sete Cidades e Serra Devassa;
- Diversos torneios desportivos, nomeadamente o minitorneio de futsal nas Flores, o torneio de verão cidade de Lagoa, o minitorneio de futebol 7 em São Miguel, e o primeiro torneio de futsal do triângulo;
- Realização da nova edição do Torneio de Pesca Amizade - Carlos Oliveira e António Furtado, na Ilha das Flores.
- Realização dos tradicionais almoços de Amigos/Amigas, o almoço de São Martinho e o III Encontro de Verão – Comunidade EDA, em parceria com a Comissão de Trabalhadores;
- Novas dádivas de sangue promovidas pelo Grupo de Dadores de Sangue do GREDA, que procedeu às suas 43ª e 44ª dádivas de sangue na ilha de São Miguel, à 2ª dádiva de sangue na ilha do Faial e à 1ª dádiva de sangue na ilha Terceira.

6. Pilar Governance

6.1 Conduta Empresarial

No Grupo EDA, a conduta empresarial passa por reconhecer que o sucesso das empresas não está apenas associado à qualidade e confiabilidade dos serviços prestados, mas também à integridade e profissionalismo com que os serviços são prestados, em conjunto com a noção de responsabilidade e ética que cada colaborador, independentemente da função ou local onde a desempenha, tem nas suas ações e no seu dia-a-dia.

A EDA assegura um serviço público vital de abastecimento de energia elétrica em todas as ilhas da RAA e, por esse motivo, está comprometida em fazê-lo com os mais elevados padrões éticos em todas as atividades da organização, permitindo corresponder à confiança que todos os açorianos depositam na empresa.

Por forma a uniformizar a forma de atuação e comportamentos das diversas empresas, a EDA tem como responsabilidade estabelecer uma estratégia conjunta – aplicável a todas as empresas do seu grupo –, e coordenar as respetivas atuações, bem como assegurar, globalmente, funções comuns a todas elas. Assim sendo, o Plano de Prevenção da Corrupção desenvolvido pelo grupo EDA é aplicável às diferentes empresas, sem prejuízo de análises, medidas específicas e controlos complementares que os órgãos de gestão das empresas entendam estabelecer.

Nesse sentido, em 2022 a empresa iniciou a avaliação, revisão e adoção de instrumentos de gestão, dando origem ao Programa para a Prevenção da Corrupção do Grupo EDA 2023-2025 (PPC GEDA) que assenta em quatro pilares que norteiam a forma de atuação da empresa e dos seus colaboradores - o Código de Conduta, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, o Plano de Formação Interna e o Canal de Denúncias (mais informação em 5.1 Trabalhadores e em 6.1.1 Ética, Transparência e Integridade).

Em relação ao Código de Conduta, o documento pretende promover a transparência e a adoção de comportamentos individuais que garantam o bom ambiente de trabalho atuando de forma ética e aplicando o seu melhor julgamento para o exercício da sua atividade de forma equilibrada, justa e sustentável. O Código de Conduta está alinhado com a Missão da EDA e dá a conhecer aos colaboradores, fornecedores, parceiros, entre outros *stakeholders*, como devem atuar nas suas relações profissionais, o que deve ser assegurado durante o exercício das suas funções, como garantir a eficiência durante o desempenho profissional e como agir em casos e/ou situações de potenciais conflitos de interesse ou imparcialidade.

6.1.1 Ética, Transparência e Integridade

0

Condenações por infrações de combate à corrupção e ao suborno

0 €

em multas ou coimas aplicadas por infrações das leis de combate à corrupção e ao suborno

Fruto do exercício de análise de materialidade desenvolvido (mais informação em 3.1.1 Materialidade), foi identificado o tema material “Ética, Transparência e Integridade”, que expressa a sua importância para o Grupo EDA na forma como o negócio é gerido com integridade e transparência, promovendo valores éticos junto de trabalhadores, clientes, fornecedores e outros parceiros. Estes valores são fundamentais para a atuação da empresa e devem ser respeitados em todas as ocasiões, evitando riscos associados à reputação da empresa que podem colocar em causa o relacionamento comercial e, em último caso, a autonomia financeira e a produtividade do Grupo. Neste sentido, **destaca-se como principal risco a má conduta empresarial e ética desalinhada com os valores e princípios do Grupo EDA, conduzindo a comportamentos inadequados que impactam a integridade da organização (como fraude, corrupção, suborno, entre outros)**. Além disso, é essencial reconhecer outros riscos associados, como a resistência à mudança na adoção de práticas mais rigorosas e eficazes, bem como a dificuldade de perceção da relevância da ética, transparência e integridade no contexto global (europeu, nacional, regional). A ineficiência dos mecanismos de controlo interno pode ainda comprometer a mitigação de riscos reputacionais e a confiança dos *stakeholders*.

A aposta na transparência, integridade e ética surge da necessidade de criar mecanismos que norteiem os comportamentos dos *stakeholders* internos e externos do Grupo EDA e de dar a conhecer a forma de atuação da empresa e os seus resultados. A adoção de mecanismos internos, como o Código de Conduta, a implementação do PPR GEDA, o regulamento de recrutamento, o regulamento de execução orçamental, o regulamento de procedimentos contratuais para a aquisição de bens, serviços e empreitadas e as declarações de inexistência de conflitos de interesse, demonstram o caminho traçado pelo Grupo para mitigar os potenciais riscos de conflito de interesses e de atos de corrupção, promovendo, dessa forma, comportamentos éticos e uma maior transparência e integridade. Ao mesmo tempo, a divulgação regular de informação relacionada com os resultados, como, por exemplo, através do Relatório e Contas e de Informação de Sustentabilidade, aumentam a confiança dos *stakeholders* e demonstram a integridade, transparência e responsabilidade que o Grupo EDA coloca nas suas atividades.

A nível interno, destaca-se o Plano de Prevenção do Risco de Corrupção e Infrações Conexas do Grupo EDA 2023-2025 (PPR GEDA), que tem como objetivo identificar, analisar e classificar as situações e os riscos de exposição da empresa a

Em 2024, não foram registadas condenações por infrações de combate à corrupção e ao suborno.

atos de corrupção, bem como estabelecer e acompanhar um conjunto de medidas, preventivas e corretivas, para a redução da probabilidade da ocorrência e do seu impacto. O PPR GEDA é um instrumento que permite fortalecer a conduta empresarial, fomentar relações de confiança e prever conflitos de interesse e atos de corrupção.

De salientar que, em conformidade com o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro), é designado um responsável pelo programa de prevenção da corrupção nas empresas do Grupo EDA, cabendo ao Diretor da Direção de Auditoria Interna da EDA executar, controlar e rever o PPR GEDA.

Adicionalmente, a EDA dispõe de um Sistema de Controlo Interno (SCI) que tem três objetivos principais:

- Salvaguardar os ativos da organização;
- Diminuir os riscos passíveis de comprometer o alcance dos objetivos, incluindo não conformidades, fraudes, irregularidades ou erros;
- Garantir o cumprimento da legalidade em todos os atos de gestão e de desempenho de funções.

O SCI engloba um conjunto de *standards*, estrutura organizativa, políticas e procedimentos que promovem o controlo interno dentro da empresa, no âmbito do desenvolvimento das competências atribuídas aos órgãos sociais e a cada uma das áreas da empresa, incluindo realização de auditorias aleatórias para deteção de eventuais condicionantes e/ou medidas de correção ou de aperfeiçoamento.

Além disso, como mecanismo de promoção de transparência, o Grupo tem à sua disposição um livro de reclamações *online*, acessível através do seu site, com ligação à ERSE, bem como o Provedor do Cliente – um canal de comunicação específico que privilegia a proximidade com o cliente (mais informação em 2.4. Satisfação do Cliente). Adicionalmente, a empresa desde 2023, dispõe de um canal de denúncias de irregularidades que permite aos seus *stakeholders*, de forma independente e anónima, comunicar qualquer situação ou suspeita fundamentada relacionada com a prática de irregularidades que violem ou prejudiquem: (i) de forma grave, a legislação, normas e estatutos ou regulamentos vigentes; (ii) o património da sociedade; (iii) a imagem e reputação institucional da empresa; e (iv) situações suscetíveis de corrupção ou fraude.

6.2 Compliance e Gestão de Risco

A EDA, sociedade que controla as empresas do Grupo EDA, é uma empresa pública, enquadrada no setor público empresarial regional (SPER). Rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas relativas às sociedades anónimas e por disposições do Governo Regional dos Açores relacionadas com o SPER e com o setor elétrico regional.

Nos termos do contrato de concessão da gestão do sistema e do transporte e a distribuição de energia elétrica, celebrado com a Região Autónoma dos Açores, a EDA tem a responsabilidade de exercer a atividade que é objeto da concessão pelo prazo de 50 anos, contados a partir de 12 de outubro de 2000, data da aprovação da Resolução nº 181/2000, publicada no Jornal Oficial, I Série, nº 41/2000.

A partir de 2002, com a publicação do Decreto-Lei nº 69/2002, de 25 de março, as atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica desenvolvidas pela EDA, passaram a estar sujeitas ao controlo e regulação pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). As regras estabelecidas para as empresas reguladas estão vertidas nos diversos Regulamentos, Diretivas, Instruções e Recomendações emanados pela ERSE, incluindo:

- Regulamento Tarifário;
- Regulamento de Acesso às Redes e às Interligações;
- Regulamento relativo à Apropriação Indevida de Energia;
- Regulamento do Autoconsumo;
- Regulamento da Operação das Redes;
- Regulamento da Qualidade de Serviço;
- Regulamento das Relações Comerciais;
- Regulamento dos Serviços das Redes Inteligentes;
- Regulamento da Mobilidade Elétrica.

Neste contexto, destaca-se também que o período regulatório em vigor encerra em 2025 e, em simultâneo com a definição das Tarifas para 2026, a ERSE irá apresentar as metodologias para a determinação dos proveitos permitidos da EDA, bem como os parâmetros aplicáveis para o período de 2026-2029.

A EDA tem vindo a alinhar os seus mecanismos de *compliance* com os processos internos de gestão de riscos, considerando que ambos os processos partilham objetivos comuns: salvaguardar os interesses da organização, promover a resiliência e eficiência das operações e garantir a adesão aos padrões e requisito legais.

Fruto da complexidade onde as empresas do Grupo EDA estão inseridas, o aprovisionamento de bens, serviços e empreitadas está sujeito aos procedimentos legais de contratação aplicáveis, no respeito pela concorrência e pela legalidade das despesas, bem como à obrigatoriedade de publicação das peças procedimentais em plataforma pública. Dependendo do seu valor, pode ser ainda necessário o visto prévio e/ou fiscalização por parte do Tribunal de Contas.

A nível ambiental, as empresas também enfrentam algumas obrigatoriedades na produção de energia, como é o caso do cumprimento dos limites de emissões de GEE, o cumprimento da lei do ruído e o cumprimento das leis referentes ao manuseamento de materiais oleosos e/ou perigosos. Além disso, no transporte e distribuição de eletricidade, o estabelecimento de infraestruturas elétricas

apenas pode ocorrer de acordo com os procedimentos de licenciamento e no respeito pelos direitos dos particulares, tendo de ser observada a segurança de pessoas e bens.

A empresa está ciente que o incumprimento de obrigações legislativas e/ou regulamentares, relacionadas com o reporte de informação ou com a sua prestação de serviços, pode causar danos na sua reputação, bem como dar origem a potenciais sanções. A necessidade de cumprimento com as leis e regulamentos aplicáveis às empresas do Grupo serve como ponto de partida para a gestão dos riscos inerente ao não cumprimento dos mesmos e, nesse sentido, a política da empresa tem passado pela elaboração de regulamentos e procedimentos próprios capazes de garantir o cumprimento das exigências legais. Além de procedimentos instituídos para monitorização do cumprimento das suas obrigações, a empresa tem, neste âmbito, as seguintes políticas e regulamentos:

- Política de Qualidade, Ambiente e Segurança;
- Política de prevenção de acidentes graves;
- Política de privacidade de dados pessoais dos trabalhadores, clientes e de todo e qualquer titular de dados pessoais tratados pela empresa, e procedimentos no âmbito do RGPD para a área comercial;
- Regulamento interno de Governo do RGPD;
- Política e normas de segurança da informação;
- Política de contratações externas.

Ao assegurar o cumprimento legal e regulamentar, a EDA está a mitigar potenciais riscos e a reduzir potenciais ameaças ao normal funcionamento da empresa, quer em termos operacionais, quer em termos económicos. Para tal, a EDA dispõe de um Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança certificado que pretende materializar, através de metodologias e dinâmicas, os compromissos estabelecidos na Política de Qualidade, Ambiente e Segurança, nomeadamente, garantir o cumprimento das obrigações de conformidade aplicáveis à EDA no âmbito do desenvolvimento das suas atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Uma das formas previstas para a gestão de risco prende-se com a existência de um procedimento de trabalho interno, que tem como objetivo definir a metodologia e os critérios para identificar e avaliar os riscos associados às atividades, novas ou planeadas, de forma a obter melhores resultados e prevenir efeitos negativos, optando por identificar e planejar medidas de controlo, sempre que necessário. O âmbito do procedimento de trabalho abrange todos os serviços e produtos sob controlo direto da EDA, bem como os disponibilizados por fornecedores externos para os quais a EDA possa estender a sua influência. Neste procedimento, são identificados riscos ambientais, operacionais (qualidade), de segurança ocupacional e segurança da informação e, ainda, as direções responsáveis por efetuar a análise do risco nas diversas fases do processo.

Para fortalecer a sua abordagem na gestão de risco, a EDA tem vindo a implementar medidas que visam a melhoria contínua dos seus processos. Em 2024, destacam-se as seguintes ações estratégicas:

- Revisão de procedimentos e aperfeiçoamento do sistema de controlo interno, de forma transversal, com foco na identificação de riscos, nomeadamente os decorrentes do processo do PPR GEDA 2023-2025;
- Plano de Auditoria Interna, no âmbito do qual são executadas auditorias periódicas que permitem uma análise detalhada dos processos internos e a identificação de oportunidades de melhoria.

Além disso, é efetuada uma avaliação e matriz de riscos, presente no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que pretende avaliar potenciais eventos, situações ou circunstâncias em função da magnitude previsível do seu impacto e probabilidade de ocorrência, sendo estes avaliados segundo uma escala de três níveis – Alto, Médio e Baixo. Esta avaliação é feita para cada empresa do Grupo EDA, individualmente, e contempla diversas áreas de atuação, nomeadamente, vendas e prestação de serviços, aprovisionamento, gestão de recursos humanos e gestão de recursos materiais e financeiros.

Para reforçar a monitorização das obrigações regulamentares, a Direção de Planeamento, Controlo de Gestão e Regulação (PLCOR) elabora relatórios semestrais, sendo o último relatório emitido referente ao ano de 2024. Paralelamente, encontra-se em desenvolvimento uma plataforma em *SharePoint* que vai permitir uma interação mais eficaz com as direções responsáveis pelas obrigações regulamentares e a emissão de alertas para datas de referência.

Adicionalmente, a EDA realizou um exercício de identificação de riscos ESG nas suas atividades e em linha com os tópicos materiais resultantes da análise de materialidade (mais informação em 3.1.1. Materialidade). Para a realização do exercício, foram tidas em conta as recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) para a identificação dos riscos climáticos, os riscos provenientes do setor de atividade e, ainda, os riscos identificados por entidades pares em diferentes geografias. A nível do *Compliance*, destaca-se como principal risco o enquadramento legal e regulatório cada vez mais exigente e a falta de acompanhamento da resposta atempada às novas exigências legais, em matéria de sustentabilidade do setor. Para o tema da Gestão de Risco, o principal risco prende-se com a ineficiência deste sistema de gestão. Os restantes riscos apurados, resultantes do exercício, estão espelhados e sistematizados ao longo dos capítulos do presente relatório, bem como a forma como são geridos.

6.3 Cibersegurança

A EDA é reconhecida como uma Operadora de Infraestruturas Críticas e de Serviços Essenciais devido à sua concessão do serviço público de abastecimento de energia elétrica, vital para as populações, estando, desta forma, sujeita às obrigações impostas pelo Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço. Por isso, e no contexto atual, marcado por desafios sociopolíticos e tecnológicos, a cibersegurança torna-se um fator crítico, garantindo a proteção dos sistemas e dados essenciais para o funcionamento ininterrupto e seguro do abastecimento de energia. A transição digital impacta

diretamente a estratégia e o modelo de negócio da empresa, particularmente com a introdução de ferramentas e processos digitais que visam melhorar a produtividade, estimular a inovação e reduzir custos operacionais.

No entanto, essa evolução também aumenta o risco de exposição a ataques cibernéticos, que podem ter ramificações significativas e afetar a segurança do abastecimento - desde a produção de energia em centrais elétricas até ao transporte e distribuição -, sendo, por isso, crucial investir na segurança da informação e em infraestrutura de suporte.

O Grupo EDA está a dar continuidade ao seu processo de transição digital na busca permanente pelo aumento da eficiência dos seus processos, com vista à melhoria da produtividade de toda a sua atividade.

Considerando a importância da cibersegurança, é essencial analisar os possíveis impactos que o tema pode ter nas operações e na sociedade em geral. Entre os impactos negativos, destaca-se sobretudo o efeito financeiro decorrente de possíveis interrupções nos serviços devido a ameaças externas, afetando também os clientes, bem como o elevado custo associado ao investimento em ferramentas digitais e recursos humanos, o abalo na reputação da empresa em caso de violação de dados e as sanções decorrentes do não cumprimento de obrigações legais e regulatórias.

A crescente complexidade e dependência dos sistemas informáticos e tecnológico, aliada aos custos associados, também representa um desafio significativo, destacando a importância de medidas robustas de cibersegurança para mitigar os riscos e proteger os ativos da empresa. Apesar destes riscos, é importante salientar que as atividades e processos implementados pelo Grupo promovem a criação de oportunidades, na medida em que possibilitam a disponibilização de serviços inovadores e contribuem para o aumento da eficiência e eficácia dos processos, refletindo-se positivamente na produtividade e na segurança.

Por outro lado, o investimento na cibersegurança tem um impacto positivo por garantir a confidencialidade, autenticidade, integridade e disponibilidade dos dados, através do aumento dos níveis de proteção das infraestruturas e dos ativos de suporte às atividades críticas por meio da implementação de mecanismos de proteção, deteção e resposta, na mudança de comportamentos e adoção de práticas preventivas por parte dos colaboradores e, sobretudo, pela minimização dos riscos de ataques cibernéticos.

A proteção dos sistemas e dos dados da empresa é fundamental para garantir o cumprimento das suas obrigações e a segurança de toda a cadeia de valor. Neste contexto, o Grupo identifica possíveis impactos, riscos e oportunidades para o seu negócio, de forma a poder geri-los da maneira mais eficiente.

Tabela 46 – Cibersegurança – impactos, riscos e oportunidades

Impactos	• Impacto financeiro decorrente de possíveis interrupções nos serviços; • Custos associados ao investimento em ferramentas digitais e recursos humanos; • Danos na reputação da empresa em caso de violações de dados e as sanções decorrentes do não cumprimento de obrigações legais e regulatórias; • Aumento dos níveis de proteção das infraestruturas por meio da implementação de mecanismos de proteção, detecção e resposta; • Mudança de comportamentos e adoção de práticas preventivas por parte dos colaboradores e, sobretudo, pela minimização dos riscos de ataques cibernéticos.
Riscos	• Risco de ineficácia nos mecanismos de cibersegurança e dos procedimentos implementados de resposta às solicitações diárias, internas e externas; • Risco de ameaças externas.
Oportunidades	• Disponibilização de serviços inovadores em segurança; • Avaliação sistematizada do contexto tecnológico e suas repercussões, assegurando a transição tecnológica; • Interconexão automática com clientes e fornecedores; • Alinhamento da estratégia de desenvolvimento com as exigências tecnológicas do mercado.

A implementação de processos e políticas para identificar, avaliar e abordar os principais impactos, riscos e oportunidades relacionados com a cibersegurança é uma resposta direta ao contexto atual. Este ano, a EDA apostou novamente em diversas ações que espelham a importância do tema para o Grupo, destacando-se:

- Desenvolvimento de **políticas de segurança e normas disponíveis na internet**, visando transpor e densificar os princípios legais para atividades específicas da empresa, garantindo que estes são observados em procedimentos e instruções de trabalho;
- Realização de **formação** para capacitar os colaboradores em questões de segurança da informação;
- Sensibilização através da **implementação de exercícios comportamentais** para detecção de práticas fraudulentas;
- Sensibilização contínua dos utilizadores por meio de **comunicações regulares sobre boas práticas**;
- Desenvolvimento do processo de **gestão de dados pessoais**;
- Processo de contratação de **Serviços Especializados em Políticas de Segurança Informática**, que se encontra em fase de consolidação, incluindo designadamente a redefinição de políticas de segurança, a elaboração de um plano de emergência e de

governo para resposta a incidentes de cibersegurança e o investimento em ferramentas de monitorização, deteção e resposta a estas ocorrências.

Consciente de que a informação sensível relativa a colaboradores, clientes e ao negócio, deve ser tratada de maneira a assegurar a sua credibilidade, o Grupo EDA implementou uma **Política de Segurança de Informação** de forma a manter o comprometimento com a Segurança de Informação, garantir e reforçar a conformidade com a regulamentação e exigências legais em vigor, assegurar a integridade, a confidencialidade, a autenticidade e a disponibilidade da informação e estabelecer um padrão de qualidade consistente com a dimensão e importância da organização. A par desta política, a **Política de Privacidade de Dados Pessoais** assegura que, sempre que ocorra algum tratamento de dados pessoais de clientes ou de outras pessoas singulares, nomeadamente para efeitos de disponibilização de serviços ou outras contraprestações, esses dados sejam tratados nos termos desta política. O compromisso do Grupo é que os dados pessoais recolhidos, armazenados e tratados estejam sempre protegidos por medidas de segurança adequadas, sendo adotadas as ações necessárias para poder restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico.

A ampliação do uso de sistemas digitais a todos os trabalhadores resultou em novas necessidades, incluindo formação em competências digitais e promoção da literacia digital entre os colaboradores e outras formações que cobrem temas sobre Privacidade, Proteção de dados e Segurança da Informação. Além disso, houve uma mudança significativa no modelo de negócio das Tecnologias de Informação, com a migração de soluções tradicionais para ambientes em nuvem, o que intensificou ainda mais os desafios de segurança. Como resultado, a segurança da informação tornou-se uma das principais preocupações da empresa, exigindo a implementação de ferramentas e medidas de segurança de dados robustas, em conformidade com os requisitos legais de cibersegurança.

Como resultado dessas ações, a empresa alcançou importantes marcos, incluindo a implementação de mecanismos de monitorização para deteção precoce de ameaças, o aumento da consciencialização entre os trabalhadores e uma melhoria na literacia digital de toda a organização. Estes resultados contribuem para a promoção de um papel ativo dos colaboradores na proteção dos recursos digitais, fortalecendo a segurança da empresa.

Com o objetivo de manter um elevado padrão de cibersegurança, a EDA estabeleceu níveis de serviço (*Service Level Agreement* - SLA) exigentes nos contratos de prestação de serviços, para 'Monitorização, Deteção e Resposta', que estabeleceu neste domínio. São definidas metas para o tempo decorrido nas várias etapas do processo de resposta a incidentes de cibersegurança, desde o alerta despoletado pelos sistemas até à conclusão da intervenção da equipa de cibersegurança.

Destaca-se ainda que, durante o período de 2024, não ocorreram incidentes de impacto relevante ou substancial na segurança das redes e sistemas de informação, conforme consta do relatório anual entregue à Autoridade Nacional de Cibersegurança (CNCS).

6.4 Cadeia de Fornecedores

A EDA cumpre os requisitos regulamentares e legais de contratação pública, estabelecidos pelos diplomas aplicáveis em vigor, efetuando concursos públicos para as aquisições determinadas pela lei.

Nas situações em que o valor do contrato fique aquém dos limiares europeus aplicáveis aos setores especiais, apesar da EDA se encontrar isenta dos procedimentos previstos na Parte II do Código dos Contratos Públicos (CCP), podendo, dentro destes limites, efetuar consultas a apenas uma entidade, ou várias entidades consoante se revele adequado em função da natureza dos bens a adquirir ou da especificidade dos serviços a prestar, a empresa aplica um regulamento interno que determina os procedimentos contratuais a efetuar para aquisições de bens e serviços, privilegiando os princípios da imparcialidade e da eficiência e promovendo a concorrência entre fornecedores.

O Grupo EDA privilegia uma relação de confiança com os seus fornecedores, com especial relevo para a transparência e ética, no respeito pelos valores constantes do Código de Conduta em vigor. Neste sentido, foram proporcionados *workshops* aos fornecedores, com o objetivo de fomentar relações de maior proximidade e esclarecer sobre os requisitos ambientais e de segurança e sobre as expectativas da EDA no âmbito dos produtos ou serviços contratados.

Cerca de 71% do valor de compras foi efetuado a fornecedores da Região dos Açores.

Aquando da contratação, são considerados requisitos específicos de Qualidade, Ambiente e Segurança, em conformidade com os procedimentos instituídos.

A EDA estabeleceu um processo de qualificação, seleção e avaliação de fornecedores e prestadores de serviços, cuja natureza e criticidade do fornecimento ou serviço prestado são relevantes para o propósito do Grupo. O processo estabelece ainda critérios que permitem avaliar e monitorizar o desempenho dos fornecedores e prestadores de serviço, promovendo a implementação de ações de melhoria, quando aplicáveis. No ano de 2024 foram **avaliados 95 fornecedores e prestadores de serviço** cuja natureza da prestação de serviço incidiu sobre a componente operacional do negócio, nomeadamente na Gestão da Produção e Manutenção dos Sistemas de Energia nas Centrais Termoelétricas, tendo-se obtido um resultado médio global entre os vários parceiros avaliados de 88%, que corresponde à classificação máxima atribuída (classe “Preferencial”, entre 80%-100%), demonstrando o bom desempenho e compromisso dos fornecedores e prestadores de serviço do Grupo EDA.

Código dos Contratos Públicos

A EDA, como empresa de capitais maioritariamente públicos, segue o Código dos Contratos Públicos (CCP). Contudo, ao atuar num setor especial (energia), aplica a Parte II do CCP quando os

procedimentos de contratação excedem os limiares europeus aplicáveis aos setores especiais (Empreitadas de obras públicas: 5.548.000 €; Fornecimento de bens, de prestação de serviços e de concursos de conceção: 443.000 €, limiares aplicáveis para 2024). Abaixo destes limiares, no setor especial a EDA não aplica a Parte II do CCP. Contudo, e de modo a manter procedimentos e relacionamentos com os operadores do mercado, transparentes, equitativos e com princípios de igualdade e concorrência, a EDA definiu um Regulamento interno para os seus procedimentos de contratação para aquisição de bens, serviços e empreitadas, onde estão definidas regras similares às da Parte II do CCP.

6.5 Desempenho Económico e Sustentável



O desempenho económico sustentável surge como um pilar para garantir a viabilidade do negócio do Grupo EDA a longo prazo e a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável dos Açores, influenciando, por isso, os seus objetivos estratégicos e planos de ação. A transição para uma economia de baixo carbono é vista não só como uma necessidade ambiental, mas também como uma oportunidade para o crescimento sustentável do negócio.

Sendo o desempenho económico sustentável um tema material para o Grupo EDA, este refere-se à promoção da solidez económica da organização, assegurando a continuidade da missão através de políticas sustentáveis, bons resultados e um modelo de negócio resiliente, ambientalmente responsável e assente num crescimento justo e inclusivo. A sua implementação é suportada por uma combinação de mecanismos financeiros prudentes, uma estrutura de gestão focada na sustentabilidade, um planeamento estratégico que integra aspetos económicos e de sustentabilidade, a otimização das operações através da eficiência e da inovação, e a utilização de sistemas de gestão e monitorização para garantir o cumprimento dos objetivos e a melhoria contínua.

Nesse sentido, destacam-se alguns impactos, riscos e oportunidades que norteiam a forma como o Grupo EDA tem vindo traçar o seu caminho para um desenvolvimento mais sustentável e de descarbonização do setor.

Tabela 47 – Desempenho económico e sustentável – impactos, riscos e oportunidades

Impactos	• O aumento da produção renovável no “mix” permite a diminuição da dependência de combustíveis fósseis; • O armazenamento permite a diminuição de cargas mínimas de funcionamento das centrais térmicas, reduzindo o consumo de combustíveis; • A aposta em energias renováveis tem uma conotação positiva junto da sociedade em geral, possibilitando maior aproximação/identificação à comunidade e aos clientes; • A eletrificação em curso dos consumos leva a que surjam novas oportunidades de negócio.
Riscos	• Risco de condicionamento do desempenho económico do Grupo por evoluções adversas da conjuntura macroeconómica e dos mercados financeiros e do contexto legal; • Risco de desequilíbrio financeiro do Grupo face ao elevado volume de investimento necessário para cumprir metas relativas à transição energética e descarbonização.
Oportunidades	• Mercado obrigacionista com ofertas mais atrativas para emissão de obrigações sustentáveis; • Desenvolvimento de soluções de armazenamento de energia; • Introdução de combustíveis alternativos sustentáveis; • Aplicação de critérios de sustentabilidade na cadeia de valor.

As empresas de produção, transporte, distribuição e venda de energia elétrica desempenham um papel fulcral no desenvolvimento económico e sustentável da sociedade. Tal como tem acontecido um pouco por todos os setores de atividade, também o setor energético tem sentido pressão, por parte dos seus *stakeholders*, para equilibrar o seu desempenho económico com a responsabilidade ambiental e social.

Para isso, o Grupo EDA define o **Plano Estratégico Plurianual 2025-2029** com vários objetivos e medidas que refletem o seu compromisso com a incorporação das questões de sustentabilidade no cerne da estratégia de negócio, nas operações e no dia-a-dia dos colaboradores. Este plano compreende uma multiplicidade de novos projetos na ordem dos 305 milhões de euros, onde se incluem medidas ao nível dos centros produtores de energia, das redes de transporte e distribuição, bem como de outras imobilizações menos significativas. O investimento alocado a projetos de aproveitamento de energias renováveis e sistemas de reserva rápida do tipo BESS corresponde a mais de metade deste montante, compreendendo cerca de 196 milhões de euros, o que, no atual estado de desenvolvimento das tecnologias conhecidas, maximiza a penetração de produção renovável nos pequenos e isolados sistemas elétricos dos Açores. De notar a redução do valor investido face ao definido no Plano anterior de 2024-2028, devido à necessidade de recalendarização da

implementação dos sistemas BESS, por estarem dependentes da captação de fundos comunitários que tornam estes projetos economicamente viáveis.

Objetivos do Plano Estratégico Plurianual 2025-2029

Promover a Eletrificação e a Descarbonização

Este objetivo foca-se na maximização da integração de produção de eletricidade com origem renovável em todas as ilhas, ajustando ao contexto de cada uma e considerando a capacidade de atuação ao nível da gestão da procura. Ao mesmo tempo, pretende-se acompanhar a inovação no âmbito dos combustíveis sustentáveis alternativos e a evolução tecnológica das soluções de armazenamento, para a energia renovável produzida em excesso no vazio para posterior uso nos períodos de maior consumo. Este pilar contempla também a promoção contínua dos clientes e trabalhadores do Grupo EDA sobre sustentabilidade, nomeadamente sobre eficiência energética.

Dinamizar a Inovação e a Digitalização

Este objetivo permite responder aos desafios associados à complexidade da gestão dos sistemas elétricos, através da aposta na digitalização de processos e em sistemas inteligentes para gestão integrada de produção dispersa.

Promover o Desenvolvimento dos Colaboradores

Este é um dos pilares da gestão dos recursos humanos do Grupo EDA, no âmbito do qual se pretende, principalmente, captar e reter talentos para as funções críticas, dinamizar formações para as prioridades de desenvolvimento, concretizar planos de sucessão para as funções-chave, sensibilizar os colaboradores sobre saúde e segurança, rever o Sistema de Avaliação de Desempenho e promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional dos seus colaboradores.

Incrementar a Solidez e a Sustentabilidade Financeira

Neste âmbito, o Grupo pretende promover o aumento dos níveis de produtividade, otimizar os resultados e o *cash-flow* operacional (EBITDA) para melhorar a estrutura financeira da empresa e adequar o endividamento ao ativo, garantindo sempre a segurança do abastecimento de energia e suportando os objetivos de sustentabilidade do Grupo, nomeadamente a descarbonização dos sistemas elétricos dos Açores. Para tal, tem havido um foco contínuo no controlo dos custos, na gestão da dívida e na priorização dos investimentos, de forma a selecionar os investimentos com melhor equilíbrio custo-benefício.

Melhorar os Índices de Satisfação e de Confiança do Cliente

O Grupo EDA está empenhado em prestar um serviço de excelência adequado às necessidades dos seus clientes, apostando, por isso, na qualidade das soluções fornecidas, na fiabilidade das infraestruturas e equipamentos e na melhoria de procedimentos,

desenvolvendo novas soluções que simplifiquem o relacionamento e aumentem o nível de satisfação dos clientes.

Considerando os crescimentos observados no consumo de energia, a aposta em energias renováveis tem permitido diminuir a dependência dos combustíveis fósseis e a exposição à volatilidade do seu mercado, bem como as consequentes emissões de CO₂. Paralelamente, a Política Energética Europeia, ao definir metas ambiciosas para a independência e transição energética, oferece ao Grupo EDA acesso a novas oportunidades de financiamento público para investimentos relacionados com energias renováveis, armazenamento e modernização das redes elétricas, permitindo acelerar a transição para um modelo de baixo carbono sem comprometer a segurança energética da Região.

De forma a potenciar esta transição na RAA, até 2029, o Grupo EDA definiu como objetivo aumentar, para 53%, a energia elétrica produzida com base em energias renováveis (face à parcela atual de 33%), ou para 57% se se considerar a componente produzida a partir da incineração de resíduos. A necessária revisão da calendarização dos investimentos nos sistemas de reserva rápida do tipo BESS nas ilhas, excluindo Graciosa, Terceira e São Miguel que já se encontram em exploração, teve como consequência a diminuição da proporção de energia renovável a atingir no horizonte do plano, face ao definido anteriormente.

O Grupo EDA está ciente da sua responsabilidade na transição energética dos Açores, estando munido com as capacidades para contribuir para a sustentabilidade ambiental e reforço da autonomia energética da Região, passando a oferecer soluções mais sustentáveis e dando prioridade à produção e distribuição proveniente de fontes renováveis. Não obstante, no âmbito da implementação do seu plano de ação, o Grupo prevê também a identificação e gestão dos impactos ambientais, diretos ou indiretos, resultantes das suas atividades e operações, de forma a garantir a redução de possíveis efeitos adversos.

A aposta na inovação e na digitalização também tem permitido reduzir custos e melhorar os processos da empresa, particularmente a aposta em sistemas de gestão do sistema elétrico, que tem proporcionado ganhos de eficiência e eficácia na gestão do sistema, em intervenções na rede e em instalações do cliente. O foco passa por garantir a continuidade e qualidade do serviço, privilegiando operações desmaterializadas e tendencialmente digitais junto dos seus *stakeholders* externos e internos.

Apesar dos avanços, os desafios regulatórios impõem limites nos custos de produção, o que pode dificultar o cumprimento das metas regionais.

A EDA tem participado em diversas iniciativas que vão ao encontro da descarbonização do setor, onde se destacam:

- Projetos de sistemas de armazenamento de reserva rápida do tipo BESS;
- Projetos de eficiência energética em edifícios;
- Projeto EDA Solar;

- Projeto de mobilidade elétrica (residencial e empresarial);
- Projeto V2G – *Vehicle to grid*;
- Projeto IANOS – *Integrated solutions for decarbonization and smartification of islands*;
- Projeto H₂AzoRES (NESOI).

Salienta-se a participação no grupo NEIS (*network of experts for islands management system*) da EURELECTRIC, que tem o objetivo principal identificar e analisar potenciais áreas de interesse e cooperação para as empresas de serviços públicos de energia que operam em sistemas elétricos insulares, potenciando a troca de informação e abordagem relativamente às preocupações regulamentares, ambientais e técnicas específicas desses sistemas. Adicionalmente, este grupo procura, ainda, sensibilizar as instituições e reguladores da União Europeia para as especificidades de tais sistemas, de modo a terem em consideração as mesmas na legislação produzida e, ainda, na atribuição de condições especiais de financiamento.

O Grupo EDA tem procurado direcionar os seus projetos e iniciativas para áreas mais sustentáveis, promovendo, desta forma, um alinhamento com os requisitos e pressupostos do financiamento verde, garantindo o acesso a esses fundos e diversificando as suas fontes de financiamento. A empresa considera que os instrumentos de financiamento verde, tais como obrigações, linhas de crédito, entre outros, são uma forma fundamental para incentivar a transição para uma economia de baixo carbono, enquanto promovem uma utilização eficiente dos recursos.

Nesse sentido, o Grupo dispõe de um *Framework* para o financiamento verde, baseado nos *Green Bond Principles* elaborados pela *International Capital Market Association* e com os *Green Loan Principles* elaborados pela *Loan Syndications and Trading Association*. Este documento, atualizado em 2023, foca-se em quatro pilares: (1) Utilização de recursos, (2) Avaliação e seleção de projetos, (3) Gestão de receitas e (4) Reporte de informação e define os critérios de elegibilidade dos projetos em três áreas:

1. Capacidade renovável
2. Modernização das redes
3. Eficiência energética na comunidade

O Grupo EDA analisa e realiza uma pré-seleção dos potenciais projetos elegíveis, de acordo com a análise de risco relacionada com os critérios ESG. Após a primeira análise, os projetos são alvo de uma nova avaliação por parte de equipas multidisciplinares que garantem que os projetos têm as características necessárias para serem definidos como projetos verdes elegíveis.

Para os projetos e investimentos com a finalidade em aumentar a produção de energias renováveis, o Grupo definiu os seguintes critérios:

- Estimativa de emissões anuais de CO₂ evitadas (em tCO₂);
- Capacidade renovável ligada à rede (em MW e percentagem relativa da capacidade total);
- Produção anual (MWh/ano);
- Intensidade de carbono de instalações existentes e novos projetos (gCO₂/kWh);

- Melhorias de eficiência (%);
- Número de edifícios qualificados com sistemas de aquecedores de água por ano;
- Produção anual de consumo de mobilidade elétrica (MWh/ano);
- Número de infraestruturas implantadas por ano.

A contratualização de um empréstimo obrigacionista verde em novembro de 2024, no montante de 40 milhões de euros, é a evidência que o Grupo EDA está comprometido com a transição energética e contribui para uma economia de baixo carbono.

7. Tabela ESRS

O exercício de alinhamento do Relatório de Sustentabilidade do Grupo EDA com a CSRD e as ESRS pressupôs a recolha de informação associada a alguns requisitos das normas, tendo em conta a capacidade de reporte das empresas para os vários temas materiais. Não é garantida, nesta fase, uma resposta completa a todos os *datapoints* dos requisitos sugeridos.

Tabela de correspondência entre os Temas Materiais, os Temas ESRS e as normas GRI

Temas materiais da EDA	ESRS temática	Subtema ESRS	Cruzamento com o GRI
Alterações climáticas	E1 – Alterações climáticas	E1-5 — Consumo energético e combinação de energia	GRI 302: Energia 2016;
		E1-6 — Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE	GRI 305: Emissões 2016
Eficiência Energética	E1 – Alterações climáticas	E1-5 — Consumo energético e combinação de energia	GRI 302: Energia 2016;
		E1-6 — Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE	GRI 305: Emissões 2016
Transição Energética	E1 – Alterações climáticas	E1-5 — Consumo energético e combinação de energia	GRI 302: Energia 2016;
			GRI 305: Emissões 2016
Gestão do Capital Humano	S1 – Mão-de-obra própria	S1-6 – Características dos trabalhadores assalariados da empresa	
		S1-8 – Cobertura de negociação coletiva e diálogo social	GRI 401: Emprego 2016;
		S1-9 — Métricas de diversidade	GRI 404: Capacitação e Educação 2016;
		S1-10 – Salários adequados	GRI 405: Diversidade e igualdade de oportunidades 2016;
		S1-12 – Pessoas com deficiência	
		S1-13 – Métricas de formação e desenvolvimento de competências	GRI 406: Não discriminação 2016
		S1-15 – Métricas de equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada	
		S1-16 – Métricas de compensação (disparidade salarial e compensação total)	

Temas materiais da EDA	ESRS temática	Subtema ESRS	Cruzamento com o GRI
		S1-17 – Incidentes, queixas e graves impactos e incidentes de desrespeito dos direitos humanos	
Segurança e Saúde Ocupacional	S1 - Mão-de-obra própria	S1-14 – Métricas de saúde e segurança	GRI 403: Saúde e segurança no trabalho 2018
Garantia da Segurança no Abastecimento	<i>Sem correspondência direta</i>	<i>Sem correspondência direta</i>	<i>Sem correspondência direta</i>
Compliance	G1 - Conduta empresarial	<i>Sem correspondência direta</i>	GRI 2: Conteúdos gerais 2021
Desempenho Económico Sustentável	<i>Sem correspondência direta</i>	<i>Sem correspondência direta</i>	GRI 201: Desempenho económico 2016
Cibersegurança	<i>Sem correspondência direta</i>	<i>Sem correspondência direta</i>	GRI 418: Privacidade do cliente 2016
Ética, Transparência e Integridade	G1 - Conduta empresarial	G1-4 – Incidentes confirmados de corrupção ou suborno	GRI 205: Combate à corrupção 2016
Gestão do Risco	<i>Sem correspondência direta*</i>	<i>Sem correspondência direta</i>	GRI 2: Conteúdos gerais 2021
		S4-1 - Políticas relacionadas com consumidores e utilizadores finais	
		S4-2 - Processos para dialogar com os consumidores e utilizadores finais sobre impactos	
		S4-3 - Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os consumidores e utilizadores finais poderem expressar preocupações	
Satisfação do cliente	S4 - Consumidores e utilizadores finais	S4-4 - Adoção de medidas sobre impactos materiais e abordagens para atenuar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com os consumidores e os utilizadores finais e eficácia dessas ações e abordagens	<i>Sem correspondência direta</i>
		S4-5 - Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	

**Apesar de não ter nenhum requisito de divulgação associado, este tema pode ser enquadrado no âmbito das ESRS 2: Divulgações Gerais (a par das informações de Governance, Estratégia, Gestão de IROs, Metas e Métricas necessárias ao reporte do tema material).*

Requisitos de divulgação

Requisito de divulgação	Título	Conteúdo
1. INFORMAÇÕES GERAIS		
ESRS 2: DIVULGAÇÕES GERAIS		
BASE DE ELABORAÇÃO		
BP-1	Base geral para a elaboração das declarações de sustentabilidade	Sobre o relatório
BP-2	Divulgações em relação a circunstâncias específicas	Não considerado no presente exercício
GOVERNANCE		
GOV-1	O papel dos órgãos de administração, de supervisão e de direção	3. Divulgação Geral 3.1 Abordagem Estratégica 6. Pilar de <i>Governance</i> 6.2 <i>Compliance</i> e Gestão do Risco A representação dos trabalhadores é feita através da Comissão de Trabalhadores, que se reúne mensalmente com a Comissão Executiva, desempenhando as suas competências de acordo com a legislação vigente.
GOV-2	Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas pelos órgãos de administração, de direção e de supervisão da empresa	3. Divulgação Geral 3.1 Abordagem Estratégica
GOV-3	Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos	O Grupo EDA ainda não aplica a integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos da Comissão Executiva.
GOV-4	Declaração sobre o dever de diligência	Não considerado no presente exercício
GOV-5	Gestão de riscos e controlos internos do relato de sustentabilidade	3. Divulgação Geral 3.1 Abordagem Estratégica 6. Pilar de <i>Governance</i> 6.2 <i>Compliance</i> e Gestão do Risco
ESTRATÉGIA		
SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	2. Sobre a EDA 2.3 Áreas de negócio 3. Divulgação Geral 3.1 Abordagem Estratégica
SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	3. Divulgação Geral 3.2 Envolvimento com os <i>stakeholders</i>

Requisito de divulgação	Título	Conteúdo
SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	3. Divulgação Geral 3.1 Abordagem Estratégica 6. Pilar de <i>Governance</i> 6.2 <i>Compliance</i> e Gestão do Risco
GESTÃO DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES		
IRO-1	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais	3. Divulgação Geral 3.1 Abordagem Estratégica 6. Pilar de <i>Governance</i> 6.2 <i>Compliance</i> e Gestão do Risco
IRO-2	Requisitos de divulgação constantes de ESRS abrangidas pela declaração de sustentabilidade da empresa	Tabela ESRS
3. INFORMAÇÕES AMBIENTAIS		
ESRS EI: ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS		
GOVERNANCE		
GOV-3	Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos	O Grupo EDA ainda não aplica a integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos da Comissão Executiva.
ESTRATÉGIA		
SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	4. Pilar ambiental 4.1 Alterações Climáticas e Transição Energética 4.2 Eficiência Energética e de Recursos
GESTÃO DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES		
IRO-1	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais	4. Pilar ambiental 4.1 Alterações Climáticas e Transição Energética 4.2 Eficiência Energética e de Recursos
MÉTRICAS E METAS		
EI-5	Consumo energético e combinação de energia	4. Pilar ambiental 4.1 Alterações Climáticas e Transição Energética 4.2 Eficiência Energética e de Recursos O Grupo EDA encontra-se a atualizar e a melhorar a sua metodologia de cálculo dos consumos energéticos.

Requisito de divulgação	Título	Conteúdo
		A EDA e EDA Renováveis apenas têm atividades em setores de elevado impacto climático. A GLOBALEDA e a SEGMA apenas têm atividades em setores de baixo impacto climático. Desta forma, sempre que o reporte não seja aplicável à empresa, coloca-se a designação "NA" (Não Aplicável). Sempre que, à data de publicação do relatório, ainda não existia informação, coloca-se a designação "NR" (Não Responde). Os valores apresentados na tabela das atividades em setores de baixo impacto climático, são calculados tendo por base o consumo de eletricidade e os mix Energéticos da Região Autónoma dos Açores e da EDP (fornecedor do edifício da GLOBALEDA em Lisboa). Relativamente às atividades de setores de elevado impacto (EDA e EDA Renováveis), para a eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos são apresentados valores calculados tendo por base o consumo de eletricidade e os mix energéticos da RAA correspondentes a cada ano. Para o consumo de petróleo bruto e produtos petrolíferos, foram considerados os autoconsumos das centrais termoelétricas. As duas empresas não consomem energia de origem fóssil proveniente de carvão e produtos do carvão, de gás natural ou de outras fontes para além das apresentadas na tabela. Para a energia renovável gerada pela organização foram considerados os autoconsumos das Centrais Geotérmicas. A GLOBALEDA e SEGMA não produzem energia. Nenhuma das empresas consome combustíveis de fontes renováveis. Devido à compra e venda de eletricidade entre as empresas do Grupo EDA, o total de receitas líquidas não corresponde à soma direta das receitas de cada empresa. Pelo mesmo motivo, não é possível retirar a parcela associada à GLOBALEDA e à SEGMA do cálculo da intensidade energética das atividades em setores de elevado impacto climático. Para a receita líquida consideram-se as vendas e prestações de serviço, sendo que os valores reportados estão em conformidade com as demonstrações financeiras no Relatório de Gestão. A intensidade de energética é o rácio entre consumo total de energia proveniente de atividades em setores de elevado impacto climático (MWh) e as receitas líquidas (€). O Grupo EDA não fez alterações significativas na definição do que constitui a empresa que comunica as informações e a sua cadeia de valor a jusante e a montante.

Consumo total de energia - Atividades em setores de baixo impacto climático									
	2022			2023			2024		
	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
Consumo de energia fóssil (MWh)	35	NR	35	37	NR	37	37	NR	37
Consumo de energia nuclear (MWh)	1	0	1	1	0	1	2	0	2
Consumo de energia renovável (MWh)	18	0	18	20	0	20	23	0	23
Eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes renováveis (MWh)	18	NR	18	20	NR	20	23	NR	23
Energia renovável gerada pela organização (MWh)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Consumo total de energia (MWh)	54	0	54	58	0	58	62	0	62
Percentagem de fontes fósseis no consumo total de energia (%)	65,4%	-	65,4%	63,8%	-	63,8%	60,1%	-	60,1%
Percentagem de consumo de fontes de energia nuclear no consumo total de energia (%)	1,5%	-	1,5%	1,5%	-	1,5%	2,5%	-	2,5%
Percentagem de fontes renováveis no consumo total de energia (%)	33,1%	-	33,1%	34,7%	-	34,7%	37,4%	-	37,4%

Consumo total de energia - Atividades em setores de elevado impacto climático									
	2022			2023			2024		
	EDA	EDA RENOVÁVEIS	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	Grupo EDA
Consumo de energia fóssil (MWh)	20 873	233	21 105	20 621	243	20 863	20 827	226	21 053
Petróleo bruto e produtos petrolíferos (MWh)	19 727	0	19 727	19 570	0	19 570	19 758	0	19 758
Eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos, provenientes de fontes fósseis (MWh)	1 145	233	1 378	1 051	243	1 293	1 069	226	1 295
Consumo de energia nuclear (MWh)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Consumo de energia renovável (MWh)	619	21 769	22 389	604	23 890	24 494	557	24 492	25 049
Eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes renováveis (MWh)	619	126	745	604	139	743	557	118	675

	Consumo total de energia - Atividades em setores de elevado impacto climático								
	2022			2023			2024		
	EDA	EDA RENOVÁVEIS	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	Grupo EDA
Energia renovável gerada pela organização (MWh)	0	21 643	21 643	0	23 751	23 751	0	24 374	24 374
Consumo total de energia de atividades em setores de elevado impacto climático (MWh)	21 492	22 002	43 494	21 225	24 133	45 358	21 384	24 718	46 102
Percentagem de fontes fósseis no consumo total de energia (%)	97,1%	1,1%	48,5%	97,2%	1,0%	46,0%	97,4%	0,9%	45,7%
Percentagem de consumo de fontes de energia nuclear no consumo total de energia (%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Percentagem de fontes renováveis no consumo total de energia (%)	2,9%	98,9%	51,5%	2,8%	99,0%	54,0%	2,6%	99,1%	54,3%

	Intensidade energética - Atividades em setores de elevado impacto climático					
	2023			2024		
	EDA	EDA RENOVÁVEIS	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	Grupo EDA
Receitas líquidas provenientes de atividades em setores de elevado impacto climático (€)	271 600 059 €	29 216 109 €	280 048 530 €	264 565 631 €	29 359 240 €	274 653 016 €
Intensidade energética de atividades em setores de elevado impacto climático (MWh/€)	0,0001	0,0008	0,0002	0,0001	0,0008	0,0002
Setores com elevado impacto climático incluídos no âmbito do cálculo da intensidade energética	Centrais Termoeleétricas	Eólica	-	Centrais Termoeleétricas	Eólica	-
		Geotermia			Geotermia	
		Hídricas			Hídricas	

	Consumo total de energia														
	2022					2023					2024				
	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
Consumo de energia fóssil de todas as atividades (MWh)	20 873	233	35	NR	21 141	20 621	243	37	NR	20 900	20 827	226	37	NR	21 090
Consumo de energia nuclear de todas as atividades (MWh)	0	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	2	0	2
Consumo total de energia renovável de todas as atividades (MWh)	619	21 769	18	0	22 407	604	23 890	20	0	24 515	557	24 492	23	0	25 072
Consumo total de energia de todas as atividades (MWh)	21 492	22 002	54	0	43 548	21 225	24 133	58	0	45 416	21 384	24 718	62	0	46 163

	Produção de energia								
	2022			2023			2024		
	EDA	EDA RENOVÁVEIS	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	Grupo EDA
Produção de energia não renovável (MWh)	534 006	0	534 006	530 374	0	530 374	566 226	0	566 226
Produção de energia renovável (MWh)	0	261 276	261 276	0	271 700	271 700	0	261 203	261 203
Total de energia produzida (MWh)	534 006	261 276	795 282	530 374	271 700	802 073	566 226	261 203	827 429

Requisito de divulgação (cont)	Título	Conteúdo
E1-6	Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE	4. Pilar ambiental 4.1 Alterações Climáticas e Transição Energética 4.2 Eficiência Energética e de Recursos O Grupo EDA encontra-se a melhorar a sua metodologia de análise da pegada de carbono, face ao ano passado, tendo apenas sido possível analisar, à data do presente relatório, determinadas emissões associadas a quatro empresas detidas pela organização (EDA, EDA Renováveis, GLOBALEDA e SEGMA), em conformidade com o âmbito de reporte financeiro. Ainda não é possível contabilizar as emissões associadas aos investimentos. Para o cálculo das emissões de âmbito 2, aplicando o método baseado no mercado, é calculado o consumo de eletricidade a partir dos RSU (ilha Terceira) tendo em conta o seu peso no mix energético da ilha. FE = 722 grCO₂/kWh - INERPA. As emissões de âmbito 2 da SEGMA estão incluídas no valor das emissões da EDA, uma vez que esta se encontra instalada no mesmo edifício, não sendo, por isso, possível separar os valores de ambas as empresas. Dados de 2022 sobre emissões de âmbito 2 não disponíveis. O Grupo EDA não tem emissões biogénicas de CO₂. À data de publicação do relatório, apenas foram analisadas as emissões das categorias 3, 4, 5, 6, 9, 10 e 14 de âmbito 3, sendo que as últimas três categorias não são aplicáveis ao negócio do Grupo EDA. A categoria 6 integra as emissões das quatro empresas do Grupo, não sendo possível desagregar esta informação para cada uma. As restantes categorias não foram incluídas no âmbito do relato. O Grupo EDA está a desenvolver esforços no sentido de analisar e reportar as emissões das restantes categorias significativas. Devido à compra e venda de eletricidade entre as empresas do Grupo EDA, o total de receitas líquidas não corresponde à soma direta das receitas de cada empresa. Para a receita líquida consideram-se as vendas e prestações de serviço, sendo que os valores reportados estão em conformidade com as demonstrações financeiras no Relatório de Gestão. A intensidade de emissões de GEE é o rácio entre as emissões totais de GEE baseadas no mercado (tCO₂e) e as receitas líquidas.

Requisito de divulgação (cont)	Título	Conteúdo
		Sempre que, à data de publicação do relatório, ainda não existia informação, coloca-se a designação “NR” (Não Responde).

	Emissões de GEE de âmbito 1														
	2022					2023					2024				
	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
Emissões da combustão estacionária (tCO ₂ e) - Não CELE	41 759	0	0	0	41 759	41 815	0	0	0	41 815	45 346	0	0	0	45 346
Emissões da combustão estacionária (t CO ₂ e) - CELE	328 312	0	0	0	328 312	325 090	0	0	0	325 090	343 234	0	0	0	343 234
Emissões da combustão móvel (tCO ₂ e)	0	0	0	NR	0	484	67	74	NR	625	510	53	62	1	626
Emissões de processo (tCO ₂ e)	0	34 415	0	0	34 415	0	36 571	0	0	36 571	0	35 334	0	0	35 334
Emissões fugitivas (tCO ₂ e)	2 603	19	NR	NR	2 622	4 750	0	0	NR	4 750	2 122	31	0	0	2 153
Emissões brutas de GEE de âmbito 1 (tCO₂e)	372 675	34 434	0	0	407 109	372 139	36 638	74	0	408 851	391 213	35 418	62	1	426 694
Percentagem de emissões de GEE de âmbito 1 provenientes dos sistemas de comércio de licenças de emissão regulamentados - CELE (%)	88,1%	0,0%	-	-	80,6%	87,4%	0,0%	0,0%	-	79,5%	87,7%	0,0%	0,0%	0,0%	80,4%

Emissões de GEE de âmbito 1	Fatores de emissão e conversão utilizados	Notas metodológicas
Emissões da combustão estacionária (tCO ₂ e) - Não CELE	Gasóleo: FE (43070 kJ/kg) PCI (74,1ton CO ₂ /TJ) FO (0,990) do INERPA 2013	Inclui as centrais termoelétricas, geradores móveis e de emergência, Bombas Combate a incêndio e compressores diesel de Ar Comprimido. Para 2022, os dados de geradores de emergência, bombas de combate a incêndio e compressores diesel de ar comprimido não estão disponíveis. A EDA RENOVÁVEIS, GLOBALEDA e SEGMA não possuem equipamentos fixos de combustão.
Emissões da combustão estacionária (tCO ₂ e) - CELE	CTSB e CTPL_Fuel: FE (40280 kJ/kg) PCI (78,9ton CO ₂ /TJ) FO (0,993) Gasóleo: FE (43070kJ/kg) PCI (74,1ton CO ₂ /TJ) FO (0,990) do INERPA 2013 CTC e CTBJ: os FE, PCI e FO do Fuelóleo, são uma média ponderada das análises efetuadas ao longo do ano. OS FE, PCI e FO do gasóleo são: FE (43070kJ/kg) PCI (74,1ton CO ₂ /TJ) FO (0,990) do INERPA 2013	Os Fatores de Emissão (FE), Fatores de Oxidação (FO) e Poder Calorífico Inferior (PCI) dos combustíveis fuelóleo e gasóleo afetos às Centrais Termoelétricas de S. Bárbara e Pico são os do INERPA publicado em 2013. Os FE, FO e PCI do Fuelóleo das Centrais Termoelétricas do Caldeirão e Belo Jardim, são uma média ponderada dos boletins de análises de cada central (6 boletins /ano /central). Os FE, FO e PCI do Gasóleo são os do INERPA. A EDA RENOVÁVEIS, GLOBALEDA e SEGMA não estão abrangidos pelo CELE.
Emissões da combustão móvel (tCO ₂ e)	Gasóleo: PCI (42,70 GJ/t) FE (69,64 ton CO ₂ /TJ) do INERPA 2023 (considerando 7,33% de biodiesel no gasóleo) Gasolina: PCI (43,77 GJ/t) FE (71,65ton CO ₂ /TJ) do INERPA 2013 (considerando 1,58% de bioetanol na gasolina)	Inclui frota a gasóleo e frota a gasolina. Dados de 2022 não disponíveis. Dados de 2023 para a SEGMA não disponíveis.
Emissões de processo (tCO ₂ e)	O fator de emissão é o fornecido pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) - INERPA https://www.erse.pt/eletricidade/garantias-de-origem-e-rotulagem/rotulagem/	A EDA, GLOBALEDA e SEGMA não possuem emissões de processo. No caso da EDA Renováveis, as emissões de processo são decorrentes do processo de exploração das fontes geotérmicas.
Emissões fugitivas (tCO ₂ e)	PAG retirado do AR5 do IPCC 2014	Dados de 2022 da GLOBALEDA e da SEGMA e de 2023 da SEGMA não disponíveis.

	Emissões de GEE de âmbito 2									
	2023					2024				
	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
Emissões brutas de GEE de âmbito 2 baseadas na localização (tCO ₂ e)	NR	NR	NR	NR	NR	6	2	2	0	9
Emissões brutas de GEE de âmbito 2 baseadas no mercado (tCO ₂ e)	14	0	0	0	14	9	3	2	0	14

	Emissões significativas de GEE de âmbito 3 por categoria										
	2023					2024					Notas metodológicas
	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	
3) Atividades relacionadas com o combustível e energia (não incluídas nos Âmbitos 1 e 2) (tCO ₂ e)	92 664	NR	NR	NR	97 646	97 619	12	14	NR	97 646	Emissões da EDA para o ano de 2024 relacionadas com: - Emissões a montante combustíveis em fontes móveis - Emissões a montante de combustíveis em fontes fixas - Emissões de Perdas de transporte e distribuição (T&D) - eletricidade - Emissões associadas à energia comprada e vendida Dados de 2022 não disponíveis. Em 2023 não foi possível desagregar as emissões, pelo que o valor da EDA contempla as quatro empresas. Em 2024, não foi possível obter informação desagregada para a SEGMA.
4) Transporte e distribuição (tCO ₂ e)	9 030	NR	NR	NR	1 940	1 940	NR	NR	NR	1 940	Emissões da EDA para o ano de 2024 relacionadas com: - Transportes a montante Dados de 2022 não disponíveis. Em 2023 e 2024 não foi possível desagregar as emissões, pelo que o valor da EDA contempla as quatro empresas.
5) Resíduos gerados (tCO ₂ e)	2 233	NR	NR	NR	1 759	1 747	15	2	2	1 765	Emissões da EDA para o ano de 2024 relacionadas com: - Efluentes domésticos - Resíduos gerados em operações - Transporte de resíduos Dados de 2022 não disponíveis. Em 2023 não foi possível desagregar as emissões, pelo que o valor da EDA contempla as quatro empresas.
6) Viagens de negócios (tCO ₂ e)	260	NR	NR	NR	327	327	NR	NR	NR	327	Emissões o ano de 2024 relacionadas com: - Viagens de avião (regional, nacional e internacional) e barco (regional)

Emissões significativas de GEE de âmbito 3 por categoria											
2023						2024					Notas metodológicas
EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA		EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	
											- Estadias nos hotéis. Dados de 2022 não disponíveis. Em 2023 e 2024 não foi possível desagregar as emissões, pelo que o valor da EDA contempla as quatro empresas.
Emissões brutas de GEE de âmbito 3 (tCO ₂ e)	104 187	0	0	0	104 187	101 633	27	17	2	101 678	

Emissões totais de GEE															
2022						2023					2024				
EDA	EDA Renováveis	Globaleda	Segma	Grupo EDA		EDA	EDA Renováveis	Globaleda	Segma	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
Emissões totais de GEE baseadas na localização (tCO ₂ e)	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	492 851	35 447	81	2	528 381
Emissões totais de GEE baseadas no mercado (tCO ₂ e)	372 675	34 434	0	0	407 109	476 340	36 638	74	0	513 052	492 854	35 448	81	2	528 386

Emissões totais de GEE											
2023						2024					
EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA		EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	
Receitas líquidas (€)	271 600 059 €	29 216 109 €	7 150 589 €	9 919 730 €	280 048 530 €	264 565 631 €	29 359 240 €	4 353 262 €	13 297 108 €	274 653 016 €	
Intensidade de emissões de GEE por receita líquida, baseada na localização (tCO ₂ e/€)	NR	NR	NR	NR	NR	0,002	0,001	0,00002	0,0000002	0,002	
Intensidade de emissões de GEE por receita líquida, baseada no mercado (tCO ₂ e/€)	0,002	0,001	0,00001	0,0000000	0,002	0,002	0,001	0,00002	0,0000002	0,002	

Requisito de divulgação (cont)	Título	Conteúdo
3. INFORMAÇÕES SOCIAIS		
ESRS SI: MÃO DE OBRA PRÓPRIA		
ESTRATÉGIA		
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	3. Divulgação Geral 3.2 Envolvimento com os <i>stakeholders</i>
ESRS 2 SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	5. Pilar Social 5.1 Trabalhadores
MÉTRICAS E METAS		
S1-6	Características dos trabalhadores assalariados da empresa	5. Pilar Social 5.1 Trabalhadores Entre 2022 e 2024, o número de horas de trabalho não garantidas dos trabalhadores é zero, para as quatro empresas do Grupo. A taxa de rotatividade é calculada dividindo o total de trabalhadores assalariados que deixaram a empresa voluntariamente ou por despedimento, reforma ou morte em serviço, no período de relato, pelo total de trabalhadores em n.º efetivos.

	Trabalhadores por género														
	2022					2023					2024				
	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
Homens	656	62	55	49	822	652	54	51	51	808	642	51	44	46	783
Mulheres	129	8	39	6	182	132	9	34	7	182	132	9	33	7	181
Total	785	70	94	55	1 004	784	63	85	58	990	774	60	77	53	964

	Taxa de rotatividade														
	2022					2023					2024				
	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
Trabalhadores que deixaram a empresa no período de relato	28	20	7	4	59	28	13	9	2	52	50	5	11	7	73
Total de trabalhadores	785	70	94	55	1 004	784	63	85	58	990	774	60	77	53	964
Taxa de rotatividade	3,6%	28,6%	7,4%	7,3%	5,9%	3,6%	20,6%	10,6%	3,4%	5,3%	6,5%	8,3%	14,3%	13,2%	7,6%

	Informação de trabalhadores por género										
	2024										
	N.º de trabalhadores permanentes	EDA	EDA Renováveis	Globaleda	Segma	N.º de trabalhadores temporários	EDA	EDA Renováveis	Globaleda	Segma	
Mulheres	180	131	9	33	7	1	1	0	0	0	
Homens	776	641	49	42	44	7	1	2	2	2	
	N.º de trabalhadores a tempo inteiro	EDA	EDA Renováveis	Globaleda	Segma	N.º de trabalhadores a tempo parcial	EDA	EDA Renováveis	Globaleda	Segma	
	Mulheres	180	131	9	33	7	1	0	0	0	
	Homens	783	642	51	44	46	0	0	0	0	
	2023										
	N.º de trabalhadores permanentes do Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	N.º de trabalhadores temporários do Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	
	Mulheres	182	132	9	34	7	0	0	0	0	
Homens	796	651	48	49	48	12	1	6	2	3	

	N,º de trabalhadores a tempo inteiro do Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	N,º de trabalhadores a tempo parcial do Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA
Mulheres	181	131	9	34	7	1	1	0	0	0
Homens	808	652	54	51	51	0	0	0	0	0
2022										
	N,º de trabalhadores permanentes do Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	N,º de trabalhadores temporários do Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA
Mulheres	181	129	8	38	6	1	0	0	1	0
Homens	800	655	48	51	46	22	1	14	4	3
	N,º de trabalhadores a tempo inteiro do Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	N,º de trabalhadores a tempo parcial do Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA
Mulheres	180	128	8	38	6	2	1	0	1	0
Homens	822	656	62	55	49	0	0	0	0	0

Requisito de divulgação (cont)	Título	Conteúdo
S1-8	Cobertura de negociação coletiva e diálogo social	5. Pilar Social 5.1 Trabalhadores Todos os trabalhadores assalariados do Grupo são abrangidos por convenções coletivas e por diálogo social (através de Sindicatos, Comissão de trabalhadores e Representantes para Saúde e Segurança do trabalho).
S1-9	Métricas de diversidade	5. Pilar Social 5.1 Trabalhadores

Trabalhadores nos Quadros Superiores, por género															
	2022					2023					2024				
	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
Homens (nº)	127	15	18	12	172	127	15	16	13	171	125	15	11	12	163
Mulheres (nº)	43	6	8	1	58	44	7	8	1	60	46	7	8	2	63
Homens (%)	74,7%	71,4%	69,2%	92,3%	74,8%	74,3%	68,2%	66,7%	92,9%	74,0%	73,1%	68,2%	57,9%	85,7%	72,1%
Mulheres (%)	25,3%	28,6%	30,8%	7,7%	25,2%	25,7%	31,8%	33,3%	7,1%	26,0%	26,9%	31,8%	42,1%	14,3%	27,9%
Total de trabalhadores nos quadros superiores	170	21	26	13	230	171	22	24	14	231	171	22	19	14	226

Trabalhadores nos Quadros Superiores, por faixa etária															
	2022					2023					2024				
	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
< 30 anos	13	2	5	2	22	15	2	5	2	24	11	1	3	2	17
30 - 50 anos	97	16	18	10	141	91	17	18	11	137	96	19	13	11	139
> 50 anos	60	3	3	1	67	65	3	1	1	70	64	2	3	1	70
Total	170	21	26	13	230	171	22	24	14	231	171	22	19	14	226

Requisito de divulgação (cont)	Título	Conteúdo
S1-10	Salários adequados	5. Pilar Social 5.1 Trabalhadores Todos os trabalhadores do grupo EDA recebem uma remuneração superior ao salário mínimo, cumprindo o requisito de salário adequado.
S1-12	Pessoas com deficiência	Em 2024, o Grupo EDA empregou 25 pessoas com deficiência (24 na EDA e 1 na GLOBALEDA), o que representa 2,7% do universo de trabalhadores do Grupo. Em 2023 empregou 26 pessoas com deficiência (2,6%) e em 2022 empregou 22 (2,2%).
S1-13	Métricas de formação e desenvolvimento de competências	5. Pilar Social 5.1 Trabalhadores

	Análises de desempenho (%)														
	2022					2023					2024				
	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
Homens (%)	83,1%	84,3%	55,3%	87,3%	80,8%	82,7%	81,0%	58,8%	86,2%	80,7%	82,4%	81,7%	55,8%	84,9%	80,4%
Mulheres (%)	16,3%	11,4%	41,5%	10,9%	18,0%	16,7%	14,3%	40,0%	12,1%	18,3%	16,9%	15,0%	42,9%	13,2%	18,7%

	Média de horas de formação por trabalhador e por género														
	2022					2023					2024				
	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
Nº médio de horas de formação a Homens	19	23	11	17	19	36	14	20	29	33	25	16	10	12	23
Nº médio de horas de formação a Mulheres	3	3	12	1	4	7	2	10	2	7	7	5	10	1	7
Nº médio de horas de formação por trabalhador	23	27	23	18	23	43	16	30	31	40	32	21	21	14	30

Requisito de divulgação (cont)	Título	Conteúdo
SI-14	Métricas de saúde e segurança	5. Pilar Social 5.1 Trabalhadores O grupo dispõe apenas de dados relativos aos trabalhadores assalariados, não incluindo trabalhadores não assalariados ou outros trabalhadores. Entre 2022 e 2024, não foram registadas mortes devido a lesões ou problemas de saúde relacionadas com o trabalho, nem casos de problemas de saúde relacionados com o trabalho, para nenhuma das quatro empresas do grupo. A taxa de acidentes relacionados com o trabalho passíveis de registo é calculada dividindo o respetivo número de casos pelo número total de horas trabalhadas pela própria mão de obra e multiplicado por 1 000 000 horas trabalhadas. Por conseguinte, esta taxa representa o número de casos respetivos por milhão de horas trabalhadas.

	Métricas de SST - Trabalhadores assalariados														
	2022					2023					2024				
	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
% de trabalhadores da sua própria mão de obra abrangida pelo sistema de gestão da saúde e da segurança da empresa	5,8%	0,0%	100,0%	0,0%	26,5%	5,9%	0,0%	100,0%	0,0%	26,5%	5,6%	0,0%	100,0%	0,0%	26,4%

	Métricas de SST - Trabalhadores assalariados														
	2022					2023					2024				
	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
Número de acidentes relacionados com o trabalho passíveis de registo	7	7	0	2	16	14	10	1	4	29	11	1	0	5	17
Número de horas trabalhadas pela própria mão de obra	1149 909	129 156	180 105	94 052	1 553 222	1140 141	104 989	163 504	97 909	1 506 543	1161 418	102 998	139 464	100 952	1 504 831
Taxa de acidentes relacionados com o trabalho passíveis de registo	6,1	54,2	0	21,3	10,3	12,3	95,2	6,1	40,9	19,2	9,5	9,7	0,0	49,5	11,3
Número de dias perdidos devido a lesões e mortes relacionadas com o trabalho	420	124	0	0	544	118	290	0	5	413	517	6	0	250	773

Requisito de divulgação (cont)	Título	Conteúdo
S1-15	Métricas de equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada	5. Pilar Social 5.1 Trabalhadores Todos os trabalhadores assalariados são abrangidos pelo direito a gozar licenças para assistência à família: na EDA existe ausência remunerada prevista para assistência à família para todos os trabalhadores e para todas as empresas existe esta ausência prevista pelo regime de segurança social.
S1-16	Métricas de compensação (disparidade salarial e compensação total)	5. Pilar Social 5.1 Trabalhadores A Disparidade salarial é calculada pela seguinte fórmula: $\left(\frac{\text{Nível horário bruto médio de remuneração dos trabalhadores assalariados masculinos} - \text{Nível horário bruto médio de remuneração dos trabalhadores assalariados femininos}}{\text{Nível horário bruto médio de remuneração dos trabalhadores assalariados masculino}} \right) \times 100.$ O Rácio remuneração total anual do indivíduo mais bem pago em relação à remuneração total anual mediana de todos os trabalhadores assalariados é calculado pela seguinte fórmula: $\frac{\text{Remuneração total anual da pessoa com o salário mais elevado da empresa}}{\text{Remuneração total anual mediana dos trabalhadores assalariados excluindo a pessoa com o salário mais elevado}}.$

	Disparidade salarial e Remuneração total														
	2022					2023					2024				
	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA Renováveis	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
Disparidade salarial (%)	-8,0%	-49,8%	35,2%	26,3%	0,9%	-6,1%	-36,3%	28,4%	27,3%	3,3%	-4,8%	-40,8%	27,8%	22,4%	1,1%
Rácio remuneração total anual do indivíduo mais bem pago em relação à remuneração total anual mediana de todos os trabalhadores assalariados	2,9	3,9	3,9	4,2	3,7	2,9	3,5	3,8	3,8	3,5	3,3	3,0	4,4	3,6	3,6

Requisito de divulgação (cont)	Título	Conteúdo
S1-17	Incidentes, queixas e graves impactos e incidentes de desrespeito dos direitos humanos	5. Pilar Social 5.1 Trabalhadores Em 2024, foi reportado 1 incidente de discriminação na EDA, por motivo de assédio, que levou ao despedimento de 1 trabalhador, não tendo havido multas, sanções pecuniárias e indemnizações por danos em resultado deste incidente. Quanto a incidentes de desrespeito dos direitos humanos não foi reportado nenhum caso no período 2023-2024.
ESRS S4: CONSUMIDORES E UTILIZADORES FINAIS		
ESTRATÉGIA		
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	3. Divulgação Geral 3.2 Envolvimento com os <i>stakeholders</i>
ESRS 2 SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	2. Sobre a EDA 2.5 Satisfação do Cliente
GESTÃO DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES		
S4-1	Políticas relacionadas com consumidores e utilizadores finais	2. Sobre a EDA 2.5 Satisfação do Cliente

Requisito de divulgação (cont)	Título	Conteúdo
S4-2	Processos para dialogar com os consumidores e utilizadores finais sobre impactos	2. Sobre a EDA 2.5 Satisfação do Cliente
S4-3	Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os consumidores e utilizadores finais poderem expressar preocupações	2. Sobre a EDA 2.5 Satisfação do Cliente
S4-4	Adoção de medidas sobre impactos materiais e abordagens para atenuar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com os consumidores e os utilizadores finais e eficácia dessas ações e abordagens	2. Sobre a EDA 2.5 Satisfação do Cliente
MÉTRICAS E METAS		
S4-5	Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	2. Sobre a EDA 2.5 Satisfação do Cliente
4. INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANCE		
ESRS G1: CONDUTA EMPRESARIAL		
GOVERNANCE		
ESRS 2 GOV-1	O papel dos órgãos de administração, de supervisão e de direção	3. Divulgação Geral 3.1 Abordagem Estratégica
GESTÃO DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES		
ESRS 2 IRO-1	Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais	3. Divulgação Geral 3.1 Abordagem Estratégica 6. Pilar de <i>Governance</i> 6.1 Conduta empresarial
MÉTRICAS E METAS		
G1-4	Incidentes confirmados de corrupção ou suborno	6. Pilar de <i>Governance</i> 6.1 Conduta empresarial
GARANTIA DA SEGURANÇA NO ABASTECIMENTO		
GOVERNANCE		
-	Gestão do tema material	2. Sobre a EDA 2.4 Garantia da Segurança no Abastecimento
ESTRATÉGIA		
-	Impactos, riscos e oportunidades materiais	2. Sobre a EDA 2.4 Garantia da Segurança no Abastecimento
GESTÃO DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES		
-	Políticas e ações para gestão do tema material	2. Sobre a EDA 2.4 Garantia da Segurança no Abastecimento

Requisito de divulgação (cont)	Título	Conteúdo
MÉTRICAS E METAS		
-	Metas e métricas associadas ao tema material	2. Sobre a EDA 2.4 Garantia da Segurança no Abastecimento
DESEMPENHO ECONÓMICO SUSTENTÁVEL		
GOVERNANCE		
-	Gestão do tema material	6. Pilar de <i>Governance</i> 6.5 Desempenho Económico e Sustentável
ESTRATÉGIA		
-	Impactos, riscos e oportunidades materiais	6. Pilar de <i>Governance</i> 6.5 Desempenho Económico e Sustentável
GESTÃO DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES		
-	Políticas e ações para gestão do tema material	6. Pilar de <i>Governance</i> 6.5 Desempenho Económico e Sustentável
MÉTRICAS E METAS		
-	Metas e métricas associadas ao tema material	6. Pilar de <i>Governance</i> 6.5 Desempenho Económico e Sustentável
CIBERSEGURANÇA		
GOVERNANCE		
-	Gestão do tema material	6. Pilar de <i>Governance</i> 6.3 Cibersegurança
ESTRATÉGIA		
-	Impactos, riscos e oportunidades materiais	6. Pilar de <i>Governance</i> 6.3 Cibersegurança
GESTÃO DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES		
-	Políticas e ações para gestão do tema material	6. Pilar de <i>Governance</i> 6.3 Cibersegurança
MÉTRICAS E METAS		
-	Metas e métricas associadas ao tema material	6. Pilar de <i>Governance</i> 6.3 Cibersegurança
GESTÃO DO RISCO		

Requisito de divulgação (cont)	Título	Conteúdo
GOVERNANCE		
-	Gestão do tema material	6. Pilar de <i>Governance</i> 6.2 <i>Compliance</i> e Gestão do Risco
ESTRATÉGIA		
-	Impactos, riscos e oportunidades materiais	6. Pilar de <i>Governance</i> 6.2 <i>Compliance</i> e Gestão do Risco
GESTÃO DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES		
-	Políticas e ações para gestão do tema material	6. Pilar de <i>Governance</i> 6.2 <i>Compliance</i> e Gestão do Risco
MÉTRICAS E METAS		
-	Metas e métricas associadas ao tema material	6. Pilar de <i>Governance</i> 6.2 <i>Compliance</i> e Gestão do Risco

**Para todos os requisitos em que a repartição por género é aplicável, as categorias "Outro" e "Não declarado" não estão identificadas nas tabelas porque o Grupo não apresenta trabalhadores incluídos nas mesmas.*

C. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

No exercício de 2024 a EDA - Electricidade dos Açores, S.A. apresentou resultados de 10.431.116,23 euros nas contas societárias preparadas numa base individual de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC).

Considerando que:

- 1) O Código das Sociedades Comerciais estipula a aplicação de 5% para constituição da reserva legal e o pagamento no mínimo de dividendos de 50% dos resultados apurados distribuíveis, salvo se aprovado em contrário pelos acionistas;
- 2) Na Assembleia Geral realizada em 30 de dezembro de 2021, os acionistas aprovaram a Política de Distribuição de Dividendos a observar pelo Conselho de Administração da EDA - Electricidade dos Açores S.A, nos termos da qual deve ser proposta a distribuição aos acionistas de, pelo menos, metade do lucro do exercício que, nos termos do Código das Sociedades Comerciais, seja distribuível, salvo posição contrária devidamente justificada;

O Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

- (i) 5.222.000 euros para dividendos, i.e. 0,373 € / ação, correspondente a uma remuneração média de 7,5% do capital social;
- (ii) o remanescente, de 5.209.116,23 euros para resultados transitados.

Ponta Delgada, 11 de abril de 2025

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho

Rodrigo Rebelo Costa

João Carlos Santos Correia

Maria da Conceição da Costa Pimentel
Viveiros Arruda

António Félix Flores Rodrigues

Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto
Bettencourt

Joana Oliveira Freitas

Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

D – APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

D1 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E NOTAS.....	220
D2 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS.....	293
D3 – ANEXOS	388

D1 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E NOTAS

1.1. BALANÇO.....	221
1.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	222
1.3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	223
1.4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	224
1.5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	225

1.1. Balanço

		31 de dezembro	
	Nota	2024	2023
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	228 795 185	231 164 205
Propriedades de investimento	7	1 839 206	2 192 700
Ativos intangíveis	8	237 316 859	235 168 351
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	9	176 662 765	162 803 280
Outros investimentos financeiros	10	379 690	379 690
Ativos por impostos diferidos	12	3 510 775	6 514 658
		648 504 480	638 222 884
Corrente			
Inventários	13	24 590 347	21 456 586
Clientes	14	60 361 321	58 546 932
Estado e outros entes públicos	15	-	241 197
Outros créditos a receber	11	9 581 453	40 015 239
Diferimentos	16	550 420	449 107
Caixa e depósitos bancários	4	1 196 127	6 316 258
		96 279 668	127 025 319
Total do ativo		744 784 148	765 248 203
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	17	70 000 000	70 000 000
Reservas legais	18	14 000 000	14 000 000
Outras reservas	18	346 796	346 796
Resultados transitados	18	128 945 347	118 547 312
Ajustamento/outras variações no capital próprio	19	66 621 750	58 464 023
Resultado líquido do período	-	10 431 116	17 087 133
Total do capital próprio		290 345 009	278 445 264
Passivo			
Não corrente			
Financiamentos obtidos	20	291 306 931	296 089 269
Responsabilidades por benefícios pós emprego	21	5 450 984	8 208 017
Passivos por impostos diferidos	12	811 694	5 875 939
Outras dívidas a pagar	22	16 407 361	12 972 758
		313 976 970	323 145 982
Corrente			
Fornecedores	23	26 277 487	24 881 758
Estado e outros entes públicos	15	5 741 574	4 973 986
Financiamentos obtidos	20	87 933 227	105 811 942
Outras dívidas a pagar	22	20 509 882	27 989 271
		140 462 170	163 656 958
Total do passivo		454 439 140	486 802 939
Total do capital próprio e do passivo		744 784 148	765 248 203

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho

Rodrigo Rebelo Costa

João Carlos Santos Correia

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

António Félix Flores Rodrigues

Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt

Joana Oliveira Freitas

Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

1.2. Demonstração dos resultados

	Nota	Período	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	24	264 565 631	271 600 059
Subsídios à exploração	-	95 109	89 030
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias e associadas	9	11 079 553	13 417 317
Trabalhos para a própria entidade	25	5 164 134	5 443 345
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	26	(135 698 815)	(129 852 240)
Fornecimentos e serviços externos	27	(26 259 948)	(33 454 552)
Gastos com o pessoal	28	(37 301 528)	(35 509 533)
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	13	(61 157)	(69 254)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	14	(225 780)	421 054
Outros rendimentos	29	7 112 857	5 450 377
Outros gastos	30	(31 554 019)	(36 953 105)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		56 916 037	60 582 497
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6,7,8	(30 067 581)	(28 427 212)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		26 848 456	32 155 285
Juros e gastos similares suportados	31	(15 816 892)	(13 748 371)
Resultado antes de impostos		11 031 565	18 406 914
Imposto sobre o rendimento do período	32	(600 449)	(1 319 781)
Resultado líquido do período		10 431 116	17 087 133
Resultado por ação básico		0,745	1,221

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho

Rodrigo Rebelo Costa

João Carlos Santos Correia

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

António Félix Flores Rodrigues

Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt

Joana Oliveira Freitas

Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

1.3. Demonstração das alterações no capital próprio

	Nota	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2023		70 000 000	14 000 000	346 796	113 500 252	48 418 352	12 197 265	258 462 665
Alterações no período								
Ajustamentos por impostos diferidos	18, 19	-	-	-	235 909	(2 171 358)	-	(1 935 449)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18, 19	-	-	-	10 915 151	12 217 029	(12 197 265)	10 934 915
		-	-	-	11 151 060	10 045 671	(12 197 265)	8 999 466
Resultado líquido do período							17 087 133	17 087 133
Resultado integral							17 087 133	17 087 133
Outras operações no período								
Distribuições	18, 33	-	-	-	(6 104 000)	-	-	(6 104 000)
		-	-	-	(6 104 000)	-	-	(6 104 000)
A 31 de dezembro de 2023		70 000 000	14 000 000	346 796	118 547 312	58 464 023	17 087 133	278 445 264
Alterações no período								
Correções anos anteriores	18	-	-	-	(269 137)	-	-	(269 137)
Ajustamentos por impostos diferidos	18, 19	-	-	-	(731 717)	479 950	-	(251 767)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18, 19	-	-	-	18 398 889	7 677 776	(17 087 133)	8 989 532
		-	-	-	17 398 035	8 157 726	(17 087 133)	8 468 629
Resultado líquido do período							10 431 116	10 431 116
Resultado integral							10 431 116	10 431 116
Outras operações no período								
Distribuições	18, 33	-	-	-	(7 000 000)	-	-	(7 000 000)
		-	-	-	(7 000 000)	-	-	(7 000 000)
A 31 de dezembro de 2024		70 000 000	14 000 000	346 796	128 945 347	66 621 750	10 431 116	290 345 009

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho

João Carlos Santos Correia

António Félix Flores Rodrigues

Joana Oliveira Freitas

Rodrigo Rebelo Costa

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt

Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

1.4. Demonstração de fluxos de caixa

		Período	
	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		336 199 562	284 901 960
Pagamentos a fornecedores		(181 160 805)	(158 110 649)
Pagamentos ao pessoal		(37 115 203)	(37 514 382)
		117 923 554	89 276 929
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(4 322 041)	(1 768)
Outros recebimentos/ pagamentos		(24 937 015)	(13 516 429)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		88 664 498	75 758 731
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(17 964 971)	(40 947 450)
Ativos intangíveis		(42 218 300)	(50 523 674)
Investimentos financeiros		-	(24)
Outros ativos		-	(8 932)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		184 791	173 678
Subsídios ao investimento		3 820 371	15 048 320
Dividendos	9	6 909 869	4 644 827
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(49 268 241)	(71 613 254)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		20 830 000	71 625 000
Outras operações de financiamento		251 370 000	212 780 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(28 915 043)	(77 743 377)
Juros e gastos similares suportados		(14 981 345)	(10 897 610)
Dividendos	33	(7 000 000)	(6 104 000)
Outras operações de financiamento		(265 820 000)	(193 390 000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		(44 516 388)	(3 729 987)
Variação de caixa e seus equivalentes		(5 120 131)	415 490
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	6 316 258	5 900 768
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1 196 127	6 316 258

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho

João Carlos Santos Correia

António Félix Flores Rodrigues

Joana Oliveira Freitas

Rodrigo Rebelo Costa

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt

Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

1.5. Anexo às demonstrações financeiras

1	INTRODUÇÃO	226
2	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	230
3	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	231
4	FLUXOS DE CAIXA	251
5	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	252
6	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	253
7	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	256
8	ATIVOS INTANGÍVEIS	257
9	PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	259
10	OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	262
11	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER.....	262
12	ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	263
13	INVENTÁRIOS.....	265
14	CLIENTES	266
15	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	267
16	DIFERIMENTOS.....	268
17	CAPITAL SUBSCRITO	268
18	OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	269
19	AJUSTAMENTOS/OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO.....	270
20	FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	271
21	OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS.....	273
22	OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR.....	278
23	FORNECEDORES	279
24	VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	280
25	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	281
26	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS.....	281
27	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	282
28	GASTOS COM PESSOAL	283
29	OUTROS RENDIMENTOS	283
30	OUTROS GASTOS.....	284
31	GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	285
32	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	285
33	DIVIDENDOS	287
34	COMPROMISSOS.....	287
35	PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES.....	287
36	MATÉRIAS AMBIENTAIS	288
37	PARTES RELACIONADAS.....	288
38	POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	291
39	OUTRAS INFORMAÇÕES.....	292
40	EVENTOS SUBSEQUENTES	292

Anexo às demonstrações financeiras

1 Introdução

A EDA – Electricidade dos Açores, S.A., (referida neste documento como EDA ou Empresa), com sede em Ponta Delgada na Rua Francisco Pereira Ataíde, n.º 1, foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pelo Decreto-Lei n.º 79/97, de 8 de abril.

Em 30 de novembro de 1999, a Região Autónoma dos Açores transmitiu à EDP Participações, SGPS, SA, um lote de 1.148.163 ações correspondentes a 10% do capital social da EDA. Na primeira e segunda fase do processo de reprivatização direta do capital social da EDA, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 243/2004, de 31 de dezembro de 2004, foram alienadas ações representativas de 39,9% do capital social, respetivamente, um lote indivisível de 4.748.100 ações (por concurso público) à ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS, SA e um lote de 837.900 ações através da oferta pública aos trabalhadores, pequenos subscritores e emigrantes. As ações representativas do capital subscritas pela Região Autónoma dos Açores só poderão ser transmitidas para outros entes públicos por deliberação do Governo Regional.

A EDA rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o setor da eletricidade e com a própria empresa.

A Empresa detém, presentemente, como principais atividades, a produção, a aquisição, o transporte, a distribuição e a venda de energia elétrica, bem como o exercício de outras atividades relacionadas com aquelas. Nos termos do contrato de concessão da gestão do sistema, o transporte e a distribuição de energia elétrica celebrado com a Região Autónoma dos Açores, a EDA tem a responsabilidade de exercer a atividade que é objeto da concessão pelo prazo de 50 anos, contados a partir de 12 de outubro de 2000, data da aprovação da Resolução n.º 181/2000, publicada no Jornal Oficial, I Série, n.º 41/2000.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 11 de abril de 2025, estando ainda sujeitas à aprovação pelos acionistas. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da EDA, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Adicionalmente a EDA prepara demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS como estabelecido no n.º 2, do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de julho, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística. Estas poderão ser consultadas no sítio da internet da EDA em: www.eda.pt.

1.1 – Atividades concessionadas e reguladas

A concessão do transporte e distribuição de energia elétrica para Região Autónoma dos Açores foi atribuída à EDA, conforme o Decreto Legislativo Regional nº 15/96/A, de 1 de agosto, pelo período de 50 anos, a contar da data de 12 outubro de 2000. A concessão tem por objeto a gestão técnica global do sistema elétrico de cada uma das ilhas, o transporte e distribuição de energia elétrica, bem como a construção das infraestruturas que a integram.

A atividade da concessão compreende:

- a) A receção da energia elétrica;
- b) O transporte de energia elétrica;
- c) A distribuição da energia elétrica;
- d) A gestão técnica global do sistema elétrico de cada uma das ilhas.

A concessão é exercida em regime de serviço público, devendo a EDA (concessionária) adquirir a energia necessária à prestação do serviço público aos produtores, quer vinculados quer não vinculados ao serviço público, em condições não discriminatórias. A concessionária deve assegurar o fornecimento de energia elétrica de forma permanente e contínua.

Pelo decurso do prazo da concessão, os bens afetos à concessão reverterem para a entidade concedente (RAA). A entidade concedente pagará à entidade concessionária uma indemnização pelo valor líquido contabilístico dos investimentos realizados e não amortizados, carecendo de aprovação do concedente os investimentos realizados cujo período de depreciação excedam o prazo da concessão remanescente, à data do investimento.

O contrato de concessão pode ser alterado por mútuo acordo, desde que a alteração não envolva a violação do regime jurídico da concessão nem implique a derrogação das presentes cláusulas. A concessão extingue-se por acordo entre o concedente e a concessionária, por rescisão, por resgate e pelo decurso do prazo.

As atividades da concessão são reguladas, estando as competências para o exercício da atividade da regulação atribuídas à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), através do estabelecimento de disposições aplicáveis aos critérios e métodos para a formulação, cálculo e publicação das tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços, à definição das tarifas reguladas e respetiva estrutura, à determinação dos proveitos permitidos, às obrigações em matéria de prestação de informação e, ainda, à convergência tarifária dos sistemas elétricos públicos.

As tarifas de eletricidade a cobrar aos consumidores são fixadas anualmente pela ERSE em função do Regulamento Tarifário, onde para além da metodologia de determinação do nível de proveitos a proporcionar por cada tarifa, se caracteriza a metodologia de cálculo tarifário e a forma de determinação da estrutura das tarifas.

A estrutura das tarifas de Venda a Clientes Finais, nas Regiões Autónomas resulta da aplicação do princípio da aditividade tarifária que consiste na definição de tarifas de Venda a Clientes Finais com preços que resultam da adição das respetivas tarifas aditivas aplicáveis em cada nível de tensão e opção tarifária, aos clientes do comercializador de último recurso, nomeadamente: tarifas de Uso Global do Sistema, Uso da Rede de Transporte, Uso da Rede de Distribuição, Energia, e Comercialização.

As tarifas são estabelecidas pela ERSE de forma a proporcionar às empresas reguladas um montante de proveitos calculados de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário, sendo construídas com base em estimativas de vendas de energia e custos operacionais e de investimento entregues pelas empresas reguladas e sujeitos a um processo de aceitação pelo regulador.

Os valores da convergência tarifária das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são incluídos na Tarifa de Uso Global do Sistema que é aplicada pelos distribuidores vinculados aos fornecimentos a clientes do comercializador de último recurso e às entregas a clientes no mercado liberalizado.

Em dezembro de 2013, a ERSE procedeu à revisão de algumas disposições do Regulamento Tarifário designadamente a introdução do mecanismo de correção dos desvios provisórios ocorridos ao nível do custo com capital das atividades reguladas. Esta alteração foi materializada através da publicação no Diário da República, 2.ª série — N.º 2, da Diretiva N.º 1/2014, de 3 de janeiro de 2014.

O Artigo 117-A.º da Diretiva N.º 1/2014, estabelece que a correção dos desvios provisórios do custo com capital, referente ao ano $n-1$, é determinada de acordo com a estimativa dos ativos fixos para esse ano e aplicada a taxa de remuneração definitiva.

No período regulatório 2022-2025, os proveitos permitidos que integram anualmente as tarifas, são determinados, de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário em vigor, sendo construídos com base em valores previsionais, que resultam quer dos custos aceites pelo regulador, quer da aplicação dos parâmetros fixados para aquele período de regulação, aos respetivos indutores de custos, para cada atividade regulada. Dado que os proveitos permitidos, previstos para as tarifas, assentam nos pressupostos anteriormente descritos, existe um mecanismo de ajustamento que permite incluir nas tarifas do ano $n+1$ e $n+2$, o diferencial que decorre da comparação daqueles com os valores efetivamente realizados, e, desta forma, a

empresa pode recuperar ou devolver aos consumidores o montante que resulta da aplicação deste mecanismo, referente ao ano n.

No período regulatório 2022-2025, mantêm-se as metodologias de regulação aplicadas no anterior período regulatório 2018-2021. Relativamente à remuneração dos ativos, o regulador manteve o princípio de equiparação do custo de capital afeto a cada uma das atividades da EDA às atividades equivalentes das empresas congéneres do Continente. O custo de capital está indexado às yields das Obrigações do Tesouro a 10 anos, apresentando um limite superior (cap) e um limite inferior (floor) de 7% e 3,7%, respetivamente, para a atividade de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema e de 7,3% e 4% para as atividades de Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica.

Os custos aceites com os combustíveis para a produção de energia elétrica, conforme Regulamento Tarifário em vigor, correspondem:

- ao custo unitário praticado no mercado primário de referência, acrescido de margem de comercialização, e
- aos custos eficientes com a descarga, armazenamento, transporte e comercialização de combustível, que foi determinada pela ERSE em resultado de um estudo realizado por um consultor externo e revisto pelo Regulador de acordo com a Instrução N.º 9/2022, de 19 de outubro e Instrução N.º 3/2023, de 11 de agosto.

A Lei do Orçamento de Estado 2014 (Lei n.º 83-C/2013) aprovada em 31 de dezembro de 2013, estabeleceu uma contribuição extraordinária sobre o sector energético (CESE), com o propósito de financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do sector energético, através da constituição de um fundo que visa contribuir para a redução da dívida tarifária e para o financiamento de políticas sociais e ambientais do sector energético. Esta contribuição incide, entre outras, sobre a atividade de produção, transporte ou distribuição de eletricidade.

A Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, através do Artigo 275.º Contribuição extraordinária sobre o setor energético, estabelece que, em 2024, mantém-se em vigor a contribuição extraordinária sobre o setor energético, cujo regime foi aprovado pelo artigo 228.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro. A Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, estende a vigência da contribuição para o ano de 2025.

A Lei n.º 7-A/2016, alargou às regiões autónomas dos Açores e da Madeira, os princípios considerados através do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, que conferem aos municípios do território continental uma renda paga pelas concessionárias no âmbito das concessões atribuídas para a distribuição de eletricidade em baixa tensão. O Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, revogou o Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto. No entanto, o mencionado direito mantém-se nos termos do artigo 268.º do Diploma vigente.

Nas regiões autónomas, sendo as concessões atribuídas ao nível regional e sem equivalente compensação, os municípios não dispunham deste benefício, permanecendo numa situação de desigualdade face aos municípios do continente, apesar de, também no seu território, as concessionárias ou entidades distribuidoras utilizarem os bens de domínio público e privado municipal.

A Lei n.º 7-A/2016, vem assim corrigir esta desigualdade, atendendo à especificidade das condições de concessão regionais, atribuindo aos municípios das regiões autónomas uma remuneração pela utilização dos mencionados bens de domínio público e privado, calculada de modo equivalente às rendas pagas pelas concessionárias aos municípios do território continental, com efeitos a partir de 2016.

A tarifa social de fornecimento de energia elétrica a aplicar a consumidores finais economicamente vulneráveis, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 138 -A/2010, de 28 de dezembro e posteriormente incorporada no Decreto-Lei n.º 15/2022 de 14 de janeiro que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional. A tarifa social de fornecimento de energia elétrica é calculada mediante a aplicação de um desconto na tarifa de acesso às redes em baixa tensão normal. O valor do desconto é determinado através de despacho do membro do Governo responsável pela área da energia, ouvida a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

Nos termos do Despacho n.º 10557/2023, de 16 de outubro, o valor do desconto a aplicar na tarifa de acesso às redes a partir de 1 de janeiro de 2024 corresponde a 33,8% sobre as tarifas transitórias de venda a clientes finais de eletricidade.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de

Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela da Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela EDA, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.25.

As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, tendo por base a natureza das atividades desenvolvidas pela Empresa e as projeções de fluxos de caixa de curto prazo, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A 31 de dezembro de 2024, o ativo corrente é inferior ao passivo corrente em 44.182.501 euros. A Empresa tem ainda 125.000.000 euros em linhas de papel comercial disponíveis e não utilizadas, com vencimento até um ano, sendo renováveis automaticamente por iguais períodos, até ao máximo de 5 anos, bem como 54.020.000 euros em linhas de crédito disponíveis. As linhas de crédito com vencimento até 1 ano são renováveis de forma automática anual ou trimestralmente, enquanto as de vencimento após 1 ano não têm limite definido. Adicionalmente, a Empresa gera suficientes fluxos de caixa para suprir quaisquer outras necessidades correntes.

Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais a EDA tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. Na avaliação de controlo foi considerado para além dos poderes de voto, o poder de definir as políticas financeiras e operacionais, e o poder de nomear a Gestão das subsidiárias.

Nas demonstrações financeiras individuais a valorização dos investimentos em subsidiárias é efetuada de acordo com o método de equivalência patrimonial.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as da EDA, na aplicação do método da equivalência patrimonial.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição acrescido dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da EDA nos ativos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo

valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração dos resultados.

Associadas

Os investimentos em associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, as demonstrações financeiras incluem a quota-parte no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que a influência significativa começa até à data em que efetivamente termina. As associadas são entidades sobre as quais a EDA tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais a Empresa tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo.

Ganhos ou perdas não realizadas em transações entre a Empresa e as suas associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pela participada são considerados reduções do investimento detido.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela da EDA nos ativos identificáveis adquiridos é registado como parte do valor inicialmente registado como investimento em associadas. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração dos resultados.

Quando a quota-parte das perdas de uma associada excede o investimento na associada, a Empresa reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício da associada.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da EDA e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do Balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) **Cotações utilizadas**

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2024	2023
GBP	0,8292	0,8691
USD	1,0389	1,1050
CHF	0,9412	-

Fonte: Cotações do Banco Central Europeu à data de 31 de Dezembro

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo. Os ativos elegíveis para capitalização são ativos que necessitam de um período de tempo substancial para estarem disponíveis para uso. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil, ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 50 anos
Equipamento básico	
Produção termoelétrica	Entre 3 e 40 anos
Contadores	16 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 e 16 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 4 e 40 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos gerados pelos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as depreciações dos ativos são recalculadas prospetivamente de acordo com o valor recuperável.

A quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível é desreconhecida no momento de alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos resultados.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento que se referem a ativos detidos para obtenção de rendas são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial são mensuradas ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis registados no balanço referem-se a direitos de utilização de software, a licenças de emissão de dióxido de carbono (licenças CO₂) adquiridas e ao direito de concessão resultante da aplicação da IFRIC 12 – Acordos de serviço de concessão.

Os ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A EDA valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, sendo o ativo escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

Um ativo intangível é desreconhecido no momento da alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. O ganho ou perda é determinado como a diferença entre os proveitos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada desse ativo, sendo reconhecidos nos resultados.

Programas de computador

A EDA capitaliza na rubrica de programas de computador os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas para uso interno bem como a aquisição de licenças de utilização e de upgrade. Estes ativos são amortizados entre 3 e 8 anos.

Licenças emissões de gases (CO₂)

As atividades desenvolvidas pela EDA envolvem a queima de combustíveis fósseis com a consequente emissão de gases de carbono (CO₂).

As licenças de carácter ambiental resultam da atividade operacional ou de negociação.

As licenças para consumo próprio são reconhecidas como ativo intangível sendo mensuradas ao preço de aquisição, enquanto que as licenças detidas para negociação são registadas ao preço de aquisição e ajustadas para o justo valor correspondente ao preço de mercado. Os rendimentos e gastos resultantes destes ajustamentos são reconhecidos em resultados do ano.

Direitos de concessão

A empresa tem uma concessão atribuída para as atividades de gestão do sistema, do transporte e distribuição de energia elétrica na RAA. Os ativos adquiridos/construídos pela EDA, ao abrigo destes contratos de concessão, referidos como ativos da concessão, compreendem essencialmente ativos fixos tangíveis cuja construção/aquisição a EDA permuta pelo direito de explorar o serviço público associado.

De acordo com a IFRIC 12, um acordo de serviço de concessão envolve normalmente uma entidade (o operador) que constrói a infraestrutura utilizada na prestação do serviço público, que a desenvolve (por exemplo, aumento da capacidade existente) e faz a manutenção e operação da mesma por um período específico. O operador é remunerado pelos serviços prestados pelo período do acordo. O acordo de serviço de concessão é regulado por um contrato de concessão que estabelece os níveis de serviço, os mecanismos de ajustamento de preços e a resolução de disputas. Estes contratos de concessão podem ser designados por construir-operar-transferir, reabilitar-operar-transferir ou público-privado.

Tendo em conta o disposto no contrato de concessão, a EDA suporta, para além dos riscos associados à construção, o risco de disponibilidade e, nos moldes previstos no regulamento tarifário, os riscos de procura, pelo que o investimento efetuado nos bens da concessão encontra-se registado de acordo com o modelo do ativo intangível.

São classificados como custo do ativo intangível os valores investidos referentes à construção, expansão e requalificação das infraestruturas que constituem o estabelecimento da concessão. Considerando as características das infraestruturas associadas à prestação do serviço público de fornecimento de energia elétrica, parte significativa dos investimentos são referentes à ampliação e remodelação da rede e a equipamentos de contagem e medição do consumo.

Relativamente aos investimentos de substituição/renovação das infraestruturas, de acordo com a IFRIC 12 estes custos só são passíveis de registo como parte do direito da concessão, na medida em que tenham retribuição associada.

No caso da EDA, tendo em conta o modelo regulatório em vigor para o período 2022 – 2025, concorre para a formação das tarifas a que a EDA tem direito para remunerar a sua atividade, o valor da amortização do ativo médio estimado afeto à atividade regulada, com base nos parâmetros definidos pela ERSE no início de cada período regulatório, acrescido de uma taxa de remuneração a qual tem por base tanto os investimentos novos e de expansão como os de substituição e renovação. Deste modo, são considerados como custos do ativo intangível tanto os primeiros como os segundos.

No que respeita à amortização, a IFRIC 12 remete diretamente para o normativo dos ativos intangíveis que corresponde no SNC à NCRF 6, a qual refere que os ativos intangíveis têm de ser

amortizados numa base sistemática que reflita o padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao mesmo. No caso da EDA, o ativo intangível registado corresponde ao direito de explorar o serviço público concessionado, pelo que os benefícios económicos associados são os que advém das tarifas a praticar durante o período da concessão.

3.5. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza.

Os ativos com vida útil indefinida estão sujeitos a depreciação/amortização por um período de 10 anos e, são objeto de testes de imparidade anuais quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável. Os ativos com vida útil definida são revistos quanto à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Para efeitos de determinação da existência de imparidade a Empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.6. Ativos financeiros

A Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

(a) Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDA classifica e mensura ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros créditos a receber, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A EDA classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A EDA avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a EDA reconhece uma perda por imparidade na Demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses ativos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.7. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transação sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação que é feita dos instrumentos financeiros derivados. Quando se tratem de instrumentos financeiros derivados de negociação, os ganhos e perdas de justo valor são reconhecidos no resultado do período nas rubricas de custos ou proveitos financeiros. Quando designados como instrumentos financeiros derivados de cobertura, o

reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor dependem da natureza do item que está a ser coberto, podendo tratar-se de uma cobertura de justo valor ou de uma cobertura de fluxos de caixa.

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (fair value hedge), o valor desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado de forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura de justo valor são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos coberto atribuíveis ao risco cobertos.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (cash flow hedge), a parte eficaz das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas no Capital próprio, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, a EDA não tem negociados quaisquer instrumentos financeiros derivados.

3.8. Inventários

Os inventários referem-se a materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação, assim como combustíveis utilizados na produção de energia termoelétrica.

Os inventários são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no local e condição necessária para o seu uso/consumo.

Os inventários são reduzidos por imparidade quando apresentam sinais de obsolescência técnica ou há lugar à descontinuação dos equipamentos a que se referem.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

3.9. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade quando aplicável. As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são

registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de se verificar.

O montante de perda por imparidade para um instrumento financeiro mensurado ao custo ou ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva inicial do ativo financeiro.

Os saldos de clientes e outros créditos a receber são desreconhecidos quando:

- (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou
- (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou
- (c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve: (i) desreconhecer o ativo; e (ii) reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

3.10. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado.

Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Quando a Empresa está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controlo de uma subsidiária, a totalidade dos ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda quando se verificarem os critérios acima descritos, mesmo que a Empresa mantenha uma participação minoritária nessa subsidiária após a venda. Os ativos não correntes (e

todos os ativos e passivos relacionados a alienar) classificados como detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contabilístico ou justo valor deduzido dos custos incrementais de realização da venda, excluindo custos financeiros e fiscais. Em contrapartida, estes ativos não são amortizados.

3.11. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidades iniciais até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizados sem risco significativo de flutuações de justo valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração de fluxos de caixa, como Caixa e equivalentes de caixa.

3.12. Capital

O capital estatutário da Empresa corresponde às ações subscritas pelos acionistas. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.13. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDA classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, dívidas a pagar (fornecedores, outras dívidas a pagar, etc.).

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.14. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a EDA possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.15. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 30%, correspondendo a uma taxa nominal de 14,7%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi

ainda considerada a derrama estadual aprovada pela Lei nº 12-A/2010, consoante os escalões aplicáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no Balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data da liquidação dos impostos diferidos passivos.

3.16. Benefícios aos empregados

A EDA concede benefícios pós-emprego aos seus empregados sob a forma de: i) plano de complemento de pensões de reforma aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 (o qual inclui o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública ao seu serviço e reformados até novembro de 1999, na quota-parte dos anos de serviço a si prestados); e ii) plano de contribuição definida para os empregados admitidos a partir de 1 de janeiro de 2003.

i) Plano de benefícios definidos da Electricidade dos Açores, S.A.

Os complementos de reforma atribuídos aos empregados constituem um plano de benefícios definidos, com fundo autónomo constituído junto da Real Vida Seguros, para o qual são transferidas a totalidade das responsabilidades e entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos. A responsabilidade com o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública que prestaram serviço à EDA e foram reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-parte dos anos de serviço prestados à EDA, constituem uma responsabilidade equiparável a um benefício definido, para o qual não existe um fundo autónomo constituído, reconhecendo a EDA uma provisão nas suas demonstrações financeiras.

As responsabilidades com o pagamento das referidas contribuições são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de rating elevado denominadas na

mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no Balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data do relato financeiro, deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustamentos de experiência e alterações aos pressupostos atuariais e financeiros são registados em Capital próprio.

ii) Plano de contribuição definida

O plano de contribuição definida denominado por Futuro+ é gerido pela BPI pensões. A EDA constituiu o fundo em dezembro de 2005, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2003 para todos os empregados da EDA admitidos após essa data.

Em termos de regime de contribuição o plano prevê:

- a) contribuição base de 1% do salário pensionável pela Empresa sem qualquer condição;
- b) contribuição voluntária do empregado que a EDA reforça contribuindo em metade da percentagem da contribuição do empregado até ao limite de 2%.

Relativamente a este plano a Empresa não assume qualquer obrigação de pagamento para além das contribuições, conforme as condições estabelecidas no plano. As contribuições efetuadas são registadas como Gastos com o pessoal na Demonstração dos resultados, no período em que ocorrem.

3.17. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a EDA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável que não seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EDA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de desconto, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.18. Subsídios e apoios do Governo

A EDA reconhece os subsídios do Estado Português, do Governo Regional e da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido.

As comparticipações atribuídas à EDA, a fundo perdido, por conta dos projetos de investimento em ativos tangíveis de uso próprio, são contabilizadas na rubrica de Outras variações de capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas. Os subsídios são subsequentemente creditados na Demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados, na rubrica de Outros rendimentos.

Os subsídios obtidos para financiar a construção de infraestruturas para a concessão de serviço público incluindo as comparticipações recebidas de clientes (cujo ativo é reconhecido pelo seu custo estimado) são deduzidos diretamente ao valor do ativo intangível reconhecido como direito de concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.19. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a EDA detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinados à data de início do contrato. O valor a pagar resultante de um contrato de locação financeira é registado líquido de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a EDA não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a EDA tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.20. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.21. Rédito

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda ou permuta dissemelhante de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da EDA. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais atribuídos.

No caso da EDA, para as atividades englobadas no contrato de concessão, é apresentada de forma individualizada o rédito proveniente dos serviços de construção e de exploração.

Eletricidade

A faturação de eletricidade é efetuada numa base mensal, em contagens reais de consumos ou em consumos estimados através dos dados históricos de cada consumidor. Os consumos ocorridos e não faturados até à data do balanço são estimados e registados em Outros créditos a receber - Devedores por acréscimos de rendimentos.

O reconhecimento do rédito para as atividades reguladas é efetuado com base na informação da eletricidade vendida aos consumidores finais, os montantes de convergência tarifária previsionais definidos pela ERSE e os ajustamentos do ano à convergência tarifária estimada, a incorporar nas tarifas do SEP (Sistema elétrico de serviço público) em anos subsequentes.

Os réditos obtidos destas atividades são regulados pela ERSE, a entidade reguladora dos serviços energéticos, que através da publicação do regulamento tarifário, define as fórmulas de cálculo das tarifas e os mecanismos de recuperação dos desvios que sejam apurados em cada período.

As tarifas a serem aplicadas aos clientes finais (domésticos, industriais e outros) são fixadas anualmente pela ERSE, para cada componente do sistema, tais como: produção, transporte e distribuição.

Serviços de construção

A EDA apresenta na sua Demonstração dos resultados o rédito associado à aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão. Os dispêndios associados à construção de infraestruturas (construção nova, requalificação, substituição/renovação) são registados diretamente, pela sua natureza, nas rubricas de gastos da Demonstração dos resultados. Relativamente aos encargos financeiros, uma vez que a atividade de Transporte e Distribuição se encontra, para efeitos regulatórios, num regime do price cap, os encargos financeiros estimados são também considerados como uma componente do custo de aquisição/construção.

No âmbito dos contratos de concessão enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte a EDA não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos à concessão, pelo que o rédito e os encargos associados a serviço de construção destes ativos apresentam igual montante.

3.22. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da EDA é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

3.23. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados, salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

3.24. Matérias ambientais

A EDA reconhece os dispêndios de carácter ambiental, bem como os passivos e ativos com eles relacionados.

Os dispêndios são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos, exceto se forem realizados para evitar ou reduzir danos futuros e proporcionem benefícios económicos no futuro, sendo nesse caso capitalizados e amortizados sistematicamente ao longo das suas vidas económicas.

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a EDA tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

3.25. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da EDA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

3.25.1 Convergência tarifária

A EDA estima, a cada data de relato, de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSE, para a aceitação dos custos operacionais e a determinação dos proveitos permitidos, o valor de correção à convergência tarifária que decorre dos desvios apurados entre os custos reais e estimados. Esta correção é ajustada mediante a aprovação da ERSE no ano seguinte (ano $n+1$), para incorporação das tarifas do ano a seguir ($n+2$).

3.25.2 Provisões

A EDA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.25.3 Pressupostos atuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades, a taxa de rendimento estimada para os ativos e as tabelas de mortalidade.

3.25.4 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos e do consumo dos benefícios económicos subjacentes, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

3.25.5 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EDA, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

À data do balanço são constituídas perdas por imparidade equivalentes aos créditos de clientes vencidos há mais de 12 meses, exceto as dívidas das entidades públicas, atendendo ao risco associado.

3.26. Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras

que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

3.27. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

4. Fluxos de caixa

4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A EDA não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os períodos apresentados.

4.2 - Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2024	2023
Caixa	5 186	5 515
Depósitos bancários	1 190 941	6 310 743
	1 196 127	6 316 258

Os valores considerados para efeitos da elaboração da Demonstração de fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão de acordo com o quadro apresentado acima.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Empresa.

5.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela EDA, para os períodos apresentados.

5.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

A EDA não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCRF 4.

6. Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2024								
Custo de aquisição	3 686 099	77 290 571	354 354 311	7 063 172	8 704 860	41 838 876	41 568 905	534 506 794
Imparidade acumulada	-	-	(335 582)	-	-	-	-	(335 582)
Depreciações acumuladas	-	(45 735 096)	(213 211 745)	(5 296 392)	(6 902 878)	(31 860 894)	-	(303 007 006)
Valor líquido	3 686 099	31 555 475	140 806 984	1 766 780	1 801 981	9 977 982	41 568 905	231 164 205
Movimento do exercício								
Adições	19 931	-	88 433	1 020 503	615 839	432 360	12 215 189	14 392 256
Alienações e abates	-	-	(248 809)	(564 669)	(153 279)	-	-	(966 757)
Reclassificações	-	-	-	-	752	-	-	752
Transferências	-	134 851	706 758	-	-	918 145	(1 759 754)	-
Depreciação - período	-	(1 787 468)	(12 248 727)	(634 775)	(652 882)	(1 437 485)	-	(16 761 338)
Depreciação - alienações	-	-	248 809	564 669	153 279	-	-	966 757
Depreciação - Reclassificações	-	-	-	-	(689)	-	-	(689)
	3 706 030	29 902 858	129 353 448	2 152 508	1 765 001	9 891 001	52 024 339	228 795 185
31 de dezembro de 2024								
Custo de aquisição	3 706 030	77 425 423	354 900 693	7 519 006	9 168 172	43 189 381	52 024 339	547 933 044
Imparidade acumulada	-	-	(335 582)	-	-	-	-	(335 582)
Depreciações acumuladas	-	(47 522 564)	(225 211 663)	(5 366 498)	(7 403 171)	(33 298 380)	-	(318 802 276)
Valor líquido	3 706 030	29 902 858	129 353 448	2 152 508	1 765 001	9 891 001	52 024 339	228 795 185

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2023								
Custo de aquisição	3 692 156	76 923 767	315 231 101	6 249 494	7 236 385	40 954 403	43 089 889	493 377 195
Imparidade acumulada	-	-	(335 582)	-	-	-	-	(335 582)
Depreciações acumuladas	-	(43 673 508)	(202 456 914)	(5 355 892)	(6 490 676)	(30 386 788)	-	(288 363 777)
Valor líquido	3 692 156	33 250 259	112 438 606	893 602	745 709	10 567 615	43 089 889	204 677 838
Movimento do exercício								
Adições	-	-	88 433	1 242 512	1 433 719	342 937	38 944 385	42 051 986
Alienações e abates	(6 057)	-	(487 406)	(428 834)	(90)	-	-	(922 386)
Transferências	-	366 804	39 522 182	-	34 846	541 536	(40 465 369)	-
Depreciação - período	-	(2 061 589)	(11 242 420)	(369 334)	(412 293)	(1 473 924)	-	(15 559 559)
Depreciação - alienações	-	-	487 588	428 834	90	(183)	-	916 330
	3 686 099	31 555 475	140 806 984	1 766 780	1 801 981	9 977 982	41 568 905	231 164 205
31 de dezembro de 2023								
Custo de aquisição	3 686 099	77 290 571	354 354 311	7 063 172	8 704 860	41 838 876	41 568 905	534 506 794
Imparidade acumulada	-	-	(335 582)	-	-	-	-	(335 582)
Depreciações acumuladas	-	(45 735 096)	(213 211 745)	(5 296 392)	(6 902 878)	(31 860 894)	-	(303 007 006)
Valor líquido	3 686 099	31 555 475	140 806 984	1 766 780	1 801 981	9 977 982	41 568 905	231 164 205

Adições:

Os aumentos registados em ativos tangíveis durante o ano de 2024 englobam 2.177.066 euros de aquisições diretas e 12.215.189 euros de obras em curso, que correspondem maioritariamente ao investimento efetuado em equipamentos de produção e distribuição (8.355.747 euros) e no novo edifício administrativo em Ponta Delgada (3.051.676 euros).

Em curso:

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de Ativos em curso referem-se aos seguintes projetos:

	2024	2023
Produção	34 518 672	28 969 682
Implementação e atualização de soluções informáticas	6 846 848	6 615 111
Ampliação central térmica Belo Jardim	1 554 674	1 376 517
Outras obras	9 104 146	4 607 595
	52 024 339	41 568 905

As transferências de Ativos em curso para Ativos fixos tangíveis ocorridas em 2024, no montante de 1.759.754 euros, referem-se essencialmente a obras de ampliação e beneficiação de centros produtores, à construção e remodelação de edifícios de suporte à atividade da Empresa, bem como à instalação e montagem de contadores.

Depreciações

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos resultados pela sua totalidade.

Alienações e Abates

Em 2024 e 2023 o valor das alienações refere-se a materiais obsoletos tais como contadores, disjuntores, grupos geradores, outros equipamentos administrativos e de transporte.

7. Propriedades de investimento

O saldo desta rubrica refere-se ao antigo edifício sede da EDA na Calheta, o qual se encontra totalmente arrendado:

	2024	2023
A 1 de janeiro		
Valor bruto	3 000 000	3 000 000
Depreciações acumuladas	(1 099 840)	(1 014 074)
Imparidades acumuladas	292 540	292 540
Valor líquido	2 192 700	2 278 467
Depreciações - Período	(84 358)	(85 767)
Correção da depreciação	23 404	-
Correção da imparidade	(292 540)	-
	(353 494)	(85 767)
A 31 de dezembro		
Valor bruto	3 000 000	3 000 000
Depreciações	(1 160 794)	(1 099 840)
Imparidades	-	292 540
Valor líquido	1 839 206	2 192 700

Em conformidade com a avaliação patrimonial reportada a 1 de janeiro de 2024, os ativos classificados como propriedades de investimento, possuem o seguinte justo valor:

Terrenos	857 000
Edifícios	2 143 000
	3 000 000

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os rendimentos e gastos operacionais diretos associados às propriedades de investimento são os seguintes:

	2024		2023	
	Rendas	Gastos diretos	Rendas	Gastos diretos
Edifícios Calheta	130 494	22 270	122 344	15 562
	130 494	22 270	122 344	15 562

8. Ativos intangíveis

O valor dos intangíveis refere-se a licenças de CO2, direitos de superfície, software e ao contrato de concessão. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	Licenças CO2	Direitos de superfície	Software e outros	Contratos de concessão	Ativos em curso	Total
A 1 de janeiro de 2024						
Custo de aquisição	127 025 361	128 478	26 955 776	454 765 473	-	608 875 087
Amortizações acumuladas	(124 902 330)	(41 860)	(19 716 120)	(229 046 425)	-	(373 706 735)
Valor líquido	2 123 031	86 618	7 239 656	225 719 047	-	235 168 351
Adições	21 145 323	11 449	25 343	15 330 767	1 375 097	37 887 979
Reclassificações	-	-	(752)	-	-	(752)
Transferências e abates	-	-	1 375 097	81 599	(1 375 097)	81 599
Amortização - período	(22 599 122)	(11 840)	(1 419 719)	(11 790 326)	-	(35 821 007)
Amortização - Reclassificações	-	-	689	-	-	689
Valor líquido	669 231	86 227	7 220 314	229 341 087	-	237 316 859
31 de dezembro de 2024						
Custo de aquisição	148 170 683	139 927	28 355 464	470 177 840	-	646 843 914
Amortizações acumuladas	(147 501 452)	(53 700)	(21 135 150)	(240 836 753)	-	(409 527 055)
Valor líquido	669 231	86 227	7 220 314	229 341 087	-	237 316 859

	Licenças CO2	Direitos de superfície	Software e outros	Contratos de concessão	Ativos em curso	Total
A 1 de janeiro de 2023						
Custo de aquisição	97 202 854	114 573	20 877 864	434 351 504	-	552 546 795
Amortizações acumuladas	(97 202 854)	(30 405)	(18 572 284)	(217 419 829)	-	(333 225 373)
Valor líquido	-	84 167	2 305 580	216 931 673	-	219 321 420
Adições	29 822 506	13 905	66 988	21 063 991	6 010 922	56 978 311
Transferências e abates	-	-	6 010 922	(650 022)	(6 010 922)	(650 022)
Amortização - período	(27 699 476)	(11 455)	(1 143 836)	(11 626 596)	-	(40 481 362)
Valor líquido	2 123 031	86 618	7 239 656	225 719 047	-	235 168 351
31 de dezembro de 2023						
Custo de aquisição	127 025 361	128 478	26 955 776	454 765 473	-	608 875 087
Amortizações acumuladas	(124 902 330)	(41 860)	(19 716 120)	(229 046 425)	-	(373 706 735)
Valor líquido	2 123 031	86 618	7 239 656	225 719 047	-	235 168 351

Licenças CO2:

No âmbito do regime do comércio europeu de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (CELE), a Diretiva nº 2009/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho apresenta o quadro legal para o período após 2013. Em conformidade, a Agência Portuguesa do Ambiente publicou a lista nacional de instituições e alocação preliminar de licenças de emissão gratuitas no período 2013-2020, no qual as instalações de produção da EDA deixaram de beneficiar da atribuição gratuita de licenças.

Em 2024 encontram-se registados em gastos 343.234 toneladas de licenças de CO2, no montante de 22.599.122 euros (2023: 325.090 toneladas e 27.699.476 euros), relativas às emissões do exercício de 2024.

Releva-se que das licenças adquiridas em 2024 foram consideradas excedentárias 9.916 toneladas no montante de 669.231 euros.

Software:

O valor capitalizado como software em 2024, refere-se essencialmente à aquisição de licenciamentos e novas soluções SAP.

Contrato de Concessão

O detalhe dos movimentos foram como segue:

	Ativos Concessão	Ativos Concessão em Curso	Subsídios Concessão	Total
A 1 de janeiro de 2024				
Custo de aquisição	501 876 176	29 112 245	(76 222 948)	454 765 473
Amortizações acumuladas	(271 216 406)	-	42 169 981	(229 046 425)
Valor líquido	230 659 770	29 112 245	(34 052 967)	225 719 047
Adições	420 518	16 023 061	(1 112 812)	15 330 767
Transferências	22 388 945	(22 388 945)	-	-
Transferências e abates	-	81 599	-	81 599
Amortização - período	(14 187 382)	-	2 397 056	(11 790 326)
Valor líquido	239 281 850	22 827 961	(32 768 723)	229 341 087
31 de dezembro de 2024				
Custo de aquisição	524 685 639	22 827 961	(77 335 760)	470 177 840
Amortizações acumuladas	(285 403 790)	-	44 567 037	(240 836 753)
Valor líquido	239 281 850	22 827 961	(32 768 723)	229 341 087
	Ativos Concessão	Ativos Concessão em Curso	Subsídios Concessão	Total
A 1 de janeiro de 2023				
Custo de aquisição	492 542 768	16 646 267	(74 837 532)	434 351 504
Amortizações acumuladas	(257 088 986)	-	39 669 157	(217 419 829)
Valor líquido	235 453 782	16 646 267	(35 168 375)	216 931 673
Adições	885 777	21 563 630	(1 385 416)	21 063 991
Transferências	8 447 631	(8 447 631)	-	-
Transferências e abates	-	(650 022)	-	(650 022)
Amortização - período	(14 127 420)	-	2 500 824	(11 626 596)
Valor líquido	230 659 770	29 112 245	(34 052 967)	225 719 047
31 de dezembro de 2023				
Custo de aquisição	501 876 176	29 112 245	(76 222 948)	454 765 473
Amortizações acumuladas	(271 216 406)	-	42 169 981	(229 046 425)
Valor líquido	230 659 770	29 112 245	(34 052 967)	225 719 047

No período de 2024 a EDA efetuou investimentos em aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão no montante de 15.330.767 euros (2023: 21.063.991 euros), líquido dos subsídios recebidos.

A amortização do ativo intangível, líquida da amortização de subsídios recebidos, no montante de 11.790.326 euros (2023: 11.626.596 euros), foi efetuada com base nos valores de amortização dos ativos afetos à concessão.

9. Participações financeiras – método equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o investimento em subsidiárias é como segue:

	Subsidiárias
1 de janeiro de 2023	153 614 618
Ganhos/(Perdas)	13 417 317
Outros movimentos no Capital (Nota 19)	416 172
Dividendos recebidos	(4 644 827)
31 de dezembro de 2023	162 803 280
Ganhos/(Perdas)	11 079 553
Outros movimentos no Capital (Nota 19)	9 689 801
Dividendos recebidos	(6 909 869)
31 de dezembro de 2024	176 662 765

Os Ganhos/(Perdas) reconhecidos resultam da apropriação da quota-parte da EDA no resultado do período das subsidiárias. Nas situações em que para além da participação detida diretamente também existem participações cruzadas, como é o caso das empresas EDA Renováveis e SEGMA foi incorporada a percentagem detida por cada uma daquelas empresas, que serve de base para o cálculo do método de equivalência patrimonial.

Os valores registados em Outros movimentos de capital correspondem essencialmente ao Ajustamento em ativos financeiros, com origem na subsidiária EDAR.

Em 2024 a EDA recebeu dividendos das subsidiárias no total de 6.909.869 euros (EDAR: 6.769.469 euros; SEGMA: 140.400 euros) e em 2023 um total de 4.644.827 euros (EDAR: 4.252.427 euros; SEGMA: 392.400 euros).

Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2024 e 2023, e os rendimentos e gastos gerados no período, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras individuais das empresas subsidiárias, são como segue:

			Ativos		Passivos							
		Valor	Não		Não		Capital			Resultado	Contribuição	Contribuição
2024	% detida	contabilístico	correntes	Correntes	correntes	Correntes	Próprio	Rendimentos	Gastos	líquido	no Resultado	no Capital Próprio
Empresas subsidiárias												
EDA Renováveis, SA ¹	100,00%	165 503 448	100 391 561	84 003 169	12 652 503	7 291 319	164 450 908	35 132 955	24 360 103	10 772 853	10 876 512	(9 689 801)
GLOBALEDA												
- Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA	74,90%	1 686 462	974 560	2 522 275	-	1 245 217	2 251 618	4 555 958	5 530 446	(974 488)	(729 892)	-
SEGMA												
- Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	90,00%	9 472 856	949 062	13 774 140	-	4 197 806	10 525 396	13 574 189	12 537 597	1 036 592	932 933	-
		176 662 765									11 079 553	(9 689 801)

¹ O valor contabilístico desta subsidiária inclui a apropriação de 10% da SEGMA que nas contas desta subsidiária está registado ao custo.

2023	% detida	Valor contabilístico	Ativos		Passivos		Capital Próprio	Rendimentos	Gastos	Resultado Líquido	Contribuição no Resultado	Contribuição no Capital Próprio
			Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes						
Empresas subsidiárias												
EDA Renováveis, SA ¹	100,00%	151 706 604	82 478 507	132 862 600	18 788 628	8 273 700	188 278 780	35 065 187	21 483 195	13 581 992	13 613 101	(416 194)
GLOBALEDA												
- Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA	74,90%	2 416 353	1 018 735	5 209 788	-	3 002 417	3 226 106	7 424 940	8 060 143	(635 203)	(475 767)	-
SEGMA												
- Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	90,00%	8 680 323	733 244	11 084 433	-	2 172 873	9 644 804	10 127 094	9 816 002	311 092	279 983	22
		162 803 280									13 417 317	(416 172)

¹ O valor contabilístico desta subsidiária inclui a apropriação de 10% da SEGMA que nas contas desta subsidiária está registado ao custo.

10. Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a participações em instrumentos de capital, sobre os quais a Empresa não tem controlo ou influência significativa:

		% detida	2024	2023
Participações financeiras - método do custo				
NOS Açores Comunicações, S.A.		6,18%	228 649	228 649
Fundação Engenheiro José Cordeiro	i)	33,68%	3 242	3 242
INOVA		0,77%	5 297	5 297
			237 188	237 188
Outros investimentos				
Fundo de compensação do trabalho			142 502	142 502
			142 502	142 502
			379 690	379 690

i) Apesar da percentagem de participação detida na Fundação Engenheiro José Cordeiro corresponder a 33,68% do Património social, a EDA não tem controlo ou influência significativa sobre as atividades exercidas por esta entidade.

11. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os saldos de outros créditos a receber são como segue:

		2024			2023		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores	i)	764 567	-	764 567	337 437	-	337 437
Programa FEDER	ii)	1 707 531	-	1 707 531	5 545 290	-	5 545 290
Programa LIFE IP CLIMAZ	ii)	489 919	-	489 919	489 919	-	489 919
Sinistro EDAR		-	-	-	729 400	-	729 400
Adiantamentos ao pessoal		136 736	-	136 736	170 211	-	170 211
Adiantamentos a fornecedores		17 105	-	17 105	7 706	-	7 706
		3 115 859	-	3 115 859	7 279 963	-	7 279 963
Devedores acréscimos rendimentos							
Energia a faturar (Nota 24)	iii)	2 873 436	-	2 873 436	2 439 359	-	2 439 359
Convergência tarifária:	iv)						
Ano de 2023 (Nota 24)		3 592 158	-	3 592 158	-	-	-
Ano de 2022		-	-	-	30 295 917	-	30 295 917
		9 581 453	-	9 581 453	40 015 239	-	40 015 239
Imparidades acumuladas		-	-	-	-	-	-
		9 581 453	-	9 581 453	40 015 239	-	40 015 239

i) O saldo inclui dívidas a receber de devedores diversos, dizendo respeito maioritariamente a adiantamentos efetuados na realização de contratos de compra e venda de terrenos;

ii) Reconhecimento dos subsídios ao investimento destinados a financiar os seguintes projetos:

- “Baterias de armazenamento de energias renováveis – São Miguel e Terceira” enquadrado no âmbito do programa FEDER – PO AÇORES 2020, tendo o montante de 1.707.531 euros em aberto à data de 31 de dezembro de 2024, sido recebido subsequentemente.
- O projeto LIFE IP CLIMAZ aprovado pela União Europeia tem como objetivo apoiar a implementação do Programa Regional dos Açores para as Alterações Climáticas (PRAC), nas 9 ilhas dos Açores.

No exercício de 2024, foi desreconhecida a atribuição do subsídio PRR na sequência da resolução do Contrato de financiamento ao investimento “C14-i03.03 - Instalação de sistemas de armazenamento de energia elétrica nas restantes seis ilhas da RAA”, o que levou à reversão de 696.567 euros e devolução do montante recebido de 731.945 euros.

iii) A rubrica de energia a faturar no montante de 2.873.436 euros (2023: 2.439.359 euros) respeita a valores em contador a faturar aos clientes em 2025;

iv) A convergência tarifária refere-se ao registo dos desvios apurados entre os custos reais incorridos nas atividades de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica e os custos estimados incluídos na determinação das tarifas pela ERSE. Os valores apurados no final de cada período correspondem à melhor estimativa do valor a recuperar ou a devolver nos anos seguintes considerando as regras de cálculo dos regulamentos tarifários, contudo poderão existir acertos propostos pela ERSE a estes valores. O mecanismo em vigor para a recuperação destes desvios encontra-se regulamentado pela ERSE e traduz-se na incorporação dos desvios apurados no ano n , nos custos totais que servirão de base à determinação das tarifas do ano $n+1$ (custo do capital) e $n+2$.

12. Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no Balanço pelo seu valor bruto. O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

	2024	2023
<u>Impactos na demonstração dos resultados</u>		
Ativos por impostos diferidos	(1 852 405)	(2 231 599)
Passivos por impostos diferidos	5 064 244	3 509 854
	3 211 840	1 278 255
<u>Impactos no capital próprio</u>		
Ativos por impostos diferidos	(731 717)	235 909
	(731 717)	235 909
Impacto líquido dos impostos diferidos	2 480 123	1 514 164

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

Ativos por impostos diferidos - Movimentos do período

	Pensões	Convergência tarifária	Imparidade ativos	Clientes	Prejuízos fiscais	Total
A 1 de janeiro de 2024	1 510 276	1 124 598	61 747	38 008	3 780 029	6 514 658
Alteração de taxa - por capital	(527 345)	-	-	-	-	(527 345)
Constituição/reversão por capital	(204 372)	-	-	-	-	(204 372)
Utilização do imposto	-	-	-	-	(419 761)	(419 761)
Alteração de taxa - por resultados	295 879	(169 223)	(9 463)	-	(160 013)	(42 820)
Constituição por resultados	-	1 717 881	-	42 439	-	1 760 319
Reversão por resultados	(225 174)	(106 466)	-	(38 009)	(3 200 255)	(3 569 904)
Movimento do período	(661 012)	1 442 193	(9 463)	4 430	(3 780 029)	(3 003 882)
A 31 de dezembro de 2024	849 264	2 566 790	52 284	42 437	-	3 510 775

	Pensões	Convergência tarifária	Imparidade ativos	Clientes	Prejuízos fiscais	Total
A 1 de janeiro de 2023	1 886 242	-	61 747	53 880	6 508 477	8 510 347
Constituição/reversão por capital	235 909	-	-	-	-	235 909
Constituição por resultados	-	1 124 598	-	-	-	1 124 598
Reversão por resultados	(611 876)	-	-	(15 873)	(2 728 448)	(3 356 196)
Movimento do período	(375 967)	1 124 598	-	(15 873)	(2 728 448)	(1 995 690)
A 31 de dezembro de 2023	1 510 276	1 124 598	61 747	38 008	3 780 029	6 514 658

A dedução a efetuar em cada um dos períodos não pode exceder o montante correspondente a 65% do respetivo lucro tributável. A Lei nº 24-D/2022, de 30 de dezembro, relativamente ao Orçamento de Estado para 2023, coloca fim à limitação temporal para reporte de prejuízos fiscais.

O prejuízo fiscal disponível do exercício de 2022 no montante de 22.858.967 euros foi utilizado na totalidade na dedução do lucro tributável em 2024.

Passivos por impostos diferidos - Movimentos do período

	Reavaliação normativo anterior	Convergência tarifária	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2024	(63 307)	(5 481 608)	(331 024)	(5 875 939)
Alteração de taxa - por resultados	9 703	-	50 733	60 435
Constituição por resultados	-	(536 178)	-	(536 178)
Correção de imposto	-	-	41 932	41 932
Reversão por resultados	7 393	5 481 608	9 054	5 498 056
Movimentos do período	17 096	4 945 430	101 719	5 064 244
A 31 de dezembro de 2024	(46 211)	(536 178)	(229 305)	(811 694)

	Reavaliação normativo anterior	Convergência tarifária	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2023	(73 164)	(8 970 652)	(341 976)	(9 385 793)
Constituição por resultados	-	(1 351 292)	-	(1 351 292)
Reversão por resultados	9 857	4 840 336	10 952	4 861 146
Movimentos do período	9 857	3 489 044	10 952	3 509 854
A 31 de dezembro de 2023	(63 307)	(5 481 608)	(331 024)	(5 875 939)

O montante de Outros está relacionado com o terreno e edifícios da Calheta.

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de Balanço do período findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 15,58% (2023: 18,4%).

13. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	2024	2023
Matérias primas	4 199 069	4 158 252
Matérias subsidiárias	309 168	340 622
Materiais diversos	19 364 684	16 213 450
Materiais em trânsito	781 333	830 738
	24 654 255	21 543 062
Imparidade de inventários	(63 907)	(86 476)
	24 590 347	21 456 586

O saldo de inventários refere-se essencialmente a matérias-primas como o fuel, gasóleo e peças de manutenção e reparação, para substituição corrente nos ativos tangíveis de produção.

O custo dos inventários reconhecidos em 2024 como gasto e incluído na rubrica custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 135.698.815 euros (2023: 129.852.240 euros) (Nota 26).

Imparidade de inventários

	2024	2023
A 1 de janeiro	86 476	87 762
Aumentos	61 157	69 254
Utilizações	(83 725)	(70 541)
A 31 de dezembro	63 907	86 476

A variação ocorrida na rubrica de imparidade de inventários deveu-se à utilização direta no montante de 83.725 euros (2023: 70.541 euros) e ao reforço da imparidade no montante de 61.157 euros (2023: 69.254 euros).

14. Clientes

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a decomposição da rubrica de Clientes é como se segue:

	2024			2023		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - gerais	60 905 637	-	60 905 637	59 020 369	-	59 020 369
Clientes - partes relacionadas (Nota 37)	410 726	-	410 726	437 005	-	437 005
i)	61 316 362	-	61 316 362	59 457 374	-	59 457 374
Imparidade de clientes	(955 041)	-	(955 041)	(910 443)	-	(910 443)
	60 361 321	-	60 361 321	58 546 932	-	58 546 932

i) Nesta rubrica encontram-se registados os seguintes saldos a receber de clientes:

a) valores faturados à REN a título de convergência tarifária no montante de 15.732.665 euros (em 2023: 17.007.148 euros);

b) outros serviços diversos no montante de 1.338.766 euros (2022: 923.772 euros);

c) os saldos a receber decorrentes do regular fornecimento de eletricidade, que apresentam a seguinte antiguidade:

	2024			2023		
	Menos de seis meses	Mais de seis meses	Total	Menos de seis meses	Mais de seis meses	Total
Entidades públicas	4 702 611	26 049 157	30 751 767	5 472 733	24 071 639	29 544 372
Empresarial e particulares	12 541 859	951 305	13 493 164	11 076 476	905 617	11 982 093
	17 244 470	27 000 461	44 244 931	16 549 209	24 977 256	41 526 465

A Empresa não procedeu à constituição de qualquer perda por imparidade para as contas a receber de entidades públicas com elevada antiguidade por entender que as mesmas são recuperáveis. No seguimento de um processo de negociação entre a Entidade, a Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública e os clientes com maior antiguidade, nomeadamente os Hospitais, foram assinados acordos de pagamento com vista à recuperação da dívida à data de 31 de dezembro de 2024, a qual irá acrescer juros de mora à taxa legal até ao momento do pagamento.

Imparidade de clientes

	2024	2023
A 1 de janeiro	910 443	1 395 787
Aumentos	226 872	89
Utilizações	(181 182)	(64 290)
Reversões	(1 092)	(421 142)
A 31 de dezembro	955 041	910 443

A variação ocorrida na rubrica de imparidade de clientes deveu-se essencialmente ao reforço da imparidade de clientes no montante de 226.872 euros (2023: 89 euros) e à utilização direta no montante de 181.182 euros (2023: 64.290 euros).

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

15. Estado e outros entes públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	2024		2023	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	-	1 723 921	-	2 565 110
Impostos s/ rendimento - IRS	-	734 723	-	606 576
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	2 470 788	241 197	1 026 080
Contribuições p/ segurança social	-	662 001	-	623 594
Outros impostos	-	150 139	-	152 627
	-	5 741 574	241 197	4 973 986

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	2024	2023
Pagamentos por conta	(2 053 416)	-
Retenções na fonte	(34 951)	(32 927)
Estimativa de IRC (Nota 32)	3 812 288	2 598 037
	1 723 921	2 565 110

16. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a EDA tem registado na rubrica Diferimentos os seguintes saldos:

Ativo	2024	2023
Seguros e outros serviços	550 420	449 107
	550 420	449 107

17. Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social da EDA, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 14.000.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Número de ações	Capital Social
Capital	14 000 000	70 000 000
	14 000 000	70 000 000

As ações representativas do capital são detidas integralmente pelas seguintes entidades:

	Nº Ações	% detida
Região Autónoma dos Açores	7 014 000	50,1%
ESA - Energia e Serviços dos Açores, SGPS, S.A.	5 558 120	39,7%
EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.	1 400 000	10,0%
Outros	27 880	0,2%
	14 000 000	100%

A EDA não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de dezembro de 2024 e 2023. Nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 243/2004 que aprovou as primeiras fases do processo de reprivatização da EDA, a Região Autónoma dos Açores enquanto detiver pelo menos 5% do capital social da EDA terá: (i) direito de veto em deliberações da Assembleia Geral que tenham por objeto ou como efeito a redução significativa da atividade da empresa na Região Autónoma dos Açores, a fusão, a cisão, a transformação ou a dissolução da sociedade e a alteração dos seus estatutos, incluindo a redução do capital social e a mudança da localização de sede, mas excluindo o aumento do capital social e (ii) e poder de designar um dos membros do Conselho de Administração, que dispõe de direitos de veto nas deliberações do Conselho que tenham objeto idêntico ao referido na alínea anterior.

18. Outras reservas e Resultados transitados

	Reserva Legal	Reserva para investimentos	Reserva para fins sociais	Reservas especiais	Resultados transitados	Total
1 de janeiro de 2023	14 000 000	100 911	19 235	226 650	113 500 252	127 847 047
Aplicação do Resultado do período	-	-	-	-	12 197 265	12 197 265
Ajustamentos por impostos diferidos (Nota 12)	-	-	-	-	235 909	235 909
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	(1 282 115)	(1 282 115)
Distribuições 2022	-	-	-	-	(6 104 000)	(6 104 000)
31 de dezembro de 2023	14 000 000	100 911	19 235	226 650	118 547 311	132 894 106
Aplicação do Resultado do período	-	-	-	-	17 087 133	17 087 133
Correções anos anteriores (Nota 7)	-	-	-	-	(269 137)	(269 137)
Ajustamentos por impostos diferidos (Nota 12)	-	-	-	-	(731 717)	(731 717)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio (Nota 21)	-	-	-	-	1 311 756	1 311 756
Distribuições 2023	-	-	-	-	(7 000 000)	(7 000 000)
31 de dezembro de 2024	14 000 000	100 911	19 235	226 650	128 945 347	143 292 141

Em conformidade com a Assembleia Geral realizada em 29 de abril de 2024, o resultado apurado no período de 2023 teve a seguinte aplicação:

Dividendos	7 000 000
Resultados transitados	10 087 133
	17 087 133

Na rubrica de Resultados transitados encontram-se incluídos 1.008.819 euros (2023: 1.127.451 euros) decorrentes de excedentes de reavaliação efetuados no âmbito do normativo contabilístico anterior e ainda não realizados por depreciação ou anulação, não sendo passíveis de distribuição aos acionistas, podendo apenas ser utilizados em futuros aumentos de capital ou em outras situações específicas previstas na legislação.

Adicionalmente encontram-se registados em Resultados transitados e Resultados do exercício os montantes não passíveis de distribuição aos acionistas até à data em que se encontrem realizados, expetavelmente através de distribuição de dividendos, como se indicam:

	2024	2023
Apropriação de Resultados das Subsidiárias		
Ano 2024	11 079 553	-
Ano 2023 i)	6 507 448	13 417 317
Anos anteriores	77 614 912	77 614 912
Perdas Atuariais	(17 388 425)	(18 700 180)
Compensação Tarifária		
Ano 2024	(11 026 192)	
Ano 2023	(2 116 527)	(6 111 944)
Ano 2022	-	29 908 420
	64 670 770	96 128 524

i) No decorrer de 2024, as empresas participadas EDA Renováveis e Segma procederam à distribuição de 6.769.468 euros e 140.400 euros, respetivamente, relativos aos anos de 2023, pelo que estes montantes passaram a estar disponíveis para distribuição por parte da Entidade.

19. Ajustamentos/outras variações no capital próprio

Esta rubrica tem a seguinte composição a 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Total
1 de janeiro de 2023	27 128 749	21 289 604	48 418 352
Amortização de subsídio (Nota 29)	-	(1 469 079)	(1 469 079)
Atribuição no ano	-	14 818 834	14 818 834
Desreconhecimento	-	(1 548 898)	(1 548 898)
Ajustamento por imposto (Nota 22)	-	(2 171 358)	(2 171 358)
Ajustamento capital próprio subsidiária (Nota 9)	416 172	-	416 172
31 de dezembro de 2023	27 544 920	30 919 103	58 464 023
Alteração de taxa (Nota 22)	-	1 068 528	1 068 528
Amortização de subsídio (Nota 29)	-	(2 383 985)	(2 383 985)
Desreconhecimento	-	(696 567)	(696 567)
Ajustamento por imposto (Nota 22)	-	479 950	479 950
Ajustamento capital próprio subsidiária (Nota 9)	9 689 801	-	9 689 801
31 de dezembro de 2024	37 234 721	29 387 029	66 621 750

Os valores registados em Outras variações no capital correspondem essencialmente ao Ajustamento em ativos financeiros, com origem na subsidiária EDAR, e em resultado do registo de subsídios ao investimento no âmbito do PRR por parte desta subsidiária.

O montante reconhecido de 5.423.477 euros referente ao imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento, foi registado por contrapartida de Outras dívidas a pagar (Nota 22).

20. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de financiamento, no final de cada período, é como segue:

	2024			2023		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel comercial	-	95 000 000	95 000 000	-	111 000 000	111 000 000
Empréstimos bancários	11 005 952	42 220 238	53 226 190	12 917 619	53 223 615	66 141 234
Obrigações	18 060 000	155 690 000	173 750 000	12 500 000	133 750 000	146 250 000
Contas correntes caucionadas	5 480 000	-	5 480 000	12 150 000	-	12 150 000
Outros empréstimos (Nota 37)	51 790 000	-	51 790 000	66 240 000	-	66 240 000
	86 335 952	292 910 238	379 246 190	103 807 619	297 973 615	401 781 234
Juros a pagar - Empréstimos	1 597 275	-	1 597 275	2 004 323	-	2 004 323
Juros pagos (antecipação)	-	(1 603 307)	(1 603 307)	-	(1 884 346)	(1 884 346)
	87 933 227	291 306 931	379 240 158	105 811 942	296 089 269	401 901 210

A EDA é subscritora de 9 programas de papel comercial no valor de 255.000.000 euros, dos quais se encontravam utilizados 95.000.000 euros a 31 de dezembro de 2024. Estes programas de papel comercial são evidenciados no passivo não corrente, uma vez que é prática do Grupo proceder à renovação dos contratos durante o seu período de vigência. O prazo dos programas de papel comercial é de um ano, renovável automaticamente por iguais períodos, até ao máximo de 5 anos.

Os empréstimos bancários não têm como garantia real atribuída os ativos da EDA. No entanto, alguns empréstimos contratados junto de instituições de crédito especiais, como seja o BEI, beneficiam de aval da Região Autónoma dos Açores e/ou do Governo da República. Os montantes dos empréstimos avalizados simultaneamente pela Região e pela República em 31 de dezembro de 2024 eram de 20.517.857 euros (2023: 22.982.143 euros).

Nos Outros Empréstimos são englobados a cedência de fundos das participadas no montante de 51.790.000 euros, que vencem juros à taxa média anual de 4,01% (2023: 2,84%).

Apresenta-se de seguida os reembolsos dos empréstimos existentes por maturidade:

	<u>menos de 1 ano</u>	<u>entre 1 ano e 5 anos</u>	<u>mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Papel comercial	-	95 000 000	-	95 000 000
Empréstimos bancários	11 005 952	35 154 762	7 065 476	53 226 190
Obrigações	18 060 000	123 663 636	32 026 364	173 750 000
Contas correntes caucionadas	5 480 000	-	-	5 480 000

No final do período de 2024 e 2023 a EDA possuía ainda as seguintes linhas de crédito contratadas e não utilizadas:

	2024	2023
Linhas disponíveis		
correntes	179 020 000	160 350 000
não correntes	35 000 000	5 000 000
	214 020 000	165 350 000

Nota: correntes inclui contas correntes caucionadas e PPC CP. Não correntes inclui PPC MLP

As linhas de crédito com vencimento até 1 ano são renováveis, de forma automática, anual ou trimestralmente. As linhas de crédito com vencimento após 1 ano não têm limite definido.

A taxa média de financiamento da EDA foi de 3,65% em 2024 (2023: 3,60%).

Com a finalidade de proteger o interesse do financiador são estabelecidos nos diversos contratos de financiamento compromissos por meio dos quais fica estabelecido que determinados atos devem ser cumpridos, ao passo que outros não devem ser executados, os chamados Covenants.

Os Covenants associados aos contratos de financiamento da EDA são:

	Empréstimos Mercado Interno Covenants	Empréstimos Mercado Externo Covenants	Papel Comercial Covenants	Obrigacionistas Covenants	Conta Corrente Covenants
Empréstimo A	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Garantia Região Autónoma Açores Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Asset Disposal	Ownership Clause
Empréstimo B	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default		Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Rácio Capital Próprio/Ativo Rácio Net Debt/EBITDA	Cross Default
Empréstimo C	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Rácio Capital Próprio/Ativo Rácio Net Debt/EBITDA		Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Negative Pledge Rácio Capital Próprio/Ativo Rácio Net Debt/EBITDA	
Empréstimo D			Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Pari Passu Cross Default	
Empréstimo E			Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Rácio Capital Próprio/Ativo Rácio Net Debt/EBITDA	
Empréstimo F			Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Rácio Net Debt/EBITDA Cisão ou fusão do Mutuário	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge	
Empréstimo G			Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge	Pari Passu	
Empréstimo H			Ownership Clause Pari Passu Rácio Capital Próprio/Ativo Rácio Net Debt/EBITDA Cisão ou fusão do Mutuário		
Empréstimo I			Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Rácio Net Debt/EBITDA Cross Default		

O cumprimento dos *Covenants* acima apresentados são com referência às contas consolidadas.

21. Obrigações de benefícios de reforma e outros

A EDA tem as seguintes obrigações pós-emprego: i) benefícios definidos referentes a complementos de pensões de reforma para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 e o pagamento

de pensões de reforma a empregados da Administração Pública reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-parte dos anos ao seu serviço; e ii) contribuições definidas para pensões de reforma (empregados admitidos após 1 de janeiro de 2003).

i) Plano de benefícios definidos

Com base no regulamento de ação social em vigor até 31 de dezembro de 2002, a EDA tem a responsabilidade de complementar até ao máximo de 80% as pensões de reforma atribuídas pelas instituições de segurança social aos seus empregados, admitidos até 31 de dezembro de 2002, reformados com pelo menos 30 anos de serviço (sendo de 20 anos para os trabalhadores em regime de turnos), sofrendo esse limite uma redução em função do tempo de serviço prestado, se inferior. Para além desta responsabilidade com complementos de pensões de reforma, a EDA tem ainda a responsabilidade de assegurar o pagamento das pensões aos empregados oriundos do setor público e das autarquias locais abrangidos pelo regime da Caixa Geral de Aposentações e reformados até 30 de novembro de 1999, na parte correspondente ao período em que estiveram ao serviço da EDA.

ii) Plano de contribuição definida

A EDA constituiu um plano de contribuições definidas, o Plano de pensões Futuro+ para os seus empregados não abrangidos por outros planos de benefícios. Este plano é gerido pela BPI Pensões.

Em termos globais, o impacto destes planos nas demonstrações financeiras é como segue:

	2024	2023
Obrigações no balanço		
Plano de benefícios definidos	5 450 984	8 208 017
	5 450 984	8 208 017
	2024	2023
Gastos na demonstração dos resultados (Nota 28)		
Plano de benefícios definidos	628 896	763 135
Plano de contribuições definidas	524 751	526 925
	1 153 647	1 290 060

Os principais pressupostos utilizados no cálculo atuarial são os abaixo indicados:

	2024	2023
Tábua de mortalidade	TV 88/90 (-1)	TV 88/90 (-1)
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80
Taxa técnica de rendimento	3,50%	3,50%
Taxa técnica de actualização	3,50%	3,50%
Taxa de crescimento salarial	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Taxa de crescimento salarial (S. Social)	2,00%	2,00%
Taxa de revalorização salarial	0,75%	0,75%

Em 2024, a taxa técnica de actualização usada foi de 3,50% refletindo a previsão das taxas de juro do mercado no longo prazo. Se a taxa de desconto utilizada para calcular as obrigações da EDA à data do relato financeiro, fosse de 4,00% as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 1.953.918 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais em 2024, seria superior em 1.930.639 euros. Se a taxa de desconto utilizada fosse de 3,00%, as responsabilidades com o plano de pensões seriam superiores em 2.127.041 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais seria reduzido em 2.101.321 euros.

Caso ocorresse um aumento de 0,5% na taxa de crescimento de salários as responsabilidades com o plano de pensões seriam incrementadas em 1.912.072 euros. Se ocorresse uma diminuição de 0,5% na taxa salarial as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 1.874.717 euros.

Adicionalmente, caso ocorresse um aumento de 0,5% na taxa de crescimento de pensões as responsabilidades com o plano de pensões seriam incrementadas em 1.859.740 euros. Se ocorresse uma diminuição de 0,5% na taxa pensionista as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 1.737.035 euros.

Em 31 de dezembro de 2024 não existiam responsabilidades por financiar, sendo a contribuição estimada para o Fundo de pensões, a pagar em 2025, acrescida de juros ascende a 341.749 euros e será liquidada em dez prestações mensais 34.175 euros, com início no mês de março e termo em dezembro de 2025.

21.1. Plano de pensões

O montante da obrigação reconhecida no Balanço é determinado como segue:

	2024	2023
Valor presente da obrigação	45 251 279	46 974 708
Justo valor dos ativos do plano	(39 800 295)	(38 766 691)
	5 450 984	8 208 017

Existem 6.693.114 euros (2023: 7.367.052 euros) de responsabilidades que não se encontram abrangidas pelo fundo constituído.

O movimento ocorrido no valor atual da obrigação subjacente ao plano de pensões foi o seguinte:

	Responsabilidades do plano	Ativos do plano	Total
A 1 de janeiro de 2023	42 686 177	(32 434 862)	10 251 315
Custo serviço corrente	384 491	-	384 491
Juro líquido	1 707 447	(1 328 803)	378 644
Sub-total	44 778 115	(33 763 665)	11 014 450
Remensurações:			
Retorno ativos do plano (exclui quota-parte juro líquido)	-	(3 810 306)	(3 810 306)
(Ganhos)/perdas ajuste de experiência	5 092 420	-	5 092 420
Contribuições	-	(3 296 993)	(3 296 993)
Benefícios pagos	(2 895 827)	2 104 273	(791 554)
A 31 de dezembro 2023	46 974 708	(38 766 691)	8 208 017
Custo serviço corrente	330 193	-	330 193
Juro líquido	1 644 115	(1 345 411)	298 703
Sub-total	48 949 015	(40 112 102)	8 836 913
Remensurações:			
Retorno ativos do plano (exclui quota-parte juro líquido)	-	(461 351)	(461 351)
(Ganhos)/perdas ajuste de experiência	(850 404)	-	(850 404)
Contribuições	-	(1 268 346)	(1 268 346)
Benefícios pagos	(2 847 332)	2 041 504	(805 828)
A 31 de dezembro 2024	45 251 279	(39 800 295)	5 450 984

As remensurações registadas resultam da diferença entre a taxa média de rentabilidade real dos ativos do fundo e a taxa técnica de atualização aplicada e dos ganhos de experiência resultantes da rotação de trabalhadores.

Os impactos do plano na demonstração dos resultados são como segue:

	2024	2023
Custos serviços correntes	330 193	384 491
Juro líquido	298 703	378 644
	628 896	763 135

Os impactos do plano registados em Capital próprio são como segue:

	2024	2023
Ganhos/ (perdas) atuariais iniciais	(18 700 180)	(17 418 066)
Ganhos/ (perdas) atuariais do período (Nota 18)	1 311 756	(1 282 114)
Ganhos/ (perdas) atuariais acumuladas	(17 388 425)	(18 700 180)

O detalhe da maturidade das responsabilidades do plano é o seguinte:

	2024	2023
Duração das responsabilidades do Plano de Pensões	10,75	11,20
Pagamento Esperado de Benefícios (grelha de distribuição)		
Pagamento Esperado de Benefícios dentro de 12 meses	2 067 090	2 015 596
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 1; 3] anos	4 360 938	4 231 838
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 3; 6] anos	7 137 840	7 047 524
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 6; 11] anos	12 835 454	12 997 219
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 11; 14] anos	7 370 140	7 658 426
Pagamento Esperado de Benefícios após 14 anos	26 771 701	29 739 548

Detalhe da natureza dos ativos que constituem o fundo do plano de pensões:

	2024	2023
Depósitos	868 361	1 657 783
Fundos de investimento e outros	1 987 224	2 148 511
Ações	11 096 079	12 872 600
Obrigações	22 491 728	18 833 480
Imóveis	3 356 903	3 254 315
	39 800 295	38 766 691

Composição da carteira de ativos:

	2024				2023			
	Ativos cotados	Não cotados	Total	%	Ativos cotados	Não cotados	Total	%
Liquidez	868 361	-	868 361	2,2%	1 657 783	-	1 657 783	4,3%
Imobiliário Directo								
Doméstico	-	1 040 308	1 040 308	2,6%	-	1 040 425	1 040 425	2,7%
Ações								
Domésticas	1 579 736	-	1 579 736	4,0%	158 000	-	158 000	0,4%
Estrangeiras	8 871 709	-	8 871 709	22,3%	9 576 264	-	9 576 264	24,7%
Obrigações								
Domésticos, AAA a BBB -	-	-	-	0,0%	645 377	-	645 377	1,7%
Domésticos, inferior a BBB -	-	-	-	0,0%	3 168 619	-	3 168 619	8,2%
Estrangeiros, AAA a BBB -	19 903 937	-	19 903 937	50,0%	6 067 438	-	6 067 438	15,7%
Estrangeiros, inferior a BBB -	1 929 327	-	1 929 327	4,8%	4 027 661	-	4 027 661	10,4%
Fundos de Investimento								
Ações								
Estrangeiras	644 634	-	644 634	1,6%	3 138 337	-	3 138 337	8,1%
Obrigações								
Domésticos, inferior a BBB -	-	-	-	0,0%	4 523 496	-	4 523 496	11,7%
Estrangeiros, inferior a BBB -	658 464	-	658 464	1,7%	400 889	-	400 889	1,0%
Imobiliário								
Estrangeiros	2 316 595	-	2 316 595	5,8%	2 213 891	-	2 213 891	5,7%
Outros investimentos	1 987 224	-	1 987 224	5,0%	2 148 511	-	2 148 511	5,5%
	38 759 987	1 040 308	39 800 295	100,0%	37 726 266	1 040 425	38 766 691	100,0%

Os ativos do plano de pensões não incluem ações próprias ou ativos não correntes da Empresa. A taxa de retorno esperada dos ativos do plano para 2024 foi determinada, baseada numa estimativa do retorno esperado dos ativos do plano a longo prazo, e a estratégia de investimentos a realizar.

21.2. Contribuição definida

Em 2024, o valor das contribuições definidas efetuadas pela EDA para o Plano Pensões Futuro+, ascendeu a 524.751 euros (2023: 526.925 euros).

22. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

	2024			2023		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos i)						
Fornecedores de investimentos - gerais	7 469 172	-	7 469 172	17 765 549	-	17 765 549
Fornecedores de investimentos - partes relacionadas (Nota 37)	418 614	-	418 614	2 000 281	-	2 000 281
	7 887 787	-	7 887 787	19 765 830	-	19 765 830
Outros credores e Acréscimos por gastos						
Convergência tarifária ii)						
Ano de 2024 (Nota 24)	42 308	10 983 884	11 026 192	-	-	-
Ano de 2023	5 708 684	-	5 708 684	111 141	6 000 803	6 111 944
Ano de 2022	-	-	-	387 497	-	387 497
	5 750 992	10 983 884	16 734 876	498 638	6 000 803	6 499 441
Subsídios investimento-Imposto a pagar iii)	-	5 423 477	5 423 477	-	6 971 955	6 971 955
Encargos com remunerações	5 116 701	-	5 116 701	4 865 951	-	4 865 951
Outros acréscimos por gastos	419 848	-	419 848	1 500 277	-	1 500 277
Caução - partes relacionadas	270 491	-	270 491	483 885	-	483 885
Cauções outros	556 317	-	556 317	370 125	-	370 125
Programa PRR	-	-	-	35 378	-	35 378
Outros credores	507 748	-	507 748	469 187	-	469 187
	12 622 096	16 407 361	29 029 457	8 223 441	12 972 758	21 196 199
	20 509 882	16 407 361	36 917 243	27 989 271	12 972 758	40 962 029

i) Fornecedores de investimentos – esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos relativos às faturas de prestação de serviços e fornecimentos de materiais incorporados nos ativos em construção, classificados como ativos tangíveis em curso e ativos da concessão;

ii) A rubrica de convergência tarifária refere-se ao registo dos desvios apurados entre os custos reais incorridos nas atividades de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica e os custos estimados incluídos na determinação das tarifas pela ERSE. Os valores apurados no final de cada período correspondem à melhor estimativa do valor a

recuperar ou a devolver nos anos seguintes considerando as regras de cálculo dos regulamentos tarifários, contudo poderão existir acertos propostos pela ERSE a estes valores.

O mecanismo em vigor para a regularização destes desvios encontra-se regulamentado pela ERSE e traduz-se na incorporação dos desvios apurados no ano n , nos custos totais que servirão de base à determinação das tarifas do ano $n+2$.

Desta forma o ajustamento estimado para 2024 é de 11.026.192 euros.

iii) Saldo referente ao imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento:

	2024	2023
A 1 de janeiro	(6 971 955)	(4 800 597)
Alteração de taxa	1 068 528	-
Constituição por capital	-	(2 726 665)
Reversão por capital	479 950	555 308
Movimento do período (Nota 19)	1 548 478	(2 171 358)
Constituição por capital (Nota 5)	-	-
A 31 de dezembro	(5 423 477)	(6 971 955)

23. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 e 2024 os saldos de fornecedores, integralmente correntes, são os seguintes:

		2024	2023
Fornecedores - gerais	i)	18 650 139	19 462 400
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 37)	ii)	6 973 568	4 731 843
Fornecedores - Faturas em receção e conferência		653 780	687 515
		26 277 487	24 881 758

i) Fornecedores – gerais: parte significativa deste saldo refere-se aos saldos a pagar pela aquisição de fuel para a produção de energia nas centrais termoelétricas, bem como de materiais de redes e produção e ainda da prestação dos serviços informáticos;

ii) Fornecedores – partes relacionadas: saldo referente à aquisição de energia elétrica à EDA Renováveis e de serviços técnicos à Segma e Globaleda.

24. Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e serviços prestados reconhecido na Demonstração dos resultados em 2024 e 2023 é detalhado como segue:

	2024	2023
Vendas de eletricidade		
Em média tensão	38 241 155	52 988 377
Em baixa tensão	93 867 924	91 805 354
Energia em contadores (Nota 11)	2 873 436	2 439 359
Ajustamentos de tarifário	i) 111 169 648	100 476 338
Serviços prestados		
De eletricidade	1 381 741	1 270 156
De outros	1 008 666	1 054 603
Serviços de construção IFRIC 12	ii) 16 023 061	21 565 872
	264 565 631	271 600 059

i) Ajustamento tarifário: montante estimado dos custos anuais com a convergência tarifária de 2024 e as correções efetuadas pela ERSE ao desvio de 2023, como se indica:

Descrição	2024	2023
Convergência de tarifário do período *	118 391 055	96 929 784
Tarifa social do período	3 241 488	3 314 878
Desvio tarifário de 2024 (Nota 22)	(10 983 884)	-
Desvio tarifário de 2023	-	(6 000 803)
Desvio da tarifa social de 2024 (Nota 22)	(42 308)	-
Desvio da tarifa social de 2023 (Nota 22)	-	(111 141)
Correção Desvio Tarifário 2023 (ERSE)	552 090	-
Correção Desvio Tarifário 2022 (ERSE)	-	6 334 728
Devolução créditos - Instrução N.º 4 / 2018	11 207	8 892
	111 169 648	100 476 338

* Inclui acerto custo capital do ano n-1 registado em n

ii) Serviços de construção IFRIC 12 - montante associado à aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão, o qual pode ser decomposto como segue:

	2024	2023
Fornecimentos e serviços externos (Nota 27)	8 008 198	14 549 956
Materiais	4 076 056	3 663 481
Pessoal	1 856 077	1 829 942
Fornecimentos e serviços externos - outros	1 997 669	1 454 947
Outros custos operacionais	85 061	67 545
	16 023 061	21 565 872

25. Trabalhos para a própria entidade

O detalhe dos trabalhos para a própria empresa para os períodos apresentados refere-se à seguinte natureza de gastos incorridos:

	2024	2023
Materiais	651 394	411 608
Fornecimentos e serviços externos	598 944	1 055 395
Impostos	-	5 138
Pessoal	1 107 889	1 196 155
Encargos financeiros	2 805 906	2 775 049
	5 164 134	5 443 345

Os valores mais significativos capitalizados referem-se aos custos com empreitadas contratadas para a realização de ampliações nos centros produtores.

26. Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas demonstra-se como segue:

	2024	2023
Inventários iniciais (Nota 13)	21 543 062	18 666 931
Compras	138 810 008	132 728 371
Inventários finais (Nota 13)	(24 654 255)	(21 543 062)
	135 698 815	129 852 240

O montante do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas detalha-se como segue:

	2024	2023
Energia adquirida	35 517 639	35 928 623
Combustíveis	84 880 272	79 127 150
Outros	15 300 904	14 796 467
	135 698 815	129 852 240

Do valor de energia adquirida, 29.359.240 euros (2023: 29.126.301 euros) dizem respeito à EDA Renováveis (Nota 37).

27. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		2024	2023
Serviços de construção IFRIC 12 (Nota 24)	i)	8 008 198	14 549 956
Conservação e reparação	ii)	6 599 969	6 312 083
Trabalhos especializados	iii)	5 592 081	7 351 879
Seguros		971 654	815 116
Comunicações		825 179	880 060
Vigilância e segurança		662 152	535 219
Limpeza, higiene e conforto		573 130	502 428
Honorários		509 932	424 594
Deslocações e estadas		479 956	469 036
Rendas e alugueres		333 459	147 142
Comissões		323 628	308 465
Material escritório		255 364	31 425
Combustíveis		249 492	278 815
Cursos de formação profissional		226 328	245 266
Publicidade e propaganda		149 870	148 868
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		118 728	131 964
Água		91 655	104 920
Transporte mercadorias		73 240	69 039
Outros		215 934	148 279
		26 259 948	33 454 552

i) Os Serviços de construção incluem essencialmente gastos com aquisição de serviços e equipamentos para as infraestruturas afetas à concessão;

ii) A rubrica de Conservação e reparação refere-se essencialmente a gastos com a manutenção e reparação dos ativos técnicos, como a manutenção, desmontagem e alteração de linhas e a manutenção dos equipamentos das centrais;

iii) Os gastos com Trabalhos especializados incluem maioritariamente gastos com serviços informáticos e consultorias diversas.

28. Gastos com pessoal

Os Gastos com pessoal incorridos durante os períodos de 2024 e 2023 foram como segue:

	2024	2023
Remunerações		
Órgãos sociais	471 493	457 815
Pessoal	27 826 554	26 433 866
	28 298 047	26 891 681
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	6 261 133	5 949 244
Benefícios pós-emprego (Nota 21)	1 153 647	1 290 060
Seguros acid.trabalho e doenças profissionais	189 458	178 040
Gastos de ação social	1 136 961	1 055 979
Outros	262 282	144 529
	9 003 481	8 617 852
	37 301 528	35 509 533

O número médio de empregados em 2024 foi de 783 (2023: 783).

Os gastos com benefícios pós-emprego referem-se aos encargos do período com os planos de benefícios de reforma atribuídos aos empregados no montante de 628.896 euros (2023: 763.135 euros) e de 524.751 euros (2023: 526.925 euros) para o plano de contribuição definida (Nota 21).

29. Outros rendimentos

O detalhe da rubrica de Outros rendimentos é apresentado como segue:

		2024	2023
Outros rendimentos operacionais	i)	3 715 895	2 962 142
Amortização de subsídios ao investimento (Nota 19)	ii)	2 383 985	1 469 079
Sinistros	iii)	553 870	-
Benefícios e penalidades contratuais	iv)	216 970	-
Ganhos na alienação de ativos tangíveis		154 831	144 134
Indemnizações		15 530	729 510
Acionamento garantias bancárias		-	39 505
Recuperação de dívidas		-	1 724
Outros		71 776	104 283
		7 112 857	5 450 377

i) A rubrica de Outros rendimentos operacionais inclui: (i) os juros especializados sobre os montantes de compensação tarifária no montante de 1.439.003 euros; (ii) o rendimento obtido com a cedência de utilização das linhas e redes da EDA no montante de 902.152 euros; (iii) os juros cobrados a clientes

pelo atraso no pagamento no montante de 834.320 euros; e (iv) rendas obtidas através da cedência de edifícios no montante de 114.735 euros;

ii) Esta rubrica de outros rendimentos refere-se ao valor da amortização dos subsídios ao investimento registada em resultado no período;

iii) Esta rubrica inclui maioritariamente o reconhecimento do valor a receber no montante de 504.246 euros referente ao sinistro ocorrido na Central Termoelétrica do Caldeirão Grupo 8;

iv) Valor expetável de penalidades contratuais referentes ao contrato outsourcing.

30. Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

		2024	2023
Desp.propriedade industrial	i)	22 599 122	27 699 476
Direitos passagem Municípios	ii)	5 637 088	5 387 477
Contr.extraord.setor energético	iii)	1 919 348	1 844 635
Impostos e Outras licenças	iv)	503 257	479 119
Outros gastos operacionais		495 270	349 882
Insuficiência da estimativa para impostos		123 276	-
Donativos		122 869	120 015
Quebras em inventário		18 640	1 777
Dívidas Incobráveis		9 951	650
Multas e penalidades		-	3 338
Correção de exercícios anteriores		-	984 365
Outras perdas		125 197	82 371
		31 554 019	36 953 105

i) Na rubrica de Despesas Propriedade Industrial encontram-se registados os gastos com as licenças de CO2 correspondentes à estimativa das emissões de gases de carbono ocorridas durante o ano (Nota 8);

ii) Em conformidade com a Lei 7-A/2016 de 30 de março, e com efeitos a partir de 2016, a EDA enquanto entidade que explora a atividade de distribuição de eletricidade em baixa tensão ficou obrigada ao pagamento de uma contrapartida ou de uma remuneração anual aos municípios da Região Autónoma dos Açores;

iii) Contribuição extraordinária sobre o setor energético regulamentada no Orçamento do Estado para 2014 - Lei n.º 83-C /2013 de 31 de dezembro. A Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, através do Artigo 275º, estabelece que, em 2024, mantém-se em vigor a contribuição extraordinária sobre o setor energético;

iv) Esta rubrica inclui maioritariamente o encargo com as taxas de exploração dos ativos afetos às atividades de produção e distribuição.

31. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros é como segue:

		2024	2023
Juros e gastos similares			
Encargos financeiros suportados	i)	11 756 232	10 179 285
Outros gastos e perdas financeiras	ii)	1 696 687	1 960 612
Encargos financeiros de empresas do grupo (Nota 37)		2 363 973	1 608 474
		15 816 892	13 748 371

i) Juros referentes aos empréstimos contraídos pela EDA para o financiamento das suas atividades;

ii) Os Outros gastos e perdas financeiras incluem essencialmente comissões e taxas de aval associadas aos financiamentos contraídos.

32. Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2024	2023
Imposto s/ rendimento corrente (Nota 15)	3 812 288	2 598 037
Imposto s/ rendimento diferido (Nota 12)	(3 211 840)	(1 278 255)
	600 449	1 319 781

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	2024	2023
Resultado antes de Imposto	11 031 565	18 406 914
Diferenças temporárias:		
Convergência tarifária	36 895 533	25 074 141
Plano de pensões	(1 445 277)	(3 325 411)
Perdas por imparidade em contas a receber	65 821	(86 264)
Outros	47 723	139 609
	35 563 800	21 802 075
Diferenças permanentes:		
MEP	(11 079 553)	(13 417 317)
Contribuição extraordinária do setor energético	1 919 348	1 844 635
Outros	(43 371)	(81 122)
	(9 203 576)	(11 653 804)
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	37 391 789	28 555 185
Prejuízos fiscais dedutíveis	(22 858 967)	(18 560 870)
Taxa nominal de imposto	14,7%	14,7%
	2 136 325	1 469 164
Derrama Municipal	321 507	246 895
Derrama Estadual	1 339 672	862 931
Tributação autónoma	14 785	19 046
Imposto diferido	(3 211 840)	(1 278 255)
	600 449	1 319 781

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2024	2023
Taxa de imposto	14,70%	14,70%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual		
> 1.500.0000 e < 7.500.000	2,40%	2,40%
> 7.500.0000 e < 35.000.000	4,00%	4,00%
> 35.000.0000	7,20%	7,20%

33. Dividendos

Os dividendos pagos durante o período de 2024 e 2023 foram de 7.000.000 euros e 6.104.000 euros respetivamente.

34. Compromissos

Os compromissos assumidos pela empresa à data do Balanço dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são como segue:

Compromissos para investimentos

Os investimentos contratados ainda não ocorridos, na data do Balanço são como segue:

	2024	2023
Mercadorias encomendadas a fornecedores	2 352 041	5 004 353
Encomendas de equipamentos e empreitadas adjudicadas	25 415 812	36 948 191
	27 767 853	41 952 544

35. Passivos e Ativos Contingentes

A EDA tem as seguintes garantias bancárias prestadas:

Beneficiário	Objeto	Início	2024	2023
Tribunal Trabalho de P.Delgada	Assegurar o bom e integral cumprimento das obrigações assumidas por sentença judicial relativamente aos herdeiros dependentes do funcionário sinistrado João Manuel Raposo Correia	2011	220 468	220 468
Câmara Municipal de Lagoa	Operação, manutenção e acompanhamento técnico das 5 estações elevatórias e do emissário submarino na rede de esgotos domésticos	2008	1 590	1 590
NAV, E.P.E.	Substituição AVAC SMA-CRX	2008	1 472	1 472
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2010	-	1 363 636
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2012	-	545 455
Tribunal Trabalho de P.Delgada	Garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela EDA, decorrentes da prestação de caução no âmbito do processo com o nº 615/23,9T8PDL	2023	-	6 000
			223 530	1 915 091

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a EDA não tinha identificado outros passivos contingentes

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2024 a EDA não tinha identificado ativos contingentes.

Em 31 de dezembro de 2023 a EDA detinha um contrato de subsídio ao investimento destinado a financiar o projeto “C14-i03.03 - Instalação de sistemas de armazenamento de energia elétrica nas restantes seis ilhas da RAA” enquadrado na componente C14 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a “Transição Energética nos Açores” no montante de 22.500.000 euros, contrato este alvo de resolução em 2024. A referida resolução ocorreu devido à elevada procura mundial por projetos renováveis e à pouca atratividade do mercado dos Açores, que resultou em concursos públicos desertos e consultas preliminares ao mercado com preços muito acima do expectável, fazendo com que o PRR só suportasse cerca de 25% do investimento destes projetos, colocando assim em causa a sua viabilidade económica. Adicionalmente a concretização dos projetos apresentavam prazos longos, existindo o risco de se estenderem para além da data de conclusão do PRR, colocando assim em risco todo o financiamento.

36. Matérias Ambientais

Como referido na Nota 8, a EDA para o período 2013-2020 não beneficiou da atribuição gratuita de licenças de emissão de CO₂

Em 2024 a EDA registou o consumo de licenças de CO₂ correspondentes à emissão de 343.234 toneladas, enquanto que em 2023 o consumo foi de 325.090 toneladas.

A EDA considerou os riscos relacionados com as alterações climáticas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, que refletem adequadamente o efeito desses objetivos nos ativos, passivos, ganhos e perdas, incorporando, se necessário, os impactos materiais e previsíveis conforme exigido pelo normativo nacional. A EDA também avaliou cuidadosamente se as questões das alterações climáticas afetaram os pressupostos razoáveis e suportados utilizados para estimar os fluxos de caixa esperados. Quando necessário, a EDA também levou em consideração o impacto de longo prazo das mudanças climáticas.

37. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a EDA é controlada pela Região Autónoma dos Açores que detém 50,1% do capital da Empresa. O restante é detido pela ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS (39,7%), EDP – Gestão da Produção de Energia (10%) sendo o remanescente por pequenos acionistas.

Para além da aplicação dos resultados, em conformidade a deliberação em Assembleia Geral, não existem transações individualmente significativas com a Região Autónoma dos Açores em relação de domínio e de grupo. As transações realizadas não são distintas das operações comerciais normais.

37.1. Remuneração dos órgãos sociais

O Conselho de Administração da EDA foi considerado de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos chave da gestão da Empresa. Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	2024	2023
Remunerações	454 693	441 015
	454 693	441 015

Os membros dos Órgãos de Gestão da EDA não realizaram qualquer tipo de contrato com a empresa, para os períodos apresentados.

Adicionalmente foram pagos ao Conselho Fiscal os seguintes montantes:

	2024	2023
Conselho Fiscal	16 800	16 800
	16 800	16 800

Os pagamentos efetuados ao Revisor Oficial de Contas são os seguintes:

	2024	2023
Serviços de revisão legal de contas	28 000	28 000
	28 000	28 000

37.2. Saldos e transações com empresas subsidiárias**(a) Natureza do relacionamento****Subsidiárias:**

EDA Renováveis, S.A.

GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.

SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

(b) Transações e Saldos Pendentes

Durante os períodos de 2024 e 2023 a EDA efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

Vendas de produtos e serviços

	2024	2023
EDA Renováveis, S.A.	536 061	495 568
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	484 747	630 993
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	124 907	102 451
	1 145 716	1 229 012

Compra de energia

	2024	2023
EDA Renováveis, S.A.	29 359 240	29 126 301
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	12 962	12 137
	29 372 201	29 138 438

Compras de produtos e serviços

	2024	2023
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	3 112 195	4 915 305
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	3 078 886	1 982 501
	6 191 081	6 897 806

Juros e gastos similares

	2024	2023
EDA Renováveis, S.A.	2 156 712	1 451 604
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	207 260	156 870
	2 363 973	1 608 474

No final dos períodos de 2024 e 2023 os saldos pendentes resultantes de transações efetuadas com subsidiárias são como segue:

Saldos devedores

	2024	2023
<u>Clientes e Outros créditos a receber</u>		
EDA Renováveis, S.A.	221 369	181 010
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	85 167	246 421
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	104 190	9 575
	410 726	437 005

Saldos credores

	2024	2023
<u>Fornecedores</u>		
EDA Renováveis, S.A.	4 917 005	4 126 139
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	132 951	100 170
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	1 923 612	505 533
	6 973 568	4 731 843
<u>Outras dívidas a pagar</u>		
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	i) 176 123	1 678 348
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	ii) 242 491	321 933
	418 614	2 000 281

Financiamentos

EDA Renováveis, S.A.	46 390 000	61 140 000
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	5 400 000	5 100 000
	51 790 000	66 240 000
	59 182 182	72 972 124

i) Em 2024 este montante inclui 129.137 euros relativos a cauções (2023: 327.081 euros);

ii) Em 2024 este montante inclui 213.502 euros relativos a cauções (2023: 156.804 euros).

38. Políticas de gestão do risco financeiro

As políticas de gestão de risco financeiro são divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

39. Outras informações

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

40. Eventos subsequentes

Até à data da aprovação destas demonstrações financeiras a Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas mesmas.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho

João Carlos Santos Correia

António Félix Flores Rodrigues

Joana Oliveira Freitas

Rodrigo Rebelo Costa

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt

Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

D2 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS

2.1. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA	294
2.2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL	295
2.3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	296
2.4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	297
2.5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	298

2.1. Demonstração consolidada da posição financeira

		31 de dezembro 2024	31 de dezembro 2023
Ativo	Nota		
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	241 613 291	234 612 250
Ativos sob direito de uso	9	144 482	146 791
Propriedades de investimento	10	950 924	1 147 146
Ativos intangíveis	11	237 769 137	235 606 924
Ativos por impostos diferidos	12	10 261 274	13 271 231
Outros ativos financeiros	14	437 193	437 193
Clientes e outras contas a receber	15	63 672	64 209
		491 239 973	485 285 743
Corrente			
Inventários	16	25 338 116	22 258 266
Clientes e outras contas a receber	15	108 424 506	126 603 958
Imposto sobre o rendimento a receber	17	125 633	-
Caixa e equivalentes de caixa	18	3 009 649	6 996 160
		136 897 904	155 858 384
Total do Ativo		628 137 878	641 144 127
Capital Próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	19	70 000 000	70 000 000
Outros instrumentos de capital	-	251 007	251 007
Outras reservas	20	14 346 796	14 346 796
Resultados acumulados	20	126 545 895	116 204 212
Resultado líquido atribuível a detentores de capital	-	10 395 915	17 030 780
		221 539 613	217 832 796
Interesses que não controlam	21	565 156	809 753
Total capital próprio		222 104 769	218 642 548
Passivo			
Não corrente			
Provisões	22	2 853 966	3 236 024
Empréstimos obtidos	23	291 306 931	296 089 269
Obrigações de benefícios de reforma e outros	24	5 450 984	8 208 017
Passivos por impostos diferidos	12	811 695	5 875 939
Fornecedores e outras contas a pagar	25	12 198 939	6 361 253
Passivos de locação	26	102 233	107 044
		312 724 748	319 877 546
Corrente			
Fornecedores e outras contas a pagar	25	55 347 202	58 628 875
Passivos de locação	26	51 084	50 508
Imposto sobre o rendimento a pagar	17	1 766 847	3 817 939
Empréstimos obtidos	23	36 143 227	40 126 711
		93 308 360	102 624 033
Total Passivo		406 033 108	422 501 579
Total do capital próprio e passivo		628 137 878	641 144 127

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho

João Carlos Santos Correia

António Félix Flores Rodrigues

Joana Oliveira Freitas

Rodrigo Rebelo Costa

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt

Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

2.2. Demonstração consolidada dos resultados e do rendimento integral

	Nota	Período	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	27	274 653 016	280 048 530
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	28	(108 931 457)	(103 111 863)
Fornecimentos e serviços externos	29	(32 313 020)	(37 048 767)
Gastos com pessoal	30	(42 959 519)	(40 841 796)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	8,9,10,11	(34 621 250)	(34 035 342)
Imparidade de ativos depreciables/ amortizáveis	10	(1 495 963)	(933 253)
Imparidade de ativos não depreciables/ amortizáveis	10	-	(104 345)
Imparidade inventários	16	(61 157)	(69 254)
Imparidade de contas a receber	15	(825 570)	192 376
Outros rendimentos	31	5 379 835	6 599 744
Outros gastos	32	(34 407 677)	(39 944 042)
Resultado operacional		24 417 238	30 751 988
Custos financeiros	33	(10 728 819)	(9 505 286)
Proveitos financeiros	33	12 709	-
Resultados antes de impostos		13 701 128	21 246 702
Imposto sobre o rendimento	34	(3 549 809)	(4 375 358)
Resultado líquido do período		10 151 319	16 871 344
Outros rendimentos do período:			
Itens que não reclassificam por resultados:			
Remensuração de planos de benefícios definidos, valor bruto	24	1 311 756	(1 282 114)
Imposto sobre as remensurações de planos de benefícios definidos	12	(731 717)	235 909
Outros rendimentos do período - líquidos de imposto		580 039	(1 046 205)
Total do rendimento integral do período		10 731 358	15 825 139
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital do Grupo EDA		10 395 915	17 030 780
Interesses que não controlam	21	(244 596)	(159 436)
		10 151 319	16 871 344
Rendimento integral do período atribuível a:			
Detentores do capital do Grupo EDA		10 975 954	15 984 575
Interesses que não controlam		(244 596)	(159 436)
		10 731 358	15 825 139
Rendimento líquido por ação:			
- básico	35	0,74	1,22
- diluído	35	0,74	1,22
Rendimento integral por ação:			
- básico	35	0,78	1,14
- diluído	35	0,78	1,14

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho

Rodrigo Rebelo Costa

João Carlos Santos Correia

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

António Félix Flores Rodrigues

Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt

Joana Oliveira Freitas

Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

2.3. Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

		Outros instrumentos capital	Outras reservas	Resultados acumulados	Resultado exercício	Capital Próprio atribuível accionistas	Interesses que não controlam	Total dos Capitais Próprios
Nota	Capital							
A 1 de janeiro de 2023	70 000 000	251 007	14 346 796	111 212 352	12 142 065	207 952 220	969 188	208 921 408
Rendimento integral								
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	17 030 780	17 030 780	(159 436)	16 871 344
Remensurações de planos de benefícios definidos, líquidas de imposto	-	-	-	(1 046 205)	-	(1 046 205)	-	(1 046 205)
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	(1 046 205)	17 030 780	15 984 575	(159 436)	15 825 139
Distribuição de dividendos	-	-	-	(6 104 000)	-	(6 104 000)	-	(6 104 000)
Transf. para outras reservas	-	-	-	12 142 065	(12 142 065)	-	-	-
A 31 de dezembro de 2023	70 000 000	251 007	14 346 796	116 204 212	17 030 780	217 832 796	809 753	218 642 548
Rendimento integral								
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	10 395 915	10 395 915	(244 596)	10 151 319
Remensurações de planos de benefícios definidos, líquidas de imposto	-	-	-	580 039	-	580 039	-	580 039
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	580 039	10 395 915	10 975 954	(244 596)	10 731 358
Correções de exercícios anteriores	-	-	-	(269 137)	-	(269 137)	-	(269 137)
Distribuição de dividendos	20, 35	-	-	(7 000 000)	-	(7 000 000)	-	(7 000 000)
Transf. para outras reservas	-	-	-	17 030 780	(17 030 780)	-	-	-
A 31 de dezembro de 2024	70 000 000	251 007	14 346 796	126 545 895	10 395 915	221 539 613	565 156	222 104 769

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho

João Carlos Santos Correia

António Félix Flores Rodrigues

Joana Oliveira Freitas

Rodrigo Rebelo Costa

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt

Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

2.4. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

		Período	
	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		350 651 105	298 963 065
Pagamentos a fornecedores		(160 786 580)	(140 186 171)
Pagamentos ao pessoal		(43 838 327)	(44 198 472)
Outros recebimentos/pagamentos atividade operacional		(32 866 171)	(18 500 591)
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(8 344 175)	(1 460 417)
		104 815 852	94 617 413
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		304 913	293 710
Subsídios ao investimento		5 638 111	22 777 721
Juros e rendimentos similares		1 655 843	114 151
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(43 464 399)	(44 067 882)
Ativos intangíveis		(42 218 300)	(50 523 674)
Investimentos financeiros		-	(3 038)
Outros ativos		-	(8 932)
		(78 083 833)	(71 417 944)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		20 830 000	71 625 000
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(29 460 498)	(78 288 831)
Juros e gastos similares		(15 029 045)	(10 966 681)
Dividendos	20	(7 000 000)	(6 104 000)
Locações		(58 987)	(67 387)
		(30 718 530)	(23 801 899)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento			
Aumento líquido (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		(3 986 511)	(602 430)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	18	6 996 160	7 598 590
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	18	3 009 649	6 996 160
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa		7 304	7 700
Depósitos bancários		3 002 345	6 988 460
		3 009 649	6 996 160

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho

João Carlos Santos Correia

António Félix Flores Rodrigues

Joana Oliveira Freitas

Rodrigo Rebelo Costa

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt

Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

2.5. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	299
1. INFORMAÇÃO GERAL.....	299
2. INFORMAÇÃO SOBRE OS CONTRATOS DE CONCESSÃO ATRIBUÍDOS	301
3. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	306
4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS.....	309
5. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	327
6. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS	332
7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS.....	334
8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	337
9. ATIVOS SOB DIREITO DE USO	343
10. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	344
11. ATIVOS INTANGÍVEIS	345
12. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS.....	348
13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS POR CATEGORIA.....	350
14. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	350
15. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER.....	351
16. INVENTÁRIOS.....	355
17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	356
18. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	356
19. CAPITAL SOCIAL.....	357
20. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS.....	358
21. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM.....	359
22. PROVISÕES.....	360
23. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	360
24. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS.....	363
25. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	368
26. PASSIVO DE LOCAÇÃO.....	370
27. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS.....	370
28. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	372
29. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	372
30. GASTOS COM PESSOAL.....	373
31. OUTROS RENDIMENTOS.....	374
32. OUTROS GASTOS	375
33. CUSTOS E PROVEITOS FINANCEIROS.....	376
34. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	376
35. DIVIDENDOS POR AÇÃO	378
36. COMPROMISSOS.....	378
37. PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES.....	379
38. EMPRESAS CONSOLIDADAS.....	383
39. ALTERAÇÕES NO GRUPO	385
40. PARTES RELACIONADAS.....	385
41. DISPOSIÇÕES LEGAIS	386
42. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	386

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

1 Informação geral

A Electricidade dos Açores, S.A. (referida neste documento como EDA ou Grupo EDA), com sede na Rua Francisco Pereira Ataíde nº1, Ponta Delgada, foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pelo Decreto-Lei nº. 79/97, de 8 de abril.

Em 30 de novembro de 1999, a Região Autónoma dos Açores transmitiu à EDP Participações, SGPS, SA, um lote de 1.148.163 ações correspondentes a 10% do capital social da EDA. Na primeira e segunda fase do processo de reprivatização direta do capital social da EDA, aprovadas pelo Decreto-Lei nº.243/2004, de 31 de dezembro de 2004, foram alienadas ações representativas de 39,9% do capital social, respetivamente, um lote indivisível de 4.748.100 ações (por concurso público) à ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS, SA e um lote de 837.900 ações através da oferta pública aos trabalhadores, pequenos subscritores e emigrantes. As ações representativas do capital subscritas pela Região Autónoma dos Açores (“RAA”) só poderão ser transmitidas para outros entes públicos por deliberação do Governo Regional.

A 31 de dezembro de 2024, os maiores acionistas da EDA são a RAA e a ESA, com 50,1% e 39,7% do capital, respetivamente.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração, na reunião de 11 de abril de 2025, estando ainda sujeitas à aprovação dos acionistas. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo EDA, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

A EDA rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o setor da eletricidade e com a própria empresa.

A transformação da EDA em sociedade anónima introduziu um novo conceito empresarial, o de Grupo EDA, com a aposta na diversificação e desenvolvimento de novos negócios em áreas onde a EDA detinha elevado know-how. O Grupo EDA detém, presentemente, uma área de negócio principal, a Eletricidade, e outras atividades secundárias como a prestação de serviços de telecomunicações e a conceção e elaboração de projetos de consultoria de engenharia, gestão e manutenção de instalações industriais.

O Grupo EDA é constituído pelas seguintes entidades:

Negócio Eletricidade

Electricidade dos Açores, SA (EDA)

Empresa-mãe do Grupo EDA, o seu objeto social é a produção, a aquisição, o transporte, a distribuição e a venda de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de outras atividades relacionadas com aquelas. Nos termos do contrato de concessão do transporte e distribuição de energia elétrica celebrado com a RAA, a EDA tem o direito e a responsabilidade de exercer a atividade que é objeto da concessão pelo prazo de 50 anos, contados a partir de 12 de outubro de 2000. Esta atividade está sujeita a regulação por parte da ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

EDA Renováveis, SA (EDAR)

A EDA Renováveis foi constituída em 2 de fevereiro de 1990, e tem como objeto o aproveitamento de recursos renováveis da RAA. Em 2014, no seguimento do processo de reestruturação do Projeto Geotérmico da ilha Terceira que contemplou a aquisição do capital detido pela EDP Imobiliária e Participações, S.A. e outras medidas de caráter financeiro, foi aprovado um processo de fusão por incorporação da Geoterceira – Sociedade Geoelétrica da Terceira, S.A..

A EDAR é responsável pela produção de energia elétrica através de infraestruturas de captação e transformação do calor geotérmico, tendo sido atribuído dois contratos de concessão de exploração de recursos geotérmicos na zona demarcada do Concelho da Ribeira Grande por um período de 25 anos contados a partir de 2 de abril de 2020 e na zona situada no Campo Geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira, também por um período de 25 anos contados a partir de 7 de agosto de 2017.

A EDAR tem também como objeto a construção e exploração de aproveitamentos de recursos renováveis de natureza hídrica, eólica e fotovoltaica na Região Autónoma dos Açores, possuindo atualmente 22 centros produtores (12 centrais mini-hídricas, 8 parques eólicos e 2 parques fotovoltaicos) instalados em 8 ilhas do arquipélago, consoante as condições naturais existentes.

A EDAR enquanto produtora de energia elétrica a partir de fontes renováveis tem, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º.15/96/A, uma garantia de venda sobre toda a eletricidade que produz. Assim, a EDAR tem um contrato de compra de energia elétrica com a entidade concessionária do transporte e distribuição de eletricidade para a RAA, a EDA - Electricidade dos Açores, S.A., no qual esta assume a obrigação de adquirir toda a eletricidade produzida pelos centros produtores da EDAR. A concessionária gere a suspensão temporária da atividade das instalações de produção em função das necessidades de consumo e das cláusulas dos respetivos contratos de fornecimento de energia, estabelecendo regras que motivem a exploração otimizada dos recursos renováveis ligados à rede,

devendo maximizar a injeção na rede da produção de energia elétrica com origem renovável, dando prioridade à colocação no diagrama de carga da potência dos centros produtores renováveis com data de entrada em exploração mais antiga e que permitam uma maior integração da componente renovável.

A eletricidade produzida é vendida aos preços acordados em contrato e sujeitos a atualização anual com base no Índice de Preços no Consumidor. Em 2024 o preço praticado para toda a energia produzida e cedida foi de 112,40 euros/MWh (2023: 107,20 euros/MWh).

Atividades complementares

Globaleda – Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA

Empresa cujo objeto é o aproveitamento dos recursos existentes e o know-how da EDA, SA. Em fevereiro de 2018 foi efetuada a venda de 60% do capital da Globaleda à Novabase Consulting. Em agosto de 2008, com vista à reestruturação dos negócios da Globaleda foi efetuada a cisão do negócio de sistemas de informação para uma nova entidade criada para o efeito, designada por Novabase Atlântico. Esta reestruturação permitiu o realinhamento das participações pela EDA, que passou a deter 60% da Globaleda e 40% da Novabase Atlântico. Em 2013, os acionistas deliberaram a fusão da Novabase Atlântico, até 2012 classificada como Associada, na Globaleda mediante a transferência global do seu património, a qual foi aprovada na Assembleia Geral realizada em 26 de dezembro de 2013. Atualmente, a Globaleda é detida em 74,9% pela EDA, Electricidade dos Açores, SA e em 25,1% pela Novabase Business Solutions.

Segma – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda

Empresa cujo objeto é a prestação de serviços de engenharia associados a infra-estruturas elétricas ao nível dos projetos ou supervisão de execução quer ao Grupo EDA quer a entidades terceiras.

2. Informação sobre os contratos de concessão atribuídos

2.1 Contrato de concessão de eletricidade

A concessão do transporte e distribuição de energia elétrica para Região Autónoma dos Açores foi atribuída à EDA, conforme o Decreto Legislativo Regional nº 15/96/A, de 1 de agosto, pelo período de 50 anos, a contar da data de 12 outubro de 2000. A concessão tem por objeto a gestão técnica global do sistema elétrico de cada uma das ilhas, o transporte e distribuição de energia elétrica, bem como a construção das infraestruturas que a integram.

A atividade da concessão compreende:

- i) A receção da energia elétrica;
- ii) O transporte de energia elétrica;
- iii) A distribuição da energia elétrica;
- iv) A gestão técnica global do sistema elétrico de cada uma das ilhas.

A concessão é exercida em regime de serviço público, devendo a EDA (concessionária) adquirir a energia necessária à prestação do serviço público aos produtores, quer vinculados quer não vinculados ao serviço público, em condições não discriminatórias. A concessionária deve assegurar o fornecimento de energia elétrica de forma permanente e contínua.

Pelo decurso do prazo da concessão, os bens afetos à concessão reverterem para a entidade concedente (RAA). A entidade concedente pagará à entidade concessionária uma indemnização pelo valor líquido contabilístico dos investimentos realizados e não amortizados, carecendo de aprovação do concedente os investimentos realizados cujo período de depreciação excedam o prazo da concessão remanescente, à data do investimento.

O contrato de concessão pode ser alterado por mútuo acordo, desde que a alteração não envolva a violação do regime jurídico da concessão nem implique a derrogação das presentes cláusulas. A concessão extingue-se por acordo entre o concedente e a concessionária, por rescisão, por resgate e pelo decurso do prazo.

As atividades da concessão são reguladas, estando as competências para o exercício da atividade da regulação atribuídas à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), através do estabelecimento de disposições aplicáveis aos critérios e métodos para a formulação, cálculo e publicação das tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços, à definição das tarifas reguladas e respetiva estrutura, à determinação dos proveitos permitidos, às obrigações em matéria de prestação de informação e, ainda, à convergência tarifária dos sistemas elétricos públicos.

As tarifas de eletricidade a cobrar aos consumidores são fixadas anualmente pela ERSE em função do Regulamento Tarifário, onde para além da metodologia de determinação do nível de proveitos a proporcionar por cada tarifa, se caracteriza a metodologia de cálculo tarifário e a forma de determinação da estrutura das tarifas.

A estrutura das tarifas de Venda a Clientes Finais, nas Regiões Autónomas resulta da aplicação do princípio da aditividade tarifária que consiste na definição de tarifas de Venda a Clientes Finais com preços que resultam da adição das respetivas tarifas aditivas aplicáveis em cada nível de tensão e opção tarifária, aos clientes do comercializador de último recurso, nomeadamente: tarifas de Uso

Global do Sistema, Uso da Rede de Transporte, Uso da Rede de Distribuição, Energia e Comercialização.

As tarifas são estabelecidas pela ERSE de forma a proporcionar às empresas reguladas um montante de proveitos calculados de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário, sendo construídas com base em estimativas de vendas de energia e custos operacionais e de investimento entregues pelas empresas reguladas e sujeitos a um processo de aceitação pelo regulador.

Os valores da convergência tarifária das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são incluídos na Tarifa de Uso Global do Sistema que é aplicada pelos distribuidores vinculados aos fornecimentos a clientes do comercializador de último recurso e às entregas a clientes no mercado liberalizado.

Em dezembro de 2013, a ERSE procedeu à revisão de algumas disposições do Regulamento Tarifário designadamente a introdução do mecanismo de correção dos desvios provisórios ocorridos ao nível do custo com capital das atividades reguladas. Esta alteração foi materializada através da publicação no Diário da República, 2.ª série — N.º 2, da Diretiva N.º 1/2014, de 3 de janeiro de 2014.

O Artigo 117-A.º da Diretiva N.º 1/2014, estabelece que a correção dos desvios provisórios do custo com capital, referente ao ano $n-1$, é determinada de acordo com a estimativa dos ativos fixos para esse ano e aplicada a taxa de remuneração definitiva.

No período regulatório 2022-2025, os proveitos permitidos que integram anualmente as tarifas, são determinados, de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário em vigor, sendo construídos com base em valores previsionais, que resultam quer dos custos aceites pelo regulador, quer da aplicação dos parâmetros fixados para aquele período de regulação, aos respetivos indutores de custos, para cada atividade regulada. Dado que os proveitos permitidos, previstos para as tarifas, assentam nos pressupostos anteriormente descritos, existe um mecanismo de ajustamento que permite incluir nas tarifas do ano $n+1$ e $n+2$, o diferencial que decorre da comparação daqueles com os valores efetivamente realizados, e, desta forma, a empresa pode recuperar ou devolver aos consumidores o montante que resulta da aplicação deste mecanismo, referente ao ano n .

No período regulatório 2022-2025, mantêm-se as metodologias de regulação aplicadas no anterior período regulatório 2018-2021. Relativamente à remuneração dos ativos, o regulador manteve o princípio de equiparação do custo de capital afeto a cada uma das atividades da EDA às atividades equivalentes das empresas congéneres do Continente. O custo de capital está indexado às yields das Obrigações do Tesouro a 10 anos, apresentando um limite superior (cap) e um limite inferior (floor) de 7% e 3,7%, respetivamente, para a atividade de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema e de 7,3% e 4% para as atividades de Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica.

Os custos aceites com os combustíveis para a produção de energia elétrica, conforme Regulamento Tarifário em vigor, correspondem:

- ao custo unitário praticado no mercado primário de referência, acrescido de margem de comercialização, e
- aos custos eficientes com a descarga, armazenamento, transporte e comercialização de combustível, que foi determinada pela ERSE em resultado de um estudo realizado por um consultor externo e revisto pelo Regulador de acordo com a Instrução N.º 9/2022, de 19 de outubro e Instrução N.º 3/2023, de 11 de agosto.

A Lei do Orçamento de Estado 2014 (Lei n.º 83-C/2013) aprovada em 31 de dezembro de 2013, estabeleceu uma contribuição extraordinária sobre o sector energético (CESE), com o propósito de financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do sector energético, através da constituição de um fundo que visa contribuir para a redução da dívida tarifária e para o financiamento de políticas sociais e ambientais do sector energético. Esta contribuição incide, entre outras, sobre a atividade de produção, transporte ou distribuição de eletricidade.

A Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, através do Artigo 275.º Contribuição extraordinária sobre o setor energético, estabelece que, em 2024, mantém-se em vigor a contribuição extraordinária sobre o setor energético, cujo regime foi aprovado pelo artigo 228.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro. A Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, estende a vigência da contribuição para o ano de 2025.

A Lei n.º 7-A/2016, alargou às regiões autónomas dos Açores e da Madeira, os princípios considerados através do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro, que conferem aos municípios do território continental uma renda paga pelas concessionárias no âmbito das concessões atribuídas para a distribuição de eletricidade em baixa tensão. O Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, revogou o Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto. No entanto, o mencionado direito mantém-se nos termos do artigo 268.º do Diploma vigente.

Nas regiões autónomas, sendo as concessões atribuídas ao nível regional e sem equivalente compensação, os municípios não dispunham deste benefício, permanecendo numa situação de desigualdade face aos municípios do continente, apesar de, também no seu território, as concessionárias ou entidades distribuidoras utilizarem os bens de domínio público e privado municipal.

A Lei n.º 7-A/2016, vem assim corrigir esta desigualdade, atendendo à especificidade das condições de concessão regionais, atribuindo aos municípios das regiões autónomas uma remuneração pela utilização dos mencionados bens de domínio público e privado, calculada de modo equivalente às rendas pagas pelas concessionárias aos municípios do território continental, com efeitos a partir de 2016.

A tarifa social de fornecimento de energia elétrica a aplicar a consumidores finais economicamente vulneráveis, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 138 -A/2010, de 28 de dezembro e posteriormente

incorporada no Decreto-Lei n.º 15/2022 de 14 de janeiro que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional. A tarifa social de fornecimento de energia elétrica é calculada mediante a aplicação de um desconto na tarifa de acesso às redes em baixa tensão normal. O valor do desconto é determinado através de despacho do membro do Governo responsável pela área da energia, ouvida a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

Nos termos do Despacho n.º 10557/2023, de 16 de outubro, o valor do desconto a aplicar na tarifa de acesso às redes a partir de 1 de janeiro de 2024 corresponde a 33,8% sobre as tarifas transitórias de venda a clientes finais de eletricidade.

2.2 - Concessão de exploração atribuída à EDA Renováveis

A EDA Renováveis tem atribuídos dois contratos de concessão para a exploração de recursos geotérmicos, sendo um na ilha de S. Miguel, na zona situada no Concelho da Ribeira Grande, pelo prazo de 25 anos contados a partir de 2 de abril de 2020 e o outro na ilha Terceira, no Pico Alto, também por um período de 25 anos contados a partir de 7 de agosto de 2017.

No âmbito deste contrato a EDA Renováveis obriga-se a:

- i) executar os trabalhos de exploração em conformidade com o plano de exploração previamente aprovado;
- ii) manter permanentemente um serviço de monitorização sísmica e vulcânica;
- iii) proceder à eliminação dos resíduos de óleos e produtos de limpeza de furos;
- iv) proceder ou mandar proceder à prospeção e pesquisa de novos aquíferos, dentro da área da concessão.

Como compensação pela concessão da exploração a EDA Renováveis deverá pagar à entidade concedente uma taxa anual, a título de compensação, que será incrementada consoante as quantidades extraídas.

A concessão extingue-se por acordo entre o concedente e a concessionária, por rescisão e pelo decurso do prazo. No decurso do prazo da concessão, os bens afetos à concessão reverterem para a entidade concedente, mediante as condições a acordar entre as partes.

3. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Base de Preparação

As demonstrações financeiras consolidadas da EDA e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros e incluem informação comparativa em relação ao período anterior.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as IFRS adotadas pela União Europeia (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e em vigor ou emitidas e adotadas antecipadamente, à data de 1 de janeiro de 2024. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas a EDA seguiu a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela avaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda, ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela EDA, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de relato.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas na Nota 6.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade do Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, tendo por base as atividades desenvolvidas pelo Grupo e as projeções de fluxos de caixa de curto prazo, a Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A 31 de dezembro de 2024, o ativo corrente é superior ao passivo corrente em 43.589.544 euros. O Grupo tem ainda 125.000.000 euros em linhas de papel comercial disponíveis e não utilizadas, com vencimento até um ano, sendo renováveis automaticamente por iguais períodos, até ao máximo de 5 anos, bem como 55.020.000 euros em linhas de crédito disponíveis. As linhas de crédito com vencimento até 1 ano são renováveis de forma automática anual ou trimestralmente, enquanto as de vencimento após 1 ano não têm limite definido. Adicionalmente, a Empresa gera suficientes fluxos de caixa para suprir quaisquer outras necessidades correntes.

Normas que se tornaram de aplicação efetiva em 1 de janeiro de 2024

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas ("endorsed") pela União Europeia têm aplicação obrigatória no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2024:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE
Regulamento n.º 2023/2822	Alterações à IAS 1 – Classificação de passivos como não correntes e correntes e Passivos não correntes com <i>convenants</i>
Regulamento n.º 2024/1317	Alterações à IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores
Regulamento n.º 2023/2579	Alterações à IFRS 16 – Passivos por locação numa venda e relocação

Não houve qualquer impacto significativo nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões referidas na tabela acima, para além da revisão efetuada às políticas contabilísticas divulgadas conforme a alteração à IAS 1.

Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025, que a União Europeia já endossou:

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE
Regulamento n.º 2024/2862	Alterações à IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: falta de permutabilidade

Estas alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025, pelo que não foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras. Não se espera que estas alterações venham a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da empresa.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, mas que a União Europeia ainda não endossou

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Aplicação prevista nos exercícios iniciados em ou após
Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Alteração à classificação e mensuração de instrumentos financeiros.	1 janeiro 2026
Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos negociados com referência a eletricidade gerada a partir de fontes renováveis	1 janeiro 2026
Melhoramentos anuais das normas internacionais de relato financeiro (volume 11)	1 janeiro 2026
Alterações à IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	1 janeiro 2027
Alterações à IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações'	1 janeiro 2027

A Gestão está a avaliar o impacto da adoção futura das alterações às normas já em vigor, não sendo expectável um impacto significativo nas suas Demonstrações Financeiras.

b) Bases de Consolidação

Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais o Grupo tem controlo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis do seu envolvimento com a Entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder exercido sobre a Entidade. As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que esse controlo cessa. As entidades que se qualificam como subsidiárias encontram-se listadas na Nota 38.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos ativos entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e

passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação do Grupo nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração consolidada do rendimento integral.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são registados diretamente em resultados do período.

Quando à data da aquisição do controlo a EDA já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou compra a baixo preço.

Quando a aquisição do controlo é efetuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

Transações subsequentes de alienação ou de aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada, reconhecida no Capital próprio, em Outros instrumentos de Capital próprio.

Os resultados negativos gerados em cada período pelas subsidiárias com interesses que não controlam, são alocados na percentagem detida aos interesses que não controlam, independentemente destes se tornarem negativos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações com empresas do grupo são eliminados. Perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se constituírem uma perda de imparidade no ativo transferido.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

4. Políticas contabilísticas materiais

As políticas contabilísticas materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados.

a) Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- i) Que desenvolve atividades de negócio de que obtém réditos e pelas quais incorre em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outras componentes da mesma entidade);
- ii) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
- iii) Sobre a qual esteja disponível informação financeira distinta.

O Grupo EDA apresenta como segmentos operacionais, a Eletricidade e Outros. O segmento Eletricidade inclui as empresas de grupo: EDA e EDA Renováveis, agregando o segmento Outros as atividades das empresas do grupo: Segma e Globaleda, com atividades associadas à prestação de serviços diversos, a entidades terceiras.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em funcionamento. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo. Os ativos elegíveis para capitalização são ativos que necessitam de um período de tempo substancial para estarem disponíveis para uso. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando se traduzam em montantes significativos e mensuráveis com fiabilidade.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de forma sistemática com base no método das quotas constantes, pelo período da vida útil estimada. Os terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos para os períodos de 2024 e 2023 são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 50 anos
Equipamento básico	
Produção hidroelétrica	Entre 20 e 60 anos
Produção termoelétrica	Entre 3 e 40 anos
Produção geotérmica	Entre 10 e 20 anos
Contadores	16 anos
Outros	Entre 4 e 20 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 1 e 16 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 1 e 40 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas no final do ano para cada ativo, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade (ver alínea f) – Imparidade de ativos não financeiros).

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

A quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível é desreconhecida no momento de alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do rendimento integral consolidado.

c) Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento que se referem a ativos detidos para obtenção de rendas são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial são mensuradas ao custo

deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. A vida útil dos edifícios considerados em propriedades de investimento varia entre 30 anos e 50 anos.

d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis registados na Demonstração da posição financeira referem-se a licenças CO2 adquiridas, direitos de utilização de *software*, direitos de superfície e direitos de concessão.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do período em que são incorridos, exceto se forem referentes à atividade de exploração e avaliação de recursos minerais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

Um ativo intangível é desreconhecido no momento da alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. O ganho ou perda é determinado como a diferença entre os proveitos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada desse ativo, sendo reconhecidos nos resultados.

Licenças CO2

Algumas das atividades desenvolvidas pelo Grupo EDA envolvem a queima de combustíveis fósseis com a consequente emissão de gases de carbono (CO2). O Grupo tem licenças de emissão de CO2.

O registo das licenças de CO2, como um ativo intangível, é efetuado na data da sua atribuição/aquisição ao valor de mercado da data da atribuição/aquisição e subsequentemente ao custo. O registo dos consumos das licenças é efetuado na base FIFO.

Software

O Grupo EDA capitaliza na rubrica de *software* os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas para uso interno bem como a aquisição de licenças de utilização e de *upgrade*. Estes ativos são amortizados entre 3 e 5 anos.

Direitos superfície

Este montante refere-se a direitos de superfície adquiridos pela empresa do grupo, a EDAR, para a construção de parques eólicos. O direito adquirido é amortizado pelo período estimado do contrato.

Direitos de concessão

O Grupo tem uma concessão atribuída para as atividades de gestão do sistema, do transporte e distribuição de energia elétrica na RAA. Os ativos adquiridos/construídos pela EDA, ao abrigo destes contratos de concessão, referidos como ativos da concessão, compreendem essencialmente ativos fixos tangíveis cuja construção/aquisição a EDA tem o direito de explorar o serviço público associado.

De acordo com a IFRIC 12, um acordo de serviço de concessão envolve normalmente uma entidade (o operador) que constrói a infraestrutura utilizada na prestação do serviço público, que a desenvolve (por exemplo, aumento da capacidade existente) e faz a manutenção e operação da mesma por um período específico. O operador é remunerado pelos serviços prestados pelo período do acordo. O acordo de serviço de concessão é regulado por um contrato de concessão que estabelece os níveis de serviço, os mecanismos de ajustamento de preços e a resolução de disputas.

Tendo em conta o disposto no contrato de concessão, a EDA suporta, para além dos riscos associados à construção, o risco de disponibilidade e, nos moldes previstos no regulamento tarifário, os riscos de procura, pelo que o investimento efetuado nos bens da concessão encontra-se registado de acordo com o modelo do ativo intangível.

São classificados como custo do ativo intangível os valores investidos referentes à construção, expansão e requalificação das infraestruturas que constituem o estabelecimento da concessão. Considerando as características das infraestruturas associadas à prestação do serviço público de fornecimento de energia elétrica, parte significativa dos investimentos são referentes à ampliação e remodelação da rede e a equipamentos de contagem e medição do consumo.

Relativamente aos investimentos de substituição/ renovação das infraestruturas, de acordo com a IFRIC 12 estes custos só são passíveis de registo como parte do direito da concessão, por via da permuta de serviços de construção, na medida em que tenham retribuição associada.

No caso da EDA, tendo em conta o modelo regulatório em vigor para o período 2022 – 2025, concorre para a formação das tarifas a que a EDA tem direito para remunerar a sua atividade, o valor da amortização do ativo médio estimado afeto à atividade regulada, com base nos parâmetros definidos pela ERSE no início de cada período regulatório, acrescido de uma taxa de remuneração a qual tem por base tanto os investimentos novos e de expansão como os de substituição e renovação. Deste modo, são considerados como custos do ativo intangível tanto os primeiros como os segundos.

No que respeita à amortização, a IFRIC 12 remete diretamente para o normativo dos ativos intangíveis que corresponde nas IFRS à IAS 38, a qual refere que os ativos intangíveis têm de ser amortizados numa base sistemática que reflita o padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao mesmo. No caso da EDA, o ativo intangível registado corresponde ao direito de explorar o serviço público concessionado, pelo que os benefícios económicos associados são os que advém das tarifas a

praticar durante o período da concessão, sendo os ativos intangíveis amortizados durante esse mesmo período.

e) Avaliação e exploração de recursos geotérmicos

O Grupo EDA inclui no perímetro de consolidação uma empresa cujo objeto social é o aproveitamento de recursos minerais, através da construção e operação de instalações de produção de energia elétrica ou outra. Estes ativos são amortizados entre 10 e 20 anos.

Esta entidade desenvolve, para além do aproveitamento dos recursos minerais já instalados, trabalhos de prospeção em novas áreas delimitadas, para as quais ainda não está determinada a viabilidade comercial da exploração dos recursos geotérmicos, embora esta se afigure altamente provável. Desta forma, e ao abrigo da 'IFRS 6 – exploração e avaliação de recursos naturais', os custos incorridos com estudos e testes na fase de prospeção são capitalizados como ativo intangível em curso e os custos com a construção de poços e estruturas acessórias são capitalizados como ativos tangíveis em curso, até à data em que se determine a sua viabilidade.

Durante a fase de prospeção, e sempre que existam indicadores de imparidade, a EDA procede ao cálculo e registo de imparidade. Os principais indicadores de imparidade resultam das seguintes situações: i) a prospeção na área específica não levou à descoberta de quantidades comercialmente viáveis de recursos minerais e a entidade decidiu descontinuar essas atividades na área específica; ou ii) o desenvolvimento na área específica é viável mas estima-se que a quantia escriturada do ativo de exploração e avaliação não seja recuperada na totalidade, no âmbito da exploração efetiva do recurso mineral ou através de alienação.

Parte das atividades de prospeção são comparticipadas através de fundos dos programas comunitários para a Região Autónoma dos Açores que se encontram registados na Demonstração da posição financeira a deduzir à respetiva de categoria de ativos, na situação presente Ativos fixos tangíveis.

f) Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a depreciação/amortização e são objeto de testes de imparidade anuais quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável. Os ativos com vida útil finita são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras consolidadas possa não ser recuperável.

Assim, sempre que o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Grupo EDA regista a respetiva imparidade.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia contabilística do ativo face ao seu valor recuperável, sendo o valor recuperável, o maior entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Para os ativos valorizados de acordo com o modelo do custo depreciado, as perdas por imparidade e as suas reversões, são reconhecidas na demonstração do rendimento integral consolidado.

Quando há lugar ao registo de uma perda por imparidade ou a sua reversão, a depreciação/amortização dos respetivos ativos é recalculada prospectivamente de acordo com o valor recuperável ajustado da imparidade reconhecida.

g) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando o Grupo se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são inicialmente mensurados pelo justo valor. Os custos da transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativos financeiros (exceto ativos financeiros ao valor justo através de resultados) são acrescidos ao justo valor dos ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos imediatamente em resultados.

Para efeitos de mensuração, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- mensurados ao justo valor (através do outro rendimento integral ou através de resultados), e
- mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro é mensurado pelo custo amortizado se forem satisfeitas as seguintes condições:

- o ativo é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter ativos financeiros a fim de recolher fluxos de caixa contratuais;

- os termos contratuais do ativo dão origem em datas definidas a fluxos de caixa contratuais que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre capital em dívida são classificados e mensurados ao justo valor através dos resultados.

Os ativos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado são contas a receber de clientes e outras contas a receber, os depósitos bancários. A mensuração subsequente destes ativos financeiros é feita pelo custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

As contas a receber de clientes e outras contas a receber são registadas ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber à data da demonstração da posição financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, e podem ser revertidas, num período posterior, se as perdas estimadas diminuírem.

h) Imparidade de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas (ECL) em clientes, contas a receber e ativos contratuais. A quantia de perdas de crédito esperadas é atualizada em cada data de relato para refletir as alterações no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respetivo instrumento financeiro.

O Grupo reconhece sempre as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil das contas a receber. As perdas de crédito esperadas para estes ativos financeiros são estimadas utilizando uma matriz de provisões com base no histórico de perdas de crédito do Grupo, ajustada por fatores específicos dos devedores, condições económicas gerais e uma avaliação, tanto corrente como de previsão, das condições à data de relato, incluindo o valor temporal do dinheiro, quando apropriado.

Para todos os outros ativos financeiros ao custo amortizado, o Grupo reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil sempre que se verifique um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Contudo, se o risco de crédito do instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo avalia a provisão de perdas para esse instrumento financeiro num valor igual às perdas de crédito esperadas num prazo de 12 meses na data de relato corrente.

As perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil representam as perdas de crédito esperadas que resultarão de todos os possíveis eventos de incumprimento durante a vida útil de um instrumento

financeiro. Em contraste, as perdas de crédito esperadas num prazo de 12 meses representam a parte das perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil que se esperam em resultado de eventos de incumprimento num instrumento financeiro num prazo de 12 meses após a data de relato.

Medição e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

A mensuração das perdas de crédito esperadas é em função da probabilidade de incumprimento, da perda em caso de incumprimento (ou seja, a magnitude da perda se houver incumprimento) e a exposição à situação de incumprimento. A avaliação da probabilidade de incumprimento e a perda em caso de incumprimento é baseada em dados históricos ajustados por informações prospetivas, conforme descrito acima.

Política de anulação

O Grupo anula um ativo financeiro quando existe informação de que o devedor está em graves dificuldades financeiras e que não há perspetivas de recuperação, por ex. quando o devedor se encontrar em liquidação ou em processo de insolvência. Os ativos financeiros anulados podem ainda estar sujeitos a atividades de execução de acordo com os procedimentos de recuperação do Grupo, tendo em conta o aconselhamento jurídico, quando apropriado. Quaisquer recuperações feitas são reconhecidas em resultados.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses da data de constituição ou aquisição e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Empréstimos obtidos”, na demonstração da posição financeira.

j) Inventários

Os inventários referem-se a materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação e na comercialização de telemóveis e acessórios, bem como combustíveis utilizados na produção de energia termoelétrica.

Os inventários são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no local e condição necessária para o seu uso/consumo.

Os inventários são reduzidos por imparidade quando apresentam sinais de obsolescência técnica ou quando os equipamentos a que se referem são descontinuados.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

k) Ativos e passivos não correntes detidos para venda

O conjunto de ativos e passivos relativos a subsidiárias detidas para venda são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado.

Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais.

Todos os ativos e passivos a alienar classificados como detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contabilístico ou justo valor, menos os custos incrementais relacionados com a venda, excluindo os custos financeiros e gastos fiscais. Em contrapartida, estes ativos não são amortizados.

l) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando o Grupo se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao justo valor.

Passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo justo valor. Os custos da transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão de passivos financeiros (exceto passivos financeiros ao valor justo através de resultados) são deduzidos ao justo valor dos ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à emissão de passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos imediatamente em resultados.

Para efeitos de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- mensurados ao justo valor através de resultados, e

- mensurados ao custo amortizado.

Os passivos financeiros mensurados ao justo valor respeitam essencialmente aos instrumentos financeiros derivados. A mensuração subsequente destes passivos financeiros é feita pelo justo valor e registado na demonstração das alterações no capital próprio, se reunirem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura. Se não reunirem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura, o justo valor destes ativos financeiros é registado na demonstração de resultados.

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado correspondem aos empréstimos bancários e os empréstimos de outras entidades, incluindo acionistas, e as contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. A mensuração subsequente destes passivos financeiros é feita pelo custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

m) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo e mensurados pelo custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses empréstimos, pagas usualmente antecipadamente aquando da emissão dos mesmos, designadamente as comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses empréstimos. As referidas despesas incorridas são apresentadas a deduzir à rubrica de "Empréstimos bancários".

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares (nomeadamente Imposto do selo) são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data de relato, classificados na rubrica de "Outros passivos correntes".

Considerando o modelo de contabilização previsto na IFRS 16, os resultados financeiros passam a incluir os custos com juros ("unwinding") calculados sobre os passivos de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento).

n) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.

o) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração do rendimento integral, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 30%, correspondendo a uma taxa nominal de 14,7%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais, as empresas que integram o perímetro de consolidação estão sujeitas à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual aprovada pela Lei nº 12-A/2010 e alterada pela Lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro conforme os escalões aplicáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na Demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores contabilísticos nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data da liquidação dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal, nem dê origem a diferenças temporárias tributárias e dedutíveis equivalentes.

Os impostos diferidos ativos apenas são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. No que se refere aos prejuízos fiscais reportados, o registo do efeito fiscal futuro da sua dedução ao lucro tributável, como imposto diferido ativo, apenas é efetuado na medida em que a sua recuperação seja previsível dentro do prazo de reporte dos prejuízos fiscais definido por lei.

Posições fiscais incertas

O montante de imposto reconhecido corresponde ao entendimento do Grupo sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto, sendo reconhecidos passivos relativos a imposto sobre o rendimento ou outro tipo de impostos com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada. Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais, no âmbito das suas competências, pelo facto da sua interpretação ser distinta da considerada pelo Grupo, tal situação é objeto de análise, considerando a probabilidade de perda em processo de reclamação. Se a probabilidade de perda é inferior a 50%, o Grupo trata a situação como um passivo contingente, não reconhecendo qualquer montante de imposto, atendendo a que a decisão mais provável é que não haja lugar ao pagamento do mesmo. Nas situações em que a probabilidade de perda é superior a 50%, é reconhecido um passivo, ou, caso tenha sido efetuado o pagamento, é reconhecido o gasto associado.

p) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de ativos em desenvolvimento são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos gastos financeiros elegíveis para capitalização. Considerando o modelo de contabilização previsto na IFRS 16, os encargos financeiros também incluem os custos com juros ("unwinding") calculados sobre os passivos de locação.

Os restantes encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto.

q) Benefícios aos empregados

A EDA concede benefícios pós-emprego aos seus empregados sob a forma de: i) plano de complemento de pensões de reforma aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 (o qual inclui o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública ao seu serviço e reformados até novembro de 1999, na quota-parte dos anos de serviço a si prestados); e ii) plano de contribuição definida para os empregados admitidos a partir de 1 de janeiro de 2003.

As empresas do Grupo EDA, a EDAR e a Segma aderiram ao fundo de contribuição definida da EDA, a Futuro +, em novembro de 2007 que inclui todos os empregados efetivos que não estejam abrangidos por qualquer um dos planos de benefício definido.

i) Plano de benefícios definidos da Electricidade dos Açores, S.A.

Os complementos de reforma atribuídos aos empregados constituem um plano de benefícios definidos, com fundo autónomo constituído junto da Real Vida Seguros, para o qual são transferidas a totalidade das responsabilidades e entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos. A responsabilidade com o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública que prestaram serviço à EDA e foram reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-parte dos anos de serviço prestados à EDA, constituem uma responsabilidade equiparável a um benefício definido, para o qual existe um fundo autónomo constituído, reconhecendo a EDA um passivo nas suas demonstrações financeiras.

As responsabilidades com o pagamento das referidas contribuições são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de *rating* elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido na Demonstração da posição financeira relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data do relato financeiro, deduzido do justo valor dos ativos do plano.

As remensurações decorrentes de alterações de pressupostos demográficos e financeiros e de ajustamentos de experiência são registadas nos capitais próprios, em Resultados Transitados.

ii) Plano de contribuição definida

O plano de contribuição definida denominado por Futuro+ é gerido pela BPI pensões. A EDA foi a primeira entidade a constituir este fundo em dezembro de 2005, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2003 para todos os empregados da EDA admitidos após essa data. Em novembro de 2007, aderiram a este fundo as empresas do Grupo, a EDAR e a Segma, abrangendo todos os seus empregados efetivos à data.

Em termos de regime de contribuição o plano prevê:

- i) contribuição base de 1% do salário pensionável pelo Grupo EDA sem qualquer condição;

- ii) contribuição voluntária do empregado que a EDA reforça contribuindo em metade da percentagem da contribuição do empregado até ao limite de 2%.

Relativamente a este plano o Grupo EDA não assume qualquer obrigação de pagamento para além das contribuições referidas no parágrafo anterior. As contribuições efetuadas são registadas como custos com o pessoal na demonstração do rendimento integral do período em que ocorrem.

r) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a EDA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável do que não, que seja necessário, um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EDA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos pagamentos estimados para extinguir a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para desmantelamento são reconhecidas quando o Grupo EDA assume a responsabilidade de desmantelar e/ou remover os equipamentos de produção dos parques eólicos instalados em propriedade de terceiros. O valor da provisão é determinado tendo por base o prazo do contrato de arrendamento e a vida útil associada aos ativos de cada parque, considerando o tipo de trabalhos a realizar para repor os locais de instalação na sua condição inicial. O valor estimado é calculado pelo valor presente aplicando aos dispêndios estimados uma taxa de desconto sem risco.

s) Subsídios do Estado e outros

Os subsídios recebidos do Estado português e da União Europeia são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que as condições para o recebimento do subsídio serão cumpridas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis, são reconhecidos como uma dedução ao custo de aquisição dos respetivos ativos consoante a sua natureza (ver Nota 8 e 11), sendo subsequentemente creditados na demonstração do rendimento integral consolidado conjuntamente com os ativos a que estão associados, na rubrica de Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na Demonstração do rendimento integral consolidado no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

t) Rédito

A IFRS 15 baseia-se no princípio de que o rédito da venda de bens e prestação de serviços é reconhecido na data da transferência do controlo para o cliente, sendo o valor da transação alocado às diferentes obrigações de desempenho assumidas perante o cliente e sujeitas a ajustamento na mensuração, sempre que a contraprestação seja variável ou sujeita a efeito financeiro significativo.

O modelo de reconhecimento do rédito, de acordo com esta norma, baseia-se numa abordagem de cinco etapas de análise, por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante a reconhecer:

- i) identificação de um contrato com um cliente;
- ii) identificação das obrigações de desempenho;
- iii) determinação do preço de transação;
- iv) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho; e
- v) reconhecimento do rédito à medida que a EDA satisfaz as obrigações de desempenho.

O reconhecimento do rédito depende se as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo ou se, pelo contrário, o controlo sobre o bem ou serviço é transferido para o cliente num determinado momento, sendo mensurado pelo montante que a entidade espera receber.

O rédito do Grupo EDA assume diferentes naturezas consoante as áreas de atividade.

Eletricidade:

A faturação de eletricidade é efetuada numa base mensal, em contagens reais de consumos ou em consumos estimados através dos dados históricos de cada consumidor. Os consumos ocorridos e não faturados até à data do balanço são estimados e registados em Outros créditos a receber - Devedores por acréscimos de rendimentos.

O reconhecimento do rédito para as atividades concessionadas é efetuado com base na informação da eletricidade vendida aos consumidores finais, os montantes de convergência tarifária previsionais definidos pela ERSE e os ajustamentos do ano à convergência tarifária estimada, a incorporar nas tarifas do SEP (Sistema elétrico de serviço público) em anos subsequentes.

Os réditos obtidos destas atividades são regulados pela ERSE, a entidade reguladora para o setor da eletricidade, que através da publicação do regulamento tarifário, define as fórmulas de cálculo das tarifas e os mecanismos de recuperação dos desvios que sejam apurados em cada período.

As tarifas a serem aplicadas aos clientes finais (domésticos, industriais e outros) são fixadas anualmente pela ERSE, para cada componente do sistema, tais como: produção; transporte e distribuição.

A cada data de relato a EDA estima e regista em ganhos do exercício o desvio tarifário, do ano, de acordo com os regulamentos e regras publicadas pela ERSE.

Telecomunicações:

O rédito reconhecido resulta:

- i) da comercialização de telemóveis e outros acessórios (em lojas exclusivas sob a insígnia da Vodafone). O rédito é reconhecido quando é efetuada a venda ao cliente final;
- ii) das comissões obtidas da Vodafone decorrentes da venda de pacotes de comunicações, cartões e ativações no ato da venda;
- iii) da prestação de serviços de operação e manutenção de redes de telecomunicações. O rédito é reconhecido com base na percentagem de acabamento.

Serviços de construção:

O Grupo EDA apresenta na sua Demonstração consolidada do rendimento integral o rédito associado à aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão. Os dispêndios associados à construção de infraestruturas (construção nova, requalificação, substituição/renovação) são registados diretamente, pela sua natureza, nas rubricas de gastos da Demonstração consolidada do rendimento integral.

Relativamente aos encargos financeiros, uma vez que a atividade de Transporte e Distribuição se encontra, para efeitos regulatórios, num regime do *price cap*, os encargos financeiros estimados são também considerados como uma componente do preço de aquisição/construção.

No âmbito dos contratos de concessão enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte o Grupo EDA não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos à concessão, pelo que o rédito e os encargos associados a serviço de construção destes ativos apresentam igual montante.

Outros:

O rédito reconhecido pelas empresas que não pertencem ao segmento da eletricidade e ao negócio de telecomunicações refere-se essencialmente à prestação de serviços de conceção de projetos e fiscalização e atividades de consultadoria, desenvolvimento e operação de sistemas informáticos. O rédito é reconhecido com base na percentagem de acabamento à medida que os serviços são prestados.

u) Locações

Uma locação é definida como um contrato que confere o direito de controlar o uso de um ativo identificável durante um certo período e em troca de um determinado valor.

Na data de início de cada contrato, o Grupo avalia se o âmbito do mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação, reconhecendo um ativo sob direito de uso e um passivo de locação, na data da entrada em vigor do contrato, ou seja, na data em que assume o controlo sobre o ativo.

O Grupo EDA aplica a exceção de reconhecimento prevista na IFRS 16 para os contratos de locação cujo prazo de arrendamento é igual ou inferior a 12 meses e para os contratos de locação sobre ativos de baixo valor.

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo valor inicial do passivo de locação ajustado de quaisquer pagamentos efetuados na data de início ou antes desta, de custos diretos iniciais incorridos, de custos estimados de desmantelamento e restauro (caso aplicável), e deduzido dos incentivos incorridos.

O valor do passivo de locação corresponde ao valor presente dos pagamentos de locação que não estejam pagos nessa data, descontados segundo a taxa de juro implícita na locação ou, se esta não puder ser facilmente identificada, a taxa incremental de financiamento do Grupo.

Para obtenção do valor do ativo e passivo de locação importa também o prazo da locação, sendo este o período não cancelável do contrato acrescido de quaisquer opções de prorrogação ou deduzido de rescisão da locação, se razoavelmente certas.

No que respeita à mensuração subsequente, o Grupo mensura os ativos por direito de uso ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade e o passivo de locação é aumentado, refletindo os juros sobre o mesmo e é reduzido pelos pagamentos de locação realizados no período.

O passivo de locação pode, também, sofrer remensurações caso se verifiquem alterações nos pagamentos futuros, devendo o Grupo reconhecer o referido montante como um ajustamento ao

ativo sob direito de uso. Caso a quantia escriturada do ativo sob direito de uso estiver reduzida a zero, a quantia remanescente da remensuração deve ser reconhecida na demonstração de resultados.

Sempre que o contrato de locação é modificado e a modificação não qualifica como uma locação separada, o Grupo EDA procede à remensuração do passivo de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento) e ajusta o ativo sob direito de uso em conformidade, descontando os pagamentos de locação revistos, à taxa incremental de financiamento determinada à data da modificação.

As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa não são incluídas na mensuração do passivo de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento), nem do ativo sob direito de uso. Tais pagamentos são reconhecidos enquanto gastos no período em que o evento ou condição que dá lugar aos pagamentos ocorre.

O Grupo apresenta o ativo sob direito de uso e o passivo de locação em rubricas segregadas na demonstração da posição financeira.

5. Políticas de gestão do risco financeiro

5.1. Fatores do risco financeiro

As atividades da EDA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A evolução dos mercados é analisada em consonância com a política de gestão de riscos determinada pelo Conselho de Administração.

A gestão do risco é conduzida centralmente pelo departamento financeiro com base em políticas aprovadas pela Comissão Executiva. O departamento financeiro identifica, avalia e remete à aprovação da Comissão Executiva, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição com vista à minimização dos riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da EDA.

A Comissão Executiva define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

i. Risco de taxa de câmbio

O Grupo EDA não tem operações significativas em moeda estrangeira.

ii. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com as suas obrigações sob a aplicação de um instrumento financeiro ou um contrato com cliente, conduzindo a uma perda financeira. O risco de crédito do Grupo EDA deve ser avaliado por área de negócio:

Eletricidade:

O risco de crédito existe, uma vez que parte significativa da venda de eletricidade resulta da faturação emitida aos consumidores finais de eletricidade. O risco de crédito é, contudo, ponderado pela natureza essencial do bem fornecido, a energia elétrica, pelos mecanismos legais disponíveis para persuadir ao pagamento e pela dispersão da faturação por um número muito elevado de clientes.

Telecomunicações e Outros serviços:

Nas empresas do Grupo, com atividades inseridas em sectores de mercado concorrenciais, o risco de crédito de clientes é mais elevado embora pouco significativo. Esta exposição ao risco de crédito prende-se, essencialmente, com os saldos a receber decorrentes da sua atividade operacional e é influenciado pelas características individuais de cada cliente. É efetuada uma gestão permanente das carteiras de clientes e dos saldos devedores em aberto. O acompanhamento do perfil de risco de crédito dos devedores da Empresa, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efetuado regularmente. Esta abordagem é complementada pelos procedimentos de cobrança.

No que se refere aos depósitos bancários do grupo, classificadas como Caixa e equivalentes de caixa, estas estão contratadas junto de instituições financeiras com um rating de crédito que varia entre A2 e Ba2, conforme a classificação da Moody's.

Rating	2024	2023
A2	2 005 184	578 089
A3	6 947	-
Baa1	395 886	3 865 850
Baa2	507 962	129 679
Ba1	21 112	2 281 214
Ba2	6 770	32 791
s/classificação	58 484	100 837
Total (Nota 18)	3 002 345	6 988 460

Relativamente ao exposto verificamos uma melhoria na avaliação do rating das instituições financeiras em que se encontram as disponibilidades do Grupo EDA.

A exposição ao risco de crédito de Clientes e outras contas a receber é apresentada na Nota 15.

iii. Risco de liquidez

O Grupo EDA efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento, com compromisso de tomada firme, para garantir o acesso imediato aos fundos. Estas linhas contratadas junto de instituições nacionais são utilizadas em complemento a programas de papel comercial e emissão de obrigações, assim como de créditos financeiros, contratados junto de instituições nacionais e internacionais, neste caso, quase exclusivamente contratados com o Banco Europeu de Investimento, os quais permitem diversificar as fontes de financiamento de curto e médio e longo prazo do Grupo EDA.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da EDA e os derivados financeiros pelo líquido, por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela são cash-flows contratuais não descontados:

	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2024				
Empréstimos obtidos:				
- empréstimos bancários	12 673 129	38 441 139	7 259 784	58 374 052
- obrigacionista	23 613 834	139 445 885	33 457 626	196 517 345
- papel comercial	3 834 318	109 913 400	-	113 747 718
Fornecedores e contas a pagar	37 632 081	-	-	37 632 081

	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2023				
Empréstimos obtidos:				
- empréstimos bancários	16 041 578	46 961 610	12 689 050	75 692 238
- obrigacionista	12 856 634	98 950 564	35 739 911	147 547 109
- papel comercial	8 357 234	141 908 695	-	150 265 929
Fornecedores e contas a pagar	48 128 713	-	-	48 128 713

iv. Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem dois impactos nas contas do Grupo: na remuneração dos ativos da empresa, conforme o regulamento tarifário; e no serviço da dívida contratada. O departamento financeiro da empresa, monitoriza de forma regular a evolução das taxas de juro, propondo à Comissão Executiva mecanismos para minimização desses impactos.

Uma vez que parte significativa dos ativos da EDA tem um rendimento garantido através das tarifas, refletindo tendencialmente a taxa de juro do mercado, os seus fluxos de caixa operacionais são substancialmente afetados pelas alterações da taxa de juro de mercado. Acréscimos desta taxa determinam aumentos substanciais dos fluxos de caixa e vice-versa.

A EDA apresenta ainda exposição ao risco de taxa de juro, por via dos empréstimos obtidos pelas empresas do grupo. Os empréstimos emitidos com taxa variável expõem a EDA ao risco associado aos fluxos de caixa, decorrentes de alterações na taxa de juro. Os empréstimos emitidos com taxa fixa expõem a EDA ao risco de justo valor, decorrente de alterações na taxa de juro.

A exposição ao risco da variação da taxa de juro está apresentada na Nota 23 – Empréstimos obtidos.

Análise de sensibilidade dos custos financeiros a variações na taxa de juro

Foi efetuada uma análise de sensibilidade com base na dívida total do Grupo EDA subtraída das aplicações de fundos e das disponibilidades, com referência a 31 de dezembro de 2024 e 2023.

31 de dezembro de 2024

Tendo por referência a dívida líquida do Grupo em 31 de dezembro de 2024, um acréscimo de 0,25% nas taxas de juro resultaria num incremento dos custos financeiros líquidos anuais de 526 milhares de euros.

31 de dezembro de 2023

Tendo por referência a dívida líquida do Grupo em 31 de dezembro de 2023, um acréscimo de 0,25% nas taxas de juro resultaria num incremento dos custos financeiros líquidos anuais de 466 milhares de euros.

v. Riscos da atividade regulada

Os ganhos registados em cada período pela EDA resultam diretamente dos pressupostos considerados pelo regulador, a ERSE, na definição das tarifas.

5.2. Gestão do risco de capital

O objetivo do Grupo EDA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida e mantendo um *rating* de crédito sólido que lhe permita reduzir o custo de capital.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de construção de ativos para a concessão e ativos de empresas de produção a partir de energias renováveis; ii) a taxa de remuneração dos ativos regulados prevista no regulamento tarifário em vigor; e iii) a política de dividendos definida.

A EDA monitoriza ainda o seu capital total com base no rácio de *gearing*, o qual é determinado como sendo a dívida líquida a dividir pelo capital. A dívida líquida é calculada como o montante total de empréstimos (incluindo os saldos correntes e não-correntes conforme divulgado na Demonstração da posição financeira deduzido dos montantes de caixa e equivalentes de caixa). O capital total é calculado através da soma dos capitais próprios (como divulgado na Demonstração da posição financeira) acrescido da dívida líquida.

Os rácios de *gearing* em 31 de dezembro de 2024 e 2023 encontram-se de acordo com os objetivos definidos e apresentavam os seguintes valores:

	2024	2023
Empréstimos totais (Nota 23)	327 450 158	336 215 979
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 18)	(3 009 649)	(6 996 160)
Dívida líquida	324 440 510	329 219 819
Capital Próprio atribuível accionistas	221 539 613	217 832 796
Capital Total	545 980 123	547 052 615
<i>Gearing</i>	59%	60%

6. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem.

Estimativas contabilísticas relevantes

a) Desvios tarifários

A EDA estima, a cada data de relato, de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSE, para a aceitação dos custos operacionais e a determinação dos proveitos permitidos, o valor de correção à convergência tarifária que decorre dos desvios apurados entre os custos reais e estimados. Esta correção é ajustada mediante a aprovação da ERSE no ano seguinte (ano $n+1$), para incorporação das tarifas do ano a seguir ($n+2$), não tendo sido apuradas diferenças significativas nos últimos exercícios (ver Nota 15 e 25).

b) Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo EDA, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao Grupo.

Relativamente aos ativos fixos tangíveis em curso relacionados com as atividades de prospeção de recursos minerais, a avaliação da capacidade de extração de fluídos de cada poço e da sua potência é efetuada regularmente de forma a determinar a viabilidade de cada poço *per si* e do projeto como um todo.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

No que respeita ao cálculo da imparidade (e da passagem do modelo de perda incorrida para o modelo de perda esperada), o Grupo optou por uma abordagem simplificada. A avaliação está alinhada com os critérios de mitigação do risco de crédito implementados no Grupo e segue o seguinte:

- i) Identificação das dívidas comerciais, estratificadas em dívida corrente e dívida não corrente, líquidas das garantias prestadas (cauções e garantias bancárias);
- ii) Definição do risco de *default* por segmento de cliente e análise casuística (cliente a cliente). Este risco está alinhado com os procedimentos em matéria de gestão de risco de crédito.

c) Provisões

A EDA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

A EDA reconhece na demonstração consolidada da posição financeira a estimativa do valor a pagar aquando do desmantelamento e remoção dos equipamentos de produção dos aproveitamentos eólicos instalados em propriedade de terceiro, de acordo com a melhor estimativa dos trabalhos a efetuar e o respetivo custo (ver Nota 22).

d) Pressupostos atuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades e às tabelas de mortalidade utilizadas (ver Nota 24).

e) Ativos fixos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração do rendimento integral consolidado de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

f) Ativos intangíveis

A determinação do padrão de amortização dos direitos de concessão corresponde à melhor estimativa do consumo dos benefícios económicos estimados para os mesmos. A diferença entre o padrão de amortização utilizado e o que resultaria da aplicação de uma taxa de amortização linear equivalente ao prazo da concessão não é considerada significativa.

g) Transição energética

O Grupo EDA considerou os riscos relacionados com as alterações climáticas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, que refletem adequadamente o efeito desses objetivos nos ativos, passivos, ganhos e perdas, incorporando, se necessário, os impactos materiais e previsíveis conforme exigido pelo normativo nacional. O Grupo também avaliou cuidadosamente se as questões das alterações climáticas afetaram os pressupostos razoáveis e suportados utilizados para estimar os fluxos de caixa esperados. Quando necessário, o Grupo também levou em consideração o impacto de longo prazo das mudanças climáticas.

7. Informação por segmentos

O Grupo EDA apresenta como segmento operacional, a Eletricidade e outros. O segmento Eletricidade inclui as empresas de grupo: EDA e EDA Renováveis, agregando o segmento Outros as atividades das empresas do grupo: Segma e Globaleda, com atividades associadas à prestação de serviços diversos, a entidades terceiras.

A informação por segmentos operacionais do Grupo EDA a 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	Eletricidade	Outros	Anulações	Grupo
Total de vendas e serviços prestados	293 924 870	17 650 370	-	311 575 241
Vendas e serviços prestados inter - segmentos	(29 818 140)	(15 718)	(7 088 367)	(36 922 224)
Vendas e serviços prestados	264 106 730	17 634 653	(7 088 367)	274 653 016
Resultado Operacional por Segmento	24 656 791	104 275	(343 828)	24 417 238
Custos financeiros	(10 927 652)	(8 428)	207 260	(10 728 819)
Proveitos financeiros	-	219 969	(207 260)	12 709
Ganhos/ (perdas) em Associadas	-	-	-	-
Resultados antes do imposto				13 701 128
Imposto do período				(3 549 809)
Resultado Líquido do período total				10 151 319
Outros custos:				
Depreciações e amortizações	(34 453 001)	(168 249)	-	(34 621 250)
Reforço Imparidade de ativos	(1 495 963)	-	-	(1 495 963)

A informação por segmentos operacionais do Grupo EDA a 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Eletricidade	Outros	Anulações	Grupo
Total de vendas e serviços prestados	300 816 167	17 070 319	-	317 886 487
Vendas e serviços prestados inter - segmentos	(29 558 674)	(50 793)	(8 228 489)	(37 837 956)
Vendas e serviços prestados	271 257 493	17 019 526	(8 228 489)	280 048 530
Resultado Operacional por Segmento	31 194 836	(550 400)	107 552	30 751 988
Custos financeiros	(9 652 816)	(9 340)	156 870	(9 505 286)
Proveitos financeiros	-	156 870	(156 870)	-
Resultados antes do imposto				21 246 702
Imposto do período				(4 375 358)
Resultado Líquido do período total				16 871 344
Outros custos:				
Depreciações e amortizações	(33 799 011)	(236 332)	-	(34 035 342)
Reforço Imparidade de ativos	-	(933 253)	-	(933 253)

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de 2024, são como segue:

	Eletricidade	Outros	Anulações	Grupo
Ativos	631 677 507	18 265 460	(21 805 089)	628 137 878
Investimentos em associadas	-	-	-	-
Total ativos	631 677 507	18 265 460	(21 805 089)	628 137 878
Passivos	409 068 104	5 489 036	(8 524 032)	406 033 109
Investimento em ativos tangíveis	41 656 881	347 865	-	42 004 746
Investimento em ativos intangíveis	37 916 283	27 720	-	37 944 003

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de 2023 são como segue:

	Eletricidade	Outros	Anulações	Grupo
Ativos	644 611 305	18 058 824	(21 526 003)	641 144 127
Investimentos em associadas	-	-	-	-
Total ativos	644 611 305	18 058 824	(21 526 003)	641 144 127
Passivos	425 708 203	5 189 023	(8 395 647)	422 501 579
Investimento em ativos tangíveis	46 531 414	136 428	-	46 667 842
Investimento em ativos intangíveis	57 040 344	-	-	57 040 344

Os montantes na coluna “Anulações” referem-se aos saldos em aberto entre as empresas dos dois segmentos de relato que são anulados no processo de consolidação, em cada data de relato financeiro.

8. Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2024								
Custo de aquisição	8 800 665	108 124 892	587 873 525	9 120 122	9 400 886	43 047 472	82 865 626	849 233 188
Imparidade acumulada	(566 764)	(1 371 280)	(27 539 358)	-	-	-	(1 958 319)	(31 435 722)
Subsídio ao investimento	-	(374 273)	(153 438 961)	-	(13 002)	(58 481)	(29 195 762)	(183 080 480)
Depreciações acumuladas	-	(67 485 369)	(394 113 653)	(7 038 507)	(7 433 286)	(32 892 361)	-	(508 963 177)
Amortizações subsídio Acum.	-	310 756	108 489 204	-	-	58 481	-	108 858 441
Valor líquido	8 233 901	39 204 725	121 270 755	2 081 615	1 954 598	10 155 110	51 711 545	234 612 250
Movimento do período								
Adições	179 094	-	89 670	1 134 054	637 947	599 643	39 364 337	42 004 746
Reclassificação	-	-	-	-	752	-	-	752
Alienações	-	-	(3 085 245)	(732 675)	(161 733)	-	-	(3 979 653)
Transferências e abates	-	134 851	1 276 573	-	-	913 440	(2 389 698)	(64 833)
Adições subsídios	-	-	-	-	-	-	(12 700 592)	(12 700 592)
Desreconhecimento subsídios	-	-	-	-	-	-	696 567	696 567
Imparidade - período	(498 992)	(42 789)	(954 181)	-	-	-	-	(1 495 963)
Correção imparidade	-	(131 061)	-	-	-	-	-	(131 061)
Depreciação - período	-	(2 716 956)	(19 052 054)	(748 195)	(699 370)	(1 499 363)	-	(24 715 938)
Correção depreciação	-	10 485	-	-	-	-	-	10 485
Depreciação - alienações	-	-	3 108 364	646 824	159 179	4 705	-	3 919 072
Depreciação - reclassificações	-	-	-	-	(689)	-	-	(689)
Amortização Subsídio	-	-	3 458 148	-	-	-	-	3 458 148
	7 914 002	36 459 256	106 112 031	2 381 623	1 890 685	10 173 535	76 682 159	241 613 291
31 de dezembro de 2024								
Custo de aquisição	8 979 759	108 259 744	586 154 523	9 521 501	9 877 852	44 560 555	119 840 266	887 194 199
Imparidade acumulada	(1 065 757)	(1 545 130)	(28 493 540)	-	-	-	(1 958 319)	(33 062 746)
Subsídio ao investimento	-	(374 273)	(153 438 961)	-	(13 002)	(58 481)	(41 199 787)	(195 084 505)
Depreciações acumuladas	-	(70 191 840)	(410 057 343)	(7 139 878)	(7 974 166)	(34 387 019)	-	(529 750 247)
Amortizações subsídio Acum.	-	310 756	111 947 352	-	-	58 481	-	112 316 589
Valor líquido	7 914 002	36 459 256	106 112 031	2 381 623	1 890 685	10 173 535	76 682 159	241 613 291

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2023								
Custo de aquisição	8 179 676	107 758 088	548 820 587	8 191 871	7 875 273	42 093 015	80 798 759	803 717 270
Imparidade acumulada	(566 764)	(1 371 280)	(27 539 358)	-	-	-	(1 958 319)	(31 435 722)
Subsídio ao investimento	-	(374 273)	(131 015 892)	-	(13 002)	(58 481)	(36 695 811)	(168 157 460)
Depreciações acumuladas	-	(64 493 705)	(376 506 258)	(7 051 859)	(6 964 637)	(31 365 757)	-	(486 382 217)
Amortizações subsídio Acum.	-	310 756	105 945 932	-	-	58 481	-	106 315 169
Valor líquido	7 612 912	41 829 585	119 705 011	1 140 012	897 634	10 727 258	42 144 629	224 057 043
Movimento do período								
Adições	627 045	-	89 554	1 469 445	1 488 547	412 920	42 580 331	46 667 842
Provisão de desmantelamento	-	-	(117 018)	-	-	-	-	(117 018)
Alienações	(6 057)	-	(487 406)	(541 194)	(90)	-	-	(1 034 747)
Transferências e abates	-	366 804	39 567 807	-	37 157	541 536	(40 513 464)	(160)
Adições subsídios	-	-	(50 658)	-	-	-	(16 421 260)	(16 471 918)
Desreconhecimento subsídios	-	-	1 548 898	-	-	-	-	1 548 898
Ajustamento de subsídios	-	-	(23 921 309)	-	-	-	23 921 309	-
Depreciação - período	-	(2 991 664)	(18 095 873)	(527 842)	(467 850)	(1 526 421)	-	(23 609 650)
Depreciação - alienações	-	-	488 242	541 194	(563)	(183)	-	1 028 690
Depreciação - transf. e abates	-	-	236	-	(236)	-	-	-
Amortização Subsídio	-	-	2 543 272	-	-	-	-	2 543 272
	8 233 901	39 204 725	121 270 755	2 081 615	1 954 598	10 155 110	51 711 545	234 612 250
31 de dezembro de 2023								
Custo de aquisição	8 800 665	108 124 892	587 873 525	9 120 122	9 400 886	43 047 472	82 865 626	849 233 188
Imparidade acumulada	(566 764)	(1 371 280)	(27 539 358)	-	-	-	(1 958 319)	(31 435 722)
Subsídio ao investimento	-	(374 273)	(153 438 961)	-	(13 002)	(58 481)	(29 195 762)	(183 080 480)
Depreciações acumuladas	-	(67 485 369)	(394 113 653)	(7 038 507)	(7 433 286)	(32 892 361)	-	(508 963 177)
Amortizações subsídio Acum.	-	310 756	108 489 204	-	-	58 481	-	108 858 441
Valor líquido	8 233 901	39 204 725	121 270 755	2 081 615	1 954 598	10 155 110	51 711 545	234 612 250

Subsídios ao investimento

Os ativos fixos tangíveis encontram-se líquidos de subsídios ao investimento, cujo valor é de 82.767.916 euros em 2024 e 74.222.039 euros em 2023.

Adições

Os aumentos registados em ativos tangíveis durante o ano de 2024 englobam 2.640.409 euros de aquisições diretas (em 2023: 4.087.511 euros), e ainda 39.364.337 euros de obras em curso (em 2023: 42.580.331 euros), que correspondem ao investimento efetuado em edifícios de suporte à atividade da Empresa, equipamentos de produção, em ampliações de centrais termoelétricas, sistemas de armazenamento de baterias e em Geotermia na ilha de São Miguel (12.755.327 euros) e em Parque Eólicos nas ilhas e São Jorge, Santa Maria, Corvo e Flores (13.938.380 euros).

Ativos fixos tangíveis em curso

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor acumulado dos ativos fixos tangíveis em curso, líquido de subsídio ao investimento, ascende a 76.682.159 euros e 51.711.545 euros, respetivamente.

O valor de custos com empréstimos capitalizados em 2024 nos ativos tangíveis em curso ascende a 2.805.906 euros (2.775.049 euros em 2023).

No caso da EDA os valores mais significativos incluídos na rubrica de Ativos em curso referem-se aos seguintes projetos:

	2024	2023
Produção	34 518 672	28 969 682
Implementação e atualização de soluções informáticas	6 846 848	6 615 111
Ampliação central térmica Belo Jardim	1 554 674	1 376 517
Outras obras	9 104 146	4 607 595
	52 024 339	41 568 905
Subsídios ao investimento em curso	-	(696 567)
	52 024 339	40 872 338

Os ativos em curso nas restantes empresas do grupo correspondem essencialmente aos seguintes projetos:

	2024	2023
EDAR		
Aproveitamentos hidroelétricos	573 419	946 590
Parques eólicos	15 496 113	1 557 733
Parques fotovoltaicos	497 905	404 084
Campo Geotérmico Pico Alto	14 966 972	14 885 958
Campo Geotérmico Ribeira Grande	36 238 585	23 483 258
	67 772 994	41 277 623
Imparidade RG5	(1 958 319)	(1 958 319)
Subsídios ao investimento em curso	(41 199 787)	(28 499 195)
	24 614 888	10 820 109
GLOBALEDA		
Software - Gestão de projetos	-	14 277
SEGMA		
Postos de carregamento de viaturas elétricas	42 934	4 822
Saldo a 31 de dezembro	24 657 822	10 839 207

As transferências de Ativos em curso para Ativos fixos tangíveis ocorridas em 2024, no montante de 2.389.698 euros, referem-se essencialmente a obras de ampliação e beneficiação de centros produtores, à construção e remodelação de edifícios de suporte à atividade da Empresa, bem como à instalação e montagem de contadores.

Imparidade

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as perdas por imparidades de ativos não correntes reconhecidas tinham o seguinte destino:

	2024	2023
Central Geotérmica do Pico Alto	23 307 441	21 811 479
Poço geotérmico PA1	6 249 616	6 249 616
Poço geotérmico RG 5	1 958 319	1 958 319
Outros	1 547 369	1 416 308
	33 062 745	31 435 722

O campo geotérmico do Pico Alto foi considerado em anos anteriores uma área geral de interesse comercial para efeitos de produção de energia elétrica. Com base na avaliação inicial da produtividade dos quatro poços de produção e injeção, a Administração concluiu que existia um risco elevado de diminuição do fluido geotérmico. Assim, avançou numa primeira fase na

construção de uma central geotérmica de 3,5 MW, que entrou em exploração em setembro de 2017.

O imobilizado total em exploração no Campo Geotérmico do Pico Alto atingiu o montante de 43.378.988 euros, tendo a central geotérmica atingido em 2024 uma produção de cerca de 7,4 GWh (em 2023 – 18,2 GWh), sendo anualmente efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável deste ativo, com base nos seguintes pressupostos:

	2024	2023
Vida útil estimada dos ativos	20 anos	20 anos
Custo médio ponderado do capital (WACC)	5,95%	6,18%

O valor de uso desses ativos foi determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados para a central no seu estado atual, considerando que a unidade geradora de caixa se consubstancia no Campo Geotérmico do Pico Alto, com os atuais níveis de produção que poderão ser substancialmente alterados se se concretizar a expansão da capacidade instalada prevista para 10 MWh, e tendo em conta que a central geotérmica terá um período de vida útil previsível de 20 anos.

A determinação das vendas de energia a produzir foi fundada no preço unitário que vigorará em 2025, com uma atualização de 2% ao ano para os períodos 2025-2042. Embora a capacidade instalada da Central seja de 3,5 MWh, utilizou-se a sua potência real atual de 1,1 MWh.

A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC estimado de 5,95%, tendo em conta a estrutura dos capitais investidos e o risco específico destes ativos, incorporando os impactos associados ao atual conflito militar, nomeadamente os com reflexo nos mercados financeiros e na subida de preços, cuja incerteza sobre a sua duração, expõe riscos de natureza diversa significativos.

Como cenário de sensibilidade ponderou-se os efeitos da variação de um ponto percentual da WACC e redução ou aumento do nível dos fluxos de caixa descontados em cerca de 10%, com os resultados a seguir indicados:

	Cenário base	Cenários de sensibilidade Variação de 1%	
Custo médio ponderado do capital (WACC)	5,95%	4,95%	6,95%
Valor atual dos fluxos de caixa descontados	(1 876 905)	(1 869 316)	(1 882 129)
Variação do nível dos fluxos de caixa descontados			
Aumento de 10%	(2 064 595)		
Redução de 10%	(1 689 214)		

Com base nos pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso, que, comparativamente ao ano anterior incorporam as alterações de comportamento dos mercados financeiros e do risco operacional, a Administração determinou que a quantia recuperável da unidade geradora de caixa fosse nula e, consequentemente, o reconhecimento de uma perda de imparidade no período de 1.495.963 euros como se indica:

	2024	2023
Valor de custo (líquido de depreciações)	23 307 441	25 067 766
Imparidades acumuladas	(21 811 478)	(21 811 478)
Imparidade do período	(1 495 963)	-
	-	3 256 288

Associado a esta Central foram ainda executados três novos poços geotérmicos em 2021, no montante de 13.909.018 euros, cujos ensaios de avaliação de produtividade foram realizados durante este período e ainda não são conclusivos. Em 2024 foram efetuados os ensaios de produtividade, no entanto ainda não existem resultados dos mesmos pelo que a esta data ainda não estão reunidas as condições para se proceder a uma avaliação fiável deste projeto de expansão.

A totalidade dos gastos incorridos com o poço geotérmico PA1 que foi considerado abandonado no âmbito do desenvolvimento do campo geotérmico do Pico Alto, no montante de 6.249.616 euros, foi integralmente reconhecida em 2011 como irrecuperável.

Em 2016, registou-se uma imparidade de 1.958.319 euros, referente aos gastos incorridos no poço geotérmico RG5 situado no campo geotérmico da Ribeira Grande por ter sido determinada a sua inviabilidade económica.

9. Ativos sob direito de uso

Os movimentos na rubrica de Ativos sob direito de uso durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, para o Grupo, são analisados como se segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Total
1 de janeiro de 2024			
Custo de aquisição	207 758	257 867	465 625
Depreciações acumuladas	(104 276)	(214 558)	(318 834)
Valor líquido	103 481	43 309	146 791
Movimento do período			
Adições	-	49 287	49 287
Depreciação - período	(21 869)	(29 726)	(51 595)
	81 612	62 870	144 482
31 de dezembro de 2024			
Custo de aquisição	207 758	307 154	514 912
Depreciações acumuladas	(126 145)	(244 284)	(370 429)
Valor líquido	81 612	62 870	144 482

Os movimentos na rubrica de Ativos sob direito de uso durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, para o Grupo, foram os seguintes:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Total
1 de janeiro de 2023			
Custo de aquisição	207 758	257 867	465 625
Depreciações acumuladas	(82 407)	(176 768)	(259 175)
Valor líquido	125 350	81 099	206 450
Movimento do período			
Depreciação - período	(21 869)	(37 790)	(59 659)
	103 481	43 309	146 791
31 de dezembro de 2023			
Custo de aquisição	207 758	257 867	465 625
Depreciações acumuladas	(104 276)	(214 558)	(318 834)
Valor líquido	103 481	43 309	146 791

10. Propriedades de investimento

O saldo desta rubrica refere-se às instalações da estação geodésica, na ilha de Santa Maria e ao antigo edifício sede da EDA na Calheta:

	2024		
	Terrenos	Edifícios	Total
A 1 de janeiro			
Valor bruto	529 912	2 868 399	3 398 311
Depreciações acumuladas	-	(1 213 567)	(1 213 567)
Imparidades acumuladas	(104 345)	(933 253)	(1 037 598)
Valor líquido	425 567	721 578	1 147 146
Depreciações - Período	-	(47 661)	(47 661)
Correção da depreciação	-	12 918	12 918
Correção da imparidade	-	(161 479)	(161 479)
A 31 de dezembro	-	(196 222)	(196 222)
Valor bruto	529 912	2 868 399	3 398 311
Depreciações acumuladas	-	(1 248 310)	(1 248 310)
Imparidades acumuladas	(104 345)	(1 094 732)	(1 199 077)
Valor líquido	425 567	525 356	950 924
	2023		
	Terrenos	Edifícios	Total
A 1 de janeiro			
Valor bruto	529 912	2 868 399	3 398 311
Depreciações acumuladas	-	(1 124 509)	(1 124 509)
Valor líquido	529 912	1 743 890	2 273 802
Depreciações - Período	-	(89 058)	(89 058)
Imparidade - Período	(104 345)	(933 253)	(1 037 598)
A 31 de dezembro	(104 345)	(1 022 312)	(1 126 657)
Valor bruto	529 912	2 868 399	3 398 311
Depreciações acumuladas	-	(1 213 567)	(1 213 567)
Imparidades acumuladas	(104 345)	(933 253)	(1 037 598)
Valor líquido	425 567	721 578	1 147 146

O valor recuperável do ativo da SEGMA é determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes das rendas que venham a ser acordadas e com a alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Na impossibilidade de formalizar um acordo com a Região Autónoma dos Açores no ano de 2023 para o arrendamento do imóvel, o Grupo EDA decidiu constituir imparidade da propriedade de

investimento., a qual se manteve em 2024, dado não ter ocorrido qualquer desenvolvimento em relação a esta situação.

O justo valor das propriedades de investimento não diverge significativamente do valor líquido contabilístico, tendo sido usado o nível 2 para o justo valor, conforme preconizado na IFRS 13.

11. Ativos Intangíveis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o saldo dos intangíveis detalha-se como se segue:

	Licenças CO2	Software	Direito de concessão	Direitos superfície	Ativos em curso	Total
A 1 de janeiro de 2024						
Custo de aquisição	127 025 361	27 121 969	454 765 473	1 040 027	-	609 952 828
Amortizações acumuladas	(124 902 330)	(19 871 537)	(229 046 425)	(525 614)	-	(374 345 906)
Valor líquido	2 123 031	7 250 432	225 719 047	514 412	-	235 606 924
Adições	21 145 323	53 063	15 330 767	39 753	1 375 097	37 944 003
Reclassificações	-	(752)	-	-	-	(752)
Transferências e abates	-	1 375 097	81 599	-	(1 375 097)	81 599
Amortização - período	(22 599 122)	(1 431 420)	(11 790 326)	(42 459)	-	(35 863 327)
Amortização - Reclassificações	-	689	-	-	-	689
	669 233	7 247 110	229 341 087	511 707	-	237 769 137
31 de dezembro de 2024						
Custo de aquisição	148 170 686	28 549 377	470 177 840	1 079 780	-	647 977 680
Amortizações acumuladas	(147 501 452)	(21 302 267)	(240 836 751)	(568 073)	-	(410 208 543)
Valor líquido	669 233	7 247 110	229 341 087	511 707	-	237 769 137
A 1 de janeiro de 2023						
Custo de aquisição	97 202 853	21 044 056	434 351 504	964 092	-	553 562 507
Amortizações acumuladas	(97 202 854)	(18 719 080)	(217 419 829)	(484 420)	-	(333 826 183)
Valor líquido	-	2 324 977	216 931 673	479 672	-	219 736 324
Adições	29 822 506	66 991	21 063 991	75 935	6 010 922	57 040 344
Transferências e abates	-	6 010 922	(650 022)	-	(6 010 922)	(650 022)
Amortização - período	(27 699 476)	(1 152 457)	(11 626 596)	(41 195)	-	(40 519 723)
	2 123 031	7 250 432	225 719 047	514 412	-	235 606 924
31 de dezembro de 2023						
Custo de aquisição	127 025 361	27 121 969	454 765 473	1 040 027	-	609 952 828
Amortizações acumuladas	(124 902 330)	(19 871 537)	(229 046 425)	(525 614)	-	(374 345 906)
Valor líquido	2 123 031	7 250 432	225 719 047	514 412	-	235 606 924

Licenças CO2

No âmbito do regime do comércio europeu de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (CELE), a Diretiva nº 2009/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho apresenta o quadro legal para o período após 2013. Em conformidade, a Agência Portuguesa do Ambiente publicou a lista nacional de instituições e alocação preliminar de licenças de emissão gratuitas no período 2013-

2020, no qual as instalações de produção da EDA deixaram de beneficiar da atribuição gratuita de licenças.

Em 2024 encontram-se registados em gastos 343.234 toneladas de licenças de CO₂, no montante de 22.599.122 euros (2023: 325.090 toneladas e 27.699.476 euros), relativas às emissões do exercício de 2024. Releva-se que das licenças adquiridas em 2024 foram consideradas excedentárias 9.916 toneladas no montante de 669.231 euros.

Software

O valor capitalizado como software em 2024, refere-se essencialmente à aquisição de licenciamentos e novas soluções SAP.

Contrato de Concessão

O detalhe dos movimentos foram como se segue:

	Ativos Concessão	Ativos Concessão em Curso	Subsídios Concessão	Total
A 1 de janeiro de 2024				
Custo de aquisição	501 876 176	29 112 245	(76 222 948)	454 765 473
Amortizações acumuladas	(271 216 406)	-	42 169 981	(229 046 425)
Valor Líquido	230 659 769	29 112 245	(34 052 967)	225 719 047
Adições	420 518	16 023 061	(1 112 812)	15 330 767
Transferências	22 388 945	(22 388 945)	-	-
Transferências e abates	-	81 599	-	81 599
Amortização - período	(14 187 382)	-	2 397 056	(11 790 326)
Valor Líquido	239 281 850	22 827 961	(32 768 723)	229 341 087
31 de dezembro de 2024				
Custo de aquisição	524 685 639	22 827 961	(77 335 760)	470 177 840
Amortizações acumuladas	(285 403 790)	-	44 567 037	(240 836 753)
Valor Líquido	239 281 850	22 827 961	(32 768 723)	229 341 087

	Ativos Concessão	Ativos Concessão em Curso	Subsídios Concessão	Total
A 1 de janeiro de 2023				
Custo de aquisição	492 542 768	16 646 267	(74 837 532)	434 351 504
Amortizações acumuladas	(257 088 986)	-	39 669 157	(217 419 829)
Valor líquido	235 453 782	16 646 267	(35 168 375)	216 931 673
Adições	885 777	21 563 630	(1 385 416)	21 063 991
Transferências	8 447 631	(8 447 631)	-	-
Transferências e abates	-	(650 022)	-	(650 022)
Amortização - período	(14 127 420)	-	2 500 824	(11 626 596)
Valor líquido	230 659 770	29 112 245	(34 052 967)	225 719 047
31 de dezembro de 2023				
Custo de aquisição	501 876 176	29 112 245	(76 222 948)	454 765 473
Amortizações acumuladas	(271 216 406)	-	42 169 981	(229 046 425)
Valor líquido	230 659 770	29 112 245	(34 052 967)	225 719 047

No período de 2024 a EDA efetuou investimentos em aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão no montante de 15.330.767 euros (2023: 21.063.991 euros), líquido dos subsídios recebidos.

A amortização do ativo intangível, líquida da amortização de subsídios recebidos, no montante de 11.790.326 euros (2023: 11.626.596 euros), foi efetuada com base nos valores de amortização dos ativos afetos à concessão.

Direitos superfície

Este montante refere-se a direitos de superfície adquiridos para instalação dos aproveitamentos eólicos.

Amortizações

Do valor constante no mapa de movimentos como amortizações do período no montante de 35.863.327 euros (em 2023: 40.519.723 euros), 13.264.204 euros (2023: 12.820.247 euros) encontram-se reconhecidos na rubrica de Gastos/Reversões de depreciação e amortização e o remanescente, relativo às licenças de CO2, em outros gastos operacionais (ver Nota 32).

12. Ativos e passivos por Impostos Diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados na Demonstração da posição financeira consolidada pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os períodos apresentados, foi como se segue:

	2024	2023
Impacto na demonstração do rendimento integral		
Ativos por impostos diferidos	(1 858 480)	(1 945 582)
Passivos por impostos diferidos	5 064 244	3 509 854
	3 205 765	1 564 272
Impactos no Capital próprio		
Ativos por impostos diferidos (Nota 34)	(731 717)	235 909
	(731 717)	235 909

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

Ativos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Pensões	Convergência tarifária	Benefícios fiscais	Prejuízos fiscais	Provisão Desmantel. Pq. Eólicos	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2024	1 510 275	1 124 598	-	3 897 400	516 110	6 222 852	13 271 231
Utilização do exercício	-	-	-	(419 761)	(78 746)	-	(498 508)
Alteração de taxa - por capital	(527 345)	-	-	-	-	-	(527 345)
Constituição/reversão por capital	(204 372)	-	-	-	-	-	(204 372)
Alteração de taxa - por resultados	295 879	(169 223)	-	(165 602)	(12 873)	(234 879)	(286 698)
Constituição por resultados	-	1 717 881	-	-	36 384	334 703	2 088 967
Reversão por resultados	(225 174)	(106 466)	-	(3 200 255)	-	(50 107)	(3 582 002)
Movimento do exercício	(661 012)	1 442 193	-	(3 785 618)	(55 236)	49 717	(3 009 957)
A 31 de dezembro de 2024	849 263	2 566 790	-	111 781	460 874	6 272 569	10 261 274

	Pensões	Convergência tarifária	Benefícios fiscais	Prejuízos fiscais	Provisão Desmantel. Pq. Eólicos	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2023	1 886 241	-	415 570	6 517 256	465 198	6 112 213	15 396 475
Utilização	-	-	(415 570)	-	-	-	(415 570)
Constituição/reversão por capital	235 909	-	-	-	-	-	235 909
Constituição por resultados	-	1 124 598	-	108 591	50 913	135 241	1 419 343
Reversão por resultados	(611 876)	-	-	(2 728 448)	-	(24 602)	(3 364 925)
Movimento do exercício	(375 967)	1 124 598	(415 570)	(2 619 856)	50 913	110 639	(2 125 243)
A 31 de dezembro de 2023	1 510 275	1 124 598	-	3 897 400	516 110	6 222 852	13 271 231

O montante de prejuízos fiscais acumulados que se encontram disponíveis para utilização decompõem-se da seguinte forma:

	Montante
Prejuízos fiscais:	
- ano 2022	59 722
- ano 2023	738 221
- ano 2024	924 489
	1 722 432

A dedução a efetuar em cada um dos períodos não pode exceder o montante correspondente a 65% do respetivo lucro tributável. A Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, relativamente ao Orçamento de Estado para 2023, coloca fim à limitação temporal para reporte de prejuízos fiscais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a empresa não reconheceu ativos por impostos diferidos para o prejuízo fiscal apurado por existirem incertezas quanto à sua recuperabilidade em exercícios futuros.

Passivos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Reavaliação normativo anterior	Convergência tarifária	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2024	(63 307)	(5 481 611)	(331 021)	(5 875 939)
Alteração de taxa - por resultados	9 703	-	50 733	60 435
Constituição por resultados	-	(536 178)	-	(536 178)
Correção de imposto	-	-	41 932	41 932
Reversão por resultados	7 393	5 481 608	9 054	5 498 056
Movimento do exercício	17 096	4 945 430	101 719	5 064 244
A 31 de dezembro de 2024	(46 211)	(536 181)	(229 302)	(811 695)

	Reavaliação normativo anterior	Convergência tarifária	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2023	(73 164)	(8 970 656)	(341 973)	(9 385 793)
Constituição por resultados	-	(1 351 292)	-	(1 351 292)
Reversão por resultados	9 857	4 840 336	10 952	4 861 146
Movimento do exercício	9 857	3 489 044	10 952	3 509 854
A 31 de dezembro de 2023	(63 307)	(5 481 611)	(331 021)	(5 875 939)

13. Ativos e passivos financeiros por categoria

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

2024	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros disponíveis para venda	Passivos ao custo amortizado	Ativos/passivos não financeiros	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	3 009 649	-	-	-	3 009 649
Clientes e outras contas a receber	108 488 178	-	-	-	108 488 178
Outros ativos financeiros	-	437 193	-	-	437 193
Total ativos financeiros	111 497 827	437 193	-	-	111 935 019
Passivos					
Empréstimos obtidos	-	-	(327 450 158)	-	(327 450 158)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(55 582 012)	(11 964 128)	(67 546 140)
Total passivos financeiros	-	-	(383 032 170)	(11 964 128)	(394 996 298)

2023	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros disponíveis para venda	Passivos ao custo amortizado	Ativos/passivos não financeiros	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	6 996 160	-	-	-	6 996 160
Clientes e outras contas a receber	126 668 167	-	-	-	126 668 167
Outros ativos financeiros	-	437 193	-	-	437 193
Total ativos financeiros	133 664 327	437 193	-	-	134 101 520
Passivos					
Empréstimos obtidos	-	-	(336 215 979)	-	(336 215 979)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(54 988 604)	(10 001 524)	(64 990 128)
Total passivos financeiros	-	-	(391 204 584)	(10 001 524)	(401 206 108)

14. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital detidos nas seguintes entidades:

Entidade	% detida	2024	% detida	2023
NOS Açores Comunicações, S.A.	6,18%	228 649	6,18%	228 649
Fundação Eng. José Cordeiro	i) 60,00%	5 736	60,00%	5 736
INOVA - Instituto Inovação Tecnológica dos Açores	0,77%	5 297	0,77%	5 297
Total participações capital		239 682		239 682

Outros investimentos	2024	2023
Fundo de compensação do trabalho	197 511	197 511
	197 511	197 511
	437 193	437 193

- i) Apesar da percentagem de participação detida na Fundação Engenheiro José Cordeiro corresponder a 60% do capital, a EDA não tem controlo ou influência significativa sobre as atividades exercidas por esta entidade;

As participações de capital encontram-se mensuradas ao custo de aquisição

15. Clientes e outras contas a receber

No período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a decomposição da rubrica de Clientes e outras contas a receber é como se segue:

		2024			2023		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes	i)	66 356 984	63 672	66 420 655	64 060 176	64 209	64 124 384
Imparidade de clientes	ii)	(2 097 788)	-	(2 097 788)	(1 455 384)	-	(1 455 384)
Clientes - Valor líquido		64 259 196	63 672	64 322 867	62 604 792	64 209	62 669 000
Programa PRR	iii)	31 652 646	-	31 652 646	20 769 794	-	20 769 794
Programa FEDER	iii)	1 707 531	-	1 707 531	5 545 290	-	5 545 290
Programa LIFE IP CLIMAZ	iii)	489 919	-	489 919	489 919	-	489 919
Convergência tarifária:	iv)						
Ano de 2023		3 592 158	-	3 592 158	-	-	-
Ano de 2022		-	-	-	30 295 917	-	30 295 917
Acréscimo proveitos	vi)	4 788 473	-	4 788 473	4 492 447	-	4 492 447
		108 424 506	63 672	108 488 178	126 603 958	64 209	126 668 167
Imparidade devedores acréscimos		-	-	-	-	-	-
		108 424 506	63 672	108 488 178	126 603 958	64 209	126 668 167

- i) Clientes:

Os principais clientes do Grupo EDA têm as seguintes naturezas:

- 15.732.665 euros (2023: 17.007.148 euros) referem-se aos valores faturados à REN a título de convergência tarifária;

- 44.244.931 euros (2023: 41.526.465 euros) referem-se a saldos a receber decorrentes do regular fornecimento de energia elétrica, sendo 13.493.164 euros referentes a clientes do setor empresarial e particular (2023: 11.982.093 euros) e 30.751.767 euros de entidades públicas (2023: 29.544.372 euros);

Qualidade do crédito

A qualidade de crédito dos ativos financeiros, podem ser avaliados com referência ao *rating* de crédito ou informação histórica das entidades a que se referem:

	2024	2023
Baa2	15 732 665	17 007 148
Outros sem rating	50 687 990	47 117 236
Total de créditos e valores a receber	66 420 655	64 124 384

A antiguidade dos saldos a receber sem rating associado e por segmento de cliente são os mostrados de seguida no final do exercício de 2024 e 2023:

2024	< 6 meses	< 12 meses	<18 meses	> 18 meses	Total
Entidades Publicas	5 888 681	1 739 953	2 216 319	22 299 513	32 144 465
Setor Emp. Particular	15 850 208	897 914	410 305	1 385 099	18 543 525
	21 738 889	2 637 866	2 626 623	23 684 611	50 687 990

2023	< 6 meses	< 12 meses	<18 meses	> 18 meses	Total
Entidades Publicas	6 456 380	2 477 293	2 049 855	19 844 611	30 828 138
Setor Emp. Particular	14 394 012	793 324	107 799	993 962	16 289 097
	20 850 392	3 270 617	2 157 654	20 838 573	47 117 235

A Empresa não procedeu à constituição de qualquer perda por imparidade para as contas a receber de entidades públicas com elevada antiguidade por entender que as mesmas são recuperáveis. No seguimento de um processo de negociação entre a Entidade, a Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública e os clientes com maior antiguidade, nomeadamente os Hospitais, foram assinados acordos de pagamento com vista à recuperação da dívida à data de 31 de dezembro de 2024, a qual irá acrescer juros de mora à taxa legal até ao momento do pagamento.

ii) Imparidade de clientes

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor da imparidade de clientes registou os seguintes movimentos:

	2024	2023
A 1 de janeiro	1 455 384	1 712 050
Aumentos	977 537	282 449
Utilizações	(183 166)	(64 290)
Reduções	(151 967)	(474 825)
Movimento do exercício	642 404	(256 666)
A 31 de dezembro	2 097 788	1 455 384

iii) Reconhecimento dos subsídios ao investimento destinados a financiar os seguintes projetos:

- “Aumento da potência instalada geotérmica para a produção de eletricidade” e “Corvo Renovável - Incremento da potência instalada em renováveis para a produção de eletricidade na ilha do Corvo”, enquadrado na componente C14 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a “Transição Energética nos Açores”;
- “Baterias de armazenamento de energias renováveis – São Miguel e Terceira” enquadrado no âmbito do programa FEDER – PO AÇORES 2020, tendo o montante de 1.707.531 euros em aberto à data de 31 de dezembro de 2024, sido recebido subsequentemente.
- O projeto LIFE IP CLIMAZ aprovado pela União Europeia tem como objetivo apoiar a implementação do Programa Regional dos Açores para as Alterações Climáticas (PRAC), nas 9 ilhas dos Açores.

No exercício de 2024, foi desreconhecida a atribuição do subsídio PRR na sequência da resolução do Contrato de financiamento ao investimento “C14-i03.03 - Instalação de sistemas de armazenamento de energia elétrica nas restantes seis ilhas da RAA”.

Apresenta-se abaixo a execução do investimento previsto em 2024 e 2023, e o valor do respetivo subsídio reconhecido em cada exercício:

	Investimento realizado em 31.12.2024	Investimento total previsto	Subsídio atribuído do Governo	Montante recebido em 31.12.2024	Subsídio reconhecido no Ativo Tangível em 31.12.2024
PO2020 - Baterias São Miguel (EDA)	30 149 984	28 142 716	23 921 309	18 887 484	23 921 309
PRR - Aumento da potência geotérmica (EDAR)	43 806 091	82 500 000	71 000 000	8 374 485	37 699 787
PRR - Corvo renovável (EDAR)	4 566 372	3 810 000	3 500 000	1 172 656	3 500 000
Total	78 522 447	114 452 716	98 421 309	28 434 625	65 121 096

	Investimento realizado em 31.12.2023	Investimento total previsto	Subsídio atribuído do Governo	Montante recebido em 31.12.2023	Subsídio reconhecido no Ativo Tangível em 31.12.2023
PRR - Instalação de Sistemas de Armazenamento (EDA)	1 509 089	48 745 500	22 500 000	731 945	696 567
PO2020 - Baterias São Miguel (EDA)	30 149 984	28 142 716	23 921 309	18 887 484	23 921 309
PRR - Aumento da potência geotérmica (EDAR)	31 345 417	82 500 000	71 000 000	6 556 745	26 976 056
PRR - Corvo renovável (EDAR)	1 658 046	3 810 000	3 500 000	1 172 656	1 523 139
Total	64 662 536	163 198 216	120 921 309	27 348 830	53 117 071

iv) A convergência tarifária refere-se ao registo dos desvios apurados entre os custos reais incorridos nas atividades de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica e os custos estimados incluídos na determinação das tarifas pela ERSE. Os valores apurados no final de cada período correspondem à melhor estimativa do valor a recuperar ou a devolver nos anos seguintes considerando as regras de cálculo dos regulamentos tarifários, contudo poderão existir acertos propostos pela ERSE a estes valores. O mecanismo em vigor para a recuperação destes desvios encontra-se regulamentado pela ERSE e traduz-se na incorporação dos desvios apurados no ano n , nos custos totais que servirão de base à determinação das tarifas do ano $n+1$ (custo do capital) e $n+2$.

v) Outros devedores:

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de Outros devedores inclui Adiantamentos a fornecedores no montante de 32.231 euros (2023: 22.129 euros), 930.988 euros (2023: 1.378.561 euros) referente a Custos diferidos e ainda 145.536 euros de Adiantamentos ao pessoal (2023: 179.983 euros);

vi) Acréscimos de proveitos:

Inclui a energia em contador no montante de 2.873.436 euros (2023: 2.439.359 euros) a faturar aos clientes em 2025 e serviços prestados relacionados com a atividade das subsidiárias e ainda não faturados.

16. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	2024	2023
Mercadorias	145 568	154 020
Materiais diversos	24 381 473	21 288 391
	<u>24 527 040</u>	<u>21 442 411</u>
Materiais em trânsito	877 038	906 068
	<u>25 404 078</u>	<u>22 348 478</u>
Imparidade:		
Materiais diversos	(65 962)	(90 213)
	<u>25 338 116</u>	<u>22 258 266</u>

O saldo de mercadorias em 31 de dezembro de 2024 refere-se essencialmente a equipamento de rádio, telemóveis e acessórios comercializados pela Globaleda, na sua atividade de Telecomunicações.

O saldo de materiais diversos refere-se essencialmente a matérias-primas como o fuelóleo e gasóleo, e peças de manutenção e reparação, para substituição corrente nos ativos tangíveis de produção.

Evolução da imparidade de inventários:

	2024	2023
A 1 de janeiro	90 213	91 500
Aumentos	61 157	69 254
Utilizações	<u>(85 407)</u>	<u>(70 541)</u>
Valor líquido	<u>65 962</u>	<u>90 213</u>

A variação ocorrida na rubrica de imparidade de inventários deveu-se à utilização direta no montante de 85.407 euros (2023: 70.541 euros) e ao reforço da imparidade no montante de 61.157 euros (2023: 69.254 euros).

17. Imposto sobre o rendimento

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos referentes a imposto sobre o rendimento corrente são como segue:

	2024	2023
Pagamentos por conta	(4 757 958)	(1 731 006)
Retenções na fonte	(516 545)	(359 634)
Estimativa de IRC (Nota 34)	6 915 717	5 908 579
Total imposto s/ rendimento	1 641 214	3 817 939
Saldo ativo	(125 633)	-
Saldo passivo	1 766 847	3 817 939
	1 641 214	3 817 939

18. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	2024	2023
Caixa	7 304	7 700
Depósitos bancários		
À ordem	2 002 345	6 988 460
A prazo	1 000 000	-
	3 009 649	6 996 160

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é igual ao apresentado acima, dado não existirem descobertos bancários a estas datas.

19. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social da EDA, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 14.000.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é o seguinte:

	Número de ações	Capital Social
Capital Social	14 000 000	70 000 000
	14 000 000	70 000 000

As ações representativas do capital são detidas integralmente pelas seguintes entidades:

	Nº Ações	% detida
Região Autónoma dos Açores	7 014 000	50,1%
ESA - Energia e Serviços dos Açores, SGPS, SA	5 558 120	39,7%
EDP - Gestão da Produção de Energia, SA	1 400 000	10,0%
Outros	27 880	0,2%
	14 000 000	100%

A EDA não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de dezembro de 2024 e 2023. Nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 243/2004 que aprovou as primeiras fases do processo de reprivatização da EDA, a Região Autónoma dos Açores enquanto detiver pelo menos 5% do capital social da EDA terá: (i) direito de veto em deliberações da Assembleia Geral que tenham por objeto ou como efeito a redução significativa da atividade da empresa na Região Autónoma dos Açores, a fusão, a cisão, a transformação ou a dissolução da sociedade e a alteração dos seus estatutos, incluindo a redução do capital social e a mudança da localização de sede, mas excluindo o aumento do capital social e (ii) e poder de designar um dos membros do Conselho de Administração, que dispõe de direitos de veto nas deliberações do Conselho que tenham objeto idêntico ao referido na alínea anterior.

20. Outras reservas e resultados acumulados

Outras reservas

A rubrica Outras reservas registou os seguintes movimentos durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Reserva legal	Reservas estatutárias	Total
A 1 de janeiro de 2023	14 000 000	346 796	14 346 796
Aplicação Resultado Líquido	-	-	-
A 31 de dezembro de 2023	14 000 000	346 796	14 346 796
Aplicação Resultado Líquido	-	-	-
A 31 de dezembro de 2024	14 000 000	346 796	14 346 796

As Reservas estatutárias referem-se a reservas constituídas em períodos anteriores à data da transformação da EDA em sociedade anónima em 1997. Estas reservas não são distribuíveis podendo apenas ser utilizadas para aumentos de capital.

Resultados acumulados

Por deliberação da Assembleia Geral da EDA (contas individuais), de 29 de abril de 2024, a aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2023, resultou na distribuição a título de dividendos de 7.000.000 euros, correspondendo a 0,50 euros por ação, e Resultados transitados no montante de 10.087.133 euros.

Na rubrica de Resultados transitados encontram-se incluídos 1.008.819 euros (2023: 1.127.451 euros) decorrentes de excedentes de reavaliação efetuados no âmbito do normativo contabilístico anterior e ainda não realizados por depreciação ou anulação, não sendo passíveis de distribuição aos acionistas, podendo apenas ser utilizados em futuros aumentos de capital ou em outras situações específicas previstas na legislação.

Adicionalmente encontram-se registados em resultados os montantes não passíveis de distribuição aos acionistas até à data em que se encontrem realizados, expetavelmente através de distribuição de dividendos, como se indicam:

	2024	2023
Apropriação de Resultados das Subsidiárias		
Ano 2024	11 079 553	-
Ano 2023	6 507 448	13 417 317
Anos anteriores	77 614 912	77 614 912
Perdas Atuariais	(17 388 425)	(18 700 180)
Compensação Tarifária		
Ano 2024	(11 026 192)	
Ano 2023	(2 116 527)	(6 111 944)
Ano 2022	-	29 908 420
	64 670 770	96 128 524

21. Interesses que não controlam

O valor de interesses que não controlam registou a seguinte evolução:

	2024	2023
A 1 de janeiro	809 753	969 188
Dividendos pagos	i) -	-
Lucro/(prejuízo) do período:		
- Globaleda	(244 596)	(159 436)
A 31 de dezembro	565 156	809 753

i) Os dividendos pagos referem-se à subsidiária Globaleda

O saldo de interesses que não controlam refere-se às seguintes participações:

2024		2023	
% capital	Saldo	% capital	Saldo
Globaleda	25,10%	25,10%	809 753
	565 156		809 753

A informação financeira relativa às entidades que têm interesses que não controlam está apresentada na Nota 38.

22. Provisões

O Grupo EDA reconheceu nas suas demonstrações financeiras uma provisão referente a gastos a incorrer com desmantelamentos no final do período de exploração dos aproveitamentos eólicos.

No exercício de 2024 deu-se início ao desmantelamento de equipamentos associados à constituição da provisão, facto que originou a utilização da provisão constituída para o efeito.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os movimentos nesta rubrica foram os seguintes:

	Desmantelamento
A 1 de janeiro 2023	3 279 661
Efeito financeiro do desconto	73 380
Dotação	(117 018)
A 31 de dezembro de 2023	3 236 024
Utilização da provisão	(427 970)
Efeito financeiro do desconto	45 912
A 31 de dezembro de 2024	2 853 966

23. Empréstimos obtidos

A repartição dos empréstimos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do período, é como segue:

	2024			2023		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel comercial	-	95 000 000	95 000 000	-	111 000 000	111 000 000
Empréstimos bancários	16 485 952	42 220 238	58 706 190	25 613 073	53 223 615	78 836 688
Empréstimos obrigacionistas	18 060 000	155 690 000	173 750 000	12 500 000	133 750 000	146 250 000
	34 545 952	292 910 238	327 456 190	38 113 073	297 973 615	336 086 688
Juros a pagar - Empréstimos	1 597 275	-	1 597 275	2 013 638	-	2 013 638
Juros pagos (antecipação)	-	(1 603 307)	(1 603 307)	-	(1 884 346)	(1 884 346)
	36 143 227	291 306 931	327 450 158	40 126 711	296 089 269	336 215 979

O Grupo EDA é subscritor de 9 programas de papel comercial no valor de 255.000.000 euros, dos quais se encontravam utilizados 95.000.000 euros a 31 de dezembro de 2024. Estes programas de papel comercial são evidenciados no passivo não corrente, uma vez que é prática do Grupo proceder à renovação dos contratos durante o seu período de vigência. O prazo dos programas de papel comercial é de um ano, renovável automaticamente por iguais períodos, até ao máximo de 5 anos.

Os empréstimos bancários não têm como garantia real atribuída os ativos da EDA. No entanto, alguns empréstimos contratados junto de instituições de crédito especiais, como seja o BEI, beneficiam de aval da Região Autónoma dos Açores e/ou do Governo da República. Os montantes dos empréstimos avalizados simultaneamente pela Região e pela República em 31 de dezembro de 2024 eram de 20 517 857 euros (2023: 22 982 143 euros).

Apresenta-se de seguida os reembolsos dos empréstimos existentes por maturidade:

	<u>menos de 1 ano</u>	<u>entre 1 ano e 5 anos</u>	<u>mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Papel comercial	-	95 000 000	-	95 000 000
Empréstimos bancários	16 485 952	35 154 762	7 065 476	58 706 190
Obrigações	18 060 000	123 663 636	32 026 364	173 750 000
	34 545 952	253 818 398	39 091 840	327 456 190

O detalhe dos empréstimos bancários e contas correntes caucionadas em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	<u>Montante</u>	<u>Moeda</u>	<u>Data Início</u>	<u>Data Fim</u>	<u>Remuneração</u>	<u>Reembolso</u>
Empréstimo 1	5 480 000	euros	25/07/2014	(a)	EUR_360_1M + spread	-
Empréstimo 2	6 000 000	euros	11/02/2016	11/02/2026	EUR_360_6M + spread	Semestral
Empréstimo 3	4 687 500	euros	23/08/2019	23/08/2029	EUR_360_12M + spread	Semestral
Empréstimo 4	4 687 500	euros	04/11/2019	04/05/2029	EUR_360_12M + spread	Semestral
Empréstimo 5	17 333 333	euros	31/05/2023	31/05/2031	EUR_360_6M + spread	Semestral
Empréstimo 6	17 142 857	euros	29/10/2014	29/10/2032	Taxa Fixa	Semestral
Empréstimo 7	3 375 000	euros	29/04/2017	29/04/2035	Taxa Fixa	Semestral
Total	58 706 190					

(a) Renovação trimestral automática

O detalhe dos empréstimos bancários e contas correntes caucionadas em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	<u>Montante</u>	<u>Moeda</u>	<u>Data Início</u>	<u>Data Fim</u>	<u>Remuneração</u>	<u>Reembolso</u>
Empréstimo 1	7 000 000	euros	25/07/2014	(a)	EUR_360_1M + spread	-
Empréstimo 2	5 150 000	euros	11/02/2016	(b)	EUR_360_1M + spread	-
Empréstimo 3	10 000 000	euros	11/02/2016	11/02/2026	EUR_360_6M + spread	Semestral
Empréstimo 4	5 625 000	euros	23/08/2019	23/08/2029	EUR_360_12M + magem fixa	Semestral
Empréstimo 5	5 625 000	euros	04/11/2019	04/05/2029	EUR_360_12M + magem fixa	Semestral
Empréstimo 6	20 000 000	euros	31/05/2023	31/05/2031	EUR_360_6M + magem fixa	Semestral
Empréstimo 7	1 363 636	euros	30/09/2010	15/09/2024	Taxa Fixa	Anual
Empréstimo 8	545 455	euros	26/11/2012	15/09/2024	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
Empréstimo 9	19 285 714	euros	29/10/2014	29/10/2032	Taxa Fixa	Semestral
Empréstimo 10	3 696 429	euros	29/04/2017	29/04/2035	Taxa Fixa	Semestral
Empréstimo 11	545 455	euros	26/11/2012	15/09/2024	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
Total	78 836 688					

(a) Renovação trimestral automática

(b) Renovação semestral automática

No final do período de 2024 e 2023, o Grupo EDA possuía ainda as seguintes linhas de crédito contratadas e não utilizadas:

	2024	2023
Linhas disponíveis		
correntes	180 020 000	161 350 000
não correntes	35 000 000	5 000 000
	215 020 000	166 350 000

Nota: Correntes inclui contas correntes caucionadas e PPC CP. Não correntes inclui PPC MLP

As linhas de crédito com vencimento até 1 ano são renováveis, de forma automática, anual ou trimestralmente.

A exposição dos empréstimos do Grupo EDA às alterações das taxas de juro nos períodos contratuais de fixação das taxas é como se segue:

	2024	2023
Até 6 meses	206 860 411	215 490 909
Entre 6 e 12 meses	-	-
Entre 1 e 5 anos	120 595 779	120 595 779
Superior a 5 anos	-	-
	327 456 190	336 086 688

O justo valor dos empréstimos são como se segue:

	Justo valor	
	2024	2023
Papel Comercial	95 000 000	111 000 000
Empréstimos Bancários	49 526 374	64 209 537
Obrigações	160 665 340	143 058 841

O justo valor é calculado pelo método dos cash flows descontados, utilizando a taxa de desconto, da data do relato financeiro, de acordo com as características de cada empréstimo. O justo valor dos empréstimos negociados a taxas de juro variáveis aproxima-se ao valor contabilístico dos mesmos. No caso dos empréstimos com taxas de juro fixas (ex: BEI) é calculado o respetivo justo valor, para efeitos de divulgação.

Com a finalidade de proteger o interesse do financiador são estabelecidos nos diversos contratos de financiamento compromissos por meio dos quais fica estabelecido que determinados atos devem ser cumpridos, ao passo que outros não devem ser executados, os chamados Covenants.

Os Covenants associados aos contratos de financiamento do Grupo EDA são:

	Empréstimos Mercado Interno	Empréstimos Mercado Externo	Papel Comercial	Obrigacionistas	Conta Corrente
Empréstimo A	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Garantia Região Autónoma Açores Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Asset Disposal	Ownership Clause
Empréstimo B	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	-	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Rácio Capital Próprio/Ativo Rácio Net Debt/EBITDA	Cross Default
Empréstimo C	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Rácio Capital Próprio/Ativo Rácio Net Debt/EBITDA	-	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Negative Pledge Rácio Capital Próprio/Ativo Rácio Net Debt/EBITDA	Ownership Clause Pari Passu Cross Default
Empréstimo D	-	-	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Pari Passu Cross Default	-
Empréstimo E	-	-	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Rácio Capital Próprio/Ativo Rácio Net Debt/EBITDA	-
Empréstimo F	-	-	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Rácio Net Debt/EBITDA Cisão ou fusão do Mutuário	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge	-
Empréstimo G	-	-	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge	Pari Passu	-
Empréstimo H	-	-	Ownership Clause Pari Passu Rácio Capital Próprio/Ativo Rácio Net Debt/EBITDA Cisão ou fusão do Mutuário	-	-
Empréstimo I	-	-	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Rácio Net Debt/EBITDA Cross Default	-	-

O Grupo está em cumprimento com os Covenants acima apresentados com referência a 31 de dezembro de 2024.

24. Obrigações de benefícios de reforma e outros

A EDA tem as seguintes obrigações de pagamento de benefícios aos empregados pós-emprego:

- i) benefícios definidos referentes a complementos de pensões de reforma para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 e o pagamento de pensões de reforma a empregados da Administração Pública reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-parte dos anos ao seu serviço; e ii) contribuições definidas para pensões de reforma (empregados admitidos após 1 de janeiro de 2003).

i) Plano de benefícios definidos (EDA)

Com base no regulamento de ação social em vigor até 31 de dezembro de 2002, a EDA tem a responsabilidade de complementar até ao máximo de 80% as pensões de reforma atribuídas pelas instituições de segurança social aos seus empregados, admitidos até 31 de dezembro de 2002, reformados com pelo menos 30 anos de serviço (sendo de 20 anos para os trabalhadores em regime de turnos), sofrendo esse limite uma redução em função do tempo de serviço prestado, se inferior. Para além desta responsabilidade com complementos de pensões de reforma, a EDA tem ainda a responsabilidade de assegurar o pagamento das pensões aos empregados oriundos do setor público e das autarquias locais abrangidos pelo regime da Caixa Geral de Aposentações e reformados até 30 de novembro de 1999, na parte correspondente ao período em que estiveram ao serviço da EDA.

ii) Plano de contribuição definida

As empresas do Grupo EDA, EDA Renováveis e Segma constituíram um plano de contribuições definidas, o Plano de pensões Futuro+ para os seus empregados não abrangidos por outros planos de benefícios. Este plano é gerido pela BPI Pensões.

Em termos globais, o impacto destes planos nas demonstrações financeiras consolidadas é como segue:

	2024	2023
Obrigações na Demonstração da posição financeira		
Plano de pensões	5 450 984	8 208 017
	5 450 984	8 208 017
 Gastos na demonstração dos resultados		
Plano de pensões	628 896	763 135
Planos contribuições definidas	570 890	611 248
	1 199 786	1 374 383

Os principais pressupostos utilizados no cálculo atuarial, são os abaixo indicados:

	2024	2023
Tábua de mortalidade	TV 88/90 (-1)	TV 88/90 (-1)
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80
Taxa técnica de rendimento	3,50%	3,50%
Taxa técnica de actualização	3,50%	3,50%
Taxa de crescimento salarial	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Taxa de crescimento salarial (S. Social)	2,00%	2,00%
Taxa de revalorização salarial	0,75%	0,75%

Em 2024, a taxa técnica de actualização usada foi de 3,50% refletindo a previsão das taxas de juro do mercado no longo prazo. Se a taxa de desconto utilizada para calcular as obrigações da EDA à data do relato financeiro, fosse de 4,00% as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 1.953.918 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais em 2024, seria superior em 1.930.639 euros. Se a taxa de desconto utilizada fosse de 3,00%, as responsabilidades com o plano de pensões seriam superiores em 2.127.041 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais seria reduzido em 2.101.321 euros.

Caso ocorresse um aumento de 0,5% na taxa de crescimento de salários as responsabilidades com o plano de pensões seriam incrementadas em 1.912.072 euros. Se ocorresse uma diminuição de 0,5% na taxa salarial as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 1.874.717 euros.

Adicionalmente, caso ocorresse um aumento de 0,5% na taxa de crescimento de pensões as responsabilidades com o plano de pensões seriam incrementadas em 1.859.740 euros. Se ocorresse uma diminuição de 0,5% na taxa pensionista as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 1.737.035 euros.

Em 31 de dezembro de 2024 não existiam responsabilidades por financiar, sendo a contribuição estimada para o Fundo de pensões, a pagar em 2025, acrescida de juros ascende a 341.749 euros e será liquidada em dez prestações mensais 34.175 euros, com início no mês de março e termo em dezembro de 2025.

a) Plano de pensões

O montante da obrigação reconhecida na Demonstração da posição financeira consolidada é determinado como segue:

	2024	2023
Valor presente da obrigação	45 251 279	46 974 708
Justo valor dos ativos do plano	(39 800 295)	(38 766 691)
	5 450 984	8 208 017

Existem 6.693.114 euros (2023: 7.367.052 euros) de responsabilidades que não se encontram abrangidas pelo fundo constituído.

O movimento ocorrido no valor atual da obrigação subjacente ao plano de pensões foi o seguinte:

	Responsabilidades do plano	Ativos do plano	Total
A 1 de janeiro de 2023	42 686 177	(32 434 862)	10 251 315
Custo serviço corrente	384 491	-	384 491
Juro líquido	1 707 447	(1 328 803)	378 644
Sub-total	44 778 115	(33 763 665)	11 014 450
Remensurações:			
Retorno ativos do plano (exclui quota-parte juro líquido)	-	(3 810 306)	(3 810 306)
(Ganhos)/perdas ajuste de experiência	5 092 420	-	5 092 420
Contribuições	-	(3 296 993)	(3 296 993)
Benefícios pagos	(2 895 827)	2 104 273	(791 554)
A 31 de dezembro 2023	46 974 708	(38 766 691)	8 208 017
Custo serviço corrente	330 193	-	330 193
Juro líquido	1 644 115	(1 345 411)	298 703
Sub-total	48 949 015	(40 112 102)	8 836 913
Remensurações:			
Retorno ativos do plano (exclui quota-parte juro líquido)	-	(461 351)	(461 351)
(Ganhos)/perdas ajuste de experiência	(850 404)	-	(850 404)
Contribuições	-	(1 268 346)	(1 268 346)
Benefícios pagos	(2 847 332)	2 041 504	(805 828)
A 31 de dezembro 2024	45 251 279	(39 800 295)	5 450 984

As remensurações registadas resultam da diferença entre a taxa média de rentabilidade real dos ativos do fundo e a taxa técnica de atualização aplicada e dos ganhos de experiência resultantes da rotação de trabalhadores.

Os impactos do plano na demonstração do rendimento integral consolidado são como segue:

	2024	2023
Custos serviços correntes	330 193	384 491
Juro líquido	298 703	378 644
	628 896	763 135

Os impactos do plano registados em capital próprio são como segue:

	2024	2023
Ganhos/ (perdas) atuariais iniciais	(18 700 180)	(17 418 066)
Ganhos/ (perdas) atuariais do período	1 311 756	(1 282 114)
Ganhos/ (perdas) atuariais acumuladas	(17 388 425)	(18 700 180)

O detalhe da maturidade das responsabilidades do plano é a seguinte:

	2024	2023
Duração das responsabilidades do Plano de Pensões	10,75	11,20
Pagamento Esperado de Benefícios (grelha de distribuição)		
Pagamento Esperado de Benefícios dentro de 12 meses	2 067 090	2 015 596
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 1 ; 3] anos	4 360 938	4 231 838
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 3 ; 6] anos	7 137 840	7 047 524
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 6 ; 11] anos	12 835 454	12 997 219
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 11 ; 14] anos	7 370 140	7 658 426
Pagamento Esperado de Benefícios após 14 anos	26 771 701	29 739 548

Detalhe da natureza dos ativos que constituem o fundo do plano de pensões:

	2024	2023
Depósitos	868 361	1 657 783
Fundos de investimento e outros	1 987 224	2 148 511
Ações	11 096 079	12 872 600
Obrigações	22 491 728	18 833 480
Imóveis	3 356 903	3 254 315
	39 800 295	38 766 691

Composição da carteira de ativos e valor do fundo:

	2024				2023			
	Ativos cotados	Não cotados	Total	%	Ativos cotados	Não cotados	Total	%
Liquidez	868 361	-	868 361	2,2%	1 657 783	-	1 657 783	4,3%
Imobiliário Directo								
Doméstico	-	1 040 308	1 040 308	2,6%	-	1 040 425	1 040 425	2,7%
Ações								
Domésticas	1 579 736	-	1 579 736	4,0%	158 000	-	158 000	0,4%
Estrangeiras	8 871 709	-	8 871 709	22,3%	9 576 264	-	9 576 264	24,7%
Obrigações								
Domésticos, AAA a BBB -	-	-	-		645 377	-	645 377	1,7%
Domésticos, inferior a BBB -	-	-	-		3 168 619	-	3 168 619	8,2%
Estrangeiros, AAA a BBB -	19 903 937	-	19 903 937	50,0%	6 067 438	-	6 067 438	15,7%
Estrangeiros, inferior a BBB -	1 929 327	-	1 929 327	4,8%	4 027 661	-	4 027 661	10,4%
Fundos de Investimento								
Ações								
Estrangeiras	644 634	-	644 634	1,6%	3 138 337	-	3 138 337	8,1%
Obrigações								
Domésticos, inferior a BBB -	-	-	-		4 523 496	-	4 523 496	11,7%
Estrangeiros, inferior a BBB -	658 464	-	658 464	1,7%	400 889	-	400 889	1,0%
Imobiliário								
Estrangeiros	2 316 595	-	2 316 595	5,8%	2 213 891	-	2 213 891	5,7%
Outros investimentos	1 987 224	-	1 987 224	5,0%	2 148 511	-	2 148 511	5,5%
	38 759 987	1 040 308	39 800 295	100,0%	37 726 266	1 040 425	38 766 691	100,0%

Os ativos do plano de pensões não incluem ações próprias ou ativos não correntes da Empresa. A taxa de retorno esperada dos ativos do plano para 2024 foi determinada, baseada numa estimativa do retorno esperado dos ativos do plano a longo prazo, e a estratégia de investimentos a realizar.

b) Contribuição definida

Em 2024, o valor das contribuições definidas efetuadas pelo Grupo para o Plano Pensões Futuro+ ascendeu a 570.890 euros (2023: 611.248 euros).

25. Fornecedores e outras dívidas a pagar

A decomposição da rubrica Fornecedores e outras dívidas a pagar, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

		2024			2023		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores							
Fornecedores	i)	23 574 118	-	23 574 118	23 653 799	-	23 653 799
Outros credores							
Credores diversos	ii)	1 427 052	1 215 055	2 642 108	978 050	360 450	1 338 500
Fornecedores de investimentos	iii)	8 955 155	-	8 955 155	18 994 283	-	18 994 283
Estado e outros entes públicos							
Outros proveitos diferidos		1 064 183	-	1 064 183	994 861	-	994 861
Acréscimos de custos							
Convergência tarifária:	iv)						
Ano de 2024		42 308	10 983 884	11 026 192	-	-	-
Ano de 2023		5 708 684	-	5 708 684	111 141	6 000 803	6 111 944
Ano de 2022		-	-	-	387 497	-	387 497
Férias e subsídio férias		5 950 884	-	5 950 884	5 685 473	-	5 685 473
Taxas de concessão	v)	2 494 683	-	2 494 683	2 462 579	-	2 462 579
Outros		1 181 072	-	1 181 072	2 040 002	-	2 040 002
Fornecedores e outras contas a pagar		55 347 202	12 198 939	67 546 140	58 628 875	6 361 253	64 990 128

- i) Fornecedores: esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos a pagar pela aquisição de fuel para a produção de energia nas centrais termoelétricas, bem como de materiais de redes e produção e ainda da prestação dos serviços informáticos;
- ii) Esta rubrica inclui essencialmente 138.520 euros (2023: 144.708 euros) de cauções de clientes de energia, 296.631 euros (2023: 287.812 euros) de taxas da contribuição audiovisual faturadas a clientes e 151.449 euros (2023: 379.950 euros) referentes a cauções prestadas no âmbito da construção da central geotérmica do Pico Alto;
- iii) Fornecedores de investimentos: saldos relativos às faturas de prestação de serviços e fornecimentos de materiais incorporados nos ativos em construção, classificados como ativos tangíveis em curso e ativos da concessão;
- iv) A rubrica de convergência tarifária refere-se ao registo dos desvios apurados entre os custos reais incorridos nas atividades de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica e os custos estimados incluídos na determinação das tarifas pela ERSE. Os valores apurados no final de cada período correspondem à melhor estimativa do valor a recuperar ou a devolver nos anos seguintes considerando as regras de cálculo dos regulamentos tarifários, contudo poderão existir acertos propostos pela ERSE a estes valores.

O mecanismo em vigor para a regularização destes desvios encontra-se regulamentado pela ERSE e traduz-se na incorporação dos desvios apurados no ano n, nos custos totais que servirão de base à determinação das tarifas do ano n+2.

Desta forma o ajustamento estimado para 2024 é de 10.983.884 euros.

- v) Compensação financeira que a EDAR terá de pagar à Região Autónoma dos Açores como contrapartida da exploração dos recursos geotérmicos relativa ao período de 2024 no montante de 2.494.683 euros (2023: 2.462.579 euros).

26. Passivo de locação

A rubrica Passivos de Locação (Rendas vincendas de contratos de arrendamento) - Não Corrente e Corrente, inclui o montante de 102.233 euros e 51.084 euros, respetivamente.

	2024			2023		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Passivos de locações	51 084	102 233	153 317	50 508	107 044	157 552

A variação do período inclui: (i) 58.987 euros correspondentes a pagamentos de rendas efetuados; e (ii) 5.465 euros correspondentes à atualização financeira do passivo (ver Nota 33). À data de 31 de dezembro de 2024, o valor nominal dos passivos de locação (rendas vincendas dos contratos de arrendamento) é apresentado por maturidade como segue:

	2024	2023
Até 5 anos	101 498	102 197
Entre 5 e 10 anos	19 754	19 046
Entre 10 e 15 anos	20 656	22 857
Superior a 15 anos	11 409	13 452
	153 317	157 552

27. Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração do rendimento integral consolidado é detalhado como segue:

		2024	2023
Vendas de eletricidade			
Em média tensão		38 241 155	52 988 377
Em baixa tensão		93 867 924	91 805 354
Energia em contadores		2 873 436	2 439 359
Ajustamentos de tarifário	i)	111 169 648	100 476 338
Vendas de serviços telecomunicações		1 219 639	2 193 359
Serviços prestados			
De eletricidade		1 381 741	1 270 156
De outros		9 876 413	7 309 715
Serviços de construção IFRIC 12	ii)	16 023 061	21 565 872
		274 653 016	280 048 530

- i) Ajustamento tarifário: montante estimado dos custos anuais com a convergência tarifária de 2024 e as correções efetuadas pela ERSE ao desvio de 2023 como se indica:

Descrição	2024	2023
Convergência de tarifário do período *	118 391 055	96 929 784
Tarifa social do período	3 241 488	3 314 878
Desvio tarifário de 2024 (Nota 25)	(10 983 884)	-
Desvio tarifário de 2023	-	(6 000 803)
Desvio da tarifa social de 2024	(42 308)	-
Desvio da tarifa social de 2023	-	(111 141)
Correção Desvio Tarifário 2023 (ERSE)	552 090	-
Correção Desvio Tarifário 2022 (ERSE)	-	6 334 728
Devolução créditos - Instrução N.º 4 / 2018	11 207	8 892
	111 169 648	100 476 338

* Inclui acerto custo capital do ano n-1 registado em n

- ii) Serviços de construção IFRIC 12 - montante associado à aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão, o qual pode ser decomposto como segue:

	2024	2023
Fornecimentos e serviços externos (Nota 29)	8 008 198	14 549 956
Materiais	4 076 056	3 663 481
Pessoal	1 856 077	1 829 942
Fornecimentos e serviços externos - outros	1 997 669	1 454 947
Outros custos operacionais	85 061	67 545
	16 023 061	21 565 872

28. Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas dos períodos de 2024 e 2023 demonstra-se como segue:

	2024	2023
Inventários iniciais (Nota 16)	22 348 478	19 353 903
Compras	111 988 356	106 108 116
Regularização de inventários	(1 299)	(1 678)
Inventários finais (Nota 16)	(25 404 078)	(22 348 478)
	108 931 457	103 111 863

O montante do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas detalha-se como segue:

	2024	2023
Combustíveis	84 880 272	79 127 150
Peças de reserva e materias de redes	14 971 514	14 821 321
Energia adquirida	6 145 438	6 790 185
Equipamento de comunicações	741 600	1 325 719
Material diverso	2 192 633	1 047 488
	108 931 457	103 111 863

29. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos dos períodos de 2024 e 2023 é como segue:

		2024	2023
Serviços Construção IFRIC 12 (Nota 27)	i)	8 008 198	14 549 956
Conservação e reparação	ii)	6 327 476	5 111 989
Subcontratos	iii)	4 983 652	4 790 635
Trabalhos especializados	iv)	4 364 182	4 966 302
Seguros		1 580 930	1 338 159
Comunicações		874 003	936 614
Vigilância e segurança		770 435	704 679
Deslocações e estadas		636 046	637 572
Honorários		828 090	619 430
Limpeza, higiene e conforto		675 542	601 790
Rendas e alugueres		782 012	598 018
Combustíveis		338 851	394 289
Outros (inferiores a 300.000 euros)		2 143 602	1 799 336
		32 313 020	37 048 767

- i) Os gastos com serviços de construção prestados no âmbito do contrato de concessão referem-se à subcontratação de entidades terceiras na construção de novas infraestruturas para a concessão;
- ii) A rubrica de Conservação e reparação refere-se essencialmente a gastos com a manutenção e reparação dos equipamentos das centrais térmicas, dos ativos de produção instalados nos parques eólicos, obras de beneficiação dos poços geotérmicos e dos edifícios administrativos.
- iii) A rubrica de Subcontratos refere-se maioritariamente à contratação de serviços especializados e materiais incorporados na execução dos projetos em curso;
- iv) Os gastos com Trabalhos especializados incluem maioritariamente gastos com serviços informáticos, estudos de monitorização ambiental, recolha de resíduos da produção e consultorias diversas.

30. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o período de 2024 e 2023, foram como segue:

	2024	2023
Remunerações		
Orgãos sociais	871 055	902 726
Pessoal	31 457 235	29 704 564
	32 328 290	30 607 291
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	7 467 768	7 117 268
Benefícios pós-emprego	1 209 874	1 382 544
Custos de ação social	1 327 717	1 241 751
Outros	625 870	492 943
	10 631 229	10 234 505
	42 959 519	40 841 796

O número médio de empregados do Grupo EDA em 2024 foi de 980 (2023: 989).

Os gastos com benefícios pós-emprego referem-se aos encargos do período com os planos de benefícios de reforma atribuídos aos empregados no montante de 628.896 euros (2023: 763.135 euros) para o plano de benefícios definidos e de 570.890 euros (2023: 611.248 euros) para o plano de contribuição definida e 10.088 euros (em 2023: 8.160 euros) com pensões de sobrevivência não fundeadas.

31. Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada da seguinte forma:

		2024	2023
Juros "Convergência tarifária"	i)	1 439 003	796 758
Sinistros	ii)	553 870	2 644 275
Cedência de utilizações linhas	iii)	902 152	1 012 420
Outros juros de mora - clientes e devedores		834 324	602 853
Deslastragens		216 464	247 367
Acionamento garantias bancárias		84 933	208 865
Ganhos na alienação de ativos tangíveis		162 902	169 666
Venda de sucata		186 105	160 383
Comparticipações Vodafone		150 269	149 087
Subsídio à exploração		95 109	142 679
Outros (< 30.000 euros)		754 703	465 391
		5 379 835	6 599 744

i) Juros especializados sobre os montantes de compensação tarifária;

- ii) Inclui maioritariamente o reconhecimento do valor a receber no montante de 504.246 euros referente ao sinistro ocorrido na Central Termoelétrica do Caldeirão Grupo 8;
- iii) Rendimento obtido com a cedência de utilização das linhas e redes da EDA.

32. Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

		2024	2023
Desp. Propriedade Industrial	i)	22 599 122	27 699 476
Direitos passagem Municípios	ii)	5 637 088	5 387 477
Taxas de licenciamento	iii)	3 081 837	2 987 385
Contr.Extraord.Setor Energético	iv)	1 919 348	1 844 635
Outros gastos operacionais		546 626	385 839
Deslastragens		166 507	266 657
Donativos		134 169	149 560
Dívidas Incobráveis		43 342	650
Outras perdas		266 918	228 565
Outros		12 718	9 434
Correções relativas a períodos anteriores	v)	-	984 365
		34 407 677	39 944 042

Os outros gastos e perdas operacionais referem-se:

- i) Em Despesas de Propriedade Industrial encontram-se registados os gastos com as licenças de CO2 referentes à estimativa das emissões de gases de carbono ocorridas durante o ano;
- ii) Em conformidade com a Lei 7-A/2016 de 30 de março, e com efeitos a partir de 2016, a EDA enquanto entidade que explora a atividade de distribuição de eletricidade em baixa tensão ficou obrigada ao pagamento de uma contrapartida ou de uma remuneração anual aos municípios da Região Autónoma dos Açores;
- iii) Às taxas pagas no âmbito dos licenciamentos atribuídos para o período da atividade de exploração de recursos geotérmicos no valor de 2.494.683 euros (em 2023: 2.462.579 euros) e de instalações elétricas de serviço público no valor de 399.956 euros (em 2023: 382.374 euros) e outros impostos e taxas diversas;
- iv) Contribuição extraordinária sobre o setor energético regulamentada no Orçamento do Estado para 2014 - Lei n.º. 83-C /2013 de 31 de dezembro. A Lei n.º 82/2023, de 29 de

dezembro, através do Artigo 275º, estabelece que, em 2024, mantém-se em vigor a contribuição extraordinária sobre o setor energético;

- v) Regularização de juros referente ao acordo de pagamentos da Iluminação Pública – Governo Regional dos Açores – ocorrida em 2023.

33. Custos e proveitos financeiros

O detalhe dos gastos financeiros incorridos e rendimentos financeiros obtidos é como segue:

		2024	2023
Custos financeiros			
Juros empréstimos	i)	(8 968 941)	(7 448 458)
Comissões, taxas aval e outros		(1 708 501)	(1 976 489)
"Unwinding" de passivos de locação	ii)	(5 465)	(6 958)
Provisão desmantelamento - efeito financeiro		(45 912)	(73 380)
		(10 728 819)	(9 505 286)
Proveitos financeiros			
Provisão desmantelamento - efeito financeiro		12 709	-
		12 709	-

- i) Juros referentes aos empréstimos contraídos pelo Grupo EDA para o financiamento das suas atividades;
- ii) A rubrica "Unwinding" de passivos de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento) inclui a atualização financeira inerente aos passivos de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento) registadas a valor presente (ver Notas 4 e 26).

34. Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas é conforme segue:

	2024	2023
Imposto s/ rendimento corrente (Nota 17)	6 915 717	5 908 579
Diferenças de estimativa de imposto exercícios anteriores	(160 143)	31 051
Imposto s/ rendimento diferido (Nota 12)	(3 205 765)	(1 564 272)
	3 549 809	4 375 358

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	2024	2023
Resultado consolidado antes de Imposto	14 021 414	21 246 702
Diferenças temporárias		
Convergência tarifária	36 895 533	25 074 141
Plano de pensões	(1 445 277)	(3 325 411)
Perdas por imparidade em contas a receber	432 519	39 993
Perdas por imparidade em ativos	1 559 669	996 076
Prejuízo Fiscal	924 489	738 717
Outros	47 762	139 648
Diferenças permanentes		
Outros	1 861 854	1 956 960
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	54 297 963	46 866 826
Prejuízos fiscais dedutíveis	(22 858 967)	(18 560 870)
Taxa nominal de imposto	14,7%	14,7%
	4 621 532	4 160 976
Derrama	2 268 387	1 718 066
Tributação autónoma	25 797	29 537
Diferenças de estimativa de imposto exercícios anteriores	(160 143)	31 051
Imposto diferido	(3 205 765)	(1 564 272)
	3 549 809	4 375 358
Taxa efetiva de imposto	25,3%	20,6%

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras consolidadas é conforme segue:

	2024	2023
Taxa de imposto	14,70%	14,70%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual		
> 1.500.0000 e < 7.500.000	2,40%	2,40%
> 7.500.0000 e < 35.000.000	4,00%	4,00%
> 35.000.0000	7,20%	7,20%

35. Dividendos por ação

Os dividendos pagos pela EDA durante o período de 2024 foram de 7.000.000 euros, o que corresponde a 0,50 euros por ação (2023: 6.104.000 euros, correspondendo a 0,436 euros por ação).

O resultado líquido básico e diluído por ação em 2024 e 2023 foram os seguintes. Não existem diferenças entre o resultado líquido básico por ação e o resultado líquido diluído por ação:

	2024	2023
Rendimento líquido	10 395 915	17 030 780
Nº de ações	14 000 000	14 000 000
Rendimento líquido por ação	0,74	1,22

O resultado integral básico e diluído por ação em 2024 e 2023 foram os seguintes. Não existem diferenças entre o resultado integral básico por ação e o resultado integral diluído por ação:

	2024	2023
Rendimento integral	10 975 954	15 984 575
Nº de ações	14 000 000	14 000 000
Rendimento integral por ação	0,78	1,14

36. Compromissos

Os compromissos assumidos pelo Grupo EDA, à data do relato financeiro do período findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 são como segue:

	2024	2023
Mercadorias encomendadas a fornecedores	2 352 041	5 004 353
Encomendas de equipamentos e empreitadas adjudicadas	57 215 535	37 074 210
	59 567 576	42 078 562

37. Passivos e Ativos Contingentes

O Grupo EDA tem as seguintes garantias bancárias prestadas:

Beneficiário	Objeto	Início	2024	2023
Alfândega de Ponta Delgada	Isenção de Imposto sobre produtos petrolíferos na aquisição de matérias-primas	2001	-	2 494
MOTOROLA Espanha	Caução para prestação de serviços	2003	5 000	5 000
Câmara Municipal de Lagoa	Operação, manutenção e acompanhamento técnico das 5 estações elevatórias e do emissário submarino na rede de esgotos domésticos	2008	1 590	1 590
NAV, E.P.E.	Substituição AVAC SMA-CRX	2008	1 472	1 472
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2010	-	1 363 636
Tribunal Trabalho de P.Delgada	Assegurar o bom e integral cumprimento das obrigações assumidas por sentença judicial relativamente aos herdeiros dependentes do funcionário sinistrado João Manuel Raposo Correia	2011	220 468	220 468
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2012	-	545 455
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2012	2 494	545 455
ANA, S.A.	AHR - Aerogar - Substituição de chiller bomba de calor	2013	-	3 674
ANA, S.A.	Empreitada de AJP - Prestação de Serviços de Manutenção AVAC	2013	2 840	2 840
Direção Regional do Ambiente	Execução Rede Monitorização do ciclo hidrológico nas ilhas do Grupo Central e Ocidental	2014	-	-
NAV, E.P.E.	Construção Posto Transformação e equipamentos técnicos da Horta	2014	-	14 736
Vice Presidência Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos no Pico Alto, Ilha Terceira	2015	1 000	1 000
NAV, E.P.E.	Fornecimento e montagem de baterias das unidades UPS e vedação periférica no edifício TWR e serviços técnicos de Ponta Delgada	2015	-	799
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos	2016	249 399	249 399
Somague Ediçor	Instalação sistema AVAC na empreitada de construção e remodelação do Hotel Principe de Mónaco	2016	30 880	30 880
NAV, E.P.E.	Contrato de Empreitada de Reabilitação das instalações do NDB Locator de Ponta Delgada	2016	7 609	7 609
Somague Ediçor	Construção Civil da Central Geotérmica do Pico Alto na Terceira	2016	3 792	3 792
ANA, S.A.	AJP II Substituição de Papis	2016	-	3 499
ANA, S.A.	AJP II Fornecimento e Montagem Cabo de Pista	2016	-	2 487
Somague Ediçor	Execução da Rede AVAC da Central Geotérmica do Pico Alto na Terceira	2016	2 068	2 068
ANA, S.A.	AFL Novos circuitos para alimentação de Papis	2016	-	1 799
ANA, S.A.	Consulta 002/DAA 2016 ASM Fornecimento e Montagem Quadro Elétrico	2016	-	870
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos do Pico Alto	2017	250 000	250 000
Construção Ideal	Parque Ciência e Tecnologia da Terceira - Equipamentos	2017	-	-
NAV, E.P.E.	Remodelação dos Ramais de Média Tensão e PT's do CO e VOR/DME de Santa Maria	2017	-	7 894
Construção Ideal	Parque Ciência e Tecnologia da Terceira - Elementos Construtivos	2017	-	-
a transportar			778 612	3 268 915

Beneficiário	Objeto	Início	2024	2023
	transporte		778 612	3 268 915
EUROSCUT Açores	Instalação Luminárias LED - Nó da Levada e Nó S. Gonçalo	2017	6 370	6 370
NAV, E.P.E.	Alimentação de energia elétrica através do sistema se produção de energias renováveis para a Glide Santa Maria	2017	-	5 520
ANA, SA	Empreitada de AJPII - Fornecimento e Montagem de cabo de Pista	2017	-	3 338
EUROSCUT Açores	Instalação Luminárias LED - Nó de Belém	2017	3 229	3 229
ANA, SA	AJP II Substituição Proteções MT	2017	-	2 494
Direção Regional Energia	Atribuição de concessão para utilização privativa da Ribeira Quente (S. Miguel) para a produção de energia hidroelétrica	2018	22 001	22 001
Direção Regional Energia	Atribuição de concessão para utilização privativa da Ribeira Grande (Flores) para a produção de energia hidroelétrica	2018	83 391	83 391
EUROSCUT Açores	Instalação de Lumunárias Led's Nó do hospital	2018	7 102	7 102
NAV, E.P.E.	Contrato Fornecimento e Instalação QGBT para o Centro Emissor e Recetor em Santa Maria	2018	4 999	4 999
ANA, SA	Prestação de Serviços para manutenção preventiva e corretiva das Instalações Técnicas do Aeroporto de Santa Maria	2018	4 740	4 740
NAV, E.P.E.	Instalação Grupo Emergência e Instalações Elétricas na Estação Localizer do Aeroporto João Paulo II	2018	3 800	3 800
NAV, E.P.E.	Reabilitação das Estações NDB-FIL e NDB-H5	2019	24 482	24 482
ANA, SA	ASM - Iluminação da Plataforma	2019	-	8 496
ANA, SA	AFL - Iluminação da Plataforma	2019	1 662	1 662
INATEL	Fornecimento e montagem de unidades exteriores de ar condicionado para unidades hoteleiras da Fundação Inatel	2019	-	-
Região Autonomia Açores	Concessão de exploração de recursos geotérmicos no campo geotérmico da Ribeira Grande	2020	500 601	500 601
ANA, SA	AJPPII-Aerogare substituição da iluminação das áreas publicas	2020	7 776	7 776
NAV, E.P.E.	Empreitada de adaptação das Infraestruturas EGNOS V3 – Monte da Guia-Horta-Consulta Prévia- PI1.02.06.021I-3.0I/DEP/2020	2020	19 093	19 093
Sata	Trabalhos de construção civil para fornecimento e instalação de equipamentos de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC)	2020	6 870	6 870
ANA, SA	ASM-Substituição de Quadros Elétricos	2020	-	2 812
Euroscut	Instalação de luminárias LED	2021	27 804	27 804
Parque Atlântico	Fornecimento e instalação de material elétrico relativo à execução do projeto do sistema de cortes gerais do Parque Atlântico	2021	12 353	12 353
Caixa Geral de Depósitos	Trabalhos de remodelação do sistema AVAC no edifício sito na Praça da República, em Ponta Delgada	2021	9 341	9 341
Sata	Reforço da caução 2% do contrato "Trabalhos de construção civil para o fornecimento e instalação de equipamentos de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC) na Aerogare do Aeródromo da ilha de são jorge	2021	6 870	6 870
Banco Santander Totta	Remodelação de AVAC- Balcão 870I- Vila do Porto	2021	3 005	3 005
Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos	Manutenção da Rede de Monitorização do Ciclo Hidrológico da R.A.A.	2022	5 678	5 678
NAV	Fornecimento e instalação de unidades UPS para o Cantro de Controlo Oceânico de Santa Maria	2022	36 398	36 398
	a transportar		1 576 177	4 089 139

Beneficiário	Objeto	Início	2024	2023
	transporte		1 576 177	4 089 139
Euroscut	Instalação de luminárias LED	2022	16 226	16 226
Crismetel	10% do contrato de empreitada designada por "Nova armazenagem/estação de bombagem de água de incêndios- central termoeleétrica do Belo Jardim- subempreitada de eletricidade e instrumentação"	2022	925	925
Crismetel	Contrato de empreitada de fornecimento e montagem de dois tanques de decantação na remodelação do parque de combustíveis da Central Termoeleétrica de Santa Bárbara- ilha do Faial- Subempreitada de eletricidade, automação e instrumentação	2022	-	2 394
ANA	Aeroporto João Paulo II- Novo Posto de Seccionamento do Aeroporto	2022	-	7 764
Euroscut	Instalação de luminárias LED	2022	28 246	28 246
Tribunal Trabalho de P.Delgada	Garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela EDA, decorrentes da prestação de caução no âmbito do processo com o n.º 615/23,9T8PDL	2023	-	6 000
NAV	Procedimento NAV n.º157- A/DEP/2024- Empreitada de Reabilitação do Interior da Torre de Controlo do Aeroporto de Santa Maria- Açores	2024	23 795	-
SRTMI	Empreitada de Fornecimento e Montagem de Infraestruturas Elétricas no Hospital Medular- HDES	2024	5 073	-
ANA	AHR- Substituição de luminárias nos edifícios do aeroporto para tecnologia LED	2024	2 791	-
ANA	Aeroporto João Paulo II- Upgrade do sistema de referência visual de aproximação à pista 12	2024	4 547	-
ANA	Aeroporto João Paulo II- Parques de Estacionamento- substituição das colunas de iluminação	2024	6 649	-
ANA	Aeroporto João Paulo II- Substituição de luminárias para tecnologia LED- Parques de Estacionamento	2024	2 506	-
			1 666 934	4 150 693

Passivos contingentes:

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o Grupo EDA não tinha identificado outros passivos contingentes.

Ativos contingentes:

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a EDAR detinha um contrato de subsídio ao investimento destinado a financiar os projetos "Aumento da potência instalada geotérmica para a produção de eletricidade" e "Corvo Renovável - Incremento da potência instalada em renováveis para a produção de eletricidade na ilha do Corvo" enquadrado na componente C14 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a "Transição Energética nos Açores" no montante de 74.500.000 euros. O reconhecimento do subsídio, o qual foi reconhecido por contrapartida de Capital Próprio, encontra-se registado apenas na quota-parte do subsídio correspondente à execução dos programas de investimento. Em 2024 e 2023, encontram-se reconhecidos apenas os montantes de 41.199.787 euros e 28.499.195 euros, respetivamente. O remanescente no total de 33.300.213 euros, será reconhecido mediante a execução do investimento.

Relativamente ao contrato de subsídio ao investimento da EDA destinado a financiar o projeto “C14-i03.03 - Instalação de sistemas de armazenamento de energia elétrica nas restantes seis ilhas da RAA” enquadrado na componente C14 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a “Transição Energética nos Açores” no montante de 22.500.000 euros, foi alvo de resolução em 2024. A referida resolução ocorreu devido à elevada procura mundial por projetos renováveis e à pouca atratividade do mercado dos Açores, que resultou em concursos públicos desertos e consultas preliminares ao mercado com preços muito acima do expectável, fazendo com que o PRR só suportasse cerca de 25% do investimento destes projetos, colocando assim em causa a sua viabilidade económica. Adicionalmente a concretização dos projetos apresentavam prazos longos, existindo o risco de se estenderem para além da data de conclusão do PRR, colocando assim em risco todo o financiamento.

38. Empresas Consolidadas

As Empresas do grupo incluídas na consolidação à data de 31 de dezembro de 2024 são as seguintes:

Designação / sede	Atividade	Data de referência	Capital próprio	Ativos	Passivos	Volume de negócios	Lucro/ (prejuízo)	% detida	
								Grupo	Individual
<u>Segmento Eletricidade</u>									
Electricidade dos Açores, SA Ponta Delgada	Produção e venda de eletricidade e prestação de serviços	31/12/2024	290 345 009	744 784 148	454 439 140	264 565 631	10 431 116	-	-
EDA Renováveis, SA Ponta Delgada	Produção de eletricidade a partir de fontes geotérmicas hídricas e eólicas	31/12/2024	164 450 908	184 394 730	19 943 822	29 359 240	10 772 853	100,00%	100,00%
<u>Outros</u>									
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda Ponta Delgada	Prestação de serviços especializados em obras elétricas	31/12/2024	10 525 396	14 723 202	4 197 806	13 297 108	1 036 592	100,00%	90,00%
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA Ponta Delgada	Prestação de serviços de telecomunicações	31/12/2024	2 251 618	3 496 834	1 245 217	4 353 262	(974 488)	74,90%	74,90%

As Empresas do grupo incluídas na consolidação à data de 31 de dezembro de 2023 são as seguintes:

Designação / sede	Atividade	Data de referência	Capital próprio	Ativos	Passivos	Volume de negócios	Lucro/ (prejuízo)	% detida		
								Grupo	Individual	
<u>Segmento Eletricidade</u>										
Electricidade dos Açores, SA Ponta Delgada	Produção e venda de eletricidade e prestação de serviços	31/12/2023	275 245 475	761 326 894	486 081 419	271 600 059	17 087 133	-	-	
EDA Renováveis, SA Ponta Delgada	Produção de eletricidade a partir de fontes geotérmicas hídricas e eólicas	31/12/2023	150 742 123	169 340 303	18 598 179	29 216 109	13 581 992	100,00%	100,00%	
<u>Outros</u>										
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda Ponta Delgada	Prestação de serviços especializados em obras elétricas	31/12/2023	9 644 804	11 817 677	2 172 873	9 919 730	311 092	100,00%	90,00%	
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA Ponta Delgada	Prestação de serviços de telecomunicações	31/12/2023	3 226 106	6 228 522	3 002 416	7 150 589	(635 203)	74,90%	74,90%	

39. Alterações no grupo

No período de 2024 e 2023 não se verificaram alterações no perímetro de consolidação.

40. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a EDA é controlada pela Região Autónoma dos Açores que detém 50,1% do capital da empresa. O restante é detido pela ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS (39,7%), EDP – Gestão da Produção de Energia (10%) sendo o remanescente por pequenos acionistas.

Para além da aplicação dos resultados, em conformidade a deliberação em Assembleia Geral, não existem transações individualmente significativas com a Região Autónoma dos Açores em relação de domínio e de grupo. As transações realizadas não são distintas das operações comerciais normais.

40.1 Remuneração dos Órgãos de Gestão

Como elementos chave da gestão no âmbito da IAS 24 foram considerados os Órgãos de Gestão das empresas do Grupo EDA. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, as remunerações auferidas pelos mesmos referem-se às seguintes naturezas:

	2024	2023
Remunerações (Nota 30)	871 055	902 726
	871 055	902 726

Os membros dos Órgãos de Gestão das empresas do Grupo EDA não realizaram qualquer tipo de contrato com as empresas, para os períodos apresentados.

40.2 Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionistas:

- Região Autónoma dos Açores;
- ESA - Energia e Serviços dos Açores, SGPS, SA (agrupamento composto pelas sociedades: Bensaúde Participações SGPS, SA; Bensaúde, SA; Bentrans – Carga e Transitários, SA; Agência Açoreana de Viagens, SA; Novo Banco, SA e Novo Banco dos Açores SA);
- EDP - Gestão da Produção de Energia, SA.

41. Disposições legais

Os pagamentos efetuados ao Revisor Oficial de Contas da empresa-mãe e ao Fiscal Único das empresas subsidiárias são os seguintes:

	2024	2023
Empresa		
Serviços de revisão legal de contas	28 000	28 000
	28 000	28 000
Subsidiárias		
Serviços de revisão legal de contas	28 500	28 500
	28 500	28 500
	56 500	56 500

42. Eventos subsequentes

Até à data da aprovação destas demonstrações financeiras a Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas mesmas.

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho

Rodrigo Rebelo Costa

João Carlos Santos Correia

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

António Félix Flores Rodrigues

Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt

Joana Oliveira Freitas

Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

D3 – ANEXOS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (Contas Individuais 2024)

Em conformidade com o disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e da alínea g) do artigo 5º do Regulamento do Conselho Fiscal da EDA, Electricidade dos Açores, S. A. (adiante designada por Sociedade ou Empresa), vem este órgão apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida no exercício de 2024 e parecer sobre o Relatório de Gestão, Contas Individuais e proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

1. RELATÓRIO

I. Introdução

A EDA-Electricidade dos Açores, S. A., adota um modelo fiscalização composto por um Conselho Fiscal e uma SROC, que não é membro daquele órgão, conforme o previsto na alínea b) do nº1 do artº413 do CSC.

O Conselho Fiscal em funções foi eleito na reunião da Assembleia Geral realizada em 30 de junho de 2023, para o mandato de 2023-2025, sendo composto por três membros efetivos e um suplente.

Todos os membros do Conselho Fiscal são independentes nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, e não estão abrangidos por nenhuma incompatibilidade nos termos do n.º 1 do artigo 414.º A, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

II. Atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal

Relativamente ao exercício de 2024, o Conselho Fiscal realizou sete reuniões, nas quais estiveram presentes todos os membros, tendo sido exaradas as respetivas atas.

O Conselho Fiscal definiu e calendarizou um plano de ação de fiscalização para o período de maio de 2024 a abril de 2025, em 12 de julho de 2024.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu Regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu várias ações durante o ano de 2024, das quais destaca as seguintes:

1. Fiscalizar a administração da Sociedade, vigiar o cumprimento da lei e do contrato de sociedade e acompanhar de modo permanente a atividade da empresa

O acompanhamento permanente da atividade da EDA, Electricidade dos Açores, S. A., durante o ano de 2024, foi realizado, designadamente, através da análise das atas do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, apreciação do Plano Estratégico Plurianual e Orçamento para 2025, participação nas Assembleias Gerais realizadas, análise trimestral do *tableau de bord*, do relatório do serviço da dívida e dos relatórios e contas intercalares emitidos, bem como do Relatório de Gestão 2024 - Contas e Sustentabilidade .

Adicionalmente, o Conselho Fiscal reuniu com o Revisor Oficial de Contas, com o Auditor Externo, com o responsável pela Direção de Auditoria Interna e estabeleceu contactos com a Administradora Executiva responsável pelo pelouro financeiro.

Os membros do Conselho Fiscal estiveram presentes na reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de abril de 2025, em que foram aprovadas as contas anuais relativas ao exercício de 2024.

2. Fiscalização do cumprimento das políticas e práticas contabilísticas, bem como do processo de preparação e divulgação da informação financeira e revisão de contas nos documentos de prestação de contas da sociedade

A fiscalização do cumprimento das políticas, critérios e práticas contabilísticas e da fiabilidade da informação financeira foi exercida pelo Conselho Fiscal através de indagações ao Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, da análise da Certificação Legal das Contas, do Relatório de Auditoria e do anexo às demonstrações financeiras de 2024.

O acesso do Conselho Fiscal à informação financeira foi realizado de forma regular e adequada, sem que tenham surgido quaisquer constrangimentos no exercício das suas funções.

3. Fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e do sistema de auditoria interna

Ao Conselho Fiscal cabe o papel de fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna, cuja criação e implementação competem ao órgão de gestão, bem como o de avaliar anualmente o funcionamento dos sistemas e os respetivos procedimentos internos.

A fiscalização da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e do sistema de auditoria interna foi exercida pelo Conselho Fiscal, durante o ano de 2024, através de reuniões e do reporte de informação pelo Revisor Oficial de Contas, Auditor Externo e responsável pela Direção de Auditoria Interna, bem como da apreciação das políticas de gestão de riscos constantes no Relatório de Gestão 2024 - Contas e Sustentabilidade.

No âmbito do acompanhamento do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas Grupo EDA 2023-2025, foi solicitado o Relatório de Avaliação Intercalar elaborado pela Direção de Auditoria Interna, para análise do grau de implementação das medidas nele contempladas.

4. Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outros

Compete ao Conselho Fiscal, enquanto órgão social responsável pela fiscalização da Sociedade, receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outras entidades, assim como registar, por escrito, as denúncias recebidas, bem como todas as verificações, fiscalizações e diligências feitas e os procedimentos definidos com vista à regularização das irregularidades detetadas.

Na sequência da publicação em 20 de dezembro da Lei n.º 93/2021, que estabelece o regime geral de proteção de denunciante de infrações, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União, o Conselho Fiscal foi designado o órgão competente para receber e dar seguimento às denúncias de irregularidades.

Durante o ano de 2024, o Conselho Fiscal recebeu duas denúncias que foram arquivadas liminarmente, por não recaírem no âmbito do Regulamento de Denúncias de Irregularidades da EDA-Electricidade dos Açores, S.A.

5. Fiscalizar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante a prestação de serviços adicionais

No âmbito da verificação do cumprimento das regras de independência do Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal confirmou que não foi prestado qualquer serviço distinto do de revisão legal das contas durante o exercício de 2024.

2. PARECER

Exmos. Senhores acionistas da
EDA, Electricidade dos Açores, S. A.,

Nos termos da legislação em vigor, dos estatutos da Sociedade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais da EDA-Electricidade dos Açores, S. A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

No âmbito das nossas competências, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2024, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras.

Procedemos ainda à apreciação do Relatório de Gestão emitido pelo Conselho de Administração, da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, bem como do Relatório de Auditoria emitido pelo Auditor Externo.

No âmbito das nossas funções verificamos e declaramos que tanto quanto é do nosso conhecimento que:

- a) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da EDA-Electricidade dos Açores, S. A.;
- b) As demonstrações financeiras individuais e o correspondente anexo, bem como as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos conduzem a uma correta apresentação do património e dos resultados da Sociedade, em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilístico.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais, com as quais concordamos, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove:

- O Relatório de Gestão e Contas Individuais de 2024;
- A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, o Conselho Fiscal entende manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como à Comissão Executiva da EDA, Electricidade dos Açores, S. A. pela colaboração prestada ao exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 11 de abril de 2025

O Conselho Fiscal,

Catarina Isabel Furtado Pacheco – Presidente

João Manuel Beliz Trabuco – Vogal

Carlos Eduardo Ferreira Oliveira - Vogal

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **EDA – Electricidade dos Açores, S.A.** (a Entidade ou EDA), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 744.784.148 euros e um total de capital próprio de 290.345.009 euros, incluindo um resultado líquido de 10.431.116 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **EDA – Electricidade dos Açores, S.A.** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando

exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

11 de abril de 2025

R. Cordeiro & Associado, SROC, Lda.

Representada por Rúben Mota Cordeiro, ROC n.º 1670
Registado na CMVM com o n.º 20161280

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Electricidade dos Açores, S. A. (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 744.784.148 Euros e um total de capital próprio de 290.345.009 Euros, incluindo um resultado líquido de 10.431.116 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Electricidade dos Açores, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade da Entidade a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Embora as participações financeiras tenham sido registadas pelo método da equivalência patrimonial, através do qual são considerados no resultado líquido do período e no capital próprio os efeitos da consolidação das entidades participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de ativos, passivos, gastos e rendimentos totais, o que será efetuado em demonstrações financeiras consolidadas a aprovar e a publicar em separado.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório.

Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 11 de abril de 2025



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Cidália Duarte Pedro, ROC
Registo na OROC n.º 2130
Registo na CMVM n.º 20240002



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (Contas Consolidadas 2024)

Em conformidade com o disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 420º, do nº1 do artº508-D do Código das Sociedades Comerciais (CSC), e da alínea g) do artigo 5º do Regulamento do Conselho Fiscal da EDA, Electricidade dos Açores, S. A. (adiante designada por Sociedade), vem este órgão apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida no exercício de 2024 e parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas.

1. RELATÓRIO

Para além das ações fiscalizadoras levadas a cabo pelo Conselho Fiscal, constantes do Relatório e Parecer do Conselho Fiscal às contas individuais do exercício de 2024, apreciamos o Relatório e Contas, o Relatório e Parecer do Fiscal Único, a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria relativos ao exercício de 2024 de todas as empresas integradas no perímetro de consolidação, emitidos em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhes são aplicáveis.

2. PARECER

Exmos. Senhores acionistas da
EDA, Electricidade dos Açores, S. A.,

Nos termos da legislação em vigor, dos estatutos da Sociedade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas consolidadas da EDA-Electricidade dos Açores, S. A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

No âmbito das nossas competências, examinámos a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2024, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Procedemos ainda à apreciação do Relatório de Gestão emitido pelo Conselho de Administração, da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, bem como do Relatório de Auditoria emitido pelo Auditor Externo.

No âmbito das nossas funções verificámos e declaramos que tanto quanto é do nosso conhecimento que:

- a) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da EDA-Electricidade dos Açores, S. A., e do conjunto de empresas incluídas no perímetro de consolidação, evidenciando com clareza os aspetos mais significativos da sua atividade e satisfaz, de um modo geral, os requisitos exigidos pelo artigo 508º-C do Código das Sociedades Comerciais;

- b) As demonstrações financeiras consolidadas e o correspondente anexo, bem como as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos, conduzem a uma correta apresentação do património e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas, com as quais concordamos, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Por último, o Conselho Fiscal entende manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como à Comissão Executiva da EDA, Electricidade dos Açores, S. A. pela colaboração prestada ao exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 11 de abril de 2025

O Conselho Fiscal,

Catarina Isabel Furtado Pacheco – Presidente

João Manuel Beliz Trabuco – Vogal

Carlos Eduardo Ferreira Oliveira - Vogal

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **EDA – Electricidade dos Açores, S.A.** (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 628.137.878 euros e um total de capital próprio de 222.104.769 euros, incluindo um resultado líquido de 10.395.915 euros), a demonstração consolidada dos resultados e do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **EDA – Electricidade dos Açores, S.A.** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeamos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

11 de abril de 2025

R. Cordeiro & Associado, SROC, Lda.

Representada por Rúben Mota Cordeiro, ROC nº 1670
Registado na CMVM com o nº 20161280

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Electricidade dos Açores, S. A. (“Entidade”) e suas subsidiárias (“Grupo”), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 628.137.878 Euros e um total de capital próprio de 222.104.769 Euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores de capital do Grupo de 10.395.915 Euros), a demonstração consolidada dos resultados e do rendimento integral, a demonstração consolidada de alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Electricidade dos Açores, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõe o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeámos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 11 de abril de 2025



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Cidália Duarte Pedro, ROC
Registo na OROC n.º 2130
Registo na CMVM n.º 20240002